UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CELSO TAKASHI YOKOMISO

FAMÍLIA, COMUNIDADE E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: OS
ESPAÇOS PSÍQUICOS COMPARTILHADOS E A
TRANSFORMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

SÃO PAULO
2013

CELSO TAKASHI YOKOMISO

FAMÍLIA, COMUNIDADE E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: OS
ESPAÇOS PSÍQUICOS COMPARTILHADOS E A
TRANSFORMAÇÃO DA VIOLÊNCIA
(versão original)

*Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Psicologia*

*Área de concentração: Psicologia Social
Orientadora: Prof. Titular Maria Inês Assumpção
Fernandes*

SÃO PAULO
2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Celso Takashi Yokomiso
Família, comunidade e medidas
socioeducativas: os espaços
psíquicos compartilhados e a
transformação da violência

Tese apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutor
em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

À minha mãe e ao meu pai,
Yoko Yokomiso e Masato
Yokomiso;

e à minha gangue,
Isabel e Dani:
luzes.

Agradecimentos

Agradeço aos meus queridos pais, inestimáveis, pelos esforços de uma vida, pelo apoio incondicional, pela presença nos acertos e nas pisadas de bola, por ensinar a sonhar sempre.

À minha querida Isabel, com quem tenho partilhado a vida e seus enfrentamentos diários, pelos sentidos e sentimentos que construímos, pela sua voz doce e gestos bailarinas que iluminam.

Ao meu filhão Daniel, razão primeira da minha vida, pelos abraços quando saio ou chego ou permaneço, pelas lulinhas que ainda venço com certa facilidade, por ser e estar simplesmente.

À minha orientadora Professora Maria Inês Assumpção Fernandes, que há quase uma década insiste em acreditar em mim, pelas oportunidades e apoio, pelo laço que me fortalece como profissional, pesquisador e pessoa.

Aos meus amigos André, Marcão, Marquito, Edson, Zílio, Daniel e Domênico, lado a lado nas aventuras, extravagâncias e dificuldades, galera com quem me reconheço.

Aos amigos da velha guarda, Cristiano, Zé e Erick, irmãos sem os quais a Psicologia, hoje, talvez não fizesse parte de minha história.

À Cristiane F., Isabel e Regina, amigas de trabalho e enfrentamento, pelas mãos sempre estendidas, pela convivência diária e paciência em meus silêncios.

À Patrícia, Katia, Marcia L., Marcia Z, Denise P, Denise C, Silvia, Dulce, Cristiane, Paulo, Mauro, Claudia F., Flaviana, Claudinha, Daniela, Seo Valdevino, Wellington, Dona Clarice, Edvaldo e Gláucia, “a” equipe psicossocial e pedagógica, amigos com quem convivi tumultos e muitas alegrias.

À Cristiane H., Graziela, Lilian, Francisca, Ângela, Adriana, Elaine, Marina, Lourdes, Laura, Luciana e Mary, “a” equipe de psicoterapia, pelo aprimoramento do olhar e oportunidade de tantas reflexões.

Ao pessoal do administrativo, Carla, Regina, Sarah e Gabriel, sempre compreensíveis diante de minhas rotinas tortas e pela acolhida de sempre.

Aos diretores Alexandre, Maria Amália, Darlivete, pelo incentivo aos meus projetos acadêmicos e pela confiança sempre concedida.

Aos diretores Edilson e Almunita, que colaboraram em etapas importantes da construção desta tese.

Aos encarregados técnicos Gisele e Lourival, pelo acolhimento e construção de intercâmbios para a pesquisa.

À Volunia e Ana K, pela ajuda nos trâmites envolvidos no projeto e pela sempre disponibilidade.

Ao Egles, Vera e Marlene, pelas conversas fecundas e transmissão de conhecimentos advindos de décadas de profissionalismo.

À Nalva, Cecília, Celma, Rosângela e Marcos da Secretaria do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e do Trabalho, guardiões e guias dos alunos, sempre prestativos e atenciosos nesta enorme travessia.

Aos meus colegas do LAPSO-USP, em especial, ao Robson, pelas discussões sempre enriquecedoras, que procuraram conferir complexidades e desafios.

Ao Gabiente da Presidência da Fundação Casa, Diretoria Técnica, Superintendência de Saúde, DRM-IV, UAISA e CPDOC, pela compreensão e aprovação do projeto, e pela concessão de afastamento das atividades profissionais durante o período de dois anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que apoiou financeiramente a pesquisa.

Agradeço, por fim, aos adolescentes que atendi nestes dez anos de trabalho; aos participantes das entrevistas; e aos tantos profissionais da Fundação Casa, pelas conversas e ensinamentos.

“Não pensar, responder à urgência da situação com a violência do ato evita o sofrimento de pensar o vínculo da violência. O vínculo de violência é mantido para criar um estado de não pensamento.”

René Kaës

YOKOMISO, Celso Takashi. *Família, comunidade e medidas socioeducativas: os espaços psíquicos compartilhados e a transformação da violência*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

RESUMO

A pesquisa pretende investigar os impactos das dimensões familiares, comunitárias e institucionais em que os adolescentes infratores estão inseridos, na promoção e manutenção da violência. Foram organizadas informações referentes a 121 adolescentes que cumpriram internação, levando-se em conta configurações familiares, escolarização, trabalho, uso de drogas, sanções disciplinares, recebimento de visitas, entre outros; e realizadas entrevistas grupais e abertas com adolescentes inseridos em semiliberdade no município de São Paulo. O material foi analisado a partir da ótica da Psicologia Social e da Psicanálise, em seus espaços de fronteira, tendo primazia na discussão os conceitos de alianças inconscientes e funções intermediárias. Verifica-se que os adolescentes, predominantemente, afastaram-se das instituições escolares, são usuários de drogas, provêm de famílias que se encontram em situação de fragilidade e convivem com a violência familiar e comunitária. Sustenta-se, sobretudo, que as intervenções pautadas na construção de vínculos e de espaços psíquicos compartilhados criativos entre famílias, adolescentes, comunidades e profissionais podem conceder ideais, oferecer continência aos elementos psíquicos desordenados, promover contorno identitário, e resgatar o sentido do pertencimento, tornando-se instrumentos essenciais para o trabalho socioeducativo, dentro de um tempo que alimenta a violência e a ruptura.

Palavras chaves: psicanálise de grupos, adolescentes, violência, instituições, relações familiares

YOKOMISO, Celso Takashi. *Family, community and educational measures: the shared psychic spaces and the transformation of violence*. Doctoral Thesis. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

ABSTRACT

The research aims to investigate the impacts of family, community and institutional dimensions in which young offenders are included, in the promotion and maintenance of violence. It were organized information from 121 adolescents who were in confinement, taking into account family structure, education, employment, drug use, disciplinary sanctions, receiving visits, among others; and conducted group interviews with adolescents inserted in semi-confinement in the municipality São Paulo. The material was analyzed from the perspective of social psychology and psychoanalysis, in its border areas, having primacy in discussing the concepts of unconscious alliances and intermediary functions. It appears that adolescents generally were moved away from schools, are drugs users, come from families who are in a situation of fragility and live with family and community violences. It argues in particular that the interventions based on building links and creative shared psychic spaces between families, teenagers, professionals and communities may grant ideals, provide continence to disordered psychic elements, promote contours identity, and rescue the sense of belonging, become essential tools for socioeducational working, within a time which feeds violence and rupture.

Keywords: psychoanalysis of groups, adolescents, violence, institutions, family relationships

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mulher sem cônjuge e com filhos em MSE	
X mulher sem cônjuge e com filhos MSE (média nacional)	105
Tabela 2: Responsáveis dos adolescentes	106
Tabela 3: Uso de drogas por jovens em MSE X	
Uso de drogas por adolescentes (média nacional)	107
Tabela 4: Profissão dos pais	108
Tabela 5: Familiares envolvidos em crimes (a)	112
Tabela 6: Familiares envolvidos em crimes (b)	113
Tabela 7: Comparativo entre jovens sancionados por	
indisciplina X jovens não sancionados, no tocante à violência familiar	115
Tabela 8: Relação entre recebimento de visitas e condutas	117

SUMÁRIO

Apresentação	13
PARTE I	
1. Pós-modernidade e a perda dos compassos	20
1.1 Pós-modernidade e adolescência: a falência das passagens	25
2. Violência contra crianças e adolescentes	28
2.1 Violência Familiar	34
2.2 Violência Comunitária	48
3. Políticas Públicas: a criança e o adolescente como sujeito de direitos	70
3.1 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	71
3.2 Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)	74
3.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)	78
4. Espaços psíquicos comuns compartilhados: algumas contribuições do pensamento de René Kaës	88
4.1 As alianças inconscientes e a negatividade	90
4.2 A transmissão psíquica entre gerações	94
4.3 A categoria do intermediário	96
PARTE II	
5. Objetivos	100
5.1 Geral	100
5.2 Específicos	100
6. Justificativa	100
7. Método	101
7.1 Sujeitos	101
7.2 Local	101
7.3 Instrumentos	102
7.4 Procedimentos	102
8. Resultados	105
8.1 Resultados quantitativos	105

8.1.1	Configurações familiares	105
8.1.2	Uso de drogas	108
8.1.3	Profissão dos pais	109
8.1.4	Escola	110
8.1.5	Trabalho	112
8.1.6	Familiares envolvidos no crime	113
8.1.7	Uso de álcool e drogas por familiares	114
8.1.8	Violência familiar	115
8.1.9	Relação entre violência familiar e atos de indisciplina na unidade de internação	116
8.1.10	Relação entre recebimento de visitas e conduta dos jovens	117
8.2	Resultados qualitativos	119
8.1.1	Primeiro encontro	119
8.1.2	Segundo encontro	133
8.1.3	Terceiro encontro	146
8.1.4	Quarto encontro	157
9.	Discussão	171
9.1	A sacralização da figura materna e os pactos denegativos	171
9.2	A medida socioeducativa como enquadre psíquico	175
9.3	Violência e a primazia do imediato	178
9.4	A humilhação social e a descontinuidade da vida psíquica	180
9.5	O grupo criminoso e o contrato narcísico	185
9.6	A medida socioeducativa como espaço das contradições e das passagens	188
	Conclusão	192
	Referencias Bibliográficas	201
	Apêndices	
A.	Primeiro encontro	208
B.	Segundo encontro	227
C.	Terceiro encontro	248
D.	Quarto encontro	261
	Anexos	
A.	Autorização Judicial	280
B.	Aprovação CEP	281

APRESENTAÇÃO

A violência ocupa nosso dia-a-dia. Feito intempéries. O tempo estará nublado, com pancadas de chuva durante à tarde. Dois jovens e um policial são mortos em confronto em bairro periférico. Haverá sol na próxima semana. Uma onda de assaltos a caixas eletrônicos invade São Paulo. Ao sairmos de casa, pegamos o guarda-chuva, assim como trancafiamos portas e janelas. Evitamos percursos mais ermos, como se escapássemos de alagados.

A violência altera profundamente a rotina de todos e imprime códigos de conduta que garantam nossa segurança. Nos semáforos, devemos evitar a faixa da esquerda; não abrir as janelas; e aproximar-se dele vagarosamente, o tempo do sinal verde. Nos domicílios, à noite, as mães aguardam ansiosas o retorno do filho, que recentemente descobrira as baladas. Na cidade, mulheres agarram bolsas, e homens, escondem carteiras. Crianças aprendem os perigos através dos noticiários televisivos, e na segregação dentro dos condomínios. Ou seriam, esconderijos? Para todos, não se distraiam, olhem para os lados e desconfiem.

Mas, talvez, possamos pensar ao contrário. A violência não mais altera nossos dias, tão construídos estamos a ela. Como um jovem negro e pobre que narra com certa indiferença às abordagens semanais da polícia. Como na naturalidade que empregamos estes mesmos códigos de segurança. Viver sob estas circunstâncias implica em certo costume com a apreensão, de tal modo que a tomamos como referência. Envenenamo-nos diariamente com o mal-estar.

Vivemos no meio do embate. As táticas de enfrentamento se incrementam, valendo-se de discursos que se querem legítimos. Pela proteção da vida, a morte é permitida; e a violência, se torna instrumento. Todos os lados possuem sua justificativa, umas plausíveis, outras, nem tanto. Em meio ao fogo cruzado, esquivamo-nos das balas e procuramos algum recôndito, onde possamos nos proteger. Mas o fogo não cessa e brevemente lançaremos pedras.

Mas não precisamos delas, se temos palavras. Não se trata do momento de marcarmos antagonismos, e sim, buscarmos caminhos para romper com

ciclos de violência. Promover novas circunstâncias que minimizem a propagação de seus dialetos. Tarefa que demanda e esgota. A violência se alimenta por si mesma, daquilo que produz. Ardilosa. Dispara sementes geometricamente. Reproduz-se através de mecanismos diversos que se operam em atos e silêncios.

Torna-se, assim, necessária a antecipação e a prevenção da violência através de seu completo entendimento: suas artimanhas e costumes. Brecá-la exige intenso trabalho psíquico, a atuação em seus momentos e espaços de transmissão. Solicita nossa presença nas diversas frentes e brechas por onde a violência encontra fagulhas.

Neste sentido, as medidas socioeducativas consistem em um espaço de suma importância. Em primeiro lugar, por congregar indivíduos particularmente imersos no ciclo da violência, como receptores e produtores; em segundo, por serem jovens, sujeitos do intenso processo de construção da identidade, à procura de novos modelos. Embora, muitas vezes, desacreditada, pelo histórico marcado pela violência, as dificuldades de funcionamento institucional, as resistências sociais, as medidas socioeducativas podem se revelar marcantes para a trajetória dos adolescentes infratores, quando aplicadas seriamente e em conformidade às exigências dos corpos normativos.

Como educador e psicólogo¹ da antiga Febem e atual Fundação Casa, durante os últimos dez anos, tenho convicção de que as medidas socioeducativas carregam os ingredientes para instaurar mudanças profundas nos jovens, ao favorecer a transformação da violência em projetos e criatividade. Mesmo que muitos deles retornem à vida infracional, não são poucos os que estabelecem propósitos interessantes, mostrando persistência nas atividades escolares e empregatícias. Outros, através das atividades artísticas e culturais,

---

¹ Atuei como educador em unidades do Complexo Brás entre 2002 e 2004; com psicólogo de equipe psicossocial em unidades do Complexo Tatuapé e Raposo Tavares, entre 2002 e 2005; como encarregado técnico de unidade do Complexo Raposo Tavares, entre 2006 e 2009. Em 2010, afastei-me de minhas atribuições profissionais na instituição para a elaboração da tese, com financiamento da CAPES. Retornei à Fundação Casa em meados de 2012, onde, desde então, atuo como psicoterapeuta em Unidade de Atenção Integral à Saúde do Adolescente e Servidor (UAISA) da DRM-IV.

descobrem potencialidades, que se tornam canais para a reconstrução de si mesmos.

Evidentemente, os fatores que direcionam o sucesso ou não das medidas socioeducativas são complexos e desmentem determinismos. Colocamos as mãos no fogo por alguns jovens e, poucas semanas depois, está ele novamente nos corredores das unidades. Duvidamos do “incorrigível”, que esfrega depois sua vida próspera, as conquistas nos estudos e empregos. Quem se arrisca ao trabalho junto a estes jovens convive com incertezas, expectativas, frustrações e alegrias. Realiza-se um ofício em que nada se garante previamente, pois as medidas socioeducativas são passagens. É na vida social, no cotidiano dentro de sua comunidade e família que será imposta a prova dos nove, a convicção ou não de seus propósitos.

Por outro lado, não podemos nos render ao completo indeterminismo. Há movimentos por detrás destas dúvidas. Correntezas. Sabê-las talvez não conduza a precisão, a chegada ao porto. Mas, certamente, indica terras firmes. É o suficiente, se pensarmos as turbulências que assolam a adolescência, nas provocações e desafios que inundam o entorno destes jovens. Em conjunto com nossos instrumentos, em certa hora, conquistaremos as minúcias da navegação na travessia socioeducativa.

A isto se presta o presente trabalho: compreender um pouco mais sobre esta passagem. De certa forma, trata-se de uma continuação da dissertação de mestrado *“Violência e descontinuidade psíquica: um estudo sobre a Fundação Casa”*, em que foram discutidos temas como a função da violência dentro dos espaços socioeducativos; e os organizadores psíquicos subjacentes aos grupos de educadores, técnicos, profissionais de segurança e adolescentes. Prossegue, no entanto, com a investigação das dimensões familiares e comunitárias que atravessam as medidas socioeducativas, concedendo especial atenção às pontes e transições formadas entre estes espaços, e seus efeitos na formação da subjetividade. Dentro deste contexto, surge ainda a leitura da violência e proposições para sua transformação.

Os primeiros esboços da pesquisa surgiram a partir de uma inquietação, dentro do fazer socioeducativo, durante as intervenções recorrentes

aos episódios de violência e na busca de estratégias para miná-las. Havia certa evidência de que jovens com vínculos familiares preservados demonstravam melhor participação nas atividades socioeducativas, abrindo campo para a reinserção social. Sua contrapartida, no entanto, podia ser percebida nos recorrentes atos indisciplinados daqueles que não recebiam visitas e na dificuldade em conduzi-los ao envolvimento com as tarefas socioeducativas, assim como na construção de projetos. Como diziam: “não tenho nada a perder”.

Pensando neste nada que se apresentava como descompromisso, outros questionamentos foram se delineando: quem são estes jovens e seus familiares; como as fragilidades da família e da comunidade se manifestam através dos vínculos; como o crime e as drogas aparecem neste contexto; e o que se fala através da violência? A certa altura, não se tratava mais de refletir especificamente sobre o adolescente que desrespeita regras de convivência dentro dos centros socioeducativos. Fazia-se necessário escapar da investigação que localiza a violência apenas no indivíduo, trazendo-a como produção, sintoma ou exigências psíquicas do grupo. Refletir sobre um circuito aberto, uma transmissão de elementos destrutivos em que o indivíduo é seu porta-voz. Ater-se nas passagens, nos espaços transicionais constituídos pelo encontro dos jovens, familiares, comunidades e instituição socioeducativa. Como decorrência, a hipótese de que a transformação e a minimização da violência não se operam necessariamente no adolescente, mas através do vínculo com o adolescente: a mudança pela aprendizagem do respeito ao outro, que exige *o exercício com o outro*; e pela reconfiguração dos laços familiares e comunitários, formadores de um espaço psíquico que apoia, exige e reconhece.

A pesquisa é apresentada em duas partes: a primeira, referente ao pano de fundo por onde se desenrola o tema das medidas socioeducativas, construída a partir de levantamento bibliográfico; e a segunda, a pesquisa propriamente dita, trazendo material quantitativo e qualitativo.

Abre-se a primeira parte com a discussão sobre contemporaneidade e seus efeitos sobre a juventude. Apoiado em autores diversos, sustenta-se a perda de referências das sociedades atuais, que organizam a vida cotidiana, as

relações sociais e psiquismo dos indivíduos; a supremacia do consumo, que se opera diante dos espaços deixados pela queda dos pontos de apoio e valores; e a perversidade do atual modelo de sociedade para a constituição da subjetividade dos nossos jovens. Dentro deste quadro, a violência é trazida como parte da engrenagem contemporânea ao atender às demandas da velocidade, do individualismo e da satisfação imediata dos desejos.

Em seguida, a violência contra crianças e adolescentes ganha espaço. O capítulo discute este fenômeno em âmbito internacional e nacional, valendo-se de referências como relatórios da Organização das Nações Unidas, produções acadêmicas e noticiários. Informações e dados estatísticos, neste momento, revelam sua importância ao estabelecer o contexto em que se localizam a adolescência, as escolas, comunidades, famílias e as medidas socioeducativas. Refletir sobre a violência dos jovens e, sobretudo, daqueles que cometem infracionais implica na consideração da violência dos lares, de seus bairros, das instituições e da sociedade como um todo. Desta forma, alguns temas são trazidos à tona como: as agressões físicas e psicológicas contra crianças cometidas pelos familiares, os abusos sexuais perpetrados pelas pessoas próximas, os impactos do uso de álcool e drogas na ambiente familiar, as elevadas taxas de mortalidade entre adolescentes, a violência policial, o esfacelamento da confiança e abusos contra crianças e adolescentes no meio esportivo e religioso, a exploração sexual como turismo e entretenimento, a vulnerabilidade de jovens e crianças moradoras de rua, o fenômeno das gangues e os impactos do tráfico de drogas nesta população.

Já no terceiro capítulo, apresentam-se as configurações políticas e jurídicas que sustentam a elaboração e prática das medidas socioeducativas. Desta forma, ganham destaque o Estatuto da Criança e do Adolescente, que traz as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que apresenta uma política de ruptura com as práticas assistencialistas e institucionalizantes; e o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas, o Sinase. Neste último, são apresentadas suas diretrizes e princípios, orientados pelos ideais democráticos, como: a

participação da comunidade no processo socioeducativo; o protagonismo do adolescente; o plano individualizado de atendimento; os caminhos para as atuações com adolescentes nas esferas educacionais, esportivas, profissionalizantes, assim como o trabalho junto às famílias e comunidades.

Completando a primeira parte da pesquisa, surgem considerações do psicanalista René Kaës, sobre os espaços psíquicos comuns e compartilhados. Sua teoria investiga as produções inconscientes mantidas pelo grupo; as alianças e pactos que permitem a existência do conjunto, através das operações de renúncia; os contratos narcísicos que inserem o sujeito no grupo; as transmissões de conteúdos psíquicos entre gerações; enfim, a dimensão da Negatividade subjacente aos grupos e suas produções. Estes elementos teóricos constituem os principais instrumentos utilizados na leitura do material coletado, atenta às dimensões transicionais e às passagens erigidas entre subjetividades e grupos. Ganha especial relevância tendo em vista a proposta do estudo: investigar as relações, as pontes e fronteiras mantidas entre adolescente, família, comunidade e as instituição socioeducativa.

Na segunda parte da pesquisa, por sua vez, são apresentadas inicialmente as características da investigação, como objetivos, justificativas e métodos. Segue-se a apresentação dos resultados quantitativos, organizados pelos itens: configurações familiares, uso de drogas, profissão dos pais, escola, trabalho, familiares envolvidos em crimes, uso de álcool e drogas por familiares, violência familiar, relação entre violência familiar e atos de indisciplina na unidade de internação, e relação entre recebimento de visitas e conduta dos jovens. As informações foram coletadas através de registros de casos, organizados conforme os itens acima, com a intenção do melhor delineamento da população atendida pelas medidas socioeducativas. A fragilidade do núcleo familiar, o contato com drogas e a evasão escolar constituem particularmente pontos relevantes para a compreensão destes jovens. Em seguida, inicia-se a exposição dos dados qualitativos, a partir das entrevistas realizadas. A dimensão dos valores, pensamentos e silêncios é trazida à tona, em encontros grupais junto a adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade.

A discussão, por sua vez, se estabelece a partir do conjunto de informações coletadas nestes dois momentos, sendo refletidas questões como: os pactos denegativos e a preservação da figura materna; a violência como efeito do imediatismo e individualismo; a medida socioeducativa como enquadre psíquico; a humilhação social e a descontinuidade da vida psíquica; o grupo criminoso e o contrato narcísico; e a medida socioeducativa como espaço das contradições e sua função intermediária, lugar das “passagens”.

Espero que esta investigação possa contribuir, em conjunto com a ampla produção já realizada sobre a violência e adolescência, para a instauração de uma medida socioeducativa mais eficiente. Como disse uma colega de ofício e combate: é preciso criar espaços de escuta nesta violência. Sim. Torna-se urgente ouvir jovens, funcionários, famílias e comunidades. Construir pontes através da palavra, costurar emendas sobre rupturas. Compartilhar sentidos que nos unam em propósitos.

PARTE I

1. PÓS-MODERNIDADE E A PERDA DOS COMPASSOS

No livro *Modernidade Líquida*, o sociólogo Bauman discute a fluidez de nossos tempos e a falta de referências que marcam os sujeitos contemporâneos. Toma a metáfora dos líquidos para compreender a ausência de estruturas às quais se confie o apoio. Observa parâmetros que não se firmam diante das exigências de um mundo veloz. Um tempo em que a vida em solos movediços se torna a regra.

Se antes, destruíam-se estruturas para se levantarem outras, mais adequadas com as demandas de uma época, *“limpar a área para a construção de novos e aperfeiçoados sólidos”* (BAUMAN, 2007), atualmente esta engenharia não consta nos planejamentos contemporâneos. Não há projetos de utopia – como foram o socialismo e a democracia – se não sonhos de consumo, alicerçados na comparação mútua entre os sujeitos de um tempo.

O desejo sucumbe às momentâneas exigências do mercado, distanciando-se daquilo que porventura lhe surja como singular. Os pensamentos se perdem diante da falta de um espaço seguro, cais em que se reconheçam fundos arenosos e aguardem companhias amistosas. O repouso do barco nunca é o mesmo, pois os portos se esvanecem. A vida se torna uma perversa corrida à busca de produtos semanalmente renovados. A pós-modernidade erige seus próprios mecanismos produtores de angústia e sofrimento.

No mundo dos consumidores as possibilidades são infinitas, e o volume de objetivos sedutores à disposição nunca poderá ser exaurido. As receitas para a boa vida e os utensílios que a elas servem tem data de validade, mas muitos cairão em desuso bem antes dessa data, apequenados, desvalorizados e destituídos de fascínio pela competição de ofertas “novas e aperfeiçoadas”. No entanto, a maioria dos corredores tem pernas e pulmões frágeis (BAUMAN, 2007).

Neste panorama, um poder extraterritorial (BAUMAN, 2007), busca eliminar qualquer estrutura marcada por valores e cultura próprios. Grupos e instituições de referência se esfacelam diante desta força líquida e fluida. Famílias se vertem em *categorias zumbis*, como Bauman nomeia as antes sólidas instituições; e esvanecem-se valores e norteadores das nossas relações pessoais. Evidenciam-se falhas nas formações intermediárias que sustentam a passagem de conteúdos entre grupos, grupo e indivíduos, e indivíduos entre si (KAËS, 2005, 61); e se desintegram mitos e crenças, formas de cuidado e de apoio, diante das velozes exigências do mundo pós-moderno.

Assim, as experiências de exílio e desenraizamento, promotoras de violência e descontinuidade são alimentadas. No âmbito psíquico, conforme Kaës, as transformações vertiginosas pelas quais passamos, acarretaram no encontro do estrangeiro no outro, mas também *“ao que surge em nós de desconhecido, de indiferenciado e de estranhamente inquietante”* (KAËS, 2005, 61). O ambiente incerto, incapaz de gerar segurança àqueles que nele habitam reatualiza ainda *“os conflitos intrapsíquicos entre as tendências de amor e de ligação e as tendências de raiva e de desligamento”* (KAËS, 2005, 61).

Instauram-se as dificuldades da construção identitária mediante a desorganização das referências simbólicas, marcada pelo desaparecimento da lei e dos dispositivos de elaboração de conflitos (KAËS, 2005, 64). Abre-se espaço para a incerteza dos papéis.

Todas estas “revoluções” colocam em xeque as crenças e os mitos que asseguram nosso pertencimento a um conjunto social, e abalam os alicerces de nossa identidade. Na medida em que as formações intermediárias, como as crenças e os mitos, não jogam mais seu papel, esses problemas e essas carências ampliam as dificuldades de integração, seja no espaço psíquico, seja no espaço social (FERNANDES, 2005, 28).

Já na esfera dos contatos interpessoais, a construção de projetos grupais perde espaço para a satisfação imediata dos desejos. A percepção do enfrentamento conjunto de dificuldades se dilui diante da proposta individualista,

em que a frenética busca pela liberdade colide com a indisposição dos parceiros em ceder espaços e desejos. Os investimentos no outro perdem o sentido, na medida em que a transitoriedade se torna referência, fato muito evidente nos relacionamentos contemporâneos.

Kaës comenta a formação de grupo-refúgios, caracterizados pelo encerramento em si-mesmos, na busca do calor de um ninho primitivo, e da proteção aos ataques dos grupos externos; assim como o desenvolvimento de uma sociabilidade minimalista e individualista, no qual cada um vive do lado do outro e não com ele (KAËS, 2005, 65). De qualquer forma, o outro se verte em um estrangeiro inassimilável, passível do ataque pela violência. Como alerta Fernandes, *“na pós-modernidade, a ameaça aos apoios psíquicos é aterradora”* (FERNANDES, 2005 29).

Na esfera política, por sua vez, a dominação não mais ocorre a partir do exclusivo poder estatal e suas disciplinas disseminadas através de aparelhos ideológicos. O Estado, ao contrário, se verte em instrumento para a consolidação de novos poderes. Foucault (2004) aponta, neste sentido, para o surgimento de uma mentalidade diversa a partir do pós-guerra, em que as condutas seriam reguladas pelas exigências do mercado.

O governo deve acompanhar de ponta a ponta a economia de mercado. A economia de mercado não deverá nada ao governo. Ela indica o contrário, ao constituir um índice geral no qual serão colocadas as regras que definirão todas as ações governamentais. É preciso governar para o mercado. (FOUCAULT, M²)

Valendo-se dos apontamentos de Foucault, cabe lembrar que é sempre no corpo que o poder se manifesta. Diferentemente das biopolíticas exercidas pelo Estado a partir do século XIX, através, sobretudo, das práticas higienistas; hoje, os corpos contemporâneos são conduzidos pelas mãos do mercado, que

---

² Texto original: *“Le gouvernement doit accompagner de bout en bout une économie de marché. L'économie de marché se soustrait pas quelque chose au gouvernement. Elle indique au contraire, elle constitue l'index général sous lequel il faut placer la règle qui va définir toutes les actions gouvernementales. Il faut gouverner par le marché, plutôt que gouverner à cause du marché.”* (Foucault, 2004, pg. 125)

apregoa seus modelos. O ideal de beleza inatingível anunciada pelos meios de comunicação demonstra claramente a amplitude deste processo³. E não se trata apenas de adequação aos modelos, mas sim de um controle que toma a exibição da saúde como preceito fundamental de constituição de subjetividade, como aponta Ortega⁴ (2004)

A saúde deixou de ser a “a vida no silêncio dos órgãos”, usando a expressão feliz de Leriche. Ela exige autoconsciência de ser saudável, deve ser exibida, afirmada continuamente e de forma ostentosa, constituindo um princípio fundamental de identidade subjetiva (ORTEGA, 2004).

Neste sentido, Sfez⁵ (1996) ressalta que o controle sobre o corpo não é mais um assunto técnico e se torna uma questão político e moral. Há quase duas décadas, o autor já comentava sobre a moral do bem-comer, sem colesterol; do beber pouco, uma taça de vinho por dia para as artérias; do ter somente um parceiro sexual, reduzindo riscos de contaminação da AIDS; do não fumar, pela sua segurança e a de seu vizinho (SFEZ, 1996). Discordar deste modelo de vida é estar passível a ataques, deparar-se com alcunhas: desleixado, irresponsável, entre tantas outras. Viver “fora” dos circuitos sociais “limpos”.

Esta dominação do corpo ainda se valeria perversamente do discurso democrático, como questiona Heller:

Há algum perigo grave nos movimentos biopolíticos que não podem ser acusados de pretender uma tomada totalitária do poder do Estado, mas que utilizam os canais “normais” da democracia liberal de hoje? Aborda-se demasiadamente a democracia e o totalitarismo como opostos excludentes, e identifica-se com inconsistência total o

---

³ “Sobre os gastos com a indústria de beleza, por exemplo, o faturamento anual da empresa de cosméticos Avon chega a sete bilhões de dólares, com presença em 140 países”. In: Teixeira S.A. Produção e consumo social da beleza. In: Horizontes Antropol. vol.7 no.16 Porto Alegre Dec. 2001

⁴ Ortega, F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michael Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. In: Interface (Botucatu) vol8 n. 14. 2004.

⁵ Sfez. L.A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia. Ed. Loyola. São Paulo, 1996.

totalitarismo com o Estado totalitário (HELLER in apud ORTEGA, 2004).

Assim, o poder instaurado sob as vestes do respeito e da pluralidade carregaria consigo seu reverso. Heller (in apud ORTEGA, 2004) critica a homogeneização dos discursos apresentados como “politicamente corretos”, que eliminam a diversidade de vozes, no intento da construção de uma unidade grupal sobrecarregada ideologicamente. A biopolítica destrói a própria concepção de política como espaço de convívio entre diversos.

Dentro deste contexto, instala-se a cegueira necessária para a manutenção de um modelo de produção individualista. Através de processos nem sempre sutis, o indivíduo submete-se espontaneamente às determinações consumistas, tornando-se *“presa voluntária de processos de individuação controlada flexivelmente pelo mercado”* (DUARTE, A).⁶ Atrela-se a noção de felicidade à capacidade de consumo dos produtos divulgados pelos meios de comunicação. Alegria e motivação se constituem como valores sociais supremos, conduzindo as demais disposições de humor a um espaço de constante negação e aversão. O tempo se verte em elemento a ser esquadrinhado em favor da produtividade, eliminando-se os espaços de trégua. A não prosperidade é concebida como fraqueza psicológica, e os sentimentos passam a ser guiados por ideais neoliberalistas, que identificam afetos adequados às organizações. Desaparecem os espaços de convivência e de construção da política.

Trata-se ainda de uma cegueira que rompe os processos de continuidade, e elimina o tempo do pensamento, promovendo a violência. As palavras de Assumpção (2005) devem ser trazidas para este contexto:

Não podemos deixar que essa cultura da violência, expressa nas políticas, surrupie o quanto possa de nossa sensibilidade e imaginação e nos deixe atrelado às coisas, com a prevalência do imediato (FERNANDES, 2005, 33).

---

⁶ DUARTE, A. Sobre a Biopolítica: de Foucault ao século XXI. In: Revista Cinética: cinema e crítica. http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm

Impõe-se, portanto, a necessidade de recuperar o tempo da elaboração, e recusar o imediatismo em proveito da memória que nos situa e prepara o futuro. E como pensar, nestes movimentos descompassados, a juventude – alvo predileto das circunstâncias contemporâneas?.

1.1 PÓS-MODERNIDADE E ADOLESCÊNCIA: A FALÊNCIA DAS “PASSAGENS”

Cardoso toma a adolescência como travessia, que implica em traumáticas rupturas e coloca os jovens diante do desafio de construir uma identidade. Caberá a ele a busca de um “outro de si”, cumprindo a tarefa de manter preservadas suas fronteiras egóicas (CARDOSO, 2001,47). Há um desinvestimento das ligações com os objetos da infância, e um remanejo nos processos identificatórios. Uma passagem que acarretará em perdas de ordens diversas, e imporá ao jovem trabalho do luto e a abertura ao novo.

Carvalho e Ribeiro, por sua vez, acrescentam que o jovem não somente deverá aceitar essa difícil transformação, como também *“fazer de sua infância um “antes” que preservará uma ligação com o presente”*. (CARVALHO e RIBEIRO, 2001, 63). Encerrar gradativamente um período, promovendo abertura de passagens que garantam o sentido de continuidade.

O adolescente terá que conviver com um corpo desconhecido e investido pelo olhar do outro na dimensão da sexualidade adulta. Renunciar gradativamente os objetos infantis na procura de referências novas. Lidar com exigências diversas, não mais convocando no outro os cuidados infantis. Nesta travessia, porém, os limites dos jovens são escancarados diante das tarefas psíquicas impostas. Como expõe Cardoso:

o adolescente, quando ultrapassado pela intensidade (excesso) de suas próprias sensações, corre o risco de perder a capacidade de se distinguir do outro, de diferenciar o dentro e o fora. (...) Sente-se

possuído, habitado por seus excessos e pelos objetos-fonte dessa violência. (Cardoso, 2001, 51)

Mas se a adolescência por si constitui difícil empreitada, como vivê-la neste tempo de perdas de referências; de desmoronamento dos intermediários que permitem a passagem de valores e sustentam os processos de continuidade da vida psíquica e grupal?

Mayer ressalta os perigos de uma sociedade que valoriza “*os objetos às palavras, as ações aos pensamentos, e a satisfação imediata à espera*” (MAYER, 2001, 96). Aponta que a criança contemporânea aprende com seus pais, atitudes de intolerância diante da mínima tensão, incerteza e frustração (MAYER, 2001, 97). Conforme a autora,

as crianças que não tiveram quem lhes ensinasse nem os treinasse para reconhecer limites, tolerar esperas e enfrentar problemas, experimentam uma notável dificuldade para desenvolver, através do jogo e das fantasias, seus desejos e identificações parentais como parte do processo de elaboração que os faça sentir-se protagonistas, capazes de escolher entre as diversas alternativas que se lhes oferecem, podendo adaptar-se ativa e criativamente à realidade (MAYER H., 2001, 98)

Sem os intermediários que sustentam a transmissão de crenças e valores; e marcados ainda pela impaciência e incapacidade de introspecção, os adolescentes são convidados a um cotidiano individualista. Os pontos de segurança se esfacelam, diante da própria competitividade e agressividade presente nas relações modernas. A gradativa falência do coletivo, que assegura um lugar social e identidade, convoca-o a trabalho psíquico de se constituir sem as seguranças de outrora. As palavras de Castro, LR. e Correa J (2005), são esclarecedoras:

A individualização como princípio moral acarreta novas frentes de trabalho psíquico para os jovens que se veem diante da tarefa de se

construir como sujeitos singulares nas condições relativamente incertas da contemporaneidade.

Levisky, em mesmo sentido, ressalta os efeitos desta conjuntura, alertando-nos sobre os estados de ambivalência e impulsividade, confusão e a violência, experimentados pelos adolescentes. Uma situação perversa, nutrida por um aparelho midiático inescrupuloso, que causa dificuldades *“no estabelecimento dos contornos geográficos entre os diferentes níveis de subjetividade (intra, inter e transpessoal)”*, gerando *“elevadas doses de angústia, apatia, negação e desesperança, terrenos propícios para as drogas e para a violência”* (LEVISKY, 1998).

As armadilhas estão postas. A experiência do excesso impõe sua presença. Condutas violentas e psicopatologias, como as perturbações de identidade e dos estados-limites, desmascaram as descontinuidades de nosso tempo. Para Levisky:

Intensas e contínuas frustrações geram explosões auto e heteroagressivas, aumentando a incidência de depressões, atos delinquentiais, moléstias psicossomáticas, apatia ou indiferença diante dos questionamentos existenciais do cotidiano pós-moderno. O sentimento de impotência se exacerba e ampliam-se as frustrações pelas distâncias que se estabelecem entre o ideal do ego insuflado pela cultura narcisista e as possibilidades de realização egóica (LEVISKY, 1998).

Portanto, dentro destas perspectivas serão apresentados os próximos itens introdutórios: a adolescência dentro de um circuito de violências próprias a um tempo social. Neste âmbito, assusta o saldo e o que será transmitido às gerações posteriores. Instauremos a pausa e a reflexão.

Pensar a violência carrega consigo sua própria recusa.

2. VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

“Aucune violence à l'encontre des enfants ne peut se justifier; toute violence à l'encontre des enfants peut être prévenue.”

(Pinheiro, S.)

A violência contra crianças e adolescentes pode ser encontrada em todos os países, independentemente de sua cultura ou desenvolvimento econômico. Casos de negligência, agressões físicas e psicológicas, além de abusos sexuais estão presentes não apenas em Estados marcados pela pobreza e práticas autoritárias, como por aqueles reconhecidamente atentos aos direitos essenciais dos seres humanos. Guardadas as devidas diferenças, pode-se afirmar que o combate contra a violência dirigido a esta considerável parcela da população mundial ainda se encontra em seus passos iniciais, quando visualizada sua completa erradicação.

Alguns dados refletem a dimensão do fenômeno, difundido internacionalmente. De acordo com o *World Health Organisation*, mais de 53.000 crianças foram assassinadas em 2002. Pesquisa conduzida pela *Global School-Based Student Health Survey*, em países em desenvolvimento, aponta que 20% a 65% das crianças entrevistadas relataram terem sido vítimas de agressões verbais ou físicas na escola trinta dias anteriores à pesquisa, taxa semelhante à encontrada em países industrializados. A mesma organização afirma que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos com menos de 18 anos sofreram violência sexual envolvendo contato físico; e que na África Saariana, Egito e Sudão, três milhões de meninas e mulheres são sujeitados anualmente às mutilações genitais. Já a *International Labour Organisation* (ILO) estima o envolvimento de 218 milhões de crianças em trabalho infantil, dentre as quais 126 milhões em ofícios perigosos; 1,8 milhões de crianças submetidas à prostituição e pornografia; e 1,2 milhões ao tráfico infantil no ano de 2000. (PINHEIRO, 2006).

A estas informações, que revelam uma explícita violência dirigida às

crianças, acresce-se ainda uma vasta e ainda pouco conhecida dimensão: a das vítimas silenciosas que, pela sua condição de dependência e imaturidade, não relatam as agressões e humilhações rotineiras às quais são submetidas. Expostas à violência física, psicológica e sexual no ambiente privado de seus lares, em instituições de apoio à infância e juventude, em suas escolas e comunidades, são tomadas pelo medo das represálias ou de que a situação se verta ainda pior em caso de denúncias.

Este silêncio é ainda reforçado por parte dos próprios responsáveis, sobretudo quando o agressor compõe o círculo familiar e comunitário, reduzindo a possibilidade de intervenções à situação. Notificações de agressão a crianças, em geral, ocorrem apenas em situações de extrema brutalidade, com o encaminhamento da vítima aos sistemas de saúde pública. A violência contra crianças, com certa frequência, ainda tem sido encarada com naturalidade, quando não, prevista como procedimento educativo, abrindo espaço para a legitimação das agressões, a partir de pretextos diversos.

Apenas 16 Estados proibem toda a punição corporal contra as crianças em todos os contextos, deixando a grande maioria da população infantil do mundo, sem a proteção legal de ser atingido e deliberadamente humilhado dentro de suas casas. Além disso, as crianças enfrentam a violência das autoridades encarregadas da sua guarda nas escolas, nos sistemas assistenciais e de justiça, bem como em locais onde trabalham legal ou ilegalmente. Em mais de 100 países, crianças nas escolas sofrem a realidade ou a ameaça de um Estado que autoriza e legaliza as surras. Em pelo menos 30 Estados, as sentenças de chicotadas ou caning ainda estão sendo impostas a crianças nos sistemas penais e, em muitos Estados mais violentos, castigos são autorizados nas instituições penais e de cuidado. (PINHEIRO, 2006) ⁷

---

⁷ Texto original: “Only 16 States prohibit all corporal punishment against children in all settings, leaving the vast majority of the world’s child population without equal legal protection from being hit and deliberately humiliated within their homes. In addition, children face violence from those entrusted with their care in schools, in care and justice systems, as well as in places where they are working legally or illegally. In over 100 countries, children in schools suffer the reality or threat of State-authorised, legalised beating. In at least 30 States, sentences of whipping or caning are still being imposed on children in penal systems, and in many more States violent punishments are authorised in penal and care institutions.” (PINHEIRO, 2006).

Outro elemento contribuinte para o ocultamento da violência infanto-juvenil se refere à falta de investigação sobre o tema e precariedade de registros, inclusive de nascimentos e falecimentos. A deficiência de bancos de dados e sistemas de informações dificulta a identificação de grupos de risco, a criação de programas específicos de combate à violência, gerando evidentes repercussões nos sistemas políticos de amparo a esta população. Em relatório de Sérgio Pinheiro apresentado na Sexagésima Primeira Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas:

Recomendo que os Estados melhorem seus sistemas de recolha de dados e informações, a fim de identificar os grupos mais vulneráveis, informar sobre políticas e programas em todos os níveis e monitorar o progresso na prevenção da violência contra crianças . Os Estados devem utilizar indicadores nacionais com base em normas acordadas internacionalmente e assegurar que os dados necessários são coletados, analisados e divulgados para monitorar os progressos alcançados (PINHEIRO)⁸⁹

No entanto, apesar da disseminação da violência contra crianças em culturas tão diversas, sua manifestação se diferencia mediante fatores como desenvolvimento econômico do país, posição social da vítima, assim como seu sexo e idade. Levantamentos realizados pela Organização Mundial de Saúde, em 2002, apontam dobro da taxa de homicídios de crianças em países pobres em relação aos desenvolvidos (2,58 contra 1,21 por 100.000 habitantes); maiores taxas de homicídios entre jovens de 15 a 17 anos (9,06 para moços e 3,28 para moças) e crianças entre 0 a 4 anos (1,99 para meninas e 2,09 para

---

⁹ Texto original: “Je recommande que les États améliorent leurs systèmes de collecte de données et de renseignements de manière à identifier les groupes vulnérables, informent de leurs politiques et programmes à tous les niveaux et suivent les progrès réalisés dans la prévention de la violence à l’encontre des enfants. Les États devraient utiliser des indicateurs nationaux fondés sur les normes convenues sur le plan international et s’assurer que les données nécessaires soient rassemblées, analysées et diffusées pour suivre les progrès réalisés (PINHEIRO, 2006)

meninos)¹⁰. Notadamente, crianças menores correm maior risco de serem vítimas de agressões físicas como espancamentos; adolescentes do sexo feminino, de violência sexual e prostituição; enquanto adolescentes do sexo masculino, constituem o grupo mais vulnerável no tocante aos homicídios.

Alguns grupos de crianças, por sua vez, são mais atingidos pela violência, devido à ausência ainda maior de proteção por parte da família, comunidade ou Estado. Crianças deficientes, moradoras de rua, refugiadas ou pertencentes a minorias étnicas, além daquelas em conflito com a lei, tem sido alvo de agressões de toda espécie, evidenciando o massacre da infância e adolescência. Relatório da Unicef, por exemplo, aponta aumento de abusos cometidos contra crianças na África subsaariana, especialmente entre 8 e 14 anos, com prevalência de crianças de rua, albinos e portadores de deficiência. Entre os fatores mencionados estão a crescente urbanização e guerras no continente, custos para a criação das crianças e bruxaria.

Crianças têm gasolina colocada sobre seus olhos e ouvidos como forma de exorcizar "espíritos malignos" que curandeiros alegam os estar possuindo. O problema estaria sendo aumentado também pelo aumento no número de pessoas que cobram para praticar exorcismos. Há relatos de um homem preso na Nigéria após cobrar mais de US\$ 250 por cada procedimento. (http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100717_albinos_rc.shtml)

Da mesma forma, países em situação de conflito, com certa frequência, constituem cenário propício para a propagação da violência contra crianças e jovens. O *Informe do Secretário Geral sobre Crianças e Conflito na Colômbia*, apresentado em 2009, ao Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas, relata que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) realizavam campanhas de recrutamento de crianças dentro de escolas, como episódio ocorrido em um estabelecimento de ensino em Cauca, onde se

---

¹⁰ *Global Estimates of Health Consequences due to Violence against Children*. In apud: PINHEIRO, 2006.

encontravam 800 alunos. Assassinatos e mutilações de crianças seguiam também como motivo de grave preocupação, embora houvesse evidente dificuldade em atribuir às FARC a autoria da violência.

Em 704 dos 819 casos de mortes de crianças denunciados pelo Observatório do Programa Presidencial de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário em 2008, não se pode identificar os autores. (ONU, 2009) ¹¹

Por outro lado, alguns fatores parecem ter impacto na redução de condutas violentas contra crianças e jovens. Núcleos familiares estáveis que possam oferecer-lhes efetiva proteção, desenvolvimento de sólidos vínculos afetivos entre pais e filhos e uma disciplina não violenta, adoção de programas escolares que favoreçam o desenvolvimento de atitudes e comportamentos não violentos e não discriminatórios mostram evidente eficácia na prevenção da violência (PINHEIRO, 2006), embora o aumento de pesquisas seja necessário para melhor entendimento destes processos grupais.

Neste sentido, Pinheiro (2006) elabora recomendações gerais para a erradicação desta violência: reforçar engajamento e ações entre os níveis federal e local, sempre em conformidade aos parâmetros internacionais dos direitos humanos e conhecimentos científicos; interditar toda espécie de violência contra crianças, aí compreendida também práticas tradicionais como casamentos forçados, mutilação de genitais, assim como outras agressões aceitas no âmbito sociocultural; privilegiar a prevenção, através de políticas e programas que ataquem fatores de risco como a falta de vínculos afetivos parentais, rompimento de núcleos familiares, abuso de álcool e drogas e o acesso a armas de fogo; promover valores não violentos e sensibilizar a sociedade, através de campanha, sobre temas pertinentes como igualdade entre gêneros, discriminação e não aceitação de castigos corporais como prática

---

¹¹ Texto original: “En 704 de los 819 casos de muertes de niños denunciados por el Observatorio del Programa Presidencial de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario en 2008 no se pudo identificar a los autores.” (ONU, 2009)

educativa; aprimorar condutas dos que trabalham com e pelas crianças, através de investimentos em programas de ensino e formação sistemática; assegurar o fornecimento de serviços sociais e de saúde acessíveis, neles compreendido os de urgência e assistência jurídica às crianças e suas famílias; criar serviços de notificação adaptados às crianças, facilitando denúncias e intervenções contra atos violentos; assegurar a participação das crianças nas decisões acerca da prevenção, intervenção, assim como dos encaminhamentos posteriores à violência, tendo em conta os interesses superiores da criança; estabelecer que os agressores respondam por seus atos, nos âmbitos penal, civil e administrativo e trabalhista, minando sentimento social de impunidade; elaborar políticas e programas de proteção às crianças que levem em conta especificidades de gênero; elaborar e aplicar sistemas de coleta de dados e de pesquisa, tendo o Estado responsabilidade de utilizar indicadores respaldados em parâmetros internacionais, assegurando ainda que as informações sejam analisadas e difundidas para o acompanhamento da situação; e reforçar o engajamento internacional, cabendo aos países aplicar a Convenção relativa aos direitos da criança e seus protocolos, assim como cooperar com os organismos criados em virtude de instrumentos internacionais. (PINHEIRO, 2006).

Não se trataria, portanto, de tarefa imediata, delegada a pessoas específicas, e sim, de um embate social, conduzido pelas instâncias governamentais e civis. Romper com o arraigado ciclo de negligência, agressões e abusos contra indivíduos em formação requer intensa modificação de condutas e das representações sobre a infância e a adolescência, os espaços públicos e privados, a família e a comunidade, entre outros. Requer a participação coletiva de todas as esferas sociais, e que se toma a questão como prioritária. Afinal, a violência contra crianças e adolescentes é a mais imediata construção de um futuro socialmente degradado.

2.1 VIOLÊNCIA FAMILIAR

Conforme a Declaração dos Direitos do Homem, promulgada em 1º de dezembro de 1948, *“a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito a proteção desta e do Estado”* (ONU, 1948). Embora as configurações familiares se modifiquem conforme o espaço e o tempo social¹², assim como a função por ela exercida no cuidado de suas crianças, desempenham papel fundamental na vida comunitária e na construção psíquica do indivíduo. Sua relevância faz com que tenham garantidas atualmente a preservação de sua esfera privada¹³ e a salvaguarda das ingerências do Estado, excetuando as previstas em lei, como intervenções mediante questões de segurança nacional, saúde pública ou proteção de direitos e liberdades do outro.

Dentre os Direitos da Criança estabelecidos na Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 20 de Novembro de 1959, diversos princípios tem a família como principal executora. Em seu artigo 6º, legisla-se que

a criança tem direito ao amor e à compreensão, e deve crescer, sempre que possível, sob a proteção dos pais, num ambiente de afeto

---

¹² *“a vida familiar desde a Idade Média até o início do Renascimento foi caracterizada por uma sociabilidade na qual a separação entre o espaço público e o espaço privado, bem como entre os diferentes espaços de intimidade no interior da casa, era bem menos demarcada, com um trânsito mais aberto entre a casa e a rua e no interior da própria casa, onde os mesmos espaços eram utilizados para comer, dormir, trabalhar e brincar, sendo também mais difusas as diferenças e limites entre a infância e a vida adulta* (Mandelbaum, B. In http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?Edicao_Id=357&Artigo_ID=5493&IDCategorica=6296&reftype=2)

¹³ Conforme o artigo 8 da Convention de sauvegarde des droits de l'homme et des libertés fondamentales: 1. *Toute personne a droit au respect de sa vie privée et familiale, de son domicile et de sa correspondance*; 2. *Il ne peut y avoir ingérence d'une autorité publique dans l'exercice de ce droit que pour autant que cette ingérence est prévue par la loi et qu'elle constitue une mesure qui, dans une société démocratique, est nécessaire à la sécurité nationale, à la sûreté publique, au bien-être économique du pays, à la défense de l'ordre et à la prévention des infractions pénales, à la protection de la santé ou de la morale, ou à la protection des droits et libertés d'autrui.* (Conseil dell'Europe, Convention de sauvegarde des droits de l'homme et des libertés fondamentales, 2010)

e de segurança moral e material para desenvolver a sua personalidade.
(ONU, 1959).

No artigo 7º, por sua vez,

a criança tem direito à educação, para desenvolver as suas aptidões, sua capacidade para emitir juízo, seus sentimentos, e seu senso de responsabilidade moral e social. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais (ONU, 1959).

Já no artigo 10º,

a criança deve ser criada num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.(ONU, 1959)

No entanto, malgrado as responsabilidades conferidas às famílias, é justamente dentro dos lares que a violência contra crianças se faz mais presente, assumindo as formas de violência física e sexual, negligência, humilhação e outros tipos de violência psicológica. Embora sejam poucas as informações sobre a amplitude do problema, devido ao aspecto privado do ambiente familiar, diversos estudos apontam os pais, parentes próximos ou pessoas responsáveis pelos cuidados à criança como principais agressores.

Dentro deste panorama, as crianças menores de um ano têm sido as principais vítimas fatais, havendo estimativas de que corram três vezes maiores riscos do que àquelas entre 1 a 4 anos (PINHEIRO, 2006). A maioria destes homicídios é cometida por um dos pais, e resultam de ferimentos na cabeça ou em órgãos internos, sufocamento, brusco chocalhar, entre outros. As taxas mais elevadas de homicídios nesta faixa etária, por sua vez, foram verificadas na África Subsaariana e América do Norte, enquanto as mais baixas em países europeus e do leste e oeste asiático. Percebe-se também decréscimo desta

espécie de violência com o aumento da idade das crianças, que passam a serem vítimas de outros grupos sociais.

A maioria dos assassinatos de crianças menores de um ano de idade é perpetrada por um ou ambos os pais da criança, muitas vezes, a mãe. Enquanto cerca de 50% a 75% dos assassinatos de crianças com menos de 10 são por membros da família, essa proporção cai para cerca de 20% dos assassinatos de crianças de 10 a 14, e 5% dos assassinatos de crianças de 15 a 19.¹⁴ (PINHEIRO, 2006).

Tendo como referência a violência sem presença de vítimas fatais, nota-se grande disseminação de agressões em âmbito mundial, situação reforçada pela aceitação corrente de práticas disciplinares pautadas em castigos corporais e humilhações. Pesquisa realizada nos Estados Unidos revela que 84% dos entrevistados concordam que esporadicamente é preciso “*a good hard spanking*”, como chineladas e palmadas¹⁵; um estudo da República da Coreia constata que 90% dos pais consideram como necessários castigos corporais¹⁶; já em uma pesquisa conduzida no Lêmen, quase 90% das crianças disseram que castigos físicos ou humilhações é a principal forma de disciplina na família¹⁷.

No Brasil, poucas são as informações acerca da atual difusão de métodos violentos na criação dos filhos. Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Paraná, com crianças e adolescentes entre oito e 16 anos, no

---

¹⁴ Texto original: “The majority of murders of children under the age of one are perpetrated by one or both of the child’s parents, frequently the mother. While approximately 50% to 75% of murders of children aged under 10 are by family members, this proportion drops to about 20% of murders of children aged 10 to 14, and 5% of murders of children aged 15 to 19. (PINHEIRO, 2006)

¹⁵ Durrant JE (2005). Corporal Punishment: Prevalence, Predictors and Implications for Child Behaviour and Development. In: Hart SN (Ed) (2005). Eliminating Corporal Punishment. Paris, UNESCO. In apud: Pinheiro, 2006.

¹⁶ Kim D-H (2000). Children’s Experience of Violence in China and Korea: A Transcultural Study. Child Abuse & Neglect, 18: 155–166. In: Hart SN (Ed) (2005). Eliminating Corporal Punishment. Paris, UNESCO. In apud: Pinheiro, 2006.

¹⁷ International Save the Children Alliance (2005). Ending Physical and Humiliating Punishment of Children. Making It Happen, Part 2. Global Submission to the UN Secretary-General’s Study on Violence against Children. Stockholm, Save the Children Sweden. In apud: Pinheiro, 2006.

entanto, aponta que:

A maioria dos participantes relatou que já recebera punições corporais (88,1%) e castigos (64,8%). Sobre punições corporais, 86,1% apanharam da mãe e 58,6% apanharam do pai; 36,9% dos participantes relataram que já ficaram machucados. A maioria dos participantes apanhou nas nádegas (64,7%), e os punidores utilizaram mais frequentemente as próprias mãos (62,3%), embora cinto (43,0%) e chinelo (42,3%) também tenham servido para punir. A avaliação que os participantes fizeram sobre os métodos disciplinares revelou uma contradição: 75,2% concordaram que, quando fazem coisas erradas, as crianças devem apanhar, mas somente 34,5% afirmaram que utilizarão punições corporais em seus filhos, e um número considerável (27,1%) afirmou estar em dúvida.¹⁸ (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004)

Além das agressões corporais, outra forma de violência se faz marcante dentro dos lares: a psicológica. Ainda mais silenciosa, a violência sem hematomas tem na privacidade dos lares o espaço privilegiado para sua manifestação. Insultos, rejeição, isolamentos, ameaças e humilhações, entre um vasto repertório de opressões contra crianças e adolescentes, são disseminados globalmente¹⁹, conduzindo, com frequência, à eclosão de sintomas psicológicos diversos nas vítimas. Estes efeitos se encontram ainda acoplados aos episódios de agressão corporal, percebidos na ansiedade gerada pela antecipação da violência, assim como na humilhação após e durante a covardia.

Pinheiro (2006) sugere, neste sentido, o emparelhamento entre a

---

¹⁸ O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estud. psicol.*(Natal) vol.9 no.2 May/Aug. Natal, 2004.

¹⁹ *Psychological forms of punishment occur in every region. A study across five countries conducted by the World Studies of Abuse in the Family Environment (WorldSAFE) project indicated that shouting or screaming at children was a punishment practised by parents in all five countries (Chile, Egypt, India, the Philippines, and the USA). The incidence of cursing children or threatening them was more varied; for example, in the Philippines no mother was reported as cursing her child, but 48% threatened abandonment; in Egypt 51% cursed the child, but only 10% threatened abandonment.* In: Krug EG et al. (Eds). *World Report on Violence and Health*. Geneva, World Health Organization, pp 59–86. In apud: ibidem

violência psicológica e física, quanto aos seus propósitos e origens. Embora haja um consentimento social acerca dos maiores impactos das agressões corporais, ambas carregariam consigo potencial de aniquilamento psíquico e, portanto, merecedoras da mesma atenção e intervenção.

A violência psicológica pode ser o produto de uma frustração descontrolada, ou pode ter um propósito semelhante ao da punição corporal: coagir uma criança à obediência e restringir seu comportamento indisciplinado. Embora as crianças possam conhecer os ditos "palavras nunca pode me machucar", a verdade é que muitas crianças encontram a dor e a ansiedade da rejeição e humilhação advindos de um ataque à sua autoestima, como algo difícil de suportar.

^{20 21} (PINHEIRO, 2006)

Atrelado às formas de violência acima mencionadas, acresce-se outro elemento de risco: a negligência, ou seja, uma falha dos pais ou cuidadores em garantir necessidades físicas e emocionais à criança, quando possuem conhecimento e acesso aos serviços para tanto; ou falha na proteção à exposição de perigos, conforme Unicef (PINHEIRO, 2006).

A negligência, no entanto, ganha contornos específicos, devido ao difícil discernimento entre o que se constitui um descaso intencional ou uma falta de conhecimento e acesso aos serviços de atenção. O quadro se torna mais complexo, ao serem avaliados países que apresentam frágil sistema de saúde pública e ampla desnutrição.

Verifica-se também maior incidência de casos de negligência com meninas do que meninos, apontando discriminação de gêneros já durante a infância. Estudos conduzidos na Índia sugerem, por exemplo, que meninas são

---

²⁰ Texto original: *"Psychological violence may be the product of uncontrolled frustration, or it may have a similar purpose to that of corporal punishment: to cow a child into obedience and 'retrain' his or her unruly behaviour. Although children may know the saying 'words can never hurt me,' the truth is that many children find the pain and anxiety of rejection, and the humiliation of an attack on their self-esteem, is also difficult to bear"* (PINHEIRO, 2006)

²¹ International Save the Children Alliance (2005). Ending Physical and Humiliating Punishment of Children. Making It Happen, Part 1. Global Submission to the UN Secretary-General's Study on Violence against Children. Stockholm, Save the Children Sweden. In: ibidem

amamentadas durante menos tempo e com menor frequência, além de receberem alimentos em quantidade e qualidades inferiores (PINHEIRO, 2006).

No âmbito das práticas de violência contra crianças e adolescentes, os abusos e moléstias sexuais merecem especial atenção. A World Health Organisation (WHO) estima que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos mantiveram relações sexuais forçadas ou outras formas de violência sexual envolvendo contato físico. Embora os números apresentados pela WHO pareçam elevados, tratam-se de informações subestimadas, já que grande parte dos casos é infligida por familiares e conhecidos. Em estudo da mesma organização²², realizado com 24.000 mulheres de dez países (Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Peru, Namíbia, Samoa, Servia e Montenegro, Tailândia e Tanzânia), fora perguntado “se alguém as havia tocado sexualmente ou feito algo sexual contra a vontade delas, antes dos quinze anos”. Os dados são aterradores:

No Brasil, nas cidades e nas províncias, 12% e 9% das mulheres, respectivamente, relataram abuso sexual na infância. Desses, 66% e 54% relataram que um membro da família foi o autor. Na Namíbia, 21% das mulheres relataram abuso sexual na infância. Destes, 47% indicaram que um membro da família como autor. Já nas cidades e províncias peruanas, 19,5% e 18% das mulheres relataram abuso sexual na infância, sendo 54% e 41% dos responsáveis membros da família. (PINHEIRO, 2006)²³

Diversas outras pesquisas reforçam as informações obtidas pela WHO, como as conduzidas junto a famílias romenas, estudantes palestinas, chinesas,

---

²² WHO (2005). WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women. Geneva, World Health Organization.

²³ Texto original: “In the two Brazil sites, city and province, 12% and 9% respectively of the women reported childhood sexual abuse. Of these, 66% and 54% reported that a family member was the perpetrator. In Namibia, 21% of the women reported childhood sexual abuse. Of these, 47% indicated that a family member was the perpetrator. In the two Peruvian sites, city and province, 19.5% and 18% of the women reported childhood sexual abuse, with 54% and 41% of the perpetrators being family members”. (PINHEIRO, 2006)

africanas, entre outros, apontando padrastos, tios, primos, irmãos, avôs e amigos da família como os principais agressores sexuais.

Em um estudo com mulheres entre 15 e 49 na África do Sul, 21% relataram terem sido forçados ou persuadidos a ter relações sexuais contra a sua vontade antes da idade de 15 anos, sendo o agressor um parente. Em um estudo nacional romeno, com moças entre 13 e 14 anos de idade, 9% relataram terem sido sexualmente violadas na família e 1% relataram terem sido estupradas por um membro da família. No território ocupado palestino, 19% de estudantes universitários de graduação pesquisados relataram pelo menos um ato de violência sexual contra elas por um membro da família imediata, antes de 16 anos. Além disso, 36,2% ainda relataram abuso sexual por um parente pelo menos uma vez. Homens e mulheres relataram taxas semelhantes de abuso sexual na infância. Em um estudo com estudantes universitários em Hong Kong, 4,3% dos homens e 7,4% das mulheres relataram ter um ou mais incidentes de violência sexual antes da idade de 17 anos. Os autores eram estranhos em menos do que um terço dos casos. (...) Na Somália, 20% das crianças relataram um estudo que eles sabiam de uma agressão sexual contra uma criança em sua família.^{24 25} (PINHEIRO, 2006)

Diante da alta incidência de tais casos dentro dos lares, as informações sugerem o silencioso ciclo de violência culturalmente instalado e garantido pela

---

²⁴ Texto original: *"In a study of women aged 15 to 49 in South Africa, 21% of women who reported being forced or persuaded to have intercourse against their will prior to the age of 15 years, reported that the perpetrator was a relative²⁴. In a Romanian national study of 13- and 14-year-olds, 9% of the children reported they had been sexually violated in the family and 1% reported they had been raped by a family member²⁴. In the Occupied Palestinian Territory, 19% of surveyed undergraduate college students reported at least one act of sexual violence against them by an immediate family member prior to the age of 16. A further 36.2% reported sexual abuse by a relative at least once. Males and females reported similar rates of childhood sexual abuse. In a study of university students in the Hong Kong Special Administrative Region of China, 4.3% of males and 7.4% of females reported experiencing one or more incidents of sexual violence before the age of 17 years. Perpetrators were strangers in less than one-third of cases. (...) In Somalia, 20% of the children reported to one study that they knew of a sexual assault against a child in their family."* (PINHEIRO, 2006)

²⁵ 60 UNICEF (2003). From Perception to Reality: A Study on Child Protection in Somalia. UNICEF Somalia, Ch. 3 In apud ibidem

privacidade do lar. Muitas das crianças vítimas de abusos sexuais, talvez a maioria, se cala diante do medo em relação ao seu futuro e à de sua família, da vergonha perante seus familiares, do receio de uma possível rejeição por parte dos queridos, do temor pela humilhação de não ser acreditada.²⁶ Não bastassem tais conflitos, em diversas comunidades que sustentam rígida postura acerca dos gêneros e da honra familiar, meninos agredidos são vistos como frágeis, enquanto meninas, culpadas pela violência, sendo merecedoras inclusive de açoites e assassinato. Quanto aos adultos próximos, diante destes casos, com frequência, sobrepõem os interesses pela preservação de uma imagem familiar, o medo da denúncia, ou até mesmo a indiferença diante da criança, responsabilizada por seu próprio sofrimento.

Dentro do contexto da violência familiar, uma condição relevante para a compreensão do fenômeno é a baixa condição socioeconômica, que potencializa a eclosão de agressões, humilhações e negligências. Embora a violência contra crianças, perpetrada por seus responsáveis dentro do ambiente do lar, seja mundialmente difundida em todas as esferas sociais, pesquisas revelam que níveis de instrução insatisfatórios, falta de rendimentos e aglomeração de pessoas na casa aumentam os riscos de violência. Tais situações seriam potencialmente geradoras de desconforto psicológico e estresse, e favoreceriam o surgimento agressões, entendidas como manifestação de frustrações e angústias. Refletiriam também a falta de suporte e apoio em diversos níveis, como o acesso adequado a instituições de saúde e assistência social, produzindo sentimentos de desamparo. Em consonância a estas informações, a WHO aponta que a violência física cometida por pais contra seus filhos é mais recorrente nos jovens, solteiros e pobres, parcela populacional especialmente vulnerável às mazelas sociais.²⁷

De forma semelhante, o uso abusivo de drogas ou álcool por parte dos

---

²⁶ United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children (2005). Regional Desk Review: South Asia. Available at: www.violencestudy.org/r27. In apud ibidem.

²⁷ Krug EG et al. (Eds). World Report on Violence and Health. Geneva, World Health Organization. Geneva, 2002

responsáveis aumenta consideravelmente as situações de violência dentro da família, com evidentes repercussões ao bem-estar da criança. Levantamento realizado pela Vigilância de Violências e Acidentes (Viva)²⁸, ligado ao Ministério de Saúde, revela que 30,3% das mulheres vítimas de violência doméstica, sexual ou outra violência suspeitam de ingestão de bebida alcoólica por parte do agressor²⁹. Na cidade de Cali, Colômbia, quase metade das mulheres atendidas em pronto-socorro apontaram o uso de álcool pelo agressor. Em pesquisa realizada na cidade de Recife, os autores relatam

que o uso abusivo de bebidas alcoólicas nos fins de semana, associado a fortes pressões socioeconômicas, estilo educacional rígido e punitivo, ambiente sociocultural complexo e exigente, com frequência conduz essas famílias a comportamentos violentos, impulsionados e modulados por esses mesmos fatores. (MELLO, CALDAS, CARVALHO, LIMA, 2005)³⁰

Outros estudos, por sua vez, tem se debruçado sobre o enlace entre a violência contra mulheres e prática de maus-tratos contra crianças. Ampla pesquisa conduzida nos Estados Unidos, com mais de 6.000 famílias, revela metade dos homens que agridem suas companheiras, usualmente ataca seus filhos³¹. Outros levantamentos americanos apontam que tanto a violência contra

---

²⁸ “O VIVA Contínuo tem como objetivo descrever o perfil dos atendimentos por violências (doméstica, sexual e/ou outras violências) em unidades de referência definidas pelas Secretarias Municipais de Saúde em articulação com as Secretarias Estaduais de Saúde, caracterizando o perfil das vítimas, o tipo e local das violências, o perfil do provável autor (a) de agressão, dentre outros; além de articular e integrar com a “Rede de Atenção e de Proteção Social às Vítimas de Violências”, garantindo-se assim a atenção integral e humanizada, a proteção e garantia de direitos humanos.” http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1612)

²⁹ Ministério da Saúde, 2009. Viva: Vigilância de Violência e Acidentes, 2008-2009. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/viva_2008_2009_30_11_2010.pdf

³⁰ Melo ZM, Caldas MT, Carvalho MMC, Lima AT. Família, álcool e violência em uma comunidade da cidade do Recife. *Psicologia em Estudo* 2005;10:201-208.

³¹ M.A. Straus and R.J. Gelles. (Eds.). (1990). Physical Violence in American Families. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers. In apud: Family Violence prevent Fund. *Realizing the Promise of Home Visitation: A guide for policy makers.* http://endabuse.org/userfiles/file/Children_and_Families/Realizing%20the%20Promise%20of%20Home%20Visitation%202-10.pdf

mulheres, como a dirigida às crianças ocorre conjuntamente entre 30 a 60% dos casos identificados. Tal situação se torna ainda mais preocupante ao se verificar que a violência doméstica é precursora da maioria de mortes infantis nos Estados Unidos^{32 33}. A associação entre agressões contra mulheres e crianças, também fora encontrada em países de culturas diversas, e geograficamente distantes, como China, Colômbia, Egito, Índia, México, Filipinas e África do Sul³⁴, sugerindo a necessidade de discussões e intervenções que ultrapassem fronteiras, promovendo uma reavaliação global de práticas sociais e culturais.

A violência dentro do núcleo familiar, mesmo que não atinja o corpo da criança, acarreta em outras sérias consequências comprometedoras tanto seu bem-estar atual, quanto à qualidade de vida futura. Ambientes violentos levam as crianças à convivência com a ansiedade e o medo, imprimindo-lhes uma maneira particular e destrutiva de perceber seu entorno e suas relações interpessoais. A observação rotineira de brigas entre os pais transmite um modelo de estar com o outro que, muito provavelmente, será repetido em seus posteriores contatos.³⁵ Neste sentido, torna-se fundamental o apoio imediato à criança, seja por instituições escolares ou parentes próximos, a fim de promover-lhe outras formas de relacionamentos mais saudáveis, imprimindo-lhe resiliência às situações destrutivas que, porventura, se deparar junto aos seus responsáveis (PINHEIRO, 2006).

Estima-se que a cada ano, em todo o mundo, entre 133 e 275 milhões

---

³² 16 J.L. Edleson. (1999). The Overlap between Child Maltreatment and Woman Battering. Violence Against Women, 5(2). In apud idem.

³³ 17 L.G. Mills, C. Friend, K. Conroy, A. Fleck-Henderson, S. Krug and R.H. Magen. (2000). Child Protection and Domestic Violence: Training, Practice and Policy Issues. Children and Youth Services Review, 22(5). In apud ibidem.

³⁴ Runyan D et al. (2002). Child Abuse and Neglect by Parents and Other Caregivers. In: Krug EG et al. (Eds). World Report on Violence and Health. Geneva, World Health Organization, pp 59–86. http://whqlibdoc.who.int/publications/2002/9241545615_eng.pdf

³⁵ The Body Shop/UNICEF (2006). Behind Closed Doors. The Impact of Domestic Violence on Children. London, The Body Shop International Plc. In apud Pinheiro, 2006

de crianças são testemunhas de violência na família³⁶. A exposição frequente à violência doméstica, geralmente sob a forma de conflitos entre os pais ou entre a mãe e seu parceiro, pode ter sérias implicações para o bem-estar de desenvolvimento da criança e de suas interações sociais durante a infância e a idade adulta.^{37 38} (*United Nations Secretary-General's Report on Violence against Children, 2006*)

O autoritarismo dentro da dinâmica familiar, de forma semelhante, merece atenção. Relações entre pais e filhos pautadas em um excessivo controle dos responsáveis e pouca consideração ao posicionamento das crianças, sobretudo quando se há a crença de que castigos corporais ou humilhações são meios necessários para imposição de disciplina, favorecem a eclosão da violência familiar^{39 40}. Em culturas onde a submissão infantil diante dos responsáveis é entendida como necessária, percebe-se maior vulnerabilidade das crianças, tomadas não como indivíduos em formação, mas como objetos de posse, legitimando aos pais a prática de quaisquer condutas. Nestes casos, a dimensão do problema ganha maiores proporções, devido à convivência da comunidade e do Estado, que toleram práticas violentas quando exercidas sob o manto da privacidade e autoridade dos pais.

---

³⁶ The Body Shop/UNICEF (2006). Behind Closed Doors. The Impact of Domestic Violence on Children. London, The Body Shop International Plc. In apud ibidem

³⁷ L. A. McClosky, A. J. Figueredo et M. P. Koss, « The effect of systemic family violence on children's mental health », *Child Development*, vol. 66 (1995). In apud United Nations Secretary-General's Report on Violence against Children, 2006

³⁸ Texto original: « *On estime que chaque année, dans le monde, entre 133 et 275 millions d'enfants sont témoins de violences au sein de la famille*³⁸. Une exposition fréquente à la violence familiale, pregnant en général la forme de disputes entre les parents ou entre la mère et son partenaire, peut avoir des incidences graves sur le bien-être de l'enfant, son développement et les interactions sociales durant l'enfance et l'âge adulte³⁸ » (*United Nations Secretary-General's Report on Violence against Children, 2006*)

³⁹ Naved RT (2003). A Situation Analysis of Violence against Women in South Asia. In: Violence against Women in South Asia: A Regional Analysis. Bangkok, Asian Forum of Parliamentarians on Population and Development/Kathmandu, UNFPA. In apud Pinheiro, 2006

⁴⁰ Lalor K (2004). Child Sexual Abuse in Sub-Saharan Africa: A Literature Review. *Child Abuse & Neglect*, 28(4): 439–460. In apud Pinheiro, 2006

O autoritarismo e suas mazelas também podem ser percebidos nas atitudes patriarcais diante das figuras femininas. Em algumas sociedades, condutas extremamente violentas são perpetradas contra mulheres e crianças, quando não realizados os anseios masculinos. Nestes lugares, o consentimento da mulher é dispensável nos relacionamentos sexuais e casamento; e se vítimas de agressão masculina, não raro, são censuradas (PINHEIRO, 2006).

No Brasil, embora a autoridade patriarcal dentro da família não revele a dimensão encontrada em alguns estados, como os muçulmanos, sua presença está arraigada nos processos de formação cultural e política do país. Ao “chefe de família”, por exemplo, cabia o papel da administração das propriedades e dos bens familiares, tanto da esposa, quanto dos filhos solteiros; e o poder da concessão do casamento de seus filhos e, inclusive, de seus subalternos e criadas. Possuía, conforme as *Ordenações do Reino*, o direito de castigar fisicamente seus filhos, sua mulher, seus criados e escravos, sujeitando aos seus mandos todos que morassem ou trabalhassem em sua casa. Ainda hoje, muitas destas práticas persistem e buscam legitimidade através de discursos conservadores sobre família e gênero.

As ideias de casa e de família afetavam profundamente a natureza da política⁴¹. Constituíam-se em unidades básicas da ordem política, e mostravam-se particularmente resistentes à mudança. O pai exercia autoridade legal sobre todos; podia até, legalmente, encarcerar filhos de qualquer idade que vivessem com ele. Pelas *Ordenações do Reino*, a emancipação dos filhos ocorria aos 25 anos. Entretanto, “[...] a lei considerava a propriedade dos filhos vivendo com a família, independente de sua idade, como pertencente ao pai”⁴². O termo pai de família (*paterfamilis*) implicava, além de cuidado (proteção), autoridade (obediência). Todavia, filhas e filhos solteiros permaneciam

---

⁴¹ GRAHAM, Richard. (1997), *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ. In apud: Neder, Gizlene. Filho, Gisálio Cerqueira. OS FILHOS DA LEI. Rev. bras. Ci. Soc. vol.16 no.45. São Paulo, 2001.

⁴² Idem

sob o jugo do pátrio poder para além dos 25 anos, sobretudo se morassem na casa paterna. (NEDER e CERQUEIRA FILHO, 2001)

A presença de um frágil sistema legal, dentro deste contexto, contribui ainda mais para a disseminação da violência contra crianças. Em diversos países, as leis permitem, através de interpretações jurídicas, certo grau de violência, se infligida pelos próprios pais, com o intento disciplinar. Outras culturas, por sua vez, de acordo com suas tradições, mantêm práticas danosas como casamentos infantis e mutilações de genitais (PINHEIRO, 2006). Apesar do Comitê dos Direitos da Criança ter recomendado a 130 países, entre 1996 a 2006 (PINHEIRO, 2006) que se tomem providências para a proibição de todos os castigos corporais, a pouca observância dos normativos internacionais prossegue, sustentadas pela força da tradição e ineficientes sistemas de observância social.

Diante da complexidade do fenômeno, as intervenções devem comportar ampla atuação do Estado – a partir de investimentos, elaboração de programas e articulação de seus diversos níveis – que possam reduzir condições propícias à eclosão da violência contra crianças e adolescentes, e promover uma participação efetiva da sociedade no embate ao problema. Pinheiro (2006) sugere que os investimentos consagrados aos serviços de saúde, educação e segurança social, comportem programas para o desenvolvimento da infância, visitas dos profissionais aos lares, serviços pré e pós-natais, assim como programas de geração de renda para as famílias menos favorecidas. O autor aponta ainda a necessidade de criação de projetos às famílias em situação particularmente difícil, como as dirigidas apenas por crianças, mulheres sozinhas, ou as que sofram quaisquer forma de discriminação; e sugere a elaboração de planos educativos diferenciados que privilegiem formas de disciplina não violenta, incentivando relações saudáveis e construtivas.⁴³

---

⁴³PINHEIRO. United Nations Secretary-General's Report on Violence against Children, 2006

Em *World Report on Violence Against Children*, dentre diversos exemplos de programas exitosos, aponta-se para a “life-skills-based education”, que tem possibilitado crianças a reconhecerem situações de risco. Esta forma de prevenção ensina-as a identificarem formas apropriadas ou não de toques, a dizer não aos adultos quando se sentirem desconfortáveis, e para quem se reportar diante de situações violentas. O relatório salienta também importância das organizações de crianças e adolescentes, apoiadas pelas escolas, comunidade e setores de amparo social, onde seus membros refletem a atuam sobre conflitos, em solidariedade com os demais.

Este modelo de trabalho para e com as crianças mostra sua eficácia, ao transformá-las em agentes criativos diante de sua própria situação, tornando-as mais autônomas e confiantes. Nas diversas estratégias, encontra-se a necessidade da quebra do silêncio das crianças vítimas de violência, possibilitando intervenções diretas, sejam jurídicas ou assistenciais, resgatando a confiança nos adultos.

O mesmo relatório traz ainda recomendações aos países, a fim de mitigar a violência contra crianças dentro do ambiente familiar. Algumas delas: garantir implementação em escala de sistemas compreensivos de prevenção à violência e proteção à criança; apoiar estratégias que visem a conscientização dos direitos da criança, promovendo mudanças socioculturais referentes ao tema; desenvolver explícitos sistemas de leis e planos de ações que rejeitem toda a violência contra crianças dentro de seus lares; capacitar àqueles que trabalham junto a crianças e suas famílias; promover pesquisas qualitativas e quantitativas acerca da violência contra crianças cometidas pela família, entre outros.

Tendo em consideração estes elementos, evidencia-se a necessidade de aproximação do aparelho público e da sociedade em geral, dentro do âmbito privativo da família. Os abusos cometidos e silenciados dentro dos lares reforçam outras dimensões de violência existentes em espaços diversos – comunidade, trabalho, escolas. As intervenções, neste sentido, devem propor mudanças nas representações consolidadas sobre os papéis da família e comunidade diante do cuidado às crianças e adolescentes.

2.2 VIOLÊNCIA NAS COMUNIDADES

Não restam dúvidas de que a comunidade desempenha um importante papel para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. São nesses espaços que construirão suas redes de relações pessoais, recebendo as impressões de um mundo marcado pelo acolhimento ou hostilidade. Os valores que lhes são transmitidos e o modelo de vínculos mantidos entre os sujeitos da comunidade, de uma forma ou outra, refletem o cotidiano de seus bairros e distritos, e circunscrevem os processos de construção de subjetividades desta população.

A violência nas comunidades, neste sentido, implica em um fator de enorme risco para as crianças e jovens, seja no âmbito físico ou psicológico. De acordo com *World Report on Violence Against Children*, o risco de violência se eleva em regiões com alta circulação de armas de fogo, expressivos índices de pobreza e desigualdade social. De forma semelhante, locais onde se experimenta a incapacidade do poder público em prover cuidados, como em situações de “*rápida urbanização, instabilidades políticas, insegurança ambiental e grandes movimentos populacionais*” (PINHEIRO, 2006), são propícios para a violação dos direitos fundamentais da criança.

Por outro lado, comunidades que alimentam laços de solidariedade e proteção, e/ou que sejam relativamente bem assistidas em suas necessidades primordiais, como acessos a um sistema adequado de saúde, escolarização e infraestrutura, possuem chances expressivamente menores de vitimização de suas crianças e jovens. Segundo Adorno, embora a associação entre pobreza e violência seja muito questionável, como mostram os estudos de Beato e Reis⁴⁴, que “*não identificaram qualquer correlação positiva entre as taxas de desemprego urbano no Município de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, e as taxas de criminalidade*” (ADORNO, 2002); ou de Coelho⁴⁵, que

---

⁴⁴ BEATO e REIS. Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime. In: Henriques, R. (Org). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p. 385-404.

⁴⁵ COELHO, E.C. A criminalidade urbana violenta. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, 31(2), 1988, p. 145-83.

constatou declínio das taxas de criminalidade no Rio de Janeiro, entre 1980 e 1983, período de desemprego e inflação:

(...) não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. Mapas da violência, realizados para algumas capitais brasileiras na década passada, indicavam que as taxas de homicídios eram sempre e flagrantemente mais elevadas nessas áreas do que nos bairros que compõem o cinturão urbano melhor atendido por infraestrutura urbana, por oferta de postos de trabalho, por serviços de lazer e cultura. (ADORNO, S., 2002)

Dentro deste contexto, se as crianças eram as principais vítimas da violência familiar, na comunidade os adolescentes se tornam o alvo predileto. O triste protagonismo dos pais e responsáveis na produção da violência cede espaço a pessoas ligadas às mais diversas esferas, como a escolar, religiosa, empregatícia, entre outros. A saída da infância e as primeiras experiências distantes dos pais, como as festas e a descoberta de seus próprios interesses, expõem os jovens a uma série de circunstâncias perigosas. Nos noticiários, são frequentes os casos de acidentes automotivos envolvendo adolescentes, brigas entre grupos rivais, abusos sexuais cometidos nos percursos entre casa e escola, além das novas configurações de agressões, como as praticadas no ambiente virtual.

Neste caso, particularmente, a exposição a situações de violência encontradas na sociedade se tornam ainda mais precoces, uma vez eliminadas as distâncias que, porventura, poderiam resguardar tanto a criança como o adolescente. Em depoimento de um policial britânico do Centro de Proteção Online e Contra a Exploração Infantil: *"É exatamente por serem mídias sociais que as crianças vão utilizar essas ferramentas: para socializar, para frequentar*

as salas de bate-papo, para compartilhar arquivos, para usar os webcams” (Estadão) ⁴⁶.

Os perigos da entrada na juventude se revelam através de diversos levantamentos sobre a violência. Estimativas realizadas em Capetown, África do Sul, indica que um jovem do município de Nyanga, ao completar 15 anos, possui a chance de uma entre vinte, de falecer devido a armas de fogo⁴⁷; na Colômbia, um adolescente de Antioquia, ao completar 18 anos, possui a mesma probabilidade de ser morto até os 25 anos, vítimas de tiros⁴⁸. Embora ambos os casos revelem situações extremas, outros dados da World Health Organization reforçam os perigos da adolescência. Em 2002, nos países europeus, a taxa de homicídios de meninos entre 10 a 14 anos, se encontrava no patamar de 0.89 (100.000 habitantes), enquanto para os adolescentes, entre 15 a 17 anos, elevava-se para 5.72; nos países africanos, os números para semelhantes grupos foram 5,09 e 15,64; na América do Norte, 1,09 para 6,37; na Ásia, 1,21 para 3,93. Já nos países latino-americanos e caribenhos, houve um aumento estrondoso, com a elevação da alta taxa de 5,09 para 37,66⁴⁹. Notadamente, a questão do tráfico de drogas tem propiciado uma alarmante situação para a juventude destes países.

Um aspecto merecedor de atenção é a discrepância entre a vitimização de meninos em relação a meninas. Tomando ainda os dados relativos aos países latinos e caribenhos, percebe-se uma taxa de 1,81 homicídios por 100.000 meninas entre 10 a 14 anos, e 6.50 para adolescentes do sexo feminino⁵⁰, dados que revelam uma significativa preponderância de assassinatos de jovens do sexo masculino.

---

⁴⁶ In: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,unidade-especial-anti-pedofilia-resgatou-mais-de-400-criancas-em-um-ano-na-gra-bretanha,726104,0.htm>

⁴⁷ Bradshaw D, Renaud P (2006). South African Medical Research Council. Personal Communication, June 2006. In apud Pinheiro, 2006. pg. 290.

⁴⁸ Franco S (2003). A Social-Medical Approach to Violence in Columbia. American Journal of Public Health, 93: 2032–2036. Ibidem, pg. 290.

⁴⁹ Ibidem, pg. 289.

⁵⁰ Ibidem, pg. 289.

Por outro lado, evidencia-se que a violência sexual atinge, sobretudo, as meninas, como mostram os dados da *World Health Organization* acerca da iniciação sexual. Conforme a entidade, 40% das adolescentes peruanas que já mantiveram relações sexuais, apontam a primeira experiência como evento realizado “forçadamente, ou ao menos, de alguma forma coercitiva”⁵¹, número substancialmente superior diante dos 11% dos adolescentes peruanos, que revelam semelhante situação. No Caribe, a porcentagem alcança 48% para as meninas, e 32 % para os meninos; e nos Estados Unidos e Nova Zelândia, nota-se uma brusca redução para 9% e 7%, respectivamente, sem registros percentuais relevantes para os meninos.⁵²

Sobre os relacionamentos afetivos entre jovens, de acordo com o *International Dating Violence Study*, conduzida em 16 países da Ásia, América Latina, Oriente Médio e América do Norte, 17% a 38% dos adolescentes já cometeram alguma violência física contra suas parceiras, índice que se eleva para 17% a 48%, no caso das jovens. Dados similares foram encontrados no *Global School-Based Student Health Survey*, apontando, por exemplo, que 29% dos meninos disseram terem sido agredidos pelas suas namoradas, e 15% das meninas, pelos seus namorados nos últimos doze meses. Em Zâmbia, conforme mesma pesquisa, os números variaram para 18% das meninas e 23% dos meninos, enquanto em Namíbia, 9% e 16% respectivamente. Nos Estados Unidos, de forma semelhante, foram encontradas altas taxas de violência nos relacionamentos afetivos mantidos entre jovens, evidenciando a amplitude do fenômeno⁵³. Tais levantamentos revelam que a violência tem sido elemento corriqueiro nas relações interpessoais mantidas entre jovens casais, o que se torna especialmente alarmante ao se refletir sobre as formas de educação a serem ministradas às próximas gerações de crianças.

---

⁵¹ Ibidem, pg. 294

⁵² Ibidem, pg. 294

⁵³ Ibidem, pg.292.

A violência policial também é levantada pelo *World Report on Violence Against Children*, como séria ameaça aos jovens, sobretudo àqueles que permanecem excessivo tempo nas ruas, seja pelo trabalho, influência de drogas ou fuga dos lares. Este quadro toma proporções mais agravantes, devido dificuldades de serem realizadas denúncias contra os próprios policiais. Neste sentido, há recomendação de que a violência cometida pelos órgãos de segurança pública deva ser conduzida por sistemas independentes de monitoramento.

Estudos conduzidos, em 2001, pela organização não governamental Human Rights Watch⁵⁴, na Bulgária, Egito, Guatemala, Nova Guiné e Sudão revelam a difusão de práticas como tortura, abusos sexuais e espancamento de jovens pelo corpo policial (PINHEIRO, 2006). A mesma entidade, em relatório sobre a violência policial no Rio de Janeiro e São Paulo, publicado em dezembro de 2009, alerta sobre os altos índices das chamadas “mortes por resistência” cometidas pelos comandos policiais:

As polícias do Rio de Janeiro e de São Paulo juntas mataram mais de 11.000 pessoas desde 2003. No estado do Rio, mortes por resistência alegadas pela polícia atingiram um recorde de 1.330 em 2007. Mesmo que os assassinatos relatados tenham diminuído para 1.137 em 2008, o número permaneceu alarmantemente elevado, pois era o terceiro maior no registro para Rio. O número de “autos de resistência” em São Paulo, embora menor do que no Rio, é também comparativamente alto: ao longo dos últimos cinco anos, por exemplo, havia mais “autos de resistência” no estado de São Paulo (2.176) do que homicídios de suspeitos cometidos por policiais em toda a África do Sul (1.623), um país com uma taxa de homicídios muito maior do que São Paulo. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009).⁵⁵

---

⁵⁴ Human Rights Watch Easy Targets: Violence against Children Worldwide. New York, Human Rights Watch. 2001. acesso: <http://www.hrw.org/>

⁵⁵ Texto original: “*The Rio and São Paulo police have together killed more than 11,000 people since 2003. In the state of Rio, alleged resistance killings by police reached a record high of 1,330 in 2007. While reported killings decreased to 1,137 in 2008, the number remained alarmingly elevated, as it was the third highest on record for Rio. The number of police “resistance” killings in São Paulo, while less than in Rio, is also comparatively high: over the past five years, for example, there were more police “resistance” killings in São Paulo state (2,176)*”

De acordo com a organização não governamental, há ainda diversos fatores que obscurecem a natureza dos delitos cometidos pelo corpo policial como: ocultamento e remoções de corpos da cena do crime; presença de inúmeras falhas na condução da investigação, desde falta de entrevistas junto a testemunhas e incapacidade de realização de testes básicos de medicina legal; uma cultura institucional, *“que enfatiza a lealdade, mina a imparcialidade do inquérito policial em casos de alegado abuso por policiais do companheiro”*(HUMAN RIGHTS WATCH, 2009); e a própria impunidade.

Na última década, a Ouvidoria da Polícia do Rio de Janeiro registrou mais de 7.800 queixas contra policiais acerca da conduta criminosas; as queixas geraram apenas 42 acusações criminais por procuradores da República e apenas quatro condenações. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009)

De fato, a violência policial contra adolescentes e, inclusive, crianças, tem sido marcante na história brasileira. Na chamada Operação Camanducaia, cerca de 300 crianças foram retiradas das ruas e conduzidas para o DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo). Sem qualquer consentimento do Juízo, policiais levaram noventa e três delas à cidade de Camanducaia, tendo sido despidas, espancadas e lançadas à beira da estrada⁵⁶. Já em julho de 1993, sete meninos e uma jovem, todos moradores de rua, foram assassinados, num episódio que ganhou repercussão internacional: a Chacina da Candelária. O julgamento ocorreu apenas em 1996, com a condenação de três dos seis policiais acusados pela barbárie⁵⁷.

---

than police killings of suspects in all of South Africa (1,623), a country with a much higher homicide rate than São Paulo” (HUMAN RIGHTS WATCH, 2009).

⁵⁶ Frontana, Isabel C. R. da Cunha. Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo. Edições Loyola, 1999.

⁵⁷ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/massacreemsp/candelaria.shtml>

Relatos de violência cometidos por outras figuras de autoridade dentro do ambiente comunitário – valendo-se de suas posições de prestígio e proximidade junto a crianças e adolescentes – também se mostram recorrentes. Pesquisa conduzida no Canadá e Noruega aponta que um terço de jovens atletas passou por situações constrangedoras, variando de assédios a abusos sexuais cometidos pelos seus técnicos. Já na Dinamarca, 25% dos atletas com menos de 18 anos sofreram assédio sexual de seus técnicos ou outras figuras de autoridade⁵⁸.

Alguns países, diante da amplitude dos casos de abusos cometidos por treinadores esportivos, têm tomado medidas específicas para combater a situação, através de estabelecimento de código de condutas para os técnicos, além da divulgação de procedimentos ágeis para denúncias⁵⁹.

No Brasil, abusos e violência contra jovens no âmbito esportivo tem sido relatados, muito embora o assunto ainda permaneça velado. Um dos casos mais notórios ocorrera com a nadadora olímpica Joanna Maranhão, que denunciou antigo treinador por tê-la molestado sexualmente, quando contava apenas com nove anos de idade⁶⁰. Devido repercussão do episódio, aos 17/12/2009, o Senado Federal aprovou Projeto de Lei Joanna Maranhão, em que *“o prazo de prescrição no caso dos crimes contra a liberdade sexual de crianças e adolescentes começa a correr a partir da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se nesse tempo já houver sido proposta a ação penal”* (Agencia Senado)⁶¹.

Paulo David (2005) comenta ainda sobre a quase inexistência de integração dos direitos humanos das crianças e adolescentes no âmbito das

---

⁵⁸ David P (2005). Human Rights in Youth Sport: A Critical Review of Children's Rights in Competitive Sport. London, Routledge. In apud Pinheiro. 2006. pg. 298.

⁵⁹ <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,eua-faz-projeto-para-evitar-abuso-sexual-na-natacao,541277,0.htm>. 21/05/2010

⁶⁰ http://oglobo.globo.com/esportes/mat/2008/02/12/joanna_maranhao_volta_ao_brasil_fala_do_abuso_sexual_que_sofreu-425595937.asp. 12/02/2008

⁶¹ <http://www.senado.gov.br/noticias/senado-aprova-projeto-de-lei-joana-maranhao.aspx>. 17/12/2009.

competições, fato que se revela na exploração dos jovens na busca de resultados, nos interesses comerciais subjacentes às competições e na inobservância do respeito à integridade física e psicológica dos jovens atletas. Em depoimentos de competidores de alto rendimento, percebe-se a constância de discursos sobre a perda da infância, devido ao excesso de treinamentos; o convívio com as dores e lesões advindas da busca pelos melhores rendimentos, entre outros. Voser et al⁶², a partir de pesquisas de diversos educadores esportivos, afirmam que os “treinamentos especializados precoces” podem acarretar em sérios riscos físicos e motrizes, como problemas ósseos, articulares, musculares e cardíacos, devido às repetições excessivas de determinados movimentos; e psicológicos, advindas das pressões, ansiedades, cobranças e frustrações que envolvem o ambiente competitivo.

Por certa vez, em um evento sobre a Psicologia no Esporte de Alto Rendimento, um renomado atleta do voleibol, ao declarar o quanto é estressante o esporte, disse: “uma simples cortada vale um investimento do patrocinador, a expectativa dos companheiros de equipe, do dirigente, treinador, torcida, amigos, parentes e mídia”.
(VOSER, NETO e VARGAS, 2009)

Casos de violência contra crianças e adolescentes nas comunidades também são registrados no âmbito religioso, através de abusos e assédios cometidos por representantes de instituições religiosas locais. Conforme Pinheiro⁶³, as informações sobre estes crimes, em geral, se resumem àquelas prestadas pela mídia, havendo séria lacuna de estudos sistematizados. Alguns levantamentos, no entanto, causam apreensão, como relatório sancionado pela Igreja Católica Apostólica Romana dos Estados Unidos, que revela existência de 11.000 denúncias de crimes sexuais cometidos por padres americanos (BBC,

---

⁶² Voser, R. C., Neto F. X. V, Vargas, A. M. V. A criança submetida precocemente no esporte: benefícios e malefícios, 2009. In: http://www.futsalbrasil.com.br/artigos/artigo.php?cd_artigo=153

⁶³ PINHEIROS, S. World Report on Violence Against Children- United Nations Secretary's General Study. ONU, Geneva, 2006

2004)⁶⁴. As acusações se reportam a situações ocorridas desde a década de 1950, atingindo a 4.440 padres, ou seja, 4% do clérigo. Grupos de representantes destas vítimas, no entanto, apontam subestimação nos números, uma vez que as denúncias contra padres demorariam em torno 44 anos para serem realizadas (BBC, 2004)⁶⁵.

Os abusos sexuais cometidos por membros de instituições religiosas tomam proporções ainda maiores ao se verificar a difusão desta prática em diversos países. Na Alemanha, no ano de 2001, em Berlim, vinte ex-alunos de uma escola católica de alto padrão protestaram contra professores jesuítas que lecionaram entre as décadas de 1970 a 1980, levando um dos religiosos a confessar os crimes (DEUTSCHE WELLE, 2010)⁶⁶. Na Bélgica, em 2010, mais de 500 pessoas denunciaram padres católicos de terem cometido abusos sexuais (BBC, 2011)⁶⁷, além de todas as arquidioceses registrarem alguma queixa neste sentido. Já a Comissão de Inquérito sobre Abuso Infantil da Irlanda, revelou que 1090 crianças e adolescentes sofreram violência sexual nos últimos sessenta anos, em abrigos, orfanatos e reformatórios católicos (BBC, 2009)⁶⁸. No Brasil, de acordo com investigação conduzida pelo Vaticano, cerca de 1.700 clérigos – 10% do corpo religioso – foram envolvidos em episódios de má conduta sexual, incluindo abusos contra crianças e mulheres (ISTO É, 2005)⁶⁹.

No caso brasileiro, o aumento das denúncias contra padres levou à Presidência da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a se

---

⁶⁴ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/02/040227_igrejacg.shtml. 27/02/2004

⁶⁵ Ibidem

⁶⁶ <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5222709,00.html>. 07/02/2010

⁶⁷ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/06/110601_pedofiliabelgica_pai.shtml. 01/06/2011.

⁶⁸ http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090520_irlandapedofilia_fp.shtml. 20/05/2009.

⁶⁹ http://www.istoe.com.br/reportagens/14635_CONFISSESOES+OBSCENAS. 16/05/2005.

pronunciar na 48ª Assembleia Geral da CNBB, ocorrida entre 4 a 13 de maio de 2010, sobre os abusos sexuais cometidos por membros da Igreja Católica⁷⁰:

Os bispos reconhecem o mal irreparável a que foram acometidas as vítimas e suas famílias; a elas dirigem seu pedido de perdão, acompanhado das suas orações, prometendo envidar esforços para ajudá-las na superação de tão grande mal e seus traumas subsequentes, e oferecer-lhes apoio psicológico e espiritual. (CNBB, 2010)

Outra forma de violência que tem ganhado repercussão nos aparelhos midiáticos, assim como no ambiente acadêmico e político, é a exploração sexual de crianças e adolescentes. A Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) constatou um total de 3328 denúncias de violência sexual com fins econômicos, entre o período de 1997 a 2003, que variavam da prostituição infantil, pornografia na internet, turismo sexual, venda de material pornográfico a tráfico de jovens e crianças⁷¹. Já o Ministério Público, em depoimento dado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infanto-Juvenil, sustentado pelos levantamentos da organização Americas Watch⁷², apontou a existência de 500.000 mil prostitutas menores de 17 anos⁷³.

---

⁷⁰ www.cnbb.org.br/site/images/arquivos/48agpronabusosexual.doc

⁷¹ RIBEIRO, MONEDA OLIVEIRA; DIAS, ARETUZA DE FATIMA. Prostituição Infantil: revisão sistemática de literatura. *Revista Escola de Enfermagem USP*. 2009.

⁷² Conforme a historiadora Flavia Rossi: “*Embora a Américas Watch (subdivisão da HRW) tenha nascido com o intuito principal de monitorar e promover a observância dos direitos civis, através da luta pela liberdade de expressão, se diz atuante em temáticas que ultrapassam certos direitos civis, como através da questão do comércio de armas, de refugiados, juntamente a problemáticas que envolvem direitos de segunda e terceira geração. O tratamento a direitos de segunda e terceira geração são canalizados por esforços econômicos e de desenvolvimento, através de publicações que conduzem preocupações a danos ambientais e vigilância no condicionamento de atividades econômicas.*” In: ROSSI, F.O Impacto da atuação de ONG's internacionais de direitos humanos no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o governo brasileiro: *Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

⁷³ *Ibidem*, pg 467.

Minayo (1999) aponta para a complexidade do problema, uma vez que a exploração sexual de crianças envolve uma ampla rede de comunicação, comportando donos de hotéis, bares e rádios; agências de modelos; motoristas de táxis; autoridades políticas e políticos; pessoas que prometem empregos, enganando os pais das vítimas; entre outros⁷⁴. A autora discorre sobre diferentes formas de aliciamento, conforme a região do país e suas peculiaridades: no Norte e Centro-Oeste, há prevalência de tráfico de crianças e adolescentes das regiões garimpeiras; já no Sudeste, a exploração sexual se volta primordialmente às crianças de rua e ao turismo sexual; enquanto na região Sul do Brasil, os aliciamentos ocorrem, em geral, com jovens do interior, a partir de falsas promessas de empregos⁷⁵.

Ribeiro e Dias (2009), em revisão da literatura sobre o tema, identificam alguns elementos que denotam a perversidade do quadro, indicando forte relação entre abuso sexual na infância cometido pelos pais e iniciação da prostituição. Como discussão do fenômeno, Saffioti (1989) levanta a hipótese de que a baixa autoestima vivenciada pela criança que possui antecedentes de abusos sexuais, associada à cumplicidade e a obediência ao responsável, imprimem uma condição de maior vulnerabilidade à prostituição⁷⁶.

Conforme Ribeiro e Dias (2009) situações de extrema pobreza advindas de desigualdades sociais foram apontadas, por diversas pesquisas, como principais causas da prostituição infanto-juvenil. Da mesma forma, considera-se que o envolvimento com o tráfico e consumo drogas, além do uso abusivo de álcool, expõem as jovens aos riscos da exploração sexual, podendo ser entendidos como elementos desencadeadores ou efeitos do complexo fenômeno da prostituição infanto-juvenil. Sobre os danos decorrentes da exploração sexual, foram levantados riscos como ocorrência de abortos, gestação precoce, contaminação com doenças sexualmente transmissíveis;

---

⁷⁴ GOMES, R, MINAYO, MCSH, FONTOURA, HA. A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde. Revista de Saúde Pública, 1999. In apud: Ibidem, pg. 467

⁷⁵ Ibidem, pg. 467.

⁷⁶ SAFFIOTI, H. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO MA, GUERREIRA VNA. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo, IGLU, 1989. In apud: Ibidem, pg. 468.

discriminação social e insultos; desenvolvimentos de quadros psicopatológicos, redução da autoestima, dependência de narcóticos; estabelecimento de laços de dependência econômica junto aos parceiros sexuais; entre outros⁷⁷.

Outra importante consideração acerca da exploração sexual, que denota suas perversas artimanhas, se refere aos estigmas sofridos pelas crianças e adolescentes envolvidas com a prostituição. Além de conviverem com um cotidiano marcado por humilhações, há a responsabilização destas jovens pela suposta escolha de ser prostituta, tornando legítimo o lugar social de exclusão que ocupam (RIBEIRO e DIAS, 2009). Para Libório (2005), neste movimento, tanto sociedade como Estado se desobrigam da criação de políticas públicas protetivas a esta população ⁷⁸, colaborando para a manutenção de práticas de exploração sexual.

De fato, a exclusão social é uma das condições mais propícias para o surgimento de episódios violentos contra crianças e adolescentes, tendo como personagem emblemático, as *crianças de rua*. De acordo com a conceituação utilizada pelas Nações Unidas:

a expressão designa toda criança (menino ou menina) para a qual a rua (no sentido mais amplo do termo, o que inclui casas não habitadas, terrenos baldios, por exemplo) tornou-se sua moradia e/ou sua fonte de sobrevivência, e que não tem proteção, não é convenientemente vigiada ou orientada por um adulto responsável (SUBBRACK, 2004)⁷⁹

Estimativas apresentadas no *World Report on Violence Against Children* revelam, por exemplo, a existência de 20.000 crianças em Nairobi que raramente ou nunca retornam às suas casas, número que se eleva

---

⁷⁷ Ibidem pg 469.

⁷⁸ LIBÓRIO RMC. Adolescente em situação de prostituição: uma análise sobre exploração moral. Psicologia: reflexão e crítica. 18 (3). 2005. In apud: Ibidem, pg 469.

⁷⁹ SUBBRACK Umberto Guaspari O extermínio de meninos de rua no Brasil. São Paulo Perspec. vol.18 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2004

consideravelmente na China e Indonésia, para 150.000 e 170.000, respectivamente. O mesmo relatório enfatiza que no Brasil, Colômbia, Guatemala, Filipinas e Haiti têm sido registrados, com frequência, casos de assassinatos de crianças de rua, apontando ainda que os levantamentos são imprecisos e subestimados, devido a constante falta de testemunhas e anonimato de seus responsáveis⁸⁰.

Estudo conduzido por Subbrak (2004), que discute o extermínio destas crianças, traz importantes considerações. De acordo com o autor, a maioria dos óbitos desta população teve como responsáveis grupos de extermínio, derivados dos esquadrões da morte da década de 70. Estes grupos, formados principalmente por policiais militares, civis e agentes de segurança privada, eram contratados por comerciantes e outros setores da sociedade, que viam nos meninos de rua, uma ameaça para seus negócios ou convivência local. Para Subbrak, os extermínios representariam uma resposta regulamentadora de defesa, marcada pela impressão de ineficácia do sistema penal, legitimando a prática de linchamentos e ação de justiceiros, num modelo vingativo e sem a interferência das normas estabelecidas pelo Estado.

Percebe-se, dentro deste contexto, uma dupla vitimização das crianças de rua, uma vez que, além de alvo imediato da violência comunitária, sofrem também com os motivos desencadeadores de sua própria escolha ou falta de: a vida nas ruas. Conforme censo realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável (IDESP), o Brasil possui em torno de 24.000 crianças ou adolescentes que trabalham ou vivem nesta situação, espalhadas nas 75 cidades com mais de 300.000 habitantes. Dentre os motivos que as levaram para as ruas: 32,2% mencionaram brigas verbais com pais e responsáveis; 30,6%, a violência doméstica; e 30,4%, o uso de álcool e drogas. Nota-se também o descuido com a educação destes jovens, uma vez que 79% possuem o primeiro grau incompleto (ESTADAO, 2011)⁸¹.

---

⁸⁰ Ibidem, pg 296.

⁸¹ http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110224/not_imp683816.0.php. 24/02/2011.

Como forma de erradicação do problema, o mesmo relatório sugere práticas como reestruturação familiar e resolução dos conflitos dos lares e comunidades, suportes escolares e de saúde. Tais indicações convergem com os resultados de Minayo e pesquisadores do Centro Latino-Americano de Estudos da Violência, que consideram a família a instituição primordial para realização de potencialidades destas crianças⁸².

Os autores não aceitam a rua enquanto espaço competente para abrigar meninos e meninas de rua, negando a premissa de que estes teriam “escolhido” viver aí, sendo que, na verdade, é a necessidade que os impele a tentar sobreviver neste espaço de violência, decadência moral e aviltamento dos seres humanos. (HARDY EH, REBELLLO I, 1994)

Os processos de exclusão social têm alimentado ainda casos de violência ligados ao fenômeno das gangues⁸³, em diversos países. Pesquisas conduzidas pela Unicef nas Filipinas, Camboja, Vietnã e Mongólia alertam para aumento do ingresso de jovens nestes grupos, sobretudo os moradores de regiões carentes e em situação de rua. Esta situação os expõe às brigas constantes entre grupos rivais, assim como às mazelas próprias à constituição da gangue, como punições advindas de falha na execução de ordens ou quebra de regras internas (PINHEIRO, 2006).

Conforme Katz (1996), a afiliação às gangues ocorre, em geral, à falta de cuidados e suporte emocional no âmbito familiar, ou como forma de conquistar segurança e sustento. Estudo junto a jovens imigrantes da América

---

⁸² MINAYO, M. C. S. (org) O Limite da Exclusão Social — Meninos e Meninas de Rua no Brasil. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992. In apud. HARDY, Ellen Hardy; REBELLLO, Ivanise. Cad. Saúde Pública vol.10 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 1994

⁸³ “Para Klein (KLEIN, Malcom W. *The American street gang*. Oxford, Oxford University Press, 1995) Gangue pode ser qualquer grupo de adolescentes cujos membros sejam reconhecidos pelos moradores de determinado território como pertencentes a um grupo; identifiquem-se eles mesmos como pertencentes ao grupo; e tenham cometido um número mínimo de delitos, fazendo com que a comunidade local, bem como as autoridades, desenvolvam em relação a eles e ao grupo atitudes negativas”. SPAGNOL, ANTONIO SERGIO, 2005. Jovens delinquentes paulistanos. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2

Central, em uma escola americana, menciona que o ingresso nas gangues ocorreria pela busca de identidade cultural positiva como Latino, sustentando-os contra os corriqueiros estereótipos negativos⁸⁴. Spagnol (2005) conduz a discussão para semelhante sentido, ao expor que:

Com a deterioração das condições de vida das pessoas pertencentes às classes trabalhadoras e do relacionamento delas com o Estado, alguns jovens desenvolvem estratégias para se tornarem empreendedores – uma dessas estratégias é formar gangues. Em vez de rejeitarem a cultura, adaptam estratégias às oportunidades e aos recursos a que têm acesso. Em contrapartida, o Estado responde aprisionando e reprimindo seus membros, o que só faz fortalecê-los cada vez mais (SPAGNOL, ANTONIO SERGIO, 2005)⁸⁵

A força destes grupos pode ser observada, por exemplo, no ocorrido em El Salvador, 2010, quando dois grupos rivais se uniram e paralisaram o transporte público, durante três dias, após o presidente sancionar lei que proibia a existência de gangues. À época, fora necessário o uso das forças armadas na capital San Salvador, para manter a rotina da cidade, havendo ainda rebeliões nos presídios⁸⁶.

A violência de grupos juvenis também se mostra, com certa frequência, através dos casos de agressões de skinheads a migrantes, homossexuais e a afiliações rivais como os punks. Em dezembro de 2003, por exemplo, três skinheads de orientação neonazista⁸⁷ forçaram dois jovens a pularem de um

---

⁸⁴ KATZ SR (1996). Where Streets Cross the Classroom: A Study of Latino Students' Perspectives on Cultural Identity in City Schools and Neighbourhood Gangs. *The Bilingual Research Journal*, 20(3/4): 603–631. In apud: Ibidem, pg 305.

⁸⁵ SPAGNOL, ANTONIO SERGIO, 2005. Jovens delinquentes paulistanos. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2

⁸⁶ <http://estado.com.br/noticias/internacional.gangues-paralisam-transporte-publico-e-comercio-em-el-salvador,607591,0.htm>

⁸⁷ Os skinheads não formam grupo homogêneo, havendo subgrupos de orientação neonazista e segregacionista e outros, com posicionamento pacifista.

trem, gerando o óbito de um deles⁸⁸; em 2009, membros do mesmo grupo foram acusados por atentado a bomba na Parada Gay; em março de 2011, skinheads atacaram grupo de roqueiros, gerando ferimentos a facas, eventos constantemente noticiados pelos jornais ⁸⁹.

Concomitantemente às gangues, pesquisas tem apontado um relevante aumento da participação dos jovens em organizações armadas, sejam criminosas, paramilitares, étnicas ou religiosas. De fato, muitas das gangues se transformaram, a partir do contato com o tráfico de drogas e atividades criminais, em grupos armados. Estudos conduzidos na Colômbia, El Salvador, Equador, Honduras, Jamaica, Nigéria, Irlanda do Norte, Filipinas, África do Sul e Estados Unidos, apontam para 13 anos, a média para entrada nestes grupos, sendo ainda constatado um processo de redução de idade⁹⁰.

Dowdney (2005) afirma que, apesar da violência perpetrada pelos grupos armados, oito dentre os dez grupos juvenis estudados não possuem origens criminosas, como as gangues de negros e hispânicos, estruturadas nos guetos de Chicago, com o propósito de atuação desarmada para proteção da vizinhança; as gangues mestiças da África do Sul, formadas para afugentar a presença de criminosos errantes, os *skollies*; as *pandillas* equatorianas, inicialmente grupo de adolescentes que se reuniam em locais públicos e festas, compartilhando mesmas vestimentas; os Bakassi Boys, criadas na década de 1990, por comerciantes da cidade de Aba, Nigéria, que não encontravam respaldo da segurança pública; entre outros⁹¹.

De qualquer forma, todos os grupos estudados pelo autor, se tornaram armados, violentos e cada vez mais atrelados a atividades criminosas. Dentre alguns motivos, Dowdney (2005) aponta: a difusão do tráfico de drogas partir da década de 1980, que possibilitava aos grupos a possibilidade de

---

⁸⁸ A condenação de um dos agressores ocorreu apenas em 2011.

⁸⁹ <http://topicos.estadao.com.br/skinheads>

⁹⁰ DOWDNEY LT (2005). Neither War Nor Peace. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras. In apud: Pinheiro, pg. 305.

⁹¹ DOWDNEY LT (2005). Neither War Nor Peace. Rio de Janeiro, Viva Rio / ISER, 7 Letras. Pg. 28

autofinanciamento de suas atividades, sustentada sobretudo pela presença de um grande contingente de jovens com pouca escolaridade e socioeconomicamente marginalizados; o maior acesso a armas de fogo, inclusive artefatos de grande poder de destruição, como metralhadoras e granadas, o que revela a ampliação de suas atividades, agora ligadas a fornecedores de material bélico; e as próprias políticas de combate a estes grupos, baseadas prioritariamente na repressão, o que tem gerado efeitos inversos, como aumento da violência em muitos países⁹².

Paralelamente ao maior envolvimento dos grupos estudados por Downey com as atividades criminosas, verifica-se o aumento da complexidade organizacional e modos de ação destas afiliações. O autor distingue grupos com estrutura hierárquica militarizada, como o caso das pandillas de El Salvador; estruturas corporativas como os Black Gangster Disciples e Almighty Latin Kings and Queens, de Chicago, que adotaram sistema com mesa diretora, presidente, conselhos e regras de liderança; e estruturas horizontais informais, com lideranças regionalizadas⁹³.

Nesta complexa construção das relações e funções mantidas entre os membros dos grupos armados, chama atenção a presença de setores específicos para crianças e adolescentes.

A maioria das gangues de Chicago possui divisões mirins ou grupos de “baixinhos”. O Almighty Latin Kings and Queens têm várias ramificações jovens, incluindo os Kings Junior e os Pee Wee. O Black Gangster Disciples possui uma divisão mirim para a faixa etária entre 12 e 16 anos, que é dirigida por um coordenador (DOWDNEY, 2005, pg. 35).

Na milícia étnica nigeriana OPC, por sua vez, os jovens são responsáveis pelas atividades de vigilância do grupo, além da manutenção da disciplina dentro das reuniões e eventos públicos. Em São Paulo, o

---

⁹² Ibidem, pg.29

⁹³ Ibidem, pg.32

recrutamento de adolescentes para atividades delitivas pelo Primeiro Comando da Capital, levou ao surgimento da expressão PCC mirim, que supostamente atuaria em algumas unidades socioeducativas de Fundação Casa⁹⁴.

Dowdney (2003), em *Crianças do Tráfico*⁹⁵, discorre sobre a participação de crianças e jovens cariocas no tráfico de drogas, trazendo contribuições importantes para a compreensão do fenômeno, no âmbito brasileiro. Conforme o autor, sustentado por dados da Segurança Pública do Rio de Janeiro, o aumento de adolescentes envolvidos no comércio de drogas, possui dois momentos cruciais: a entrada da cocaína como forma de obtenção de lucros para organizações criminosas, na década de 1980; e as consequências da rivalidade entre facções, em busca do controle do tráfico, levando ao aumento do número de prisões dos chefes destas quadrilhas.

No primeiro caso, a organização do Comando Vermelho, valeu-se da circulação da droga em âmbito internacional, para difundir seu uso na sociedade carioca. A alta rentabilidade da cocaína possibilitou *“a criação de quadrilhas com base territorial, organizadas paramilitarmente, nas favelas; e a inserção de donos e gerentes traficantes como força sociopolítica localmente reconhecida”* (DOWDNEY, 2003). A presença de crianças e jovens em atividades como pequenos passadores de drogas ou olheiros passava a ser mais frequente, visto o aumento da própria demanda do tráfico, aliado às condições de pobreza e desejo de maior independência financeira. Os pagamentos, outrora feitos através de pequenos agrados, como tênis e roupas, passavam a ser realizados em dinheiro, sobretudo pelo exercício de tarefas mais

---

⁹⁴ A Fundação Casa, diante de reportagens sobre uma possível atuação do PCC mirim em suas unidades, afirma tratar-se de *“lenda urbana, alimentada pelos funcionários do sindicato”*. <http://www.agora.uol.com.br/policia/ult10104u735827.shtml>. De fato, durante meu exercício profissional em unidades socioeducativas na Fundação Casa, diversos jovens relataram pertencer ao PCC mirim, informação, em geral, duvidosa; sustentada principalmente pelo desejo dos adolescentes de se legitimarem diante dos demais. De qualquer forma, é evidente o apreço de muitos jovens pela organização criminosa em questão, assim como a tentativa de instituir regras e normas criminais no ambiente socioeducativo.

⁹⁵ DOWDNEY, Luke Dowdney. *Crianças do tráfico, um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Sette Letras. Rio de Janeiro, 2003. pg 27.

complexas⁹⁶. Alterava-se, naquele momento, a estrutura das atividades criminosas, assim como das relações comunitárias, deixando para trás as antigas esparsas quadrilhas, substituídas gradativamente pela centralização paramilitar do tráfico.

Já no segundo momento – em meados da década de 1990 – ocorre uma explosão de violência no Rio de Janeiro, com repercussões imediatas na participação dos jovens no tráfico de drogas. O surgimento de conflitos entre as chefias do Comando Vermelho, que já há alguns anos conduzia à formação de diversas facções rivais, culminou no óbito e prisão de muitos traficantes, abrindo espaço para a ocupação de adolescentes em diversos postos de comando das facções. Esta situação pode ser evidenciada no aumento de detenções de menores de 18 anos por tráfico de drogas, que passou de 329 no ano de 1993, para 3211, em 1998⁹⁷; assim como no número de apreensões de jovens por porte ilegal de armas de fogo.

As entrevistas com crianças, adolescentes e traficantes, realizadas por Dowdney (2003), contribuem ainda para o levantamento de motivos que atraem jovens ao comércio de drogas. O autor ressalta a precariedade dos espaços controlados pelo tráfico, marcados pela falta de perspectivas de ascensão social e econômica. Dentro deste contexto, muitas crianças e adolescentes são levados a exercerem alguma atividade remunerada com o propósito de contribuir na renda familiar, tendo na rentabilidade do tráfico de drogas, uma imediata alternativa⁹⁸. Além disso, desde a década de 70, percebe-se um aumento do poder da propaganda, fortalecida pelo alcance midiático da televisão. Os jovens das comunidades mais carentes passaram a ter maior consciência dos padrões de consumo, que dificilmente seriam alcançados através da ajuda de seus pais⁹⁹. O tráfico se impunha como instrumento para realização de desejos.

---

⁹⁶ Ibidem, pg. 96.

⁹⁷ 2ª Vara da Infância e Juventude, SSP/RJ in apud ibidem, Pg. 100.

⁹⁸ Ibidem, pg 101

⁹⁹ Ibidem, pg. 101

Outro elemento relevante seria o convívio diário destes jovens junto a pessoas envolvidas com o tráfico – vizinhos, amigos ou parentes – imprimindo uma impressão de normalidade ao comércio de entorpecentes. O relato de um dos entrevistados da pesquisa de Dowdney (2003) expõe claramente a situação: *“Hoje em dia você cresce com a pessoa que é envolvida com o tráfico, foi amigo de escola a vida toda, às vezes alguém da sua família” (morador da comunidade)*¹⁰⁰. Os limites se tornariam ainda mais tênues, tendo em conta a realização, por parte de alguns traficantes, de pequenas benfeitorias às pessoas de sua comunidade, além da proteção ao próprio bairro¹⁰¹. O tráfico de drogas, neste sentido, promoveria influência nos valores difundidos pela comunidade, seja pelo atrelamento entre pessoas próximas e atividades criminosas, pela resolução de problemas locais ou pela imagem de poderio veiculada pelos traficantes.

Um exemplo da influência do tráfico sobre as comunidades carentes e divulgação de valores entre jovens, pode ser visto na utilização do funk como instrumento de glorificação ao crime organizado. Conforme Vianna (2005), inicialmente as festas funks brasileiras eram realizadas em alguns clubes cariocas, sem interferência de facções criminosas. Publicações da década de 1980, inclusive, mencionavam apenas suas particularidades rítmicas, o disque-jóquei e a influência negra. Na década seguinte, no entanto, sem patrocínio e divulgação positiva do gênero musical, restrita a alguns espaços dentro das comunidades, muitos bailes funks passaram a ser organizados por traficantes locais, que fomentavam a criação de músicas de apologia ao crime, os

---

¹⁰⁰ Ibidem, pg. 102

¹⁰¹ Durante o meu exercício profissional, diversos adolescentes e, inclusive, responsáveis, atribuem ao PCC a diminuição da violência em seus bairros.

“proibições”¹⁰². Atrélava-se o funk à violência, ofuscando a manifestação legítima de diversos artistas do gênero^{103 104}.

Dowdney (2003) discorre ainda sobre o fascínio exercido pela figura do traficante entre muitos jovens de comunidades carentes. O acesso a bens materiais, que dificilmente seriam conquistados por trabalhadores com pouca qualificação profissional; e a exibição de poder através das armas de fogo, conferiria status às crianças e adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas. Entrevista realizada pelo autor, com jovem traficante de 16 anos, evidencia claramente o problema.

T – Ah... agora tá diferente. Agora não é como era, todo mundo fala na moral, muitos que já me bateu agora tem medo de mim, pensa que eu vô fazê alguma coisa. Fico revoltado...

E – Você acha que eles te respeitam agora?

T – Agora eles me respeita.

E – Mas é respeito ou medo?

T – Ah, agora eles conversa comigo, antigamente eles só esculachava, fazia vários negócio. Ah, aperta minha mão, fala comigo oi, oi... E – Agora você é homem de respeito?

T – É. Agora ninguém fica de gracinha, fica se metendo.¹⁰⁵

---

¹⁰² VIANNA, HERMANO. A raiz da questão .Revista Raiz, n.1,http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=98&Itemid=112

¹⁰³ ARRUDA Angela, JAMUR Marilena, MELICIO Thiago; BARROSO Felipe De pivete a funqueiro: genealogia de uma alteridade. *Cadernos de Pesquisa*. vol.40 no.140 São Paulo May/Aug. 2010

¹⁰⁴ Arruda et al discorre, neste sentido, sobre a produção de alteridade gerado pelo funk, cada vez mais difundido entre a classe média e alta: “Com o funk, a favela tem-se inserido nos espaços de concepção-produção-difusão e recepção musical, nos espaços de fruição social e de debate cultural. As divisórias e barreiras se movem, desarrumando e rearrumando territórios, provocando uma multiterritorialidade. O funk burla sentinelas e atravessa as trincheiras da cidade” (ARRUDA et al, 2010).

¹⁰⁵ DOWDNEY, Luke Dowdney. Crianças do tráfico, um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Sette Letras. Rio de Janeiro, 2003. pg 111.

A conquista do respeito através de atividades criminosas causa também especial preocupação pela existência de um histórico pessoal e familiar do jovem, muitas vezes, marcado pela humilhação e submissão. O tráfico de drogas, dentro deste panorama, se torna para diversos adolescentes, além de um projeto de ascensão econômica e social, um grupo de referência, dentro do qual poderá escalar outras funções, partilhando códigos e valores comuns. Não raro, inclusive, nota-se a atribuição do termo “família” para designar pertença aos grupos criminosos.¹⁰⁶

Neste processo de atração de crianças e jovens para o tráfico de drogas, Dowdney (2003) discorre sobre um perverso movimento: a deformação da noção de infância. Embora em suas entrevistas a totalidade dos traficantes tenha se mostrado contrária à entrada de crianças na atividade criminosa, a maioria aponta a participação dos pequenos como responsabilidade deles próprios. A infância passa a ser caracterizada menos pelas faixas etárias, e mais pela suposta “preparação” do jovem às atividades relativas ao tráfico. Desta forma, crianças e adolescentes, uma vez dentro da estrutura criminosa, possuem mesmas responsabilidades do que as dos adultos, sendo inclusive punidos como tais, diante de infrações aos códigos de conduta. De fato, diversas funções importantes no tráfico de drogas são exercidas por adolescentes, que iniciaram suas atividades quando crianças. Esta situação reforça o ingresso de outras crianças e jovens, alimentando o fenômeno da usurpação da infância pelas atividades criminosas.¹⁰⁷

Dentro deste panorama, a violência juvenil nas comunidades deve ser entendida como evidente manifestação de um tempo marcado pela falta de cuidados às crianças e adolescentes. Sem dúvida, um problema que ultrapassa fronteiras, insinuando mazelas das atuais configurações sociais, econômicas e políticas. Quando não se há um espaço, procuram-se as margens.

---

¹⁰⁶ Em algumas unidades de internação da Fundação Casa, sobretudo as de internação provisória, os jovens se organizam em “famílias”, ou grupos provenientes de regiões específicas do Estado de São Paulo. Muito recorrente também a utilização da palavra “família”, para designar o conjunto de adolescentes de uma unidade, quando estruturado conforme estrutura criminal (lideranças, faxinas, setores, etc).

¹⁰⁷ Ibid. pg.114

3. POLÍTICAS PÚBLICAS: A CRIANÇA E O ADOLESCENTE COMO SUJEITO DE DIREITOS

O ingresso do Brasil no sistema democrático abre um novo período para as políticas sociais, cabendo ao Estado e a sociedade assumir novas formas de participação na erradicação das mazelas que assolam o país. A promulgação da “Constituição Cidadã” em 1988, formulada a partir dos intensos debates entre setores diversos da sociedade brasileira, inaugura um projeto de sociedade e cidadão em que não sejam ambos apenas alvos de uma ação político-social do Estado, mas sim, elementos fundamentais na construção da democracia.

Instaura-se a participação civil na formulação e controle das ações sociais, a garantia de direitos em caráter universal, a busca pela equidade e, sobretudo, responsabilização do Estado nos diversos âmbitos da proteção social, refletindo a busca por um cidadão autônomo, implicado na transformação de seu cotidiano familiar, comunitário e social. Um cidadão amparado ainda por um poder público forte, capaz de minimizar as situações de vulnerabilidade social, as quais se defrontam os sujeitos em sua vida.

Passados quase vinte e cinco anos, diversos ganhos podem ser observados, como a redução da pobreza e o fortalecimento do regime democrático. Apesar disto, a presença de lógicas distintas neste processo, evidenciadas pelo embate das diretrizes gerais da Constituição de 1988 e as pressões advindas das concepções neoliberais que tem atravessado o Estado brasileiro desde a década de 1990, criam um panorama de conflitos acerca do atendimento a ser prestado, seja na saúde, assistência social, educação, entre outros.

A política social de perfil neoliberal que se inicia no governo Collor gradativamente se distancia dos preceitos da Constituição de 1988, no que esta apresentava de mais progressista, e assume mais claramente a perspectiva seletiva e focal das obrigações do Estado (Soares, 2001). Mudanças no setor da Saúde que desfiguraram a proposta do Sistema Unificado de Saúde, procrastinação e restrições na legislação complementar na área da Seguridade Social (Lei Orgânica de

Assistência Social, Lei de Custeio da Previdência Social, Lei Complementar de Regulamentação do Seguro-Desemprego) são marcas da desmontagem neoliberal das políticas sociais do período. (YAMAMOTO, OLIVEIRA, 2010)

Neste panorama, cabe ao psicólogo um posicionamento crítico e participativo diante da construção de um modelo de sociedade democrática, revisitando suas práticas e concepções do sujeito psíquico. O Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema Único de Assistência Social, o Sistema Único de Saúde, e outros sistemas de garantia de direitos têm exigido a ampliação do conceito de saúde e de vulnerabilidade social, assim como da família e comunidade. Alteram-se os caminhos de compreensão diagnóstica e modificam-se as intervenções mediante os novos papéis a serem exercidos pelos protagonistas das ações de proteção social, saúde e educação.

Seguem considerações de normativos fundamentais no campo da infância e juventude, a fim de estabelecer melhor compreensão das dificuldades enfrentadas em âmbito socioeducativo, sobretudo diante da elaboração de estratégias que impliquem ações familiares e comunitárias.

3.1 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

O Estatuto da Criança e do Adolescente, disposto pela Lei nº 8069, sancionado em 1990, altera profundamente o olhar sobre a infância e a juventude, ao conceber o público de que trata o ECA, como sujeito que *“goza de todos os direitos fundamentais da pessoa humana”* (artigo 3º, ECA). Rompe-se com a concepção da criança e do adolescente como indivíduos submetidos indiscriminadamente às exigências adultas, passíveis de correções aleatórias em nome de modelo qualquer de educação. Ambos passam a ter direitos e garantias através da proteção integral, alicerce para que se tornem promotoras de mudanças e agentes participativos da vida social.

O ECA estabelece ainda o dever da família, comunidade, sociedade em geral e do poder público, diante da efetivação dos direitos da criança e do

adolescente, no tocante a garantia da vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária (artigo 4º, ECA). Pela primeira vez, é proposto um projeto que responsabiliza diretamente o Estado pelas questões da infância e juventude, e convoca todos os setores sociais para a construção de uma geração protegida e ativa socialmente.

Assim, a partir dos normativos referentes à liberdade, ao respeito e à dignidade, crianças e adolescentes ganham os direitos à opinião e expressão; ao ir e vir dos logradouros públicos e espaços comunitários, respeitadas eventuais restrições legais; à crença e ao culto religioso; ao brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida comunitária, familiar e política; e buscar auxílio, refúgio e orientação (artigo 16º, ECA).

Fica estabelecido também o direito à convivência familiar e comunitária, conforme ao artigo 19º do ECA. Estas duas dimensões se tornam essenciais na formulação de programas de atenção à Infância e Juventude, o que pode ser percebido no quesito da matricialidade familiar, descrita na Lei Orgânica de Assistência Social.

Outro ponto de suma relevância se refere ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer que, de acordo com o artigo 53º do ECA, visa ao pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, preparando-os para o exercício da cidadania e do trabalho. Estabelecem-se direitos como: respeito por parte de seus educadores, organização de entidades estudantis (artigo 53º, II) e acesso ao ensino fundamental e médio, obrigatório e gratuito (artigo 54º, I e II). Fica imposta a participação dos familiares na matrícula escolar e o comprometimento dos estabelecimentos de ensino e Conselho Tutelar, na intervenção em casos de maus-tratos, evasão escolar e repetência (artigo 56º, ECA).

Organizam-se ainda linhas de ação de política de atendimento às crianças e adolescentes, *“através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”* (artigo 86, ECA). O artigo 87º, por sua vez:

São linhas de ação da política de atendimento: I - políticas sociais básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. VI - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes; (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009); VII - campanhas de estímulo ao acolhimento sob a forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Assim, crianças e adolescentes são promovidos a condição de cidadãos, que devem estar livres de situações vexatórias, humilhantes e opressivas. Conquistam a palavra dentro dos espaços familiares e comunitários, e gradativamente, são convocadas na participação de projetos sociais, reduzindo as situações de vulnerabilidade. Liberdade, educação, lazer, cultura e profissionalização, assim como a participação conjunta do poder público, comunidade e família são articulados em uma política de atendimento que integra Judiciário, Segurança Pública, Saúde, Educação, e outros setores da proteção social. Mas, apesar dos esforços e do consistente e democrático corpo de leis, a ascensão das crianças e dos adolescentes à cidadania ainda está longe de se concretizar.

3.2 PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA (PNCFC)

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária surge, em 2006, como fruto de discussões entre representantes do poder público, em todas as esferas governamentais; sociedade civil, na figura de entidades envolvidas com o tema; e de organismos internacionais. Sua formulação reflete as diretrizes de marcos normativos internacionais, sobretudo as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas; e nacionais, através das leis erigidas no período democrático. Acerca dos normativos elaborados pela ONU, consideram-se:

(...) as Declarações sobre os Direitos da Criança (1924/1959), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), o Pacto de São José da Costa Rica (1969), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966, ratificados em 1992) e o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (ratificado pelo Brasil em 2004) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil (ratificado pelo Brasil em 2004). (PNCFC, 2006)

Já dentre os marcos legais brasileiros, destacam-se: a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei Orgânica de Assistência Social (1993) e o Plano Nacional de Assistência Social (2004), que provocaram *“rupturas em relação às concepções e práticas assistencialistas e institucionalizantes”* (PNCFC, 2006).

Quanto suas *diretrizes*, um primeiro ponto a ser destacado se refere à centralidade da família na formulação de políticas públicas e intervenções por parte das entidades responsáveis. A família, entendida como *“mediadora das*

relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (PNAS, 2004)¹⁰⁸, torna-se o veículo primordial para a construção do sujeito de direitos e seu acesso à plena cidadania. Ao Estado caberia o papel de propiciar apoio às famílias, a fim de que possam cumprir com suas responsabilidades estabelecidas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Desta forma, o poder público se torna responsável por atuar nos processos de exclusão social e cultural, e nas situações de risco e vulnerabilidade das famílias brasileiras, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. A busca pela reconstrução dos laços entre os membros da família, dela com a comunidade e os laços mantidos entre os cidadãos da comunidade, por sua vez, visariam à promoção de cidadãos autônomos, capazes de enfrentar suas próprias vulnerabilidades, levando ao empoderamento da família como núcleo competente e transformador.

Esta estratégia de fortalecimento exige, no entanto, o desmonte de um modelo tradicional de família e a aceitação de configurações diversas, produzidas por um tempo intrínseca e dialeticamente condicionado às transformações societárias contemporâneas (PNAS, 2004). As concepções de sexualidade, procriação e convivência, alteradas por este novo tempo, trazem consigo uma visão de família que supera as noções de consanguinidade, estabelecendo a enorme relevância dos laços afetivos e de solidariedade. Da mesma forma, a importância do respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientações sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais, é trazida pelo PNCFC, que exige uma atuação atenta às diversidades e aos novos arranjos familiares.

Além da centralidade na família, o referido plano traz como norteador de práticas o *“fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração de seus projetos de vida”* (PNCFC, 2006, 64). O trabalho

---

¹⁰⁸ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.

junto a esta população carrega consigo o reconhecimento de seus interesses, necessidades e competências, concedendo-lhes espaço de escuta e incentivo para que se apropriem da construção de sua própria trajetória de vida. Especial atenção cabe aos jovens e crianças acolhidas institucionalmente, sobretudo àquelas que não possuem referências familiares, sendo alimentado o protagonismo diante de suas histórias.

Neste panorama, a comunidade em que os jovens e crianças estão inseridos, ganha especial importância, por constituir lugar privilegiado do exercício da cidadania. As atividades artísticas, culturais, esportivas e políticas conduzidas em seus bairros e municípios, trazem a oportunidade ímpar para que se reconheçam como produtores e transformadores de um tempo e espaço social. Assim, as oficinas de teatro e música, a formação de entidades estudantis, os cursos e competições esportivas, ganham o sentido de promotoras da reconstrução de identidades e abre caminho para mudanças maiores nas relações familiares, comunitárias e sociais. Trata-se, portanto, de uma estratégia não restrita ao sujeito imediato das políticas públicas, mas ao próprio modelo de sociedade, incutindo valores como mudança, autonomia e respeito às opiniões ao cotidiano democrático.

O reordenamento dos programas de acolhimento institucional também constitui diretriz de suma relevância. O PNCFC altera os modos de financiamento às entidades de abrigo, evitando permanência desnecessária da criança ou do adolescente dentro da entidade; promove a qualificação dos profissionais, garantindo-se atendimento adequado e mais isento de práticas institucionalmente estabelecidas; exige a formulação de indicadores do atendimento, tanto quantitativo como qualitativo, assim como o desenvolvimento de metodologia para trabalho com as famílias; incute um olhar direcionado à potencialização das competências das famílias; e estabelece a adequação dos espaços físicos e número de crianças e adolescentes, a fim de se promover atendimentos mais individualizados; e é incentivada a articulação das entidades com a rede social.

Ocorre ainda uma inversão na centralidade dos interesses no caso da adoção de crianças, num movimento coerente aos normativos do Estatuto da

Criança e do Adolescente. A adoção, neste sentido, não visaria mais o preenchimento da ausência de filhos sentida por alguns casais, mas, sobretudo, aos direitos das crianças e dos adolescentes, proporcionando-lhes afeto e educação. Com isso, o plano procura agir sobre a situação de crianças e jovens mais expostos à situação de exclusão e vulnerabilidade como *“grupos de irmãos, as crianças maiores e adolescentes, aqueles com deficiência ou com necessidades específicas de saúde, os afrodescendentes ou pertencentes a minorias étnicas”*, assegurando-lhes o direito à convivência familiar e comunitária (PNCFC, 2006, 66)

Por fim, em consonância aos preceitos constitucionais, o PNCFC reafirma a diretriz do controle social das políticas públicas. Cabe, assim à sociedade, através de entidades representativas, formular, fiscalizar e avaliar as políticas públicas, em todas as esferas do governo, da gestão político-administrativa-financeira à técnica-operativa.

Neste âmbito, as conferências dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas e dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, tornam-se os espaços principais para a participação popular, além dos Conselhos de classe profissional e dos meios midiáticos. O próprio plano alerta, no entanto, sobre a importância destas entidades se apresentarem à sociedade como locais privilegiados de discussão de temas como a implantação de políticas a favor da infância e da juventude, assim como das propostas orçamentárias (PNCFC, 2006, 68).

A consolidação de novas representações e práticas das famílias e da sociedade acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes deve estar baseada numa mudança cultural, fundamentada em processos participativos, no exercício do controle social das políticas públicas e na ética da defesa e promoção dos direitos. (PNCFC, 2006, 69)

3.3 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE)

Após dezesseis anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) apresentam, em 2006, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Aos 18 de janeiro de 2012, o Sinase se torna a Lei n. 12.594.

Elaborado a partir de intensas discussões mantidas entre especialistas, entidades representativas na área e setor público, o Sinase surge em meio ao enfrentamento da violência perpetrada e sofrida pelos adolescentes brasileiros, propondo uma nova condução para o problema dos jovens em conflito com a lei. Os aspectos socioeducativos em sobreposição aos sancionatórios; a privação de liberdade como recurso extremo; a consideração da intersetorialidade, ampliando o compromisso da família, comunidade e Estado; entre tantas outras características deste corpo normativo estabelecem um marco democrático atento às exigências do ECA, que apregoa o adolescente como sujeito de direitos.

Desta forma, o Sinase passa a integrar o Sistema de Garantia de Direitos, articulando-se com os subsistemas: da saúde (SUS), da assistência social (SUAS), da justiça e segurança pública e o educacional. Através de seus artigos, o Sinase regula toda a trajetória do adolescente após o cometimento do ato infracional, ou seja, do processo de apuração à execução da medida socioeducativa. Detalha os parâmetros pedagógicos, financeiros, jurídicos, políticos e administrativos a serem seguidas, propondo integração entre níveis de Governo, planos e políticas específicas a esta população (SINASE, 2006).

Seus *princípios*, orientados pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente, regulam o trabalho juntos aos adolescentes infratores, e abarcam todas as medidas socioeducativas. Trazem princípios já manifestos pelo Sistema de Garantia de Direitos, adequando-os à realidade socioeducativa, através de uma leitura pontual que reforça a pertinência do Sinase como instrumento inclusivo e democrático. Desta forma, apregoa: o

respeito aos direitos humanos; responsabilidade solidária da família, sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes; adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades; prioridade absoluta para a criança e o adolescente; legalidade; respeito ao devido processo legal; excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; incolumidade, integridade física e segurança; respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida, às circunstâncias, à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente; incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços da comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento ao adolescente; garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência; municipalização do atendimento; descentralização político-administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos; gestão democrática e participativa da formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; corresponsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas; mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos sociais (SINASE, 2006).

Dos princípios elencados, por sua vez, depreendem-se as *diretrizes pedagógicas* do atendimento socioeducativo, a fim de melhor nortear ações conjuntas que visem à formação de um “*cidadão autônomo e solidário*” (SINASE, 2006, 51). Um primeiro ponto de destaque se refere à prevalência dos aspectos socioeducativos sobre os sancionatórios. O Estatuto da Criança e do Adolescente imprime a necessidade de estabelecimento de relações diversas àquelas da imposição de condutas. A construção do sujeito de direitos, do cidadão transformador implica em ações que favoreçam a expressão e participação dos adolescentes, rompendo com uma prática meramente punitiva. Assim, devem ser fortalecidas as práticas que instaurem um compromisso ético-pedagógico, que traga e aproxime o jovem e não o afaste dos profissionais e das propostas socioeducativas.

O projeto pedagógico nas unidades surge também como diretriz ao conceder planejamento de ações mensais, semestrais e anuais. A formulação do projeto indica um lugar a ser alcançado; a reflexão sobre os limites e capacidade do estabelecimento socioeducativo em conquistar seus objetivos; a organização de recursos humanos e materiais; a construção de fundamentos teóricos e metodológicos, assim como o monitoramento das ações propostas. As ações junto aos adolescentes infratores ganha o sentido da continuidade, procurando o rompimento com as práticas estanques, que concebem o trabalho com esta população em um mero “deixe estar”: a privação de liberdade por si mesma.

Para tanto, duas outras diretrizes indicam a forma de condução dos profissionais envolvidos nas ações socioeducativas. O Sinase aponta o *“respeito à singularidade do jovem, a presença educativa e exemplaridade”* (SINASE, 2006, 53) como condições para a construção de uma prática adequada. A postura solidária e construtiva dos profissionais favoreceria a percepção do jovem como sujeito criativo e dotado de potenciais, alimentando ainda o reconhecimento de ser cidadão, pela atenção que lhes é concedida. A conduta do próprio profissional, por sua vez, surge como referência para adolescentes que, muitas vezes, estiveram imersos em teias de relações marcadas pela violência, desvalorização da vida e vulnerabilidades de toda sorte. Mais do que cumprir regras, a ação socioeducativa ocorre no contato entre jovens e profissionais, no incentivo de novas formas de relação e na aprendizagem de ser e perceber a si mesmo como cidadão.

À exemplaridade e presença atrelam-se ainda a *“exigência e compreensão, como elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente”* (SINASE, 2006, 54). Exigir consiste em reconhecer as capacidades do outro, alimentando o enfrentamento das dificuldades surgidas no processo socioeducativo. Junto com a compreensão, que assegura os laços e permite o sentimento da segurança para o embate dos desafios, forma-se um binômio em que são reconhecidas as singularidades do jovem; e provocam-se suas habilidades, visando a superação de uma forma de estar ao mundo, marcada pela violência.

Dentro deste contexto, a disciplina surge como diretriz que organiza as relações grupais e potencializa as ações socioeducativas. Concebida não como mero instrumento de manutenção da ordem institucional, a disciplina aparece como enquadre favorecedor da organização das atividades, e promove a conquista das metas pedagógicas. Sob este conceito, reside a perspectiva do compartilhamento de regras em comum e da vida social; o respeito às dimensões grupais que sustentam o cotidiano; assim como o respeito aos próprios objetivos individuais, a serem atingidos através da ordenação de condutas. Ressalta-se ainda que a disciplina perde seu caráter de instrumento educativo por si, sendo concebida como aquilo que permite a ação socioeducativa, alterando profundamente práticas conservadoras junto a adolescentes infratores.

Outra diretriz relevante, que implica em alteração nas relações mantidas entre profissionais e adolescentes na unidade, se refere ao estabelecimento de uma dinâmica institucional marcada pela *“horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional”* (SINASE, 2006,55). Desta forma, rompe-se com a hierarquia de funções e estimula-se o trabalho multidisciplinar entre técnicos, educadores e profissionais da segurança. Embora sejam mantidas as especificidades de seus ofícios, o estabelecimento de relações horizontais procura trazer uma dimensão respeitosa ao trabalho socioeducativo, que garanta participação e envolvimento de todos, em consonância aos princípios democráticos. Assim, o exercício do diálogo e da construção conjunta torna-se um dos desafios mais importantes trazidos pelo Sinase, ao estimular a circulação da palavra criativa nos ambientes historicamente marcados pela rigidez e violência no contato com o outro.

Dentro desta perspectiva, cabe salientar também a *“participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas”* (SINASE, 2006, 53). Mesmo seja evidente a diferenciação de lugares entre profissionais e jovens, devem ser construídos e estimulados canais de expressão para os adolescentes, no intuito de efetivamente exercerem uma postura crítica e reflexiva diante da realidade e, sobretudo, de sua própria trajetória de vida, dentro e fora da instituição. A participação dos jovens na

formulação, acompanhamento e avaliação das propostas socioeducativas promoveria o contato com as esferas do respeito, da capacidade e valorização pessoal, e da percepção de si e do grupo como agentes transformadores da vida social.

Esta participação nas medidas socioeducativas é levada ainda para as famílias e comunidades (SINASE, 2006, 55). O *“protagonismo do adolescente”* (SINASE, 2006, 55) se estende ao meio em que se encontra, criando um movimento de implicação de outros atores envolvidos na reconstrução de perspectivas do adolescente. Assim, os programas de atendimento e as atividades em geral devem ser construídos de maneira a fortalecer os vínculos familiares e comunitários, conduzindo o jovem a uma efetiva inclusão nestes espaços. Este movimento revela um dos princípios fundamentais no âmbito dos direitos da infância e adolescência, ou seja, o dever de todos no cuidado com jovens e crianças, tomados como prioridade nas políticas públicas.

A partir desta conjunção de esforços, operam-se as ações promotoras da saúde, educação, cultura, profissionalização e cidadania, no intuito de se construírem práticas mais tolerantes e inclusivas (SINASE, 2006, 55). Práticas pedagógicas específicas ligadas a temas como respeito à *“diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual”* serão, por sua vez, articuladas às ações gerais, reforçando-se o espírito da tolerância.

Trata-se, portanto, de se criar uma rede consistente de relações, que induza o envolvimento de todos os protagonistas da cena socioeducativa, marcada pela horizontalidade nas relações, em profunda sintonia com os pressupostos democráticos.

Além dos *princípios e das diretrizes pedagógicas* do atendimento socioeducativo, o Sinase, de maneira ainda mais pontual, estabelece os *parâmetros socioeducativos*, diferenciando ações gerais a todas as entidades socioeducativas e aquelas específicas à prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Organiza as ações em eixos estratégicos: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de

gênero e orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização, trabalho e previdência; família e comunidade; e segurança.

A *saúde* consiste em um importante parâmetro socioeducativo, garantindo “*equidade de acesso à população de adolescentes que se encontrem no atendimento socioeducativo, considerando suas dificuldades e vulnerabilidades*” (SINASE, 2006, 71). Para tanto, o PIA¹⁰⁹ deve contemplar práticas que promovam temas como autocuidado, uso de álcool e drogas, sexualidade e prevenção de DST/AIDS, alimentação, desenvolvimento físico e psíquico, entre outros pontos que reflitam a política pública de prevenção e promoção da saúde, estabelecida em território nacional.

A execução de tais práticas poderá ser conduzida através da articulação com a Secretaria de Saúde Municipal, a fim de desenvolver programas que considerem as necessidades e vulnerabilidades dos adolescentes atendidos (SINASE, 2006, 72). O Sinase concede também especial atenção para os jovens portadores de transtornos mentais e dependentes de drogas, impondo a necessidade de que as equipes multidisciplinares estejam habilitadas para o trato com estes adolescentes; e de que as intervenções sejam sustentadas por critérios clínicos e não meramente punitivos. Neste sentido, menciona a importância da articulação com o aparelho público extra-hospitalar, como os Centros de Atenção Psicossocial e Centros de Convivência (SINASE, 2006, 72).

Acerca do parâmetro *educação*, o Sinase legisla que as entidades socioeducativas devem consolidar parcerias com órgãos executivos do Sistema de ensino, a fim do cumprimento do proposto capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial os artigos 53, 54, 56 e 57 (SINASE, 2006, 69). Exige, portanto, o direito de ser respeitado por seus educadores; igualdade de acesso e permanência na escola; posicionamento dos dirigentes dos

---

¹⁰⁹ Na busca deste adolescente criativo e autônomo, que busca a transformação de sua vida pessoal, assim como das relações familiares e comunitárias, uma ferramenta socioeducativa se mostra especialmente importante: o *plano individualizado de atendimento (PIA)*. Este instrumento carrega em seu corpo as diretrizes das ações socioeducativas, estabelecendo metas a serem alcançadas pelo adolescente e família, através da construção conjunta de perspectivas. O plano de atendimento personalizado contempla, por sua vez, as dimensões: jurídica, de saúde, psicológica, social e pedagógica.

estabelecimentos de ensino diante de maus-tratos, reiteradas faltas injustificadas e evasão escolar, assim como repetências.

Propõe-se também o redirecionamento da estrutura e organização da escola, como espaços, horários e currículos, no intuito de tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico. Buscam-se ações que estimulem a discussão, reflexão e troca de informações, em detrimento às práticas pautadas na repetição, rotina e burocracia. Exige-se a criação de condições para que o aluno se aproprie e produza conhecimento, através de situações interdisciplinares que envolvam conteúdos escolares, artísticos, culturais e ocupacionais (SINASE, 2006, 69).

O eixo “*esporte, cultura e lazer*”, neste contexto, complementa as ações da educação, a partir da consolidação de parcerias entre as entidades socioeducativas e as Secretarias de Esporte, Cultura e Lazer. O Sinase reforça a importância do acesso a “*programações culturais, teatro, literatura, dança, música, artes*” que constituem oportunidade à vivência da cultura e das artes (SINASE, 2006, 70), favorecendo a qualificação do jovem nestes campos da produção humana. Assegura-se o espaço para a diversidade de manifestações dos adolescentes, em evidente estímulo ao respeito à expressão do outro e à multiplicidade de vozes. As atividades esportivas, por sua vez, surgem como instrumentos para a promoção da “*liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico-racial e de gênero*” (SINASE, 2006. 71). Seja nos esportes, como na cultura e no lazer, a inclusão social e o respeito pelo interesse do jovem se apresentam como pilares destas ações socioeducativas, e promovem o sentido do pertencimento, da vida em grupo e o crescimento pessoal.

Outro parâmetro de ações socioeducativas é a *profissionalização*, que possibilita o desenvolvimento de habilidades básicas e específicas, assim como melhor compreensão do universo do trabalho, sua estrutura e funcionamento (SINASE, 2006, 76). Conforme o Sinase, as entidades socioeducativas devem oferecer cursos e programas de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, com certificação reconhecida, e em consonância aos anseios do jovem e à realidade do mercado. Além disso, cabe as entidades o encaminhamento dos adolescentes a postos de trabalho, como

estágios remunerados, a partir de convênios com empresas privadas ou públicas, ou vagas em programas governamentais. Durante a medida socioeducativa, o Sinase apregoa ainda o desenvolvimento de atividades de geração de renda que ampliem “*competências, habilidades básicas, específicas e de gestão*” (SINASE, 2006, 76). Neste sentido, evidencia-se a preocupação com a inserção dos adolescentes no sistema de produção econômica, garantindo-lhe o sustento diário e a construção de perspectivas sólidas para suas vidas.

Quanto à *segurança* das unidades, dimensão geradora de profunda inquietação na realidade socioeducativa, o Sinase aponta para um modelo preventivo, pautado na atenção aos espaços físicos, que favoreçam a convivência tranquila entre adolescentes e funcionários; formulação de procedimentos operacionais diante situações diversas, assim como no contato junto a Polícia Militar e Civil, Defensoria Pública, Ministério Público e Justiça da Infância e da Juventude; treinamento e capacitação dos profissionais para que assegurem uma atuação marcada pelo discernimento e objetividade nos momentos de situações-limites; e substituição ágil de profissionais que cometam condutas desleais e antipedagógicas. Outro ponto relevante se refere ao estabelecimento de comunicação com os adolescentes, para que mantenham clima pacífico, evitando todo contato provocativo e vexatório (SINASE, 2006, 78).

Por fim, o eixo “*abordagem familiar e comunitária*” estabelece a aproximação das entidades socioeducativas com a rede social, incluindo famílias nos serviços dos SUAS e programas de transferência de renda. O Sinase exige das entidades socioeducativas a elaboração de programas que aproximem família e adolescentes, qualificando suas relações e potencialidades; e estimula a discussão e a integração entre ambos, promovendo discussões referentes a questões como igualdade nas relações de gênero e étnico-raciais, assim como direitos sexuais (SINASE, 2006, 74). Aponta para a busca de relações familiares e comunitárias pautadas no respeito à diferença; e mobilização de papéis sociais consolidados, abrindo espaço para a transformação de vínculos.

A visita domiciliar, por sua vez, constitui em importante instrumento para identificação de necessidades afetivas e socioeconômicas das famílias, e favorece as providências necessárias para o escape das situações de vulnerabilidade social. Da mesma forma, as entidades socioeducativas, através de seus profissionais, devem estar atentas às competências e potencialidades das famílias para a dimensão do trabalho. “O desenvolvimento de *‘habilidades básicas, específicas e de gestão’*”, articuladas com programas de geração de renda, tornam-se fundamentais, para a conquista do auto sustento, promovendo maior autonomia para os familiares (SINASE, 2006, 74). A conscientização dos direitos e deveres junto à previdência social diante de situações limitadoras ou incapacitantes do trabalho, dentro deste contexto, reforça o sistema de proteção social, com a formação de um grupo que consiga servir de referência e apoio aos jovens.

Já em relação às comunidades, o Sinase prevê um programa de atendimento que assegure espaços de convivência e aproximação com a vizinhança, a partir de atividades de lazer, cultura e esportes; e divulgação das ações do programa através da comunicação comunitária (SINASE, 2006, 75). Estabelece-se uma política que fomenta a construção conjunta de propósitos, minimizando a separação entre os espaços de fora e dentro do ambiente socioeducativo. Há a implicação de atores diversos na busca deste jovem ao convívio social respeitoso, alimentando a responsabilidade de todos diante seus progressos e recuos. Neste sentido, a conquista de um lugar na comunidade sustenta o sentido de pertencimento deste adolescente, fortalecendo uma identidade não mais ligada à violência, mas à construção da vida.

Portanto, o Sinase aparece como um corpo normativo que regula o trabalho socioeducativo em dimensões diversas, a partir dos princípios maiores da democracia. A participação coletiva, a inclusão, o respeito pelas diferenças, a busca pela autonomia e transformação tornam-se referenciais, refutando antigos procedimentos e preceitos. Trata-se de uma conquista jurídica que, no entanto, conduz os atores da cena socioeducativa ao enfrentamento diário para sua efetivação. Os apelos sociais, a cultura institucional, os interesses e jogos de poderes, assim como os fantasmas e fantasias subjacentes às relações dos

sujeitos na e da instituição articulam-se em conglomerados que resistem às mudanças propostas.

Transformar a realidade socioeducativa é aproximar e realizar junto, destituir da violência seu papel regulador.

4. ESPAÇOS PSÍQUICOS COMUNS COMPARTILHADOS: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE RENÉ KAËS

A proposta de pensar o grupo nas fronteiras da Psicologia Social e Psicanálise implica no trabalho psíquico do convívio entre dois espaços, na construção de pontes por onde se permite o trânsito de concepções teóricas e, sobretudo, o estabelecimento de leituras próprias a este entremeio. Seguindo as investigações realizadas no Laboratório de Psicanálise e Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LAPSO), que se vale especialmente das contribuições de René Kaës sobre o aparelho psíquico grupal e as produções inconscientes compartilhadas, esta tese procura compreender a subjetividade como construção psíquica que emerge da articulação entre as dimensões do social e do inconsciente. Pensamos, sobretudo, o vínculo, que aproxima e separa elementos; instaura comunhão e hostilidades; renúncias e acordos que convergem em formações de uma ordem não restrita ao individual ou ao grupal, mas a ambos.

Finca-se, portanto, a proposta de entender os adolescentes infratores a partir de uma dimensão intersubjetiva, esquivando-se de uma compreensão marcadamente intrapsíquica, que traz os riscos inerentes à concepção do sujeito *per si*, como a não responsabilização das esferas familiares, comunitárias e jurídicas diante da questão; ou excessivamente sociológica, que retira a dimensão das produções individuais e inconscientes na compreensão dos sintomas e da violência.

Kaës propõe uma metapsicologia psicanalítica que concebe um sujeito produzido por seus vínculos, herdeiro de exigências inconscientes erigidas pelo grupo e depositário de conteúdos recusados em sua genealogia. Suas contribuições teóricas promovem o embaçar das fronteiras do psiquismo, ao se pensar um espaço comum onde circulam representações, interditos, recusas, ideais e fantasmas. Conforme o psicanalista:

o inconsciente de cada sujeito carrega traços, em sua estrutura e em seus conteúdos do inconsciente, de um outro e de mais de um outro” (KAËS, 2005, 133).

Suas investigações atualizam desafios que implicam mudanças na compreensão de sintomas e condução de tratamento, na medida em que o sujeito se depara com o duplo propósito de ser seu próprio fim e servidor de uma cadeia intersubjetiva. Assim, atuar com nosso paciente/cliente implica em poder considerar sua angústia como manifestação de conflitos que ultrapassam sua vivência, remetendo-a a desordens surgidas em pontos diversos de sua genealogia, seja familiar ou de outros grupos de pertença.

Na construção de seu modelo teórico, Kaës visita as obras freudianas escritas, sobretudo, durante o período de 1912 a 1938, de *Totem e Tabu* a *Moisés e o Monoteísmo*. Localiza nestas produções, modelos que visam explicar os processos da realidade psíquica envolvidos nas situações intersubjetivas. Um primeiro, refere-se à ficção mítica do Pai originário assassinado pelos seus filhos que, tomados pela culpa e diante da violência eclodida com a morte do chefe familiar, estabelecem entre si um pacto: a proibição da transgressão por eles cometida, e a instituição da Lei que organiza vínculos e a estrutura psíquica. Um segundo, traz a discussão da identificação comum entre formações intrapsíquicas em torno de uma figura comum e idealizada (KAËS, 1997, 41), ou seja, a instauração de um Ideal de Ego compartilhado por sujeitos que passam a se reconhecer como semelhantes, estabelecendo-se o agrupamento. Por fim, Kaës localiza na obra freudiana um terceiro modelo, que trata sobre a formação de grupos, trazendo os pressupostos da renúncia mútua da realização pulsional em proveito da proteção oferecida pela comunidade. Destes modelos, Kaës afirma que

A psicologia “individual” depreende desse fundo de psicologia social, da realidade psíquica que se forma e se transmite nessa malha de mais de outro e mais de semelhante ligados entre eles por sonhos, ideais, recalques e ideias que tem em comum (KAËS, 2005).

Neste solo originário e em constante diálogo com as contribuições de autores diversos que se debruçaram diante do tema “grupo”, como Bion, Foulkes, Winnicott, Anzieu, entre outros, Kaës articula um campo conceitual que visa compreender a realidade psíquica, compartilhada e produzida pelo grupo. Dentro de seu percurso, as alianças inconscientes, o pacto denegativo, o contrato narcísico, a transmissão psíquica, assim com as formações intermediárias ganham destaque. Tratem-se deles brevemente.

4.1 AS ALIANÇAS INCONSCIENTES E A NEGATIVIDADE

Ad-ligare, ligar à, este o exercício das alianças que se formam entre os indivíduos de um conjunto. Promover coesão com vistas a um objetivo em comum seja de ordem política, jurídica, religiosa, entre outros. Em todos os casos, as alianças comportam uma dupla existência: positiva e negativa. No âmbito positivo, ao se constituírem, engajam os sujeitos nos propósitos de paz, coesão, eficácia, permitindo a eclosão do conjunto e dos benefícios surgidos. Por outro lado, as alianças procuram aquietar e mascarar as divergências, os movimentos de desconstrução dos laços, os conflitos e desacordos que interferem na conquista dos objetivos comuns.

As alianças consistem em uma invariante antropológica que assume formas, funções e modalidades diversas, submissas às transformações que a história social e cultural impõe (KAËS, 2009, 13). As alianças matrimoniais contemporâneas, por exemplo, possuem características diferentes das estabelecidas em gerações passadas, e se organizam conforme às exigências deste tempo marcado pelas mudanças de relação de gênero e imediatismo. Da mesma maneira, os códigos de honra não possuem a força de outrora, refletindo uma nova posição de um sujeito que carrega os valores do individualismo.

Na política, as alianças demonstram claramente sua relevância, ao desempenharem papel fundamental na regulação do jogo de interesses entre partidos e nações: *“acesso ao poder, realização de obras para a cidade, pactos de paz, coalisões contra um inimigo comum”* (KAËS, 2009,22) Os posicionamentos divergentes são aquietados em proveito de um interesse

comum que se choca contra interesses outros, mesmo que de forma temporária e na duração das conveniências. A política, seja como espaço de convivência de posicionamentos diversos e respeito ao outro diferente; seja como se observa nos confrontos partidários, marcados pela ofensa e desconsideração pelas ideias, exige as alianças, pois delas se constroem a comunhão de propósitos.

As alianças inconscientes, por sua vez, são entendidas como formações psíquicas comuns e partilhadas que se emaranham e mantêm os sujeitos de um vínculo juntos entre eles, e com o conjunto ao qual estão ligados como parte constituinte e interveniente. Tais alianças se mostram como processo e meio para a realização dos propósitos inconscientes e asseguram os investimentos vitais na manutenção do vínculo, formando ainda uma comunidade de mecanismos de defesa para tratar as modalidades do negativo na vida psíquica individual e coletiva (KAËS, 2009, 35). Como todas as alianças, comportam uma dupla existência: a de estruturante dos compromissos entre os indivíduos e àquela marcada pela renúncia dos interesses particulares.

Com a intenção de melhor delinear a complexidade destas alianças, Kaës categoriza-as em: estruturantes e as defensivas e alienantes. No primeiro caso, o *contrato narcísico* merece especial atenção. Valendo-se, sobretudo, das investigações conduzidas por Piera Aulignier, que retomam as discussões freudianas abertas em “*Sobre o Narcisismo*” (1914), o contrato narcísico é entendido como uma aliança construída entre o recém-nascido e seu grupo de pertença. Para assegurar a continuidade do grupo e das gerações posteriores, a família opera um investimento narcísico no novo indivíduo, concedendo-lhe espaço dentro da genealogia familiar e da cultura. Os valores e ideais gradativamente transmitidos remontam o novo indivíduo à origem do próprio grupo, estabelecendo elo entre a criança e aos mitos fundadores. O afeto, cuidados e lugar dentro da vida social, por sua vez, trazem a contrapartida da manutenção dos ideais por parte do novo integrante na cadeia geracional, que se torna refém do amor e das oportunidades a ele concedidas. Assim, conforme Kaës, o contrato narcísico exige

que o discurso, que inclui valores ideais, e que transmite a cultura e as palavras de certeza do conjunto social, sejam, por sua vez, retomadas, por cada sujeito (KAËS, 2009,59)¹¹⁰

Outra aliança inconsciente estruturante consiste no contrato de *renúncia à realização direta das metas pulsionais*. Em “*O Futuro de uma Ilusão*” e em “*Mal-Estar da Civilização*” Freud sustenta a renúncia pulsional como condição para o surgimento da comunidade de direitos. O indivíduo, em troca da proteção do grupo renuncia aos seus desejos, tornando-se parte de uma comunidade de direitos. Por outro lado, aqueles não participantes desta comunidade se vertem passíveis às arbitrariedades e violência existentes no encontro dos homens. Para minimizar o sofrimento surgido diante da impossibilidade da satisfação pulsional, o homem investiria nas produções superiores, como as artes e o pensamento, erigindo a própria civilização.

Já em “*Totem e Tabu*”, Freud traz a história-ficção do assassinato do Pai pelos seus filhos, dos conflitos eclodidos entre os irmãos após a morte do antigo chefe da horda, e a solução estabelecida através do erguimento da figura totêmica do Pai, erigindo a Lei no grupo. Em ambos os casos, a figura da aliança toma corpo como organizadora das relações entre os indivíduos, possibilitando a existência e continuidade da vida em comum.

Kaës descreve ainda as *alianças defensivas e patogênicas*. Derivam das estruturantes que, em sua tarefa organizadora, promovem sofrimento psíquico e desorganização/destruição do espaço interno e do espaço do vínculo. As alianças defensivas e patogênicas procuram preservar os sujeitos do grupo contra estas angústias despertadas a partir da formação do vínculo; assim como manter os próprios laços, interditando a realização de desejos em proveito do grupo. Valem-se ainda dos mecanismos de defesa capazes de dar conta das angústias arcaicas e de castração (KAËS, 2009, 101).

---

¹¹⁰Texto original: “*Il requiert aussi que ce discours, qui inclut les idéaux e les valeurs, qui transmet la culture et les paroles de certitude de l'ensembel social, soit repris à son compte par chaque sujet.*” (KAËS, 2009,59)

Os *pactos denegativos* explicitam uma forma de aliança inconsciente defensiva. Tais pactos se fundam sobre o Negativo, ou seja, os elementos derivados das operações de renúncia, rejeição, clivagem, negação. Em um movimento de “deixar de lado”, os pactos denegativos resguardam na dimensão inconsciente os conteúdos ameaçadores à formação da aliança. Permitem a ligação entre psiquismos e constituem a contra face dos contratos narcísicos.

Kaës entende ainda o Negativo a partir dos destinos de suas produções e de suas funções, e sentidos para o indivíduo e grupo. Assim, o psicanalista aponta uma *negatividade de obrigação*, que se revela a partir da necessidade de se suprimir representações e percepções que ameacem o aparelho psíquico individual e os laços mantidos entre os sujeitos do grupo. A negatividade de obrigação se verte como quesito para o surgimento do conjunto e sela o interesse maior perante as organizações psíquicas individuais (Kaës, 2009, 105). Os pactos formados sobre esta dimensão procuram garantir a manutenção do recalcado longe da esfera consciente, criando ainda movimentos contra o retorno daquilo que fora negado.

Kaës se refere ainda à *negatividade relativa*, como campo do possível. Nesta esfera abre-se a possibilidade da realização dos conteúdos negativos. Como diz o autor, trata-se de “qualquer coisa que não foi e que poderá ser; ou ainda, qualquer coisa que, tendo sido, não o foi suficientemente, por excesso ou falta, e que poderá ser novamente” (KAËS, 2009, 108). A utopia (*outopia, sem lugar*), como projeto em comum ou individual, reflete as manifestações desta negatividade relativa, a partir da esperança da transformação de uma realidade, seja através do surgimento de uma nova ordem de coisas ou pelo retorno de uma ordem de possibilidades (KAËS, 2009, 108).

Por fim, o psicanalista traz a figura da *negatividade radical*. Refere-se a uma dimensão extrema da falta e do vazio, do encontro com o desconhecido que confronta os sujeitos com a ordem do impossível, do irreduzível e da morte. Apresenta-se na experiência de uma não experiência evocada, por exemplo, em questões postas pelas crianças como “o que éramos antes de sermos nós mesmos”; surge no encontro do pensamento diante de seu próprio limite, vivido como terror ou êxtase (KAËS, 2009, 110). As alianças suscitadas sobre a

negatividade radical são as que nos ligam contra a força de atração do vazio, fazendo-nos contrapostos ao intolerável daquilo que não se inscreve na realidade psíquica: os brancos absolutos que tentamos preencher através objetos e sentidos.

4.2A TRANSMISSÃO PSÍQUICA ENTRE GERAÇÕES

Concomitantemente às reflexões acerca da negatividade e alianças inconscientes, Kaës se debruça sobre os processos de transmissão psíquica, ou seja, da passagem de conteúdos e objetos psíquicos entre as gerações e suas implicações na constituição dos indivíduos pertencentes à cadeia geracional.

Os grupos possuem uma positividade, que se revela através dos ideais e processos de conservação da vida; e uma negatividade, marcada pelas operações de renúncia e obliteração. Aquilo que se transmite, por sua vez, carrega consigo ambas as dimensões. Assim, entre as gerações são passadas não apenas os ideias e objetos que garantem o investimento no novo membro do grupo, mas também, os elementos produzidos pelos processos de recusa e os vazios gerados pela não inscrição na psique dos conteúdos intoleráveis. A clínica da negatividade se instaura neste ponto, ao verter seu olhar para os hiatos e rupturas da vida psíquica, investigando as implicações dos segredos, das ausências, dos silêncios marcados pelo contato com aquilo que não se pode se inscrever na vida psíquica.

Na empreitada para se compreender os movimentos da transmissão psíquica, Kaës traz o caso da jovem Céline. Quando pré-adolescente, Céline recebera um anel de sua avó, que lhe disse para conservá-lo enquanto estivesse viva, sem que sua mãe soubesse. Com o falecimento da avó, a jovem se apavora diante do segredo mantido, sentindo-se culpada diante de sua mãe. Em um segundo momento, a culpa se verte em ódio tanto de sua avó como de sua mãe, por não saber da relação mantida entre ambas, o que gerava a situação conflituosa. Durante a investigação de sua pré-história, soube-se que a mãe de Céline tentou abortá-la; e que sua avó, no intento de impedi-la, pediu à filha para que lhe desse a criança. O anel, neste sentido, para o psicanalista,

surge como objeto transgeracional perverso, que desvia Céline de sua filiação materna e a mãe de sua própria maternidade (KAËS, 2005, 129). O inconsciente de Céline se constitui, neste contexto, não somente a partir das operações de recalque, mas pela clivagem e desmentidos. O pacto estabelecido entre avó e mãe promovera a transmissão do buraco, signo dos elementos que não puderam ser simbolizados no processo de transmissão psíquica.

Os estudos de N. Abraham e M. Torok, por sua vez, trazem contribuições ao assunto, ao conceber a formação das “criptas”, que se constituem como elementos psíquicos encapsulados, assim vertidos pelo intolerável de seus conteúdos, transmitidos sob a forma do impensado. A transmissão destes conteúdos, testemunho das falhas da simbolização e introjeção, se caracterizariam pelo

enquistamento no inconsciente de um sujeito, de uma parte das formações inconscientes de um outro, que vem, então, assombrá-lo como um fantasma; a hipoteca de um mandato imperativo que o ancestral faria pesar sobre sua descendência (KAËS, 2005, 134).

De seus estudos, Kaës depreende ainda que

nada pode ser abolido sem que apareça, algumas gerações depois, como enigma, como impensado: isto é, como o próprio signo daquilo que não pode ser transmitido na ordem simbólica (KAËS, 2005, 130)

O psicanalista, a partir destas considerações, diferencia ainda a transmissão sem transformação e a transicional. A primeira se refere às inscrições petrificadas, formadas pelo enquistamento e objetos incorporados, como as pensados por N. Abraham e M. Torok; enquanto a segunda, a uma transmissão que não se caracteriza pela repetição, mas pela abertura do espaço do brincar, conforme concebido por Winnicott, permitindo o manejo dos conteúdos herdados. Trata-se, neste caso, de uma passagem que permite a transição entre aquilo que se recebe como material cristalizado e aquilo que se entrega como produto elaborado: a reinvenção de trajetórias, que desembocam

na produção de sentidos, deixando o legado dos conteúdos simbolizados para os descendentes da cadeia geracional.

4.3 A CATEGORIA DO INTERMEDIÁRIO

A categoria do intermediário revela a dimensão da ponte entre realidades heterogêneas. Possui lógica própria, não reduzível a uma ou outra parte ligada. Responde às exigências de ligação e continuidade entre elementos diversos, assim como a de mediação, articulando diferenças entre estes elementos.

Kaës, em suas investigações sobre as fronteiras do psiquismo, as passagens entre o interno e externo, concebe especial importância para o *intermediário*, que sustenta suas formulações acerca das alianças inconscientes e transmissão de conteúdos psíquicos. Apoiado nos estudos de Freud, que lhe fornecerá o terreno firme para as próprias empreitadas teóricas, identifica na obra do pai da psicanálise diversas articulações com esta categoria.

Em “*Esboço para uma Psicologia Científica*” (1895), Kaës aponta as reflexões freudianas acerca da função para excitação do aparelho psíquico, responsável pela regulação dos estímulos externos, atuando como filtro protetor do psiquismo. Ocupa posição intermediária entre o dentro e o fora, e atua como pele e envelope psíquico, dimensões posteriormente desenvolvidas por Didier Anzieu. Em especial, nos traumas e rupturas, a investigação da paraexcitação se torna um elemento relevante, na medida em que é submetida a um arrombamento, causando danos diversos nos processos de simbolização.

Já em “*Estudos sobre a histeria*”, a categoria do intermediário surge como formação que se situa entre “*entre uma representação inconsciente e uma representação consciente ou uma representação inconsciente e uma representação patógena*” (KAËS, 2005, 17). Certas lembranças e pensamentos ressurgiriam, assim, como elo dentro da cadeia associativa entre a representação primitiva e àquilo que será desvendado.

No entanto, é na obra “*Interpretação dos sonhos*” que a figura do intermediário passa a ser elaborada mais profundamente. Freud nela traz o

sonho como reino intermediário entre sono e vigília, onde se manifestam as operações de deslocamento e condensações. Tais formações psíquicas estariam a serviço dos movimentos de censura e do recalque, preservando a consciência dos elementos ameaçadores. Freud concebe-as como representações mistas e intermediárias por sua natureza e funções.

Os deslocamentos que nós notamos parecem ser substituições de certa representação por outra que lhe seria estreitamente relacionada; eles servem à condensação do sonho, visto que, dessa maneira, no lugar de dois elementos, um elemento comum e intermediário entra no sonho (FREUD in apud KAES, 2005, 20).

Dentro da segunda tópica do pensamento freudiano, por sua vez, a categoria do intermediário surge em “Ego e Id” (1923). A figura do ego aparece como instância reguladora, de adaptação e de defesa, submetida a uma tripla servidão, cabendo lidar com os *“perigos que vem do mundo exterior, os da libido e do id e o da severidade do Superego”* (Kaës, 2005, 23). Atua, portanto, como mediador, tendo Freud o concebido como um ser-fronteira (Grenzwesen) (Kaës, 2005, 23).

Em suas apreciações acerca do pensamento de Freud, Kaës resgata ainda a figura do intermediário na obra *“Psicologia de grupos e análise do Ego”* (1921), onde esta categoria é pensada dentro do âmbito da cultura. Neste texto, o psicanalista aponta as articulações freudianas que trazem Moisés com o intermediário entre Jeová e seu povo, o mediador (der Vermittler) (KAËS, 2005, 33). Moisés carregaria características tanto de seu povo e como as de Jeová, como observado nos *“raios que emanam de seu rosto”* (KAËS, 2005, 33).

As produções de Winnicott, de forma semelhante, são trazidas por Kaës para a reflexão da categoria do intermediário. O psicanalista ressalta as descobertas winnicottianas acerca do espaço transicional, uma área marcada em primeiro momento pela mãe, que atua como mediadora entre as *“necessidades psíquicas e corporais da criança e o meio psíquico e social que a rodeia”* (KAËS, 2005, 25).

O brincar toma especial sentido nas reflexões de Winnicott que o concebe como a forma de explorar e tomar para si mesmo o meio circundante, função especialmente prejudicada nas situações de traumatismos. As brincadeiras com a mãe, os brinquedos, os fonemas garantiriam a experiência do “entre dois”, conforme expressão de Kaës, permitindo o delineamento das margens e limites, e a capacidade de simbolização. Seria estabelecida, assim,

a experiência da ilusão fundadora da continuidade entre realidade psíquica e a realidade externa, entre o que encontramos e criamos, entre o que herdamos e o que nos é transmitido. (KAËS, 2005, 25)

Destas contribuições, Kaës apresenta a análise transicional, que procura *“alargar a descoberta winnicottiana aos adultos, aos grupos e às instituições”* (KAËS, 2005, 27). A partir da transicionalidade, é proposto o restabelecimento dos espaços de ilusão e da atividade do brincar, permitindo os movimentos de simbolização e criação de sentidos, o delineamento das fronteiras entre o fora e o dentro e, portanto, da própria identidade. Para tanto, o psicanalista ressalta a importância do estabelecimento de um *“enquadre firme e flexível capaz de suscitar e conter, para cada sujeito, os processos necessários à elaboração das rupturas críticas”* (KAËS, 2005, 29).

Indivíduos psicóticos, toxicômanos, psicossomáticos, violentos ou propensos à atuação, neste sentido, seriam particularmente beneficiados pelas práticas transicionais, devido aos comprometimentos destes grupos nos processos pré-conscientes, onde se opera a simbolização. Assim, a criação do espaço transicional, a partir de objetos mediadores, da análise ou outros procedimentos pertinentes, restauraria a capacidade de conter e transformar aquilo que se apresenta desordenada e excessivamente, carregando-a de sentidos.

Nesta empreitada pelos espaços de fronteiras, pelas passagens entre lugares distintos, Kaës aponta suas interrogações, que evidenciam sua proposta e busca:

Como pensar a ligação, o agenciamento ou a aparelhagem dos espaços intrapsíquicos e dos espaços intersubjetivos? Quais seus princípios de mediação e de transformações recíprocos? Quais formações psíquicas irreduzíveis a um desses espaços podem ser reconhecidas? (KAËS, 2005)

PARTE II

5. OBJETIVOS

5.1 GERAL

A pesquisa em questão tem como objetivo geral, investigar os impactos das dimensões familiares, comunitárias e institucionais em que os adolescentes infratores estão inseridos, na instauração da violência e, como contrapartida, na transformação desta mesma violência.

5.2 ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos, por sua vez, são:

- Redimensionar o debate das condutas dos adolescentes infratores para uma perspectiva marcadamente intersubjetiva;
- Compreender o contexto sociofamiliar do adolescente infrator;
- Pensar formas diferenciadas de atuação frente aos adolescentes infratores, em especial, àqueles avessos as intervenções institucionais, que não as alicerçadas em procedimentos meramente punitivos.
- Fornecer indicativos para um trabalho de intervenção junto a adolescentes em medida socioeducativa, a partir de uma atuação alicerçada nas dimensões vinculares.

6. JUSTIFICATIVA

Esta investigação se justifica pela busca de práticas inclusivas, e pela reflexão sobre estratégias para a redução da violência. A pesquisa é ainda relevante ao colaborar com as diversas discussões sobre o assunto, propondo

possíveis intervenções pautadas numa leitura psicanalítica dos fenômenos sociais, institucionais e familiares.

Traz também ao debate a dimensão das produções inconscientes dos sujeitos do grupo, fundamental para a compreensão dos entraves na execução das diretrizes e dos planos socioeducativos.

Seu sentido último: a transformação da violência em criatividade.

7. MÉTODO

A pesquisa comporta as dimensões quantitativa e qualitativa. Na primeira, teve-se como propósito estabelecer um panorama acerca do adolescente e suas famílias, contextualizando o fenômeno da violência. Já na segunda, foram procuradas as representações, valores e aspirações, assim como os interditos e silêncios surgidos nos encontros grupais.

7.1 SUJEITOS

No âmbito quantitativo, foram organizadas informações advindas de registros e prontuários de 150 adolescentes inseridos em internação, atendidos pelo pesquisador durante período de dois anos. Todos os jovens são do sexo masculino e possuem idade entre 14 a 21 anos.

Para a investigação qualitativa, participaram 19 adolescentes inseridos em semiliberdade. Foram realizados quatro encontros, cada qual com cinco jovens em média. Os adolescentes também são do sexo masculino, no entanto, com idade que variaram entre 15 a 18 anos¹¹¹.

7.2 LOCAL

---

¹¹¹ A proposta inicial para a realização da pesquisa qualitativa considerava entrevistas com adolescentes em internação. A instituição socioeducativa, no entanto, apenas concedeu permissão para encontros com jovens em semiliberdade. Apesar desta mudança metodológica, as entrevistas com estes participantes foram ricas, devido ao maior intercâmbio entre adolescentes, comunidade, família e instituição, nesta medida socioeducativa.

As entrevistas ocorreram em unidades de semiliberdade da Fundação Casa, em sala que apresentava condições adequadas: ambiente calmo, iluminado e sem interferências.

7.3 INSTRUMENTOS E APARATOS DE PESQUISA

Para a coleta de dados foram utilizados: um gravador de áudio, a fim de registro das entrevistas. Por tratar-se de entrevistas abertas, não houve necessidade de questionários específicos para coleta. Conforme Minayo, acerca deste tipo de entrevista:

o entrevistador se libera de formulações pré-fixadas, para introduzir perguntas ou fazer intervenções que visam abrir o campo de explanação do entrevistado ou aprofundar o nível de informações ou opiniões. (MINAYO, 1996: 122)

No âmbito do levantamento quantitativo, o pesquisador se valeu de prontuários e registros de atendimento.

7.4 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Foi solicitada autorização à Fundação Casa, conforme Portaria Normativa n. 155/08, para a realização de pesquisa na instituição. O projeto passou por avaliação dos setores competentes, a fim de análise e sugestões, tendo sido aprovado pelo Gabinete da Presidência da Fundação Casa. Posteriormente, foram realizadas reuniões junto aos Diretores e Encarregada Técnica da Divisão Regional Metropolitana IV, com o intuito de apresentação dos propósitos da pesquisa.

Concomitantemente, enviou-se o projeto ao Departamento de Execução da Infância e Juventude (DEIJ), onde a Juíza Corregedora autorizou a pesquisa – acesso aos prontuários e realização de entrevistas – junto a adolescentes em medida socioeducativa, observados os princípios do Estatuto da Criança e do

Adolescente¹¹².

Em referência aos cuidados com a pesquisa envolvendo seres humanos, o pesquisador realizou inscrição do projeto no Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (SISNEP/CONEP), concedendo todas as informações solicitadas. Obteve-se a folha de rosto da pesquisa FR 476923, em seguida juntada a diversos documentos exigidos pela Comissão de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da USP¹¹³. O material foi entregue para avaliação da referida comissão, sob o protocolo 0045.0.198.000-11. O projeto recebeu aprovação, sem necessidades de alterações, e possui como identificação o número 1159/11 do CEP-HU¹¹⁴.

Quanto à coleta de dados, foram realizados quatro *encontros com grupos de quatro a cinco adolescentes*. As entrevistas, com duração média de cinquenta minutos, foram gravadas, transcritas, sendo analisadas qualitativamente sob a ótica da Psicologia Social e da Psicanálise, tal como elaborada por René Kaës. Cabe salientar que, durante as entrevistas, manteve-se especial cuidado para que não eclodissem angústias e ansiedades por parte dos adolescentes, atento ao princípio da não-maleficiência, previsto pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Além disso, o pesquisador utilizou dados obtidos a partir de seu exercício profissional e prontuários, a fim de organizar quantitativamente informações diversas sobre os adolescentes em medida socioeducativa. Foram tomados como amostra, 121 casos de adolescentes inseridos em internação, identificando-se critérios como: configuração familiar, passagens por delegacias e medidas socioeducativas, escolarização, experiências laborativas, profissão dos pais, violência sofrida dentro do núcleo familiar/comunitário, familiares

---

¹¹² O projeto fora aprovado com o título “Agressividade e alheamento de adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas: rasgos nos laços psíquicos de filiação e afiliação”, aos 13/10/2010.

¹¹³ A escolha da referida comissão ocorreu devido ao processo de reorganização do CEP do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, e pelas sugestões do Sr Gilberto Alves Carvalho, atualmente responsável pelo setor de Comitê de Ética em Pesquisas do IP-USP.

¹¹⁴ O projeto fora aprovado com o título “Agressividade e alheamento de adolescentes no cumprimento de medidas socioeducativas: rasgos nos laços psíquicos de filiação e afiliação”, aos 17/12/2011.

envolvidos em crimes, uso de drogas e álcool pelos adolescentes e responsáveis, relação entre violência familiar e atos de indisciplina e relação entre recebimento de visitas e conduta dos jovens. Evidentemente, não houve qualquer identificação dos jovens nesta ou qualquer outra etapa da pesquisa.

8. RESULTADOS

8.1 RESULTADOS QUANTITATIVOS

As informações foram obtidas através da organização dos dados provenientes de atendimentos realizados a jovens infratores e suas famílias durante o período de dois anos. À época, desempenhava o pesquisador a função de psicólogo técnico da Fundação Casa, tendo como suas funções o acompanhamento de adolescentes durante a medida socioeducativa, a elaboração de relatórios ao Poder Judiciário, encaminhamento dos familiares a serviços assistenciais e comunitários, entre outros. Ao total, foram atendidos 121 jovens que cumpriam internação por delitos diversos de natureza grave, sendo alguns deles, reincidentes em medida socioeducativa – internação, liberdade assistida ou semiliberdade.

Salienta-se que a proposta de elaborar um breve estudo quantitativo acerca das características deste jovem infrator, assim como das redes sociais as quais estava inserido, tem como objetivo estabelecer um panorama da situação a ser investigada, e não apontar conclusivamente as configurações específicas deste grupo. O universo de unidades de internação e semiliberdade da Fundação Casa revela uma enorme amplitude, carregando, cada uma, perfis próprios, como o público a ser atendido. Há, por exemplo, aquelas que atendem adolescentes com menor idade e pouca vivência infracional; enquanto outras, jovens adultos, com passagens múltiplas por delegacias de polícia. Apesar disto, sustenta-se que a organização destas informações é relevante e provavelmente extensível à realidade de diversas unidades socioeducativas. O acréscimo de levantamentos de dados posteriores poderão melhor configurar a realidade social e familiar destes jovens.

8.1.1 CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

A organização dos dados revela que 41,6% dos jovens em medida socioeducativa vivem em famílias monoparentais, sendo a mãe, em 98% destes

casos, figura de referência e cuidados. Apesar das evidentes mudanças de configurações familiares, ocorridas nas últimas décadas, apenas 2% destas famílias tem o pai como provedor principal.

Estas informações contrastam com as levantadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE, em 2006¹¹⁵, que apontam 18,1% dos arranjos familiares brasileiros como configurados pela presença de mulher sem cônjuge e com filhos. Os dados, neste sentido, sugerem comparativamente valor muito elevado de famílias monoparentais dentro do universo socioeducativo.

Tab.1 Mulher sem cônjuge e com filhos na MSE x nacional

As informações junto aos jovens internados indicam ainda que 42,6% possuem pais separados, taxa superior às registradas pelo IBGE em 2007: uma separação para cada quatro casamentos. Embora seja evidente o aumento de separações devido às mudanças comportamentais da sociedade brasileira, assim como pela criação da lei 11.441, que desburocratiza os procedimentos de separações e divórcios consensuais (IBGE, 2007)¹¹⁶, esta tendência mostra-se mais marcante dentre as famílias atendidas.

¹¹⁵ http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=987

¹¹⁶ http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1278&%20id_pagina=

Outro dado relevante acerca das configurações familiares dos jovens em medidas socioeducativas se refere ao alto índice de pais falecidos (18,8%) ou ausentes e ignorados (18%), porcentagem que se reduz para 6,5%, no caso de mães falecidas. Estes números indicam, talvez de forma talvez mais acirrada, o maior número de óbitos masculinos na realidade brasileira. Sugerem também sobrecarga de tarefas atribuídas às mães, que frequentemente exercem as atividades laborativas e de cuidados, pouco apoiadas por uma estrutura grupal, seja familiar ou comunitária.

Sobre o convívio familiar dos jovens, 30% residem com o pai e a mãe; 40% apenas com a mãe; 1,6% com o pai; 13,9%, mãe e padrasto; 1,6%, pai e madrasta; 1,6% com companheira; e 9,8% moram com avós, tios e outros. Nota-se que os jovens possuem expressivo número de irmãos, em torno de três, o que destoia da média de filhos por mulher na região sudeste, 1,8 em 2006, segundo fontes do IBGE¹¹⁷. Esta informação, no entanto, deve ser apreciada com ressalvas, uma vez que parcela dos jovens atendidos, em torno de 10%, possui irmãos de outros relacionamentos dos pais.

Tab.2 Responsáveis dos do jovem

¹¹⁷ <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1288604-5598,00-TAXA+DE+FECUNDIDADE+PASSOU+DE+PARA+FILHOS+POR+MULHER+EM+ANOS.html>

8.1.2 USO DE DROGAS

Os índices de uso de drogas entre os jovens atendidos em medida socioeducativa aparecem excessivamente elevados, chegando a 80% do total de casos. Este percentagem foge às estatísticas apontadas por pesquisa domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas, realizada pelo IBGE, em 2005¹¹⁸, evidenciando o problema da disseminação do tráfico e uso de entorpecentes entre adolescentes que cometeram atos infracionais. De acordo com a pesquisa, 22% das pessoas entrevistadas usaram, pelo uma vez na vida, drogas ilícitas, número que se reduz consideravelmente entre a população de adolescentes entre 12 a 17 anos. Neste último grupo, 4,1% havia feito uso de maconha; 0,5%, de cocaína; 0,1%, crack; 0,7% alucinógenos; 3,4%, solventes; 2,9%, estimulantes; 1,0% benzodiazepínicos; 54,3%, álcool; e 15,2%, tabaco.

Tab. 3 Uso de drogas MSE x nacional (IBGE)

Dentro deste contexto, a expressiva taxa de 80% dos jovens atendidos terem utilizado drogas ao menos uma vez na vida, sugere evidentes problemas de ordem política, social e comunitária, que permitem o acesso e difusão de entorpecentes entre os adolescentes em questão – moradores, sobretudo, de regiões menos assistidas pelo poder público.

¹¹⁸http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11415&rastro=PESQUISAS+E+ESTAT%C3%8DSTICAS%2FIndicadores/Consumo+de+drogas

8.1.3 PROFISSÃO DOS PAIS

O levantamento de dados revela que 40,1% das mães dos jovens internados desempenhavam atividades laborativas de doméstica ou serviços gerais; 9,8% eram donas-de-casa; 6,5% atuavam em atividades relacionadas ao comércio e vendas; 6,5%, cozinheiras; e 5,7%, aposentadas e pensionistas. Em relação aos pais e padrastos, os empregos se mostraram mais diversificados, indicando um campo de trabalho ainda versátil para os homens. Apesar disto, percebe-se relativa concentração de atividades no campo da construção civil (18,9%), assim como na área de transportes (9,0%).

Em ambos os casos, fica evidente que os pais dos jovens internos em medida socioeducativa desempenham atividades, em geral, operacionais, com pouco requisito de instrução. Chama a atenção, o elevado índice de mães que exercem atividades de doméstica e de serviços gerais, na sua grande maioria, sem vínculos empregatícios e direitos previstos pelas leis trabalhistas. Nota-se ainda, que as profissões dos pais destes jovens oferecem pouca margem para crescimento profissional e econômico, devido à baixa exigência de formação escolar.

HOMENS	MULHERES
23(18,9%) (construção)	51 (40,1%)(domestica, serviços gerais)
11 (9,0%)(transporte)	12 (9,8%)(dona-de casa)
6 (4,9%)(aposentados)	8 (6,5%)(comércio, vendas)
5 (4,0%)(rural)	8 (6,5%)(cozinheira)
4 (3,3%)(comércio, vendas)	7 (5,7%)(aposentada, pensionista)
4 (3,3%)(limpeza)	6 (4,9%)(desempregada)
4 (3,3%)(segurança)	5 (4,0%)(creche, educação)
3 (2,5%)(tecelagem)	3 (2,5%)(costureira)
2 (1,6%)(zelador, caseiro)	2 (1,6%)(passadeira)
2 (1,6%)(funilaria)	2 (1,6%)(manicure)

2 (1,6%)(alimentação)	1 (0,8%)(saude, auxiliar de enfermagem)
2 (1,6%)(jardinagem)	1 (0,8%)(rural)
2 (1,6%)(encanador)	1 (0,8%)(público)
2 (1,6%) (desempregado)	1 (0,8%) (frente de trabalho)
2 (1,6%)(fábrica)	1 (0,8%) (corretora)
2 (1,6%)(desempregado)	1 (0,8%) (fábrica)
2 (1,6%)(dono de bar)	12 (9,8%) (sem informações)
2 (1,6%)(servente)	
1 (0,8%)(metalurgia)	
1 (0,8%)(eletricista)	
1 (0,8%)(relojoeiro)	
1 (0,8%)(educação)	
1 (0,8%)(plantonista imobiliário)	
1 (0,8%) (motoboy)	
1 (0,8%)(programador)	
1 (0,8%)(renda aluguel)	
35 (28,6%)(sem informações)	

Tab. 4 Profissão dos pais

8.1.4 ESCOLA

Acerca do processo de escolarização, nota-se predominância de jovens inseridos no ensino fundamental (75%), em detrimento aos ingressos no ensino médio (25%). Os adolescentes em questão apresentavam atraso escolar, evidência reforçada pelo elevado índice de evasão antes da inserção em medida socioeducativa. Pelos dados obtidos, 74% dos jovens já haviam abandonado os estudos em algum momento da vida escolar, ou não frequentavam a escola no momento da detenção policial.

Estes números ganham outra dimensão ao ser apreciada pesquisa divulgada pelo IBGE, em 2010, acerca da evasão escolar. De acordo com as estatísticas¹¹⁹, no Brasil, 3,2% das crianças e adolescentes abandonam a escola no ensino fundamental, enquanto 10% deixam os estudos no ensino médio. Pesquisas conduzidas pela Unicef, por sua vez, indicam que:

O Brasil tem 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. De cada 100 estudantes que entram no ensino fundamental, apenas 59 terminam a 8ª série e apenas 40, o ensino médio. A evasão escolar e a falta às aulas ocorrem por diferentes razões, incluindo violência e gravidez na adolescência.¹²⁰

Desta forma, apesar dos índices nacionais acerca do abandono escolar mostrarem-se elevados, tendo o Brasil taxas superiores a países como Argentina, Venezuela, Uruguai, Chile e Paraguai (IBGE, 2010)¹²¹, os índices de evasão dos jovens inseridos em medida socioeducativa apontam situação ainda mais alarmante.

Nota-se ainda que o abandono escolar – embora, muitas vezes, considerado como decorrência de problemas culturais, necessidade de obtenção de trabalho por parte do jovem, ou até mesmo indisciplina própria ao período da adolescência – revela as dificuldades das escolas e Conselhos diante das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96), assim como do Estatuto da Criança e Adolescente, que consideram a permanência do jovem na escola um dever também das instituições de ensino e órgãos de proteção social.

---

¹¹⁹ <http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/09/17/brasil-tem-maior-taxa-de-abandono-escolar-do-mercosul.htm>

¹²⁰ <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>

¹²¹ <http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/09/17/brasil-tem-maior-taxa-de-abandono-escolar-do-mercosul.htm>

8.1.5 TRABALHO

Em relação ao universo do trabalho, o levantamento realizado indica que 62% dos jovens atendidos já haviam realizado atividades laborativas remuneradas. Os empregos destes adolescentes se mostraram diversificados, como serviços de entrega de produtos e documentos (motoboy, office-boy); construção civil (servente de pedreiro, pintura); lava-rápidos; ajudantes em geral (marcenaria, gesso, floricultura); serviços na área comercial (vestuário, alimentação); atividades rurais (colheita, criação de cavalos); transporte (cobrador de lotação); entre outros.

Embora os jovens, em geral, desempenhassem serviços durante período matutino e vespertino, sem presença de riscos para sua integridade, houve casos de adolescentes que possuíam atividades noturnas e potencialmente perigosas, como motoboys, ferindo a legislação brasileira no tocante ao exercício do trabalho para indivíduos entre 16 e 17 anos, conforme artigo 7, XXXIII da Constituição Federal de 1988¹²²:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (BRASIL, 1988)

Tendo ainda como referência os dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007, conduzido pelo IBGE, percebe-se que a taxa de jovens em medida socioeducativa que exerceram atividades laborativas mostra-se muito elevada diante da média nacional. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹²³, 34,7% dos adolescentes entre 16 e 17 anos, e 18,1% dos jovens entre 14 e 15 anos possuíam emprego. Levando-se em conta a faixa entre 5 a 17 anos, este valor se reduz para 10,8%, conforme dados de 2007. Muito embora estas taxas venham diminuindo claramente nos

¹²² http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

¹²³

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1

últimos anos – em 1992, 19,6% das crianças e jovens entre 5 a 17 anos possuíam algum emprego – os números obtidos através dos levantamentos junto a jovens em medida socioeducativa sugerem forte demanda pela obtenção de empregos, motivada provavelmente pelas dificuldades socioeconômicas enfrentadas por este grupo e seus familiares.

Tais apontamentos são redimensionados ao se levar em conta os impactos do trabalho, sobretudo no processo de escolarização. De acordo com o IBGE:

O trabalho infantil tem reflexo negativo nas taxas de frequência à escola. No grupo de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ocupados, a taxa de escolarização⁷ caiu de 81,0%, em 2006, para 80,0%, em 2007, enquanto entre os não-ocupados passou de 93,5% para 94% (PNAD, IBGE, 2007)¹²⁴.

8.1.6 FAMILIARES ENVOLVIDOS EM CRIMES

O levantamento de dados indica que 31% dos familiares dos jovens já estiveram envolvidos em atividades criminosas. Dentro deste grupo, 52% dos membros familiares com passagens pela polícia eram irmãos dos adolescentes; e 21%, pais e padrastos.

124

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1

Tab. 5 familiares envolvidos em crimes (a)

Tab. 6 Familiares envolvidos em crimes (b)

Estas informações sugerem que a entrada do jovem no universo delitivo, em elevado número de casos, não se configura como evento familiar isolado. Pelo contrário, a alta taxa conduz a suspeitas de corrupção de menores, influência perniciosa de figuras afetivamente relevantes e desestruturação familiar.

8.1.7 USO DE ÁLCOOL E DROGAS POR FAMILIARES

As informações coletadas tiveram como referência o uso *abusivo* de drogas e álcool por parte de familiares. Desta forma, a ingestão ocasional de

bebidas etílicas, ou o uso de drogas em escassas situações durante a vida não foram registradas.

A partir destes parâmetros, os dados indicam que 41% dos jovens da pesquisa possuem membro da família que utilizam de forma excessiva álcool e drogas ilícitas. Na maioria dos casos, o abuso destas substâncias teve como implicações violência no ambiente doméstico e problemas de ordens diversas tanto para o usuário como para os familiares.

Notadamente, houve prevalência dos casos de familiares que apresentavam problemas com o álcool em detrimento ao uso de drogas, sobretudo por parte dos pais e padrastos. Embora não tenham sido determinados os valores referentes apenas ao consumo de álcool, a taxa de 41% sugere elevado índice, se comparado às pesquisas conduzidas por Carlini et al¹²⁵, que apontam 12,3% da população brasileira como dependente de álcool, conforme os critérios do CID-10 e DSM-IV, com prevalência de 17,3% na população masculina e 5,7%, na feminina (Carlini et al, 2005 in apud Andrade et al, 2008).

8.1.8 VIOLÊNCIA FAMILIAR

A investigação sobre a violência contra jovens infratores dentro do ambiente familiar aponta que 31,2% sofreram agressões, sobretudo por parte do pai ou padrasto. Neste quesito, foram registrados apenas casos em que adolescente ou familiar tenham mencionado episódio de violência severa, ou recorrentes atos de agressões. Nota-se que os ataques contra os jovens ocorreram, predominantemente, em contextos com presença de confrontos físicos entre figuras parentais, reforçando apontamentos de que os adolescentes e crianças tornam-se vítimas recorrentes nestas situações.

---

¹²⁵ CARLINI, E.A.; GALDURÓZ, J.C.F.; NOTO, A.R.; NAPPO, S.A. - *II Levantamento domiciliar de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país – 2005*. Cebrid/Unifesp, São Paulo, 2005. In apud: GALLASSI AD, ALVARENGA PG, ANDRADE AG, COUTOLENC Bernard François. Custos dos problemas causados pelo abuso do álcool. *Rev. Psiq. Clín* 35, supl 1; 25-30, 2008. HC-USP, São Paulo.

Dentro desta discussão, as referências são escassas e, inclusive, contraditórias, sobretudo pelo caráter privativo de tais informações. Weber et all¹²⁶, por exemplo, em pesquisa conduzidas na Universidade Federal do Paraná, apontam que 36,9% de crianças e adolescentes entre 8 a 16 anos sofreram agressões geradoras de marcas. Estudo realizado pelo Comitê Latino-Americano de Estudos sobre a Violência (CLAVES), junto a alunos de escolas de Duque de Caxias-RJ, por sua vez, indica que 52,8% dos participantes afirmaram terem sido agredidos por parte de um ou ambos os pais, tendo 12,8% dos alunos relatado episódios de violência severa¹²⁷.

De qualquer forma, o índice de 31,2% de jovens em medida socioeducativa que sofreram agressões severas no ambiente familiar desperta atenção, sugerindo a presença da violência como elemento cotidiano em um espaço de acolhida e atenção.

8.1.9 RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA FAMILIAR E ATOS DE INDISCIPLINA NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO

Embora apreciação destes dados não tenha como propósito o estabelecimento de causalidades que reduzam a compreensão do tema, a investigação acerca de possíveis relações entre a violência familiar e indisciplina reforçam alguns apontamentos.

De acordo com as informações, 64% dos internos que receberam sanções disciplinares por quebra das normas de convivência estabelecidas pelas unidades relatam não terem sofrido violência dentro do ambiente familiar, ao contrário dos demais 36%, alvos de severas e/ou recorrentes episódios de agressões.

---

¹²⁶ WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; VIEZZER, Ana Paula; BRANDENBURG, Olivia Justen. O uso de palmadas e surras como prática educativa. Estud. psicol. (Natal) vol.9 no.2 Natal May/Aug. 2004.

¹²⁷ In http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

Tab. 7: comparativo entre jovens sancionados por indisciplina e jovens não sancionados (geral) no tocante à violência familiar

Por outro lado, percebe-se que dentre os jovens sancionados há uma percentagem mais elevada de indivíduos que sofreram violência familiar (36%), se comparados aos não sancionados (31%). Estas colocações retomam discussões acerca dos impactos de um cotidiano marcado por relações coercitivas e abusivas entre pais e filhos, na conduta destes adolescentes.

8.1.10 RELAÇÃO ENTRE RECEBIMENTO DE VISITAS E CONDUTA DOS JOVENS

De acordo com a organização dos dados, 44% dos adolescentes que não receberam visitas durante a internação cometeram atos de indisciplina, sendo sancionados de acordo com o Regulamento Interno da Fundação Casa. No caso de jovens que foram visitados por seus familiares ou responsáveis, os números se reduzem para 21%.

Acerca da conduta cotidiana dos internos sem visitas, 26% mostraram-se agressivos e arredios durante a medida socioeducativa; 9% apresentaram expressivas oscilações de humor e comportamento muito instável; 21%, conduta marcada por severa apatia e/ou sinais de ansiedade; 26%, postura reservada

em seu dia-a-dia, sem maiores implicações nas esferas psicológica e social; enquanto 18% mantiveram contatos estáveis e adequados.

Já entre o grupo de adolescentes que receberam visitas, 56% demonstraram estabilidade psicológica e conduta adequada; 24%, postura predominantemente reservada e defensiva; 6% apresentaram fortes sinais de apatia, acompanhados, em geral, de outros sintomas depressivos; 5%, comportamento agressivo e arredo; e 9%, quadros de ansiedade mais duradoura e severa.

Tab.8: relação entre visitas e condutas

Salienta-se que a redução do campo *conduta de jovens* a poucas categorias (agressiva, ansiosa, apática/depressiva, reservada, adequada/criativa, estável/instável) pode, evidentemente, fomentar vieses significativos, cabendo alguns esclarecimentos.

Ao se estabelecer a categoria “*adolescente com conduta agressiva*”, por exemplo, coloca-se que o jovem manifestou, com recorrência, comportamentos violentos e destrutivos, *não se fazendo qualquer referência a termos como índole ou personalidade*. De forma semelhante, a conduta instável apenas foi atribuída a internos que apresentaram bruscas oscilações de humor, destoantes das apresentadas pelos demais adolescentes, causando-lhe prejuízos ao processo socioeducativo e ao seu bem-estar.

A identificação da conduta dos internos às categorias, por sua vez, teve como sustentação registros do pesquisador – onde se encontravam observações dos contatos interpessoais mantidos pelos adolescentes – assim como impressões e apontamentos de membros da equipe multidisciplinar. Tais informações haviam sido previamente organizadas para a confecção de relatórios técnicos destinados ao Departamento de Execuções da Infância e Juventude.

Quanto ao processo de formulação de categorias, em primeiro momento, durante a organização dos registros, foram levantados diversos padrões de conduta, como arredio, cooperativo, ansioso, entre outros. Em seguida, agruparam-se elementos semelhantes, visando o estabelecimento de itens relacionáveis.

De qualquer forma, os dados colaboram para a compreensão dos efeitos da ausência de visitas aos jovens em medida socioeducativa. As diferenças no estabelecimento de laços criativos e espontâneos junto aos demais internos e profissionais, na eclosão de quadros de ansiedade e depressão, assim como nos episódios de agressividade sugerem a importância das referências externas ao universo socioeducativo, como a família. O sentimento da acolhida e continuidade parece assegurar a saúde psíquica do adolescente em privação de liberdade, tornando-o ainda mais disponível para o estabelecimento de vínculos positivos.

8.2 RESULTADOS QUALITATIVOS

8.2.1 PRIMEIRO ENCONTRO

A entrevista foi realizada junto a cinco adolescentes que cumpriam medida semiliberdade. Alguns temas tiveram especial relevância como: a própria medida socioeducativa, o uso de drogas, colegas e comunidade, crime, humilhação, família, inclusão e projetos.

A semiliberdade é apontada como um ganho, uma vez que os jovens não foram inseridos em internação. Relatam sobre a possibilidade de manterem contatos sociais e realizarem atividades dentro de contextos e espaços corriqueiros. Ressaltam a importância da continuidade dos laços comunitários, que impede rupturas em âmbitos diversos. Comentam sobre o “mundo” como o ambiente externo, trazendo por antagonismo, a concepção de um “não-mundo” à semiliberdade.

A: é bom sabe por quê? é bom porque a gente não fica só internado, preso, a gente vê o mundo também, a gente faz as coisas no mundo também, tem o contato físico com as outras pessoas.

(...)

E: aí foi vantajoso para mim, eu entrei no curso, na escola, o curso até que é bom, você vê as meninas, é da hora...

Os adolescentes apontam que a medida socioeducativa tem conduzido à reorganização de seus cotidianos. Mencionam a regulação de rotinas como um dos elementos marcantes, ressaltando benefícios surgidos neste processo. A inserção em atividades escolares e profissionalizantes, o estabelecimento de regras de convivência e horários dentro da unidade – embora também vistas como desagradáveis – são comentadas, dentro deste contexto, como instrumentos auxiliares para suas vidas.

D: quando não estava em casa, estava na rua fazendo besteira, quando não estava fazendo besteira, estava pensando em fazer, e eu vi que na semiliberdade, tanto aqui como lá dentro, me ajudou bastante meu desenvolvimento, porque eu tive bastante tempo para por minha cabeça no lugar.

A privação de liberdade tem ainda acarretado, conforme discurso dos jovens, em mudança de suas representações sobre simples elementos cotidianos. Relatam que atribuem mais valor a situações antes pouco percebidas como, por exemplo, “*beber água gelada*”, atividade restrita em ambientes socioeducativos, de acordo com os adolescentes. A privação parece surgir para

os jovens como uma das ferramentas socioeducativas, ao induzir a valorização daquilo que se falta.

A: você dá um valor a mais (falas conjuntas)

D: até copo de água você dá valor, copo de água gelado...

B: é a gente tinha que pedir para beber, mas difícil eles deixarem na hora certa.

Por outro lado, os adolescentes relatam uma medida socioeducativa tediosa, a ponto de tornar difícil seu cumprimento. Mencionam as implicações do enquadre imposto pelas rotinas das unidades e o distanciamento de certas atividades que realizavam antes da apreensão. Percebe-se ainda que, embora não se encontrem em privação completa de liberdade, os jovens atribuem a si mesmos a condição de presos. A unidade como um “não-mundo” é revestida por representações negativas, sobretudo ligadas à perda de tempo e ociosidade. Estabelece-se a contradição entre os ganhos advindos com a semiliberdade e as angústias surgidas pela própria rotina socioeducativa.

A: o que entedia é ficar internado, preso, não ter contato com a rua, porque mal ou bem a gente vivia na rua, eu vivia na rua, eu não parava em casa, só parava para comer, dormir, tomar banho e sair de novo.

B: é quente, senhor.

A: e preso, tu não tem nada disso, só fica preso, preso, preso, não tem nada para se fazer.

Sobre as atividades escolares e profissionalizantes realizadas na comunidade, o discurso dos adolescentes mostra atrelamento entre participação nas propostas socioeducativas e acesso à liberdade. As queixas apresentadas pelos adolescentes acerca da falta de acesso a serviços educacionais e outros revelam seu duplo sentido: driblar a ociosidade e levá-los ao pleno convívio social.

B: eles tem obrigação de oferecer uns cursos para nós. Nós não pode ficar aqui, na lei, a gente tem que fazer curso, estudando, enquanto não achar um curso, escola, a gente não sai.

Neste processo, os relatórios técnicos elaborados a partir de avaliação multidisciplinar ganham relevância como instrumento de enquadre de condutas, desejos e pensamentos. Desempenham uma função reguladora entre o jovem, a instituição e a realidade social cotidiana, relatando as transformações ocorridas pelo adolescente infrator.

D: sai até sai, mas é bom para nosso relatório, porque vai ver nosso desenvolvimento de quando a gente chegou aqui e como a gente está agora.

Já acerca das relações interpessoais mantidas com os profissionais da instituição, os jovens comentam sobre um contato marcado pela necessidade de obediência às normas e regras da unidade. Relatam que os funcionários, sobretudo os de segurança, atêm-se somente ao comportamento dos adolescentes, não os vendo como sujeitos com crenças, valores e afetos. O encontro se torna um processo de reações a condutas previamente norteadas pelo enquadre socioeducativo, com espaços reduzidos para manifestação da subjetividade.

A: eu vejo assim, eles não veem você, eles veem o comportamento, se você for uma boa pessoa, eles vão ser bons para você também, se você for uma má pessoa eles vão ser maus também.

A respeito de seus colegas, assim como da comunidade em que vivem, em um primeiro momento, foram apresentados como ameaças ao processo socioeducativo. Comentam sobre a presença de adolescentes e adultos envolvidos em atividades criminosas em seus cotidianos, que constantemente os convidam para participarem do tráfico de drogas. Relatam ainda as provações do meio social, como os chamados para bailes e o uso de

entorpecentes, feitos pelos amigos e amigas do bairro, tornando mais árduo o cumprimento da medida socioeducativa.

A: também, tipo assim, se você vai para o mundão e encontra um parceiro seu que vende uma droga. Pô, a primeira coisa que ele vai fazer é te chamar para vender uma droga também, porque você vendia antes de ser preso. Ele não vai querer falar, *esse moleque vendia bem, esse moleque trabalhava bem, dá dinheiro, vou chamar para vender para mim*, mas o cara vai ficar...
(...)

Diante das “tentações” surgidas no encontro com a comunidade, os jovens apontam que conseguem opor aos convites para roubos e tráfico. As respostas foram enfáticas e acentuaram a forte possibilidade de superação das provações surgidas no processo socioeducativo.

B: eu já fiquei foragido duas vezes por causa disso, porque a primeira coisa que eu fiz foi ir para a boca, e os caras chamam, vamos aí e pá, e eu não falei não, tem que falar não, tem que saber falar não, por isso que fiquei foragido duas vezes e voltei.

Nota-se o impacto dos convites feitos por colegas e pessoas da comunidade para o uso de drogas, causando aos adolescentes evidente pressão e conflitos. Os discursos dos jovens revelam ainda descrença por parte de seus conhecidos diante de seus anseios pela construção de uma rotina distante dos entorpecentes e das atividades delitivas.

D: claro, tio, os caras metem o louco, não acreditam, acho que os caras devem pensar que a gente usa escondido.
(falas misturadas)

Em um segundo momento, por outro lado, há uma reconsideração dos membros da comunidade, não mais como ameaçadores ao processo socioeducativo. Mencionam a importância dos colegas no enfrentamento de

dificuldades diversas, como as provenientes das relações familiares. Os amigos surgem como pontos de apoio e compartilhamento de afetos, suprimindo faltas advindas de contatos grupais insatisfatórios. Em determinado momento da entrevista, por exemplo, um adolescente passa a discorrer sobre seus conflitos, encenando um diálogo com sua mãe.

D: ...fala aí, mãe, aquela pessoa pode fazer o que for, mas o que a senhora vê com seus olhos eu não vejo o mesmo com os meus não, a senhora tem que ver que o sentimento da senhora, não é o mesmo que o meu e da minha irmã, porque o valor que a gente dá para essas pessoas que se criaram com a gente é diferente da família, tanto que quando eu estava na rua e a senhora estava trabalhando, com quem eu trocava umas ideias, expressava meus sentimentos era com os moleques aí, a senhora estava trabalhando, pai estava não sei aonde, minha irmã não tinha ideia para trocar, porque era menina, brincava de boneca, eu mesmo ficava na rua, o dia inteiro, mano, os moleques, um ia arrumando namorada para o outro, e era uma amizade que a gente já ia criando, apesar de ter várias coisas erradas, envolvimento com drogas.

Destas considerações, evidencia-se um marcante dilema que se impõe aos adolescentes: estar com amigos envolvidos em atividades criminosas ou distanciar-se deles para a conquista de uma vida isenta de práticas delitivas. Se, por um lado, o rompimento dos antigos vínculos abre espaço para a construção do novo, são estes mesmos laços que lhes serviram de apoio e continência, organizando a forma como se percebem.

Em seguida, a conversa se desenrola acerca dos erros de julgamento cometidos em relação às pessoas. Mencionam a necessidade de serem consideradas as qualidades internas em detrimento às aparências.

B: é, não tem que ver a cara, tem que ver o coração da pessoa, às vezes você olha para a pessoa e você fala não sei o que lá, não sei o que lá, que a cara engana, né, hoje em dia...

A: ah, hoje a senhora falou para mim, *você não tem cara de quem passou pela Febem*, aí eu falei, que bom.

C: a mesma fita que a minha falou para mim...

A: pô, mas ela só viu meu rosto, ela não sabe como sou por dentro, a minha mente, o que já fiz no passado.

Na entrevista com os adolescentes, outro ponto de suma relevância se refere aos sentidos atribuídos às atividades criminosas. De acordo com os jovens, o ingresso no tráfico de drogas ou envolvimento com práticas de roubo é apontado como instrumento para conquista de benefícios materiais e subjetivos. Possuir objetos de consumo e apresentá-los diante do meio social carrega para os adolescentes a representação de sucesso, contrapondo-se à percepção de ser excluído.

D: vou falar para vocês, entrei nessa vida de tráfico, achava maior ilusão, eu via os caras tudo de motona, aí encostava e onde encostava fazia sucesso, aí também quero, assim, aí comecei a me envolver no tráfico.

(...)

A: ah, sabe o que é também, a mulherada, parece que elas te olham com outros olhos...aquele moleque e pá...o moleque parece zica, a mulherada cresce o olho, você se sente poderoso, você se sente dono de tudo.

Além da posse de bens materiais, para os estes jovens a criminalidade indica o pertencimento a um grupo que, embora mantenha uma regulação violenta sobre as relações interpessoais, concede-lhes projetos e ilusões. Relatam sobre as chances de construir uma carreira dentro do tráfico de drogas, com uma perspectiva de crescimento e promoções, que lhes propicia reconhecimento e status.

D: quando você está num nível alto do crime, tem vários que chegam e querem ser seu amigo, quem tem...

A: que nem você é vapor, você vende droga na boca, se você vira gerente, caraca, cola um monte de gente, agora se você vira o dono...

D: fica todo mundo sabendo.

Os adolescentes apontam ainda sentimentos de prazer advindos da prática de crimes. A emoção consistiria no objetivo da própria atividade delitiva, embora provavelmente atrelada a outras dimensões, tais como o glamour da contravenção, o revanchismo social, o afrontamento a instituições, entre outros.

D: teve uns tempos que eu gostava de roubar.

B: só para ver como é.

P: pela adrenalina.

A: a emoção de grudar a pessoa e...

B: dá seu dinheiro, já me inspirei num filme uma vez.

Dentro deste contexto, os significados da violência são ampliados ao se revelarem sentimentos de humilhação social. Os adolescentes comentam a prática do crime como forma de conquista de respeito diante de um cotidiano que lhes concede as margens. Mencionam os sentimentos de revolta quando ignorados ou desprezados por jovens das classes economicamente mais abastadas. Tais questões os mobilizam consideravelmente, acarretando evidente mudança na dinâmica do encontro.

A: ter respeito.

B: pelo menos uma roupinha boa nós queria ter...

A: por andar bem vestido, para ter um dinheiro no bolso, para não ser menor que os outros, porque por um lado ou outro, você sempre quer ser maior que o outro, ninguém quer ser menor que o outro.

(...)

D: é, mas para se conquistar respeito, muitos colegas meus, colava na banca dos mais velhos, os caras tudo arrumadinho. Tinha sempre um assim que queria tirar nós, está ligado, daí batia aquela revolta e dava vontade de ter um revolver para botar na cara deles, dava uma raiva de ser tirado por quem tinha, os boyzinhos passava pela rua todo pá, e aí você colava na maior humildade para trocar umas ideias e aí os caras...

(mudança de ambiente, falas paralelas somem, maior silêncio na escuta do outro)

D: te tiravam, te zoavam por aquilo que você é, aí, mano, você ficava já revoltado.

A: já começa te olhar de cara feia, com cara de nojo, vai falar com a pessoa, a pessoa nem liga para o que fala.

B: esses boyzinhos são assim, olha para a pessoa, dá uma risadinha...

D: é quente.

Por outro lado, apesar dos discursos que manifestam apreço pelas atividades criminosas, sobretudo ao serem investigados os temas do poder e violência, percebe-se a eclosão de sentimentos de culpa e persecutoriedade. O ato infracional traria consequências subjetivas, através dos conflitos entre os valores sociais e os desejos pessoais.

A: todo lugar que eu vou, quando vou entrar na porta de um banco ou vou entrar em um supermercado, eu saio e tem uma viatura parada, ou tipo assim, vou passando do lado das velhinhas, o pessoal pega a bolsa e coloca assim do lado.

P: e como é para vocês, verem uma pessoa que fica assustada?

A: maior vergonha.

(confusão de vozes)

A vergonha surge em contraposição à conquista do poder pela intimidação, havendo um movimento de reconsideração de suas próprias condutas. O sentimento de culpa como decorrência das reflexões e comentários surgidos aponta para o potencial de elaboração de conflitos através do grupo. Os jovens percebem as implicações da violência através do olhar amedrontado do outro, que não indica pertença ou valorização pessoal.

Imediatamente, o tema “respeito ao outro” aparece como reação às falas marcadas pela violência. Os jovens discorrem sobre a importância da humildade nas relações interpessoais, assim como da conquista do respeito através de

seus atos cotidianos. Os discursos surgem em contraposição às considerações sobre ganhos de autoridade social mediante a exibição de objetos de consumo, como motos e roupas.

B: respeito, é verdade, mas respeito se conquista com a humildade.

D: sabe porque...

C: respeito se conquista.(falas em conjunto, C começa a cantar rap, os outros brincam)

B: nós achava que era isso, é verdade, qualquer pessoa, ser humilde faz a diferença.

O pêndulo entre o apreço às atividades delitivas e a procura pela inserção social é marcante nas representações sobre o crime, apontando movimento semelhante às considerações acerca da comunidade e da semiliberdade: o trânsito entre espaços distintos.

Outro tema surgido na entrevista se refere ao uso de drogas, elemento impactante tanto na compreensão dos motivos que conduzem os jovens a cometerem atos infracionais, como das dificuldades encontradas para o adequado cumprimento da medida socioeducativa.

Durante o encontro, os adolescentes estabeleceram clara distinção entre o uso de maconha, cocaína e crack. Os jovens mostram tolerância ao consumo de maconha, apontando-a como substância não-maléfica, relatando benefícios como conquista de tranquilidade, apetite, entre outros. A cocaína, por sua vez, é atrelada à agitação, sendo mencionada como entrave para o processo socioeducativo. Já o crack se revela para os jovens uma droga destrutiva, que conduz a uma rápida destruição do usuário.

P: depois que você parou de usar droga, ficou mais fácil voltar para a semi?

B: bem mais fácil, parar de usar mesmo não parei, uso maconha até hoje, não vou parar, agora cocaína...

D: é que a cocaína se você der um tiro, você quer dar outro, e a maconha não.

(...)

Notadamente, a cocaína e o crack aparecem no discurso como controladores dos adolescentes. Dentro do contexto socioeducativo, representam uma evidente ameaça aos mecanismos de inclusão social e compreensão dos atos infracionais.

Sobre a família, de uma maneira geral, é apresentada como um espaço marcado por frágeis laços entre seus componentes. As imagens dos membros familiares atentos, sobretudo, a interesses pessoais; e menções à violência como forma de educação, surgiram no discurso do grupo. Particularmente, os pais foram apontados como figuras distantes e, quando presentes, considerados agressivos e pouco afetuosos.

B: só meus tios mesmo que não sou muito chegado, conversam e tudo, normal, só que eles que não venham com conversa no meu ouvido que eu já falo, vai lá para o lado dos infernos.

(...)

D: meu pai, eu nunca gostei, uma vez falei para minha mãe que eu ia matar o meu pai, aí ela falou assim, não fala besteira, e eu falei, antes ele do que eu, se ele vier falar que me ama, eu não acredito, porque pai que ama o filho não ameaça de morte, ele me ameaçou duas vezes.

Por outro lado, as mães foram apresentadas pelos jovens como pessoas afáveis e próximas. Consideradas batalhadoras e sofredoras pelo enfrentamento diário de dificuldades na criação dos filhos e no sustento do lar, os adolescentes concedem-lhes lugar especial, através das representações como “àquela que sempre apoiou” e “a que dá carinho e amor”.

D: eu vou falar a verdade, não sei como minha mãe está comigo até hoje, às vezes ela fala, *estou perdendo a esperança em você*, eu falo, *não mãe, não perde não, ela é a última que morre*, e ela fala, *não sei até quando eu vou aguentar a sofrer, porque é grande a minha história*, minha mãe sempre foi a que me apoiou mais e meu pai sempre foi o

mais bravo, que gostava de bater mesmo, de pegar a cinta e não tinha conversa

(...)

D: um dia que ela foi me visitar na Febem, eu dormi no colo dela.

Percebe-se, desta forma, a família como grupo cindido, em que se presenciam figuras acolhedoras e outras, agressivas e destrutivas. A capacidade de oferecer continência e segurança não lhe foi atribuída, apesar das mães constituírem ponto de apoio. Nota-se ainda que a fadiga e as dificuldades enfrentadas por suas mães obstruem a percepção do núcleo familiar como espaço de repouso.

Apesar destas considerações, a medida socioeducativa é percebida como transformadora das relações entre o adolescente e sua família. Os jovens relatam maior proximidade com seus entes, mudanças na qualidade dos relacionamentos e reestabelecimento de laços de confiança. Comentam ainda, de forma geral, que a semiliberdade trouxe maior tranquilidade para sua família, consistindo em uma pausa dentro de cotidiano aflitivo.

P: para vocês então, na medida socioeducativa há uma mudança da família?

B: é, a família está olhando mais agora, né, agora a mãe está mais tranquila, está mais calma.

C: ela dá mais conselho do que nunca.

B: minha mãe, acho que ela não dormiu um dia que eu fiquei fora...

A: parece que agora confia mais, porque parece quando você está no crime, ninguém confia em você, agora quando você não está no crime, está seguindo tudo certinho...

Acerca da elaboração de projetos de vida, os jovens relataram desejo de ingressar em instituições militares, constituir família e cursar ensino superior. A menção ao Exército e à Aeronáutica foi relacionada com o estabelecimento de relação de poder frente à instituição policial, e como instrumento de acesso a uma posição social respeitosa. Comentam anseio de “recriar a família”, em alusão a uma busca por mudanças de um modelo de relação familiar.

C: eu, fazer um curso, terminar a escola, fazer uma faculdade, a vida é para quem faz.

E: eu quero seguir o Exército.

A: ah, eu , que nem ele falou, quero servir na Aeronáutica.

B: eu quero Exército, aí vem polícia esculachar vem...

A: quero servir a Aeronáutica, trabalhar, terminar meus estudos, cuidar do meu filho, quero ser um pai novo para meu filho, quero mostrar um outro lado, ter uma família.

B: é, ter uma família.

A: recriar a família, né.

Ainda sobre os projetos de vida, os adolescentes mostraram despreendimento e criatividade ao conceberem suas possíveis profissões. Longe da procura por atividades operacionais, como as realizadas por grande parte dos genitores destes jovens –conforme levantamento quantitativo – mencionaram desejo por carreiras como Biologia e Gastronomia, assim como vontade de aprender a língua francesa.

D: eu queria terminar a escola, já estou no primeiro ano, faltam só dois, fazer uma faculdade, queria ser biólogo.

P: biólogo?

(...)

C: tenho vontade de falar francês, francês é da hora...

B: quero aprender gastronomia...

(mistura de vozes, risos)

Por outro lado, surgem comentários sobre a presença de muitos jovens, dentro da medida socioeducativa, que não elaboram projetos positivos, apegando-se às atividades delitivas. Neste sentido, evidencia-se a circulação de representações díspares entre os internos, cabendo-lhes lidar com os diferentes discursos surgidos no cotidiano das unidades e nas relações entre si mesmos.

A: eu mesmo vi um moleque falando assim, logo que eu sair daqui vou roubar uma pá de caras, fazer uns assaltos, passar o final de ano firmão...

C: tem muitos (risos)

Dentro deste contexto, os jovens discorrem que a medida socioeducativa pode favorecer a inclusão social e a reorganização de propósitos. Referem-se sobre a possibilidade de conseguir bens materiais a partir da própria capacidade pessoal, valendo-se de comparações com outras pessoas, trabalhadores comuns que alcançam suas metas através do trabalho lícito.

A: eu vejo a partir de mim, porque eu cheguei desiludido, mas quando cheguei aqui dentro pensei, pode ser diferente, posso ser outra pessoa mas tendo as mesmas coisas, tá ligado? ter seu próprio dinheiro sem ter que roubar, traficar, poder ter conquistado com seu trabalho, com seu suor.

D: é, às vezes eu também penso, se as pessoas lá fora trabalham para conquistar as coisas e conseguem ser felizes, porque não consigo?

Apesar disto, através de seus discursos, percebe-se insegurança quanto ao distanciamento das práticas delitivas. Há receio diante de seus próprios anseios e conflitos, fragilizando a imagem de sujeito capaz e transformador de sua própria realidade. Nota-se ainda que o “pensamento” surge como elemento ameaçador, ao contrário das dimensões atreladas a “Deus” e “coração e sentimento”, propulsores de mudanças efetivas.

D: depois que eu parei para pensar lá dentro, aproximei bastante a Deus. Essa falha minha, Deus pode perceber que meu sentimento dentro que falava com ele não era a mesma coisa, não era a mesma coisa que eu disse para o promotor,

A: é, quando ficava sozinho assim conversando com Deus, parecia que vinha uma coisa no pensamento que dizia, *isso nunca vai acontecer, isso que você está falando é tudo mentira, para de se iludir*, tipo

querendo fazer a minha mente para não mudar, para eu continuar na mesma vida, para não progredir.

P: parece que surge esse conflito mesmo? vocês querem mudar de vida, mas algo puxa vocês...

D: verdade.

A: eu no meu coração tenho vontade de mudar, mas no meu pensamento vem alguma coisa e diz, *você não vai mudar nada, você é fraco, você não vai conseguir nada*, é, mas é verdade.

A insegurança é ainda incrementada a partir de preconceitos e suposições cultivados socialmente. Um dos adolescentes, por exemplo, procura justificar o envolvimento criminal a partir da própria formação da cultura brasileira.

D: mas desde o começo, quando os caras de Portugal trouxeram os bandidos para cá. Tá no sangue, bandido, brasileiro... é quente, mano, os caras não conseguiram escravizar os índios, por isso que no Brasil tem mais criminosos.

8.2.2 SEGUNDO ENCONTRO

Os adolescentes começam a entrevista discorrendo sobre suas trajetórias institucionais. Relatam terem outras passagens por medidas socioeducativas, como liberdade assistida. Há referência sobre a violência das unidades de internação provisória, onde denunciam a existência de agressões físicas e humilhações por parte dos profissionais contra os jovens. As queixas surgidas nesta entrevista repetem os discursos encontrados em outros grupos, e sugerem a violência e o controle opressivo como práticas recorrentes nestas unidades.

D: Se esquecer de pedir licença já toma um tapão no globo. Daí os caras já começam a falar um palavrão. (...)

A: Todas é assim.

D: Você vai tomar banho, pode estar o frio que for, você fica de cueca sentado no chão, eles (funcionários) falam "quebrando". Eles falam para ficar quebrando, sentado no chão, um atrás do outro.

A: Maior opressão...

Nota-se a contradição das representações emergidas no grupo ao relatarem sobre a função da privação de liberdade. Para alguns adolescentes, estar longe da família conduz a revalorização de seus pais e reflexões sobre a vida que levavam; enquanto para outro jovem, de nada adiantaria, uma vez que um *“homem sem sua liberdade não é nada”*. Concordam, no entanto, que a rigidez e violência das unidades não acrescentam benefícios socioeducativos. Acerca dos procedimentos da semiliberdade, há uma crítica referente às estratégias de controle, sobretudo a restrição de visitas como sanção disciplinar.

A: Para mim, acho que não ajuda porque um homem sem sua liberdade não é nada, eu acho isso.

D: Eu acho que ajuda um pouco, porque você está sentado ali, toda noite, pensando nos seus erros, algumas coisas que você fez de errado, algumas coisas que você fez de bom também.

(...)

A: Acho o que faz a gente pensar é essa semiliberdade. Agora estou dando mais valor para minha família, para minha casa. Que nós só sai no final de semana. Aí, antes, eu nem ligava para minha casa, eu só ficava na rua, agora estou dando mais valor, para minha mãe para meu irmão.

A semiliberdade surge ainda, de forma semelhante a outras entrevistas, como uma oportunidade, já que não inseridos em internação: espaço onde perderiam por completo o ritmo de vida antes da apreensão, sendo submetidos a controle mais rigoroso de suas condutas. Através de seus discursos, a internação é concebida como lugar da raiva e do represamento de energia, características surgidas pelo aspecto contensivo desta medida socioeducativa. Comentam também sobre as “unidades desandadas”, onde supostamente seriam esquecidos pela equipe psicossocial.

P: Então, como está para vocês cumprir essa semiliberdade?

C: Para mim, tá suave.

D: É bom. É melhor do que ficar internado, porque se você tá internado, você fica pagando raiva, ou pode entrar numa unidade desandada¹²⁸.

A: Você nem vê o mundão.

Para os adolescentes, a semiliberdade também abriu caminho para experiências novas e enriquecedoras como visitas a museus e ao zoológico. Trata-se, portanto, do momento da oportunidade.

D: (...) Hoje a gente foi em um zoológico, eu e o menino ali. Nessa semana aí, a gente vai ter outro passeio, cinema, depois a gente vai outro, como é o nome lá?

B: Casa das Flores. Casa das Rosas.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão intermediária da semiliberdade: “estar preso, mas não estar”. Discorrem não haver barreiras para a evasão ou fuga, havendo, por outro lado, uma série de exigências a serem cumpridas. O envolvimento e responsabilidade do jovem ganham maiores contornos diante da facilidade para o descumprimento da semiliberdade.

D: Monte de passeios. Nós vai com as senhoras, normal. Todo mundo junto, bom que você não está preso. Você está preso sim, mas você não está totalmente preso, privado de sua liberdade (...)

A: O ruim é saber que você pode sair, mas que se você sair te prejudica. Eles aqui não segura ninguém, se você sair é só ir embora, pular e já era, eles não seguram.

Neste movimento, a família aparece como ponto fundamental para a permanência dos adolescentes na medida socioeducativa. Há uma representação comum de que se não fossem por seus pais, não cumpririam a

---

¹²⁸ Unidades sem controle por parte da instituição.

semiliberdade. O afeto presente nas relações com seus genitores sustentaria o compromisso do adolescente perante as demandas judiciais, evitando maiores sofrimentos aos entes queridos. Desta forma, as mães aparecem como organizadoras das condutas dos jovens, evitando que não quebrem a medida socioeducativa; enquanto, por contraposição, a instituição é tomada como um lugar em que “poderiam quebrar” suas regras, espaços e contornos.

A: Eu não vou embora só por causa de minha mãe. Porque se não fosse minha mãe, eu quebrava e ia para o Mongaguá. Ia para casa dos meus avós.

B: Também já pensei nisso. Mas no dia em que eu quebrei, meu pai conversou comigo. Até chorou falando que não vira quebrar, você vai ficar procurado.

Acerca das quebras de medidas socioeducativas anteriores, o dinheiro e os chamados dos próprios colegas para a participação em delitos, foram apontados como principais motivos do descumprimento. Ressaltam, no entanto, a consciência de suas escolhas, sendo marcante a responsabilização dos jovens diante de seus próprios atos. Asseguram não terem sido coagidos e mostram clareza da violência que permeia as atividades criminosas.

Cabe notar que os riscos, tanto para os jovens como para as vítimas, embora claramente percebidos e previstos, são relevados diante dos benefícios advindos com a prática delitiva. O respeito ao seu corpo e ao do outro tomam uma dimensão menor àquelas do consumo e poder, favorecendo a ruptura do convívio social em proveito da satisfação dos desejos individuais.

Relevante considerar a expressão “não se abalar”, como relata um dos jovens. Ao negar a comoção diante da morte do parceiro, evita-se o contato com uma realidade que usurpa a vida. Cria-se o tempo do não pensamento diante de seu próprio cotidiano que, por outro lado, permite-lhe a manutenção das ilusões, a permanência dentro de uma construção em que possa se reconhecer como sujeito sabedor do certo e do errado.

A: É tipo assim, né senhor. Não é ir querendo ir pelos outros, certo? É que nem um parceiro te chama, “aí vamos meter um BO ali”, você não tem como recusar.

D: Vamos colocar assim, que ele é como um irmão para você. Ele fala que tá precisando de você, uma fita de dinheiro.

A: É a maior tentação.

(...)

D: Você tá lá na biqueira, a polícia invade, pode tomar um tiro, pode morrer. São as consequências do crime, a gente coloca na cabeça, nós já sabe o que pode acontecer.

A: Eu também, já vi vários parceiros morrer, mas nem por isso eu me abalo não.

D: Entendeu? Nós sabe o que é errado, nós sabe o que é certo.

Ainda sobre as motivações que os levaram à prática de crimes, os adolescentes apontam outras razões, como a própria emoção do ato infracional, e a revolta pessoal. Percebe-se a complexidade do fenômeno delitivo, não ligado apenas a questões materiais, mas como resposta a demandas subjetivas. Nas entrevistas, tanto a prática do roubo pela adrenalina, como pela revolta da perda, ganham sentidos atrelados à regulação de um estado psíquico.

B: Entrei na ilusão, na ilusão do crime, ninguém me chamou, entrei porque eu quis. Foi por besteira, por causa que não preciso disso não.

A: Eu fui mais pela adrenalina mesmo.

D: Pela emoção.

A: Que emoção, eu fui mais pelo dinheiro.

(...)

A: Eu entrei na revolta mesmo quando meu tio morreu na quebrada, sem zueira...

A certa altura do encontro, os adolescentes se referem a si mesmos como pessoas que apresentam “cara de marginal”. Discorrem sobre episódios em que foram olhados com receio ou discriminação. Não identificam a característica que o fariam ser reconhecidos como “marginais”, e mencionam ainda necessidade de treino para mudar seus comportamentos. Atribuem, mais

adiante, a desconfiança sentida pelos outros, diante da “cara de favelados” que possuiriam.

Os jovens, neste sentido, apontam a existência de marcas, que precisariam ser mudadas para a inserção da vida social, sobretudo no mercado de trabalho. A representação do treino traz consigo a concepção de “tentar ser um outro”, passível de reconhecimento e aceitação por parte da sociedade, o que implica necessariamente a negação de serem eles mesmos.

D: Nós é jovem, ninguém vai dar emprego para nós. Olha nosso estilo, olha nossa cara, porque se você falar que nós tem cara de normal, não ,nós tem cara de ladrão. Olha a cara desse daí, ó. Olha a cara desse daí, a cara desse daí. Tudo cara de marginal. Qualquer um que olhar, fala.

(...)

D: Não sei se é por causa do estilo, não sei se é por causa do jeito de falar, porque nós fala na gíria, não sei como que é, porque gíria é normal, é do nosso dia a dia. Então não tem como parar de falar na gíria de uma hora para outra. Então, você tem que treinar bastante para conseguir.

A: Não tem como para mim, sem zueira. Eu cresci na favela. Tudo o que aprendi, aprendi na favela.

D: É isso aí, cara de favelado.

Dentro do mesmo tema, exclusão e identidade, os adolescentes comentam sobre espaços em que se sentem desvalorizados. Surge uma cidade que não aceita estes jovens, levando-os a adotarem reações defensivas; e outra, a da periferia, marcada pelos encontros cotidianos, onde podem se reconhecer mais integralmente.

Há também comentários referentes à perseguição e desconfiança, que incrementam sentimentos de vergonha. A espera prévia do outro, pela atitude do furto e roubo, parece lhes conceder um espaço marginal, em que se esperam apenas as atitudes contraventoras.

A: Eu ando normal, eu vou para o Heliópolis todo dia de ônibus. Eu ando normal, mas quando a gente vai para lugar de fora assim, eu sinto.

P: Lugares de fora?

D: Lugares chiques, vamos colocar uns lugares mais...

(...)

D: Eu já cheguei até a sacar dinheiro e falar, “aí seu otário, tenho dinheiro, não preciso roubar não”. Dentro de mercado, vai comprar alguma coisa, segurança começa a seguir. Eu já comecei a entrar no mercado sem comprar nada, com dinheiro no bolso...

A: Eu com a minha mãe ia fazer compra, os caras ficavam seguindo. Maior vergonhoso, eu acho.

Apesar de se sentirem pertencentes às suas comunidades, discorrem delas como lugares violentos. Apontam a pouca presença de roubos, mas excesso de assassinatos. Relatam que a violência está em todos os espaços, demonstrando naturalidade diante das atividades criminosas. Esta situação pode ser refletida em certa aceitação dos homicídios como forma de manutenção de um suposto bem-estar comunitário. Falam ser necessário ser “humilde” e “responsa”, referindo-se à obediência a certos padrões de conduta na comunidade. Apesar disto, desejariam viver em um bairro pacífico e sem drogas.

D: Qualquer lugar tem (crime). Está espalhado no mundo inteiro, isso daí já tomou conta do mundo inteiro.

(...)

A: Tipo, o crime. Fazendo o dele na minha quebrada, não mexendo com a minha família, não me atrapalhando...

D: Ninguém mexe com a nossa família porque a gente é responsa. Realidade, nós tem humildade, nós conhece todo mundo, então, ninguém mexe com a nossa família.

(...)

D: E tem os vacilão, que fica devendo, que fica dando pé, que fica mexendo com mulher dos outros. Tudo isso acontece, daí morre, isso é rotina de favela.

(...)

A: Infelizmente a lei da favela é assim. Nós não pode mudar, porque se eu pudesse mudar era paz.

D: Paz total.

A busca por uma comunidade pacífica, no entanto, esbarra na própria instituição policial, apresentada pelos adolescentes como corrompida e injusta. Relatam alguns episódios em que policiais tentaram extorqui-los, e outros em que foram agredidos. Há evidente revolta contra estes profissionais considerados “tão ladrões como eles”. Surge no discurso destes jovens a legitimação do ataque, inclusive mortal, contra os policiais.

Estabelece-se, assim, a destruição dos argumentos pela paz, uma vez que os adolescentes mostram convivência com as práticas violentas; e o Estado se reveste de representações ligadas à corrupção e condutas ilícitas.

D: Nós somos ladrão, mas eles também são ladrão. Eles são ladrão de verdade.

B: Polícia é mais ladrão que nós.

D: É mais ladrão que nós, porque eles pegam a gente e chamam para o acerto. Para mim, é ladrão também. Para mim é safado.

(...)

D: Às vezes, a gente fica até revoltado por causa dos policiais. Porque vou falar para vocês, se eu tiver uma chance de matar uns policia, eu mato,

A: Eu também, sem zueira.

O descrédito diante da instituição policial se alastra para toda a sociedade, reforçando-se elementos surgidos até então durante a entrevista. Discorrem acerca da contemporaneidade como período caótico, sem possibilidades de melhoras, repleto de violência de todas as ordens.

Contrapõem a falta de esperanças no mundo com o desejo de mudança pessoal, sobretudo para evitar o sofrimento de seus familiares. A ressocialização aparece como resistência ao caos instalado, como se uma busca por uma organização não do tecido social, mas da vida individual e familiar: a preservação de um espaço que lhes sirva de referência em meio ao cotidiano

desordenado e agressivo. Concomitantemente, a fantasia de perda de seus familiares incorre na completa entrega às atividades delitivas.

A: Posso falar uma coisa sinceramente, o mundo está perdido.

C: Só Deus, senhor, só Deus.

B: Tá perdido.

(...)

A: Minha mãe perdeu a vó dela, a mãe dela. (...) Que nem, essa semi aqui. Não quero quebrar por causa da minha mãe mesmo.

(...)

D: E se eu perder minha mãe acabou, se eu perder meu pai também acabou. Aí eu meto um revólver na cinta mesmo. Eu já coloquei isso na minha cabeça, no dia em que eu perder minha mãe e meu pai, eu acho que não tenho mais porque viver.

Neste embate entre às tentações da vida criminosa e a busca por espaços de referência, os adolescentes apontam a valorização do trabalho honesto, “dinheiro suado”. Relatam que a renda conseguida através de um emprego é mais bem utilizada, mas também incômoda pelo cotidiano duro, de “marmita nas costas”.

D: Aqui você coloca a cabeça no lugar. Como eu disse para o senhor, você pensa em tudo, o que fez de errado, então se você sai de manhã com uma marmita nas costas, você não vai ser discriminado.

P: E o que vocês acham dessa vida, por exemplo, a vida de um trabalhador?

D: A vida é bela, mas é sofrida, né.

B: Eu acho que todo trabalhador trabalha o mês todo para ter aquele dinheiro lá. O que ele ganha, ele não gasta o dinheiro rápido não, dinheiro do crime, você já pega...

O apego a bens de consumo caros e necessidade de independência financeira perante seus pais, torna o exercício do “trabalho honesto” ainda mais difícil. A construção do futuro como trabalhador é colocada em aberto, sempre nas “mãos de Deus”, que saberá a hora para eles mudarem de vida.

Chama a atenção, a transposição de suas responsabilidades para terceiros, como as figurações religiosas. O planejamento e a organização de suas vidas por eles mesmos se mostra titubeante, seja pela insegurança quanto à saída efetiva das atividades criminosas, receios pelo enfrentamento das dificuldades de inserção social e outros.

D: Você não gostava de se vestir bem? Não gostava de usar roupa da moda, porque Ciclone está na moda, Canguru tá na moda, Eco tá na moda, Polo tá na moda. Você não gostava quando era jovem? Vou comprar um tênis da hora, e aí, você não podia pedir para seu pai, porque seu pai tá trabalhando o mês inteiro para pagar as contas, luz, água, por o que comer em casa. Aí você fala para seu pai, “estou saindo para ir para a escola”, só que ao invés de ir para escola, você vai traficar.

(...)

A: Por isso que eu prefiro roubar, sem erro.

(...)

P: E vocês esperam ter essa vida (honesta e trabalhadora)?

C: Espero, acredito em Deus.

A: Tudo tem seu tempo.

D: Acredito que tudo é na hora de Deus.

Diante destas inseguranças, os profissionais da instituição surgem no discurso. A equipe psicossocial é apresentada como ponto de apoio, ajudando-os na reconstrução de seus cotidianos. Por outro lado, os jovens comentam não gostarem da equipe de segurança e da Direção, que restringiriam suas saídas e não se atermiam às eventuais dificuldades. Um dos participantes, porém, mostra compreensão do trabalho destes profissionais, que teriam a função de manter as regras da unidade, como se fossem seus pais.

P: E os profissionais daqui, os psicólogos?

A: Sem palavras.

D: Não tem nada do que reclamar, nada, nada.

(...)

B: Eles (seguranças) tem que pensar em nós também. Só estão pensando neles só, só quer ganhar dinheiro em cima de nós.

(...)

D: Acho que tem que haver uma regra. Eles estão fazendo isso para ver se quando você estar dentro da sua casa, seu pai fala para você, “onze horas quero você aqui”, se você vai cumprir o horário que falou.

Ao refletirem sobre o controle das unidades, houve discordância entre opiniões. Aparece a representação de que as unidades sem estabelecimento de regras por funcionários seriam mais adequadas, uma vez que os próprios jovens regulariam a rotina e as relações entre eles mesmos; assim como a concepção de que unidades controladas pelos profissionais seriam mais vantajosas, pela desinternação rápida dos jovens, e maior oferta de atividades.

D: Porque eles (adolescentes internados) tá lá, a casa é deles. Os funcionários não entram, nada entra, então acho que não é certo. Porque está prejudicando nós mesmos. Eles que se viram lá, dominando lá.

A: Mas é o seguinte, mano. Na mão dos menores, é menos opressão. Eu prefiro ficar maior cota dentro daquele lugar, mas com menos opressão, do que ficar pouco tempo com opressão. O cara lá batendo em você.

Percebe-se que os contatos mantidos entre os jovens é uma preocupação relevante dentro das unidades. O convívio traz consigo a desconfiança e receios, embora haja o discurso de que sejam unidos, uma família..¹²⁹

A: Tem muito rato¹³⁰ aqui, senhor.

(...)

---

¹²⁹ Uma das supostas vantagens das unidades controladas pelos internos consistiria na melhor regulação dos eventuais atritos surgidos. No entanto, a partir da observação da rotina dos espaços socioeducativos, sobretudo os de internação, percebe-se formas de controle extremamente violentas mantidas pelos jovens, com agressões sistemáticas a quem descumprir às normas criminais.

¹³⁰ Alusão a pessoas que furtam objetos.

D: Tudo no mesmo barco. Todo mundo preso na mesma casa. Todo dia, nós dorme junto. Então, querendo ou não, estamos no mesmo lugar. Nós é uma família, nós tem que ser uma família. Porque se entrar desavença nós, não chega a lugar nenhum. Ele vai ficar tretado¹³¹ comigo eu vou ficar tretado com ele. Um vai ficar na maldade com outro, ai já pode acontecer alguma coisa pior, aí fica muito ruim. Sempre tem um que gosta de atacar. O camisa 10, o atacante. O que gosta de atacar.

Há consenso, porém, acerca da inviabilidade de uma rotina opressiva, com controle rígido de condutas e agressões por parte dos funcionários, o que apenas traria mais revolta para os adolescentes. De qualquer forma, a violência aparece como componente das mais diversas situações socioeducativas, independente de quem controle as unidades. Estabelece-se quase a situação absurda da escolha do algoz: funcionários ou adolescentes.

B: Nós entra lá para melhorar. Nós sai com a cabeça mais a milhão ainda¹³².

D: Vou roubar, usar drogas mesmo, já era.

Sobre seus projetos, falam em cursos profissionalizantes, ter uma profissão, assim como constituir uma família. Há uma reorganização do discurso, que aparece mais vinculado a construções positivas de suas vidas, surgindo pontuações sobre a importância da persistência para a conquista de seus propósitos. A titubeação cede lugar a uma postura mais convicta diante do processo de ressocialização, embora o tema “polícia” retorne como evidente desconforto dentro de seus cotidianos.

A: Eu quero cuidar do meu filhote que está para nascer.

B: Eu quero fazer um curso aí de mecânico.

C: Trabalhar, ter minha família, e tirar esses polícias.

(...)

---

¹³¹ Com conflitos.

¹³² Referindo-se às unidades que mantém controle opressivo e violento.

D: Meu ponto de vista é o seguinte, porque se você tem vontade de fazer alguma coisa você tem que ir até o fim. Porque se você chegar no meio do caminho e dizer que não consigo, já era, você está fraquejando.

B: Você é um bunda mole.

Dentro do panorama de reconstrução, os jovens discorrem sobre suas situações escolares, em geral, defasadas. Relembra alguns problemas disciplinares ocorridas na escola, sendo as agressões, meios para regulação dos contatos interpessoais. Embora tragam a instituição de ensino como lugar de conflitos, fazem especial referência aos professores, como figuras relevantes, merecedoras de respeito.

D: Na hora da raiva, você fala para diretora, “ah é, você tá tirando uma, você vai ver o que eu vou fazer, vou quebrar todo o seu carro”. E já era, quebra o vidro, taca já uma pedrada, e o bagulho já fica louco.

A: Tem que ameaçar gente folgada, e não os professores.

(...)

D: Tem diretor que é folgado, os professores são da hora.

C: Professores são da hora.

Ainda sobre as escolas, merece atenção e preocupação a importância concedida às organizações criminosas. Os adolescentes comentam como tais grupos podem estabelecer ordem e respeito dentro das instituições de ensino, regulando o contato dos alunos com os profissionais da escola. O atravessamento de pessoas envolvidas com crime no ambiente de aprendizagem, as implicações na constituição de ideais e identidade dos jovens e crianças, assim como a perda de legitimidade do Estado dentro dos espaços públicos devem ser questões merecedoras de especial reflexão.

A: Que nem lá na minha quebrada. Tinha uns menores que desrespeitava as diretoras, botava fogo, o que a diretora fez? Um filho lá do bandidão da favela estuda lá, e o que acontece? Aí a diretora ligou para C. e disse “tá tendo uns probleminhas com uns alunos aqui”.

Ele foi lá com vários irmãos, trocou ideia com todos os menores, e nunca mais teve problema na escola. Os pá mesmo, os meninos que fumava maconha, roubava.

D: É o comando, né? Daí vai lá os polícias... nós acata ideia de comando¹³³.

Por fim, os jovens mencionam passeios realizados pela unidade, e relembram funcionários agressivos de outros estabelecimentos. Evidencia-se a presença de representações opostas acerca da própria instituição, que carrega a violência e a oportunidade. Encerram com breve apontamento sobre a tristeza e dificuldade advindas com o cumprimento da medida socioeducativa.

B: uma vez ele (funcionário) me deu maior coronhada, quase caí.

(...)

D: Aqui, senhor, é da hora. Hoje eu fiz um peão que se eu não estivesse preso, eu não faria. Eu fui no zoológico.

A: Se você estivesse na sua casa, você nem ia fazer.

C: Nem ia fazer.

(...)

A: Um lugar que já chorei foi debaixo da coberta, mas nunca entrei em depressão, não.

D: Chorar, chorei também. Ladrão chora. É onde ladrão chora, mas a mãe não vê.

8.2.3 TERCEIRO ENCONTRO

Os adolescentes apontam que a semiliberdade, a princípio, se trata de uma medida socioeducativa tranquila de ser cumprida. Relatam seus desejos de participarem das atividades propostas, e retornarem ao convívio social pleno, o mais breve possível. O fim da privação de liberdade surge, assim, como motivação relevante para a execução das tarefas previstas pelos planos de atendimentos personalizados.

---

¹³³ Organização criminosa.

B: Estou levando tranquilo. Não fico muito tempo aqui, passo mais tempo lá fora, trabalhando, estudando, ajudando meu pai. No caso, venho aqui só para dormir mesmo. Vou cumprir tudo direitinho. Quanto menos tempo ficar, é melhor para gente.

O ingresso na semiliberdade não constitui para os jovens a primeira medida socioeducativa, uma vez que a maioria deles possui passagens prévias pela Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à Comunidade. Há uma percepção de que a semiliberdade é uma oportunidade dada pelo Juízo; assim como uma medida voltada para jovens com estrutura familiar mais preservada, que cometeram delitos menos violentos.

A: Onde fiquei quarenta e cinco dias esperando resposta. O Juiz me concedeu uma LA e um PSC. Agora, nessa segunda passagem que peguei agora, essa semi que estou cumprindo, foi um assalto à mão armada também, onde tinha algumas vítimas. Eu fui para o Fórum, no Brás, onde o Juiz me deu mais uma oportunidade de uma semi para eu estar mudando de vida.

(...)

B: Normalmente quem pega semi é quem tem uma base. Só se o Bo for muito grave. Como se fosse uma chance.

Sobre os motivos da entrada no crime, os adolescentes se referem ao desejo de independência em relação aos pais, que traz dimensões distintas e complementares. Por um lado, a preservação dos familiares, que não teriam que se responsabilizar pelos gastos pessoais dos jovens; por outro, o anseio propriamente de liberdade e independência.

A obtenção de bens, da mesma forma, foi considerada um motivador para a prática delitiva. O desejo pelos objetos de consumos, como roupas e outros, prevalecera sobre os aspectos sociais, denotando a relevância desta dimensão para os adolescentes. Embora os jovens não desenvolvam a questão, cabe especial atenção sobre os sentidos do consumo na construção de suas subjetividades.

A: A maioria, acho, foi tudo ilusão de ganhar um dinheiro mesmo. De querer estar se mantendo por si próprio, para não estar dependendo dos familiares. Pelo menos da minha parte foi assim.

B: Da minha parte é para conquistar as coisas. Ter dinheiro, comprar o que você quiser, sem ter que ficar dependendo de pai e mãe, de ninguém.

O anseio por independência e bens materiais, por sua vez, não conduz os adolescentes à falta de percepção acerca dos riscos envolvidos nos delitos. Discorrem claramente sobre as possíveis decorrências da prática delitiva como ferimentos, óbito ou encarceramento. Apesar disto, relatam a disponibilidade, ao menos antes da apreensão, para correr os riscos envolvidos em atividades criminosas.

P: Quando vocês, por exemplo, estão envolvidos com o crime, vão fazer um assalto, vocês levam em conta que podem morrer também?

D: É o risco de meter as caras lá, trombar alguém e sacar primeiro do que nós. Nós corre um risco também.

A: Mas cada um está ciente da situação. É igual mesmo se fala, “é olho por olho, dente por dente”.

Por outro lado, há a referência de casos de outros adolescentes ou conhecidos que tiveram envolvimento em práticas delitivas e sofreram consequências, inclusive, o falecimento. Estas histórias parecem sustentar um posicionamento contrário em relação ao crime, servindo como representações compartilhadas que favorecem a resistência dos jovens diante de um possível retorno ao tráfico de drogas ou a prática de roubos.

A: há quatro meses atrás, perdi um parceiro meu em um assalto. Estava junto com ele, onde nós foi entrar em uma residência, na Francisco Morato. Onde a viatura da rota se deu de frente com nós, e nós estava saindo da casa. Foi quando meu parceiro, Everton, de 24 anos, efetuou dois disparos para cima deles. Foi a hora que eu baixei, só olhei para o lado, e vi os caras soltando mais de sete, oito tiros no

peito dele. Foi a hora que desabou, sabe senhor. Para mim, foi uma coisa que... um menino de vinte e quatro anos, com um filho para criar de dois anos... também não precisava disso, acabou falecendo. O outro de maior levou um tiro na boca e está em Prudente. E eu, com sorte de Deus, consegui escapar e estar tendo a oportunidade de contar isso daí. Não é história boa, mas pelo menos fica sabendo um pouco do fato.

Mesmo que assegurem não ser intento causar ferimentos nas vítimas, os jovens consideram a violência como adequada diante de possíveis reações. Há, portanto, no discurso dos adolescentes, legitimação para certos atos agressivos. A sorte e a surpresa surgem dentro da cena violenta, inserindo a imprevisibilidade às suas ações.

Por outro lado, percebe-se a eclosão de um discurso que os assegura na condição de “ser-humano”, conforme expressão do próprio grupo. A humilhação se acresce aos motivos da entrada dos adolescentes no crime, carregando as falas de tons justificativos.

A: Muitos tem dezesseis, dezessete anos e... como pode ser uma pessoa, a senhora ou o senhor que está lá e ser alvejado por bala nossa. Então, crime é pique uma caixa de surpresa, você vai na sorte. Ou é ou não é. Você vai saber dos riscos que você está correndo.

P: Vocês estão falando também das vítimas que podem levar um tiro, saírem machucadas. Como é para vocês isso?

C: Para nós, é assim. Desde o momento que nós está lá, no assalto, nós vai entrar suave, querer só o nosso. Mas, de repente, se tudo acontecer como não planejamos, aí vai acontecer a merda, né senhor?
(...)

A: Nós jamais pensa sair para rua com a 380 na cintura e sair matando pessoas por aí, tirando vida de gente. Nós também somos seres humanos. Mas nós tem nossos objetivos. Nós também não vai ficar aí sofrendo humilhação.

Dentro deste panorama, surge o apontamento da valoração das pessoas a partir de suas posses. Os jovens demonstram atrelar o ganho de bens

materiais ao valor individual, procurando legitimar suas atividades criminosas. Neste sentido, a conquista de uma posição social que lhes garanta respeito e admiração permitiria o ataque ao outro, sob a forma de roubos, tráfico de drogas, entre outros.

B: Humilhação que eu falo, é no caso de você ser tirado, certo, senhor. Porque, hoje em dia, no mundo, você vale o que tem, está entendendo. Então, se você não tem nada, você não é nada.

C: A partir do momento que você tem uma moto. Você vale só a moto. Um carro, você vale o seu carro. Na nossa visão, é assim. No nosso dia a dia.

P: Vocês já se sentiram desvalorizados porque não tinham alguma coisa?

A: Já.

C: Já. Porque querendo ou não, sempre tem um negócio que a gente quer, uma batata, e nossa mãe não vai ter condição de comprar. Então, querendo ou não, a gente vai para a luta. Nossa visão é que nós precisa conquistar, não ficar assim dependendo do outro. Você precisa se valorizar, né?

Sobre os efeitos da semiliberdade, compreendem-na como espaço que pode lhes oferecer ajuda, ao imprimi-los em um novo cotidiano, com atividades escolares e outros. Há também relato de que o tempo dentro das unidades, assim como em outros ambientes ligados à medida socioeducativa (escola, cursos profissionalizantes) serviria para a reflexão ou para “distrair a mente”. As atividades socioeducativas, portanto, são carregadas de um duplo sentido: a construção e transformação, assim como, passar o tempo.

Outro ponto que cabe ressaltar, se refere ao papel intermediário da medida, uma vez que, gradativamente, a semiliberdade faria os adolescentes se acostumarem a um novo ritmo de vida. A obrigatoriedade da participação em aulas e cursos diversos, para os jovens, comportaria um efeito desejável, assegurando a transformação de seus hábitos.

A: E a medida serve para nós distrair a mente, para nós pensar um pouco. O pouco tempo que você fica aqui dentro, como você vê aí, o senhor que frequenta as unidades, você vem, almoça, assina o caderno, vai para os cursos. Já é um meio para você estar longe das ruas. Do meio de gente que você estava ali, no dia a dia, só pensando besteira, só pensando maldade. Pelo menos você está ocupando a mente, fazendo um curso de panificação, um curso de computação. Aí você vai para a escola, mesmo se você não gostava, ou não gosta, você está sendo obrigado a cumprir uma medida.

Esta transição, no entanto, parece não garantir a manutenção dos propósitos positivos construídos pelos jovens. A impaciência dos adolescentes diante de uma gradativa melhora de suas condições financeiras, conseguida através de esforços, surge como desagregador de planos, embora ressaltem o valor dado ao dinheiro advindo das atividades empregatícias.

B: Trabalhei em vidraçaria, fiquei uns dois meses, uns dois meses e meio, mas não aguentei mesmo, resolvi sair.

P: Não aguentou por quê? O que aconteceu?

B: Porque você está acostumado, né senhor. Ganhar bastante dinheiro, o dinheiro vem fácil. Você ganha um dinheiro ali, você já gasta. Com o trabalho, não. O dinheiro é suado, você sua bastante. Quando você pega esse dinheiro, você vai pensar bastante, para ver com o que você vai gastar com ele.

A impaciência se torna um empecilho maior para a construção de seus planos, ao comentarem as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho. Relatam pouco apoio e sentimento de serem explorados devido aos baixos salários, surgindo a discussão sobre o preço dos bens de consumo almejados, assim como comparações frente aos salários dos adultos. Chama a atenção o desejo destes jovens por produtos excessivamente caros, considerados como

artigos necessários, mas que comprometem relevante parcela de seus proventos¹³⁴.

C: Na minha opinião, não dá muitas oportunidades (de trabalho) para os jovens, não.

(...)

B: Eu ganhava quatrocentos e setenta reais na vidraçaria. Aí se você for para pensar, um tênis... todo mundo gosta de andar de tênis bonito e pá. Se você for ver bem, com quatrocentos e setenta não dá para comprar aquele tênis que você gosta mesmo.

(...)

A: Se o senhor for, hoje, em uma empresa, igual o menino aqui falou, que trabalhava numa vidraçaria. Trabalho honesto. Eu garanto para o senhor que vai ter pessoas adultas, de maior, que fazem o mesmo serviço do que ele, e que são bem mais remuneradas do que ele.

Já no tocante aos fatores que causam especial dificuldade na medida socioeducativa, foram apontados: a distância da semiliberdade e suas casas, o cumprimento dos horários, o retorno para a unidade aos domingos, assim como encontro com seus próprios amigos. A rotina dos adolescentes, seus deslocamentos e os reduzidos momentos de descontração, imprimem um enquadre que, se não obedecidos, acarretam em sanções como restrição de saídas nos finais-de-semana. Embora os longos trajetos realizados por muitos adolescentes em semiliberdade decorram da ausência de unidades em diversas regiões do município e da Grande São Paulo, tais condições são utilizados como instrumentos de adequação dos jovens às exigências da instituição.

C: Ruim mesmo, é só o horário. Tem que ficar voltando, nossa.

A: É meio contramão, senhor. Porque você está fazendo um curso ali, você acaba duas, três horas o curso, tem que voltar para cá, para assinar que você esteve aqui, e depois sair quatro e meia, para você... tem menino que mora em Osasco. Vir até aqui assinar e quatro meia...

---

¹³⁴ Os impactos da sociedade de consumo na construção de subjetividades serão discutidos em capítulo posterior.

tem que sair corrido, pegar ônibus para ir para a escola, e sair da escola e estar aqui até meia-noite.

C: Mesma rotina todo dia. Mesmo ritmo.

D: E se chegar atrasado, passar da hora, eles arrastam teu fim-de-semana.

C: Fica o fim-de-semana aqui na casa.

(...)

A: Imagina o senhor tendo que voltar domingo, tá tendo um samba. Você e os parceiros, seu parceiro indo para o samba e você, estou indo para a semi. É difícil, senhor.

Nestes deslocamentos entre espaços diversos, os adolescentes apontam a comunidade como local onde se deparam com a discriminação. Há uma mudança de condutas por parte dos conhecidos de seus bairros, que passaram a encará-los com ressalvas. Embora os jovens comentem, em alguns momentos do encontro, as vantagens advindas das atividades criminosas (roupas, motos, entre outros), causa-lhes desgosto serem vistos ou chamados de bandidos.

P: As pessoas sabem que vocês estão aqui?

C: Sabem.

A: De um jeito ou de outro sabem. Acabam vendo a gente com outros olhos. Acabam vendo nós como a parte que nós não gosta, que é ser cogitado como bandido, como criminoso. Ninguém gosta de ser chamado de bandido

(...)

C: Igual outro dia. Estava voltando para cá, de noite já. Daí estavam duas senhoras, passei por elas, nem conhecia as mulher, e uma olhou para mim e, "olha o bandido aí, tá voltando já". Isso me deu maior ódio.

Ao discorrerem sobre a escola, por sua vez, surgem representações contraditórias. Por um lado, há relato de prática de exclusão dentro deste espaço, tendo o diretor apontado que o jovem não deveria compartilhar a rotina com os demais alunos da escola; e, por outro, considerações positivas sobre a importância dos estudos na construção de projetos.

Alguns adolescentes fazem questão de mencionar nunca terem se evadido da escola, relatando ainda a compreensão e apoio de alguns profissionais, como a coordenadora e a diretora. No discurso, o respeito toma especial sentido como postura necessária para o estabelecimento de boas relações dentro do ambiente escolar.

D: (...) Quando entro na escola para carimbar carteirinha, tem um diretor lá, que acho que é polícia, e aí ele fala, " você não era para estar aqui não, você era para estar lá naquele lugar onde você estava, porque menino que nem você que tem passagem, não pode ficar no convívio com os outros meninos que querem estudar".

(...)

B: Na minha escola, todo mundo sabe, a diretora, a coordenadora, todo mundo sabe que fui preso, mas todo mundo me respeita, normal. Falam comigo, a diretora vem, fala comigo, me abraça. Porque sempre respeitei, né, senhor?

No entanto, embora o respeito apareça como componente fundamental das relações mantidas na escola, as brigas e repreensões são consideradas normais e legítimas no período da adolescência. O fato de serem jovens permitiria, desta forma, comportamentos impulsivos.

P: Brigas, chamadas do diretor...

C: Isso é de menos.

B: Isso aí todo mundo tem. Às vezes, dá umas brincadeirinhas, umas desavenças.

A: Até porque é adolescente, é da fase.

C: Tem dias que você não está no seu momento. Você faz uma coisa, a professora fica brava, manda sair da sala.

B: Coisas de adolescente, mas nada que seja fora do controle.

A qualidade do ensino, por sua vez, despertou críticas. Os jovens discorrem sobre a falta de interesse de alguns professores diante do ensino, assim como pouca atenção aos estudantes. Mesmo que tenham relatado que tais condutas não podem ser generalizadas para todo o corpo docente, percebe-

se a solicitação por ensino melhor e envolvimento dos profissionais da educação.

Os jovens apontam ainda que a falta de compromisso dos professores acarretaria bagunça e excessiva descontração por parte dos alunos. Mencionam desejo por um maior enquadre das aulas, ressaltando que professores mais rígidos conseguem ministrar melhor a disciplina. Nota-se uma demanda por continência e limites, atrelada à imagem de um profissional exigente e interessado pelo próprio ofício.

A: Aí você tocou num ponto fundamental. Tem professor hoje em dia que não tem mais aquele interesse de ensinar, sabe.

(...)

C: Para eles, nós aprender ou não, tanto faz. Tem um professora lá, que diz "não estou nem aí para vocês, que todo mês meu salário está na conta. Se vocês não aprenderem tanto faz, eu já aprendi mesmo".

(...)

B: Tem uns professores que são mais rígidos. Os alunos entram na sala e quer que todo mundo fique quieto para dar aula. E quando você sabe que é aula desse professor, a gente fala, "nessa aula melhor não bagunça, porque ele é bravo, ele gosta de ensinar." Outros professores, não. Tem professor que você entra na sala e ele não está nem aí. Se você está prestando atenção ou não. Tem aquele professor que gosta. Toda a classe fica em silêncio. Presta atenção. Esse professor sim, tem o gosto de ensinar.

Semelhante demanda por continência e enquadre é percebida no discurso dos adolescentes ao comentarem sobre a educação dada por seus pais. Para os jovens, a combinação entre menor controle dos filhos por parte dos pais e a desobediência dos próprios adolescentes seria um dos motivos para o envolvimento criminal. Há certo discurso de responsabilização dos pais, que não teriam talvez desempenhado a função de limitadores de condutas.

B: (...) minha mãe sempre foi rígida comigo, maior tempão. Mas depois foi me soltando, me soltando, foi aí que acabei me envolvendo. Penso

se ela não tivesse dado tanta liberdade para mim, acho que não tinha acontecido o que aconteceu.

P: e para vocês?

A: É igual ele falou, senhor. Tem horas que você até sente falta de uma bronca, ou daquela repreensão, "não filho, não sei o quê, não sei o que lá". (...) Aí a mãe já deixa de lado, entra naquela de perdi o controle do meu filho, não consigo mais, "Deus onde foi que eu errei?". Sabe, acaba um pouco que desistindo de dar aquela segurada.

Os adolescentes refletem, em seguida, sobre sua geração, atribuindo características como complicada, inconsequente e com ódio. Em especial, acerca dos jovens envolvidos em atividades delitivas, comentam sobre um cotidiano marcado pela violência, sendo necessário estarem precavidos contra aqueles que estariam "na maldade deles". Evidencia-se um dia-a-dia tenso, em que a sobrevivência toma uma dimensão importante.

A: Nossa geração é meio complicada. Que nem o meu pai fala. Uma geração difícil de entender, é nós. Porque, hoje em dia, eles não querem saber se eles vão morrer, vai matar, não. Eles vão com sede mesmo. Vão com ódio.

(...)

A: Todo mal que vem se volta. Então nós que tá nessa vida, tem que tomar cuidado, senhor. Tem muitos na nossa maldade, muitos querendo derrubar nós, querendo ser mais do que nós.

Outra característica que se evidencia é o imediatismo, que dificulta a construção de projetos, de forma gradativa e honesta. O anseio por bens materiais, atrelado ao desejo de obtê-los rapidamente surge no discurso como motivador para a prática delitiva. Esse imediatismo ganha melhor contorno ao se considerar a perspectiva de um cotidiano de sobrevivência, como acima mencionado. Quando o futuro se anula, o presente se torna o campo do desejo.

B: aquela questão, senhor. A gente quer escolher o caminho mais curto. Mais curto, mas mais perigoso, porque a gente...se você parar para pensar...

A: se você parar para pensar, se você trabalhar, você vai conquistar. Vai demorar, mas você vai ter o que você quer. Mas eu mesmo quando coloco uma coisa na cabeça, eu quero alguma coisa, enquanto eu não conseguir, não paro.

C: É uma coisa que nós pensa, né?

A Eu quero agora, na minha hora e é assim. Complicado.

Por fim, os adolescentes falam de olhares ambíguos acerca dos profissionais da unidade. Para eles, há aqueles que querem ajuda-los; enquanto, outros, tentam prejudica-los, sobretudo profissionais do corpo de segurança. A medida socioeducativa se investe do caráter de provação e como desafio a ser vencido. Pacientemente.

A: Tem uns que ajudam, tem uns que atrapalham, sempre tem aquele que gosta de... todo lugar tem aquele chefe que gosta de pegar no seu pé, é igual aqui. Tem funcionário que quer que você faça alguma coisa para te prejudicar.

C: Queria estar pedindo obrigado por eles estar me acolhendo aqui, conversando comigo, as técnicas... pedir obrigado por estar tentando me ajudar a entender que o mundo não é como a gente quer, tudo tem seu tempo...

8.2.4 QUARTO ENCONTRO

O primeiro ponto a ser discutido no encontro, se refere às dificuldades da semiliberdade, sobretudo o cumprimento da rotina. Os jovens ressaltam o receio de retornarem às unidades de atendimento inicial e provisório. Falam de seus delitos e demais passagens por medidas socioeducativas.

Como em outras entrevistas grupais, as unidades de atendimento provisório e inicial são apontadas como espaços aversivos, sendo a possibilidade de retorno a estes locais, motivo para o cumprimento adequado da semiliberdade. A expressão “passar pelo mesmo veneno” faz menção às práticas violentas mencionadas pelos jovens nos espaços citados.

Ao comentarem sobre seus delitos, percebe-se a predominância do tráfico de drogas e roubos, assim como a reincidência por outras medidas socioeducativas.

D: O motivo? 57, lamentavelmente fomos pegos. Estamos aqui, cumprindo semiliberdade, esperando nossa audiência cantar para nós já sair fora. E é isso. Não é fácil, não. Porque quem fala que é fácil, é mentira. Porque estar aqui no dia-a-dia acordando cedo para estar aqui de noite, pagar revista para entrar, não é fácil, não.

E: Tem que cumprir essa semi. Porque quebrar o bagulho, aí você vai ficar procurado, e vai passar pelo mesmo veneno. UAI, UIP. Você é louco?

Dentro deste panorama, a rotina surge como elemento marcante da semiliberdade, que induziria a um disciplinamento de horários e tarefas. Apontam, no entanto, que por estarem em contato com seus familiares e comunidade, surge constantemente vontade de não retornar aos centros socioeducativos, obrigando-os à manutenção de uma postura atenta e responsável. Os adolescentes relatam ainda as dificuldades para cumprir a rotina, como acordar às quatro e meia, tomar chuva, passar por revistas, entre outros.

A: Por que é o seguinte, às vezes a escola é perto de casa. Nós mesmo se prende no automático, que nós volta com as nossas próprias pernas, sendo que, queira ou não, nossa casa é aqui do lado. E você está aqui, deixando sua família lá, o pessoal lá, que cresceu com você. É da hora, mas...

(...)

E: Ficar acordando cedo. Esses dias, acordei maior cedo, maior chuva, não tinha nem guarda-chuva, sai correndo, cheguei em casa todo molhado.

Acerca da escola, surgiram opiniões distintas: alguns jovens relataram presença, enquanto outros, completo distanciamento das instituições de ensino. De qualquer forma, há comentários de que não abandonarão os estudos.

Percebe-se que a obrigatoriedade de certas tarefas, como frequência às aulas, participação de cursos profissionalizantes imprime enquadre a um cotidiano desregrado. Os jovens, apesar das dificuldades relatadas, obedecem às exigências socioeducativas, havendo compreensão dos benefícios por elas gerados.

B: Eu só ia para a escola, mas não estudava.

A: Sempre fui vida louca assim mesmo. Desde moleque.

D: Também fui mais radical. Eu nem ia muito para a escola.

A: Escola nem se fala.

(...)

A: Mas o bagulho deu uma fortalecida na mente.

E: Lógico que deu.

A: A semi, essa mesma batida. Sofrimento de estar lá preso.

Quando questionados sobre a fim da medida socioeducativa, comentam que continuarão a manter o atual ritmo de vida. As atividades empregatícias, no entanto, não aparecem como essenciais, ao contrário das escolares. Ressalta-se que a maioria dos adolescentes trabalhava à época da infração, em ofícios diversos, como auxiliares de mecânica, vendedores, entre outros. As práticas criminosas aparecem como complemento de renda aos rendimentos obtidos no emprego e, até mesmo, subterfúgio para explicação da origem de seu dinheiro.

E: Escola, vou levar de boa. Mas trampo...

D: Acostumou, já. Pegou um ritmo. É só não parar, continuar no ritmo.

F: Escola, não vou parar não, mas trampo...

(...)

B: Sempre trabalhava e fazia as coisas aí por fora.

F: Eu trabalhava para minha mãe não desconfiar de onde arranjava dinheiro.

Desenrola-se o encontro para a influência dos colegas na entrada no crime, emergindo posicionamentos antagônicos. Por um lado, comentam que a conversa dos companheiros envolvidos em atividades delitivas sobre roubos e

tráfico de drogas surgia-lhes tentadora; e, por outro, procuram afirmar que o envolvimento criminal ocorrera por decisão própria.

Ao se colocarem como responsáveis por suas escolhas, parece fortalecida a autoimagem de um indivíduo independente. Neste sentido, agir pela influência dos outros, por mais evidente que seja a importância do olhar e discurso de seus circundantes, implica na renúncia da própria condição de adulto a qual aspiram.

P: E como vocês entraram nessa vida do crime?

C: As amizades, né.

A: Sei lá. Isso que os outros falam de amizade não tá com nada.

D: Eu acho que não. Acho que você vai por vontade própria.

(...)

F: Se a gente estivesse em casa, sempre ali com sua família, sua mãe estivesse sempre no seu pé para vocês não chegar até aquelas amizades... que nem, você chega no moleque e começa a trocar ideia, "tá então, roubei um carro ali, não sei o quê, ganhei maior moeda". Tá vendo? Já vai pela influência. "Você ganhou tanto dinheiro?, tô duro..."

Os jovens discorrem também sobre prática de crimes como rotina e atividade emocionante. Demonstrem prazer pelos sentimentos de poder advindos da posse de bens materiais como carros, assim como pelo próprio ato infracional, marcado pela "adrenalina".

Os atos infracionais são carregados pela impressão do entretenimento, como frequentar uma "balada" ou sair com colegas para se divertir. A prática de crimes atrelada à dimensão da rotina revela a banalização da violência e dos riscos presentes a todos neste circuito.

E: (risos) uma vez, gostei da adrenalina, deu certo...

A: É que nem aqui. Aquela coisa, você não tem que ir e voltar todo dia? Era igual roubar. Você ia e roubava. Ganhava dinheiro, acabava o dinheiro e ia tudo de novo.

(...)

D: Nossa, a emoção de você pegar um carro, pegar um avenida, "nossa, agora esse carro é meu". Você vai onde você quiser.

Em seguida, surgem falas acerca dos ganhos de status advindos com a prática criminosa. Comentam que as roupas, motos e dinheiro atraem mulheres, levando-os a apontar que, nos dias atuais, as pessoas “valem o que tem”. Embora a fala esteja carregada de tom crítico, salienta-se que os adolescentes legitimam o discurso, através da prática de atos violentos como forma de conquista de posicionamento social. Em contrapartida, relatam as decorrências da falta de dinheiro, como o afastamento das pessoas até então presentes quando abastados.

F: Para mim já era diferente. Encostava nos bailes com dinheiro, as minas, tá ligado, bem trajado, com dinheiro, não sai de seu pé.

A: Poder levar a mina embora, né?

(...)

D: Hoje em dia, é tudo na base do interesse.

A: Hoje em dia, bens materiais é que falam. Você vale o que você tem.

C: É o cara ter.

F: O dinheiro fala mais forte, né?

O desejo de independência surge também como motivador das práticas delitivas. A possibilidade de conseguirem seus propósitos sem a necessidade dos familiares traz a experiência do “ser adulto”, anseio marcante da adolescência. Há ainda comentários sobre as dificuldades econômicas passadas por seus pais, o que causaria incômodo aos jovens. Neste sentido, relatam o desejo de contribuir nas contas familiares. Aparecem no discurso aspectos não voltados exclusivamente às satisfações e ganhos particulares, revelando a importância da importância do outro, na figura da família, como regulador de suas práticas.

C: Desde os treze anos, catorze anos, é vida louca. Vou ficar pedindo para o meu pai toda hora um negócio para mim comer, para me vestir melhor, ou comprar um tênis? Vou para o meu corre.

(...)

D: Ainda mais quando você vê sua mãe pagando as contas. Você vai pedir dinheiro para ela? Sabendo que ela tem um monte de conta? Vai nada.

E: Nem vira.

D: Mas se você chegar podendo ajudar ela, falando "tô, mãe, esse dinheiro, trabalhei, consegui".

Após tais reflexões, os aspectos sociais e familiares recrudescem como possíveis inspiradores de condutas, com a eclosão dos empecilhos da vida “regrada”. Os adolescentes comentam que através do trabalho poderiam conseguir seus bens materiais, no entanto, ressaltam dificuldades como o cansaço e as chefias. Há o apontamento acerca dos baixos salários, insuficientes para comprar os objetos de consumo.

Percebe-se, neste ponto, o desejo por produtos excessivamente caros, que comprometeriam boa parcela de suas rendas. Comentam os ganhos advindos do tráfico e do roubo como muito superiores àqueles obtidos através do trabalho. O impacto de um tempo marcado pelo consumismo e individualismo escancara seus efeitos na importância atribuída a um tênis com valor exorbitante. Há pouca valoração à quantia de oitocentos reais, que poderia ser bem ministrada pelos adolescentes, uma vez morarem com seus pais e não terem gastos consideráveis em seus cotidianos.

D: Você trabalha um mês e ganha oitocentos reais. Pensa, o que você faz com oitocentos reais hoje em dia?

A: Um tênis.

E: Um dia você consegue oitocentos reais. Trabalhando, você fica maior cota para ganhar oitocentos.

F: Quatrocentos reais. Você trabalhou o mês todo para ganhar quatrocentos reais.

Apesar das dificuldades mencionadas, a maioria dos adolescentes relata que não mais se envolverá em atividades criminosas, sobretudo pelo sofrimento gerado aos seus pais e pela rotina socioeducativa. Retorna ao encontro a

importância do grupo familiar como organizador de suas condutas e propósitos, o que reflete a preservação de vínculos, situação de suma relevância para os movimentos de reinserção social.

Um dos jovens comenta também que fora necessária sua apreensão e condução à medida socioeducativa, em clara evocação da necessidade de freios institucionais para o seu caso. Há a solicitação de ser apreendido, como se por si mesmo a desistência da prática delitiva fosse pouco viável.

B: Esse sofrimento todo que nós está passando, vendo nossa família toda sofrendo.

C: Dia de visita, nossa família para entrar, pagando canguru, é desagradável. Fica deselegante.

A: Nós teve que dar essa cabeçada também para ver como que é. Porque não ia adiantar se nós não estivesse aqui. Outra pessoa viesse falar para nós, "na UAI, o bagulho é louco, na semi o bagulho é louco."

Acerca do trabalho exercido pelos profissionais da unidade, consideram-no correto, mesmo acarretando possíveis prejuízos aos adolescentes, como restrições de saídas, no caso das sanções disciplinares impostas geralmente pelos profissionais de segurança. Retornam a comentar os obstáculos do cumprimento da semiliberdade, medida que lhes concede maior autonomia, mas expõe-os a situações diversas que alimentariam o desejo de quebra-la.

Salientam ainda as dificuldades de movimentação pelo espaço urbano, experimentadas por alguns adolescentes no acesso à escola e à própria casa. Embora seja previsto o cumprimento da medida socioeducativa em ambiente mais próximo dos jovens, percebe-se que a ausência de unidades em locais estratégicos configura-se como relevante questão, gerando excessivo cansaço pelos longos deslocamentos.

P: E sobre o trabalho daqui, dos técnicos, dos funcionários?

F: O trabalho é certo.

E: É.

B: O trabalho deles, né?

A: Nós respeita também, só que... você não tem a liberdade da sua casa.

(...)

D: Chega no domingo, ataca. É o dia que mais te prende para você ficar. Passa rápido, quando você vê, "nossa, já é seis horas", olha de novo, já é seis e quarenta.

A: Isso que deve ter moleque que sai quatro horas da tarde. Porque é trem, metrô, ônibus.

Após tais considerações, o tema “família” insiste sua presença no encontro. Reforça-se a enorme importância concedida aos seus pais, trazidos como pontos de apoio, sempre presentes em qualquer circunstância. Relatam o sofrimento que causaram aos familiares pelo envolvimento em atividades criminosas. Ao mesmo tempo, discorrem sobre as próprias angústias advindas do pouco tempo de contato com os pais, por causa da inserção na semiliberdade.

D: Família é tudo, né. É tudo.

A: Está com nós sempre.

D: Saber que não vai te abandonar na hora ruim, é tudo. Saber que vai estar lá e falar "vai sim, meu filho", "amanhã estou aqui", "se Deus quiser, meu filho". Melhor coisa que você escuta.

(...)

F: Às vezes, tem menor que não vê nem a mãe, nem o pai no dia a dia. Chega em casa e vai embora.

E: E eu, que chego em casa a noite, pago uma ducha e nem trombo minha mãe em dia de semana.

A: E eu só vejo meu só na sexta. Maior neurose. Imagina.

Dentro do mesmo tema, os adolescentes comentam as reações dos pais diante do envolvimento infracional: há aqueles que de nada sabiam, sendo surpreendidos com a notícia da apreensão; e outros, que tinham consciência do envolvimento dos filhos, orientando-os constantemente.

Expõem os adolescentes que as orientações e conselhos dos pais não surtiam efeitos, considerados descabidos ou pouco fundamentados. Nota-se a

prepotência dos adolescentes diante de seus pais, e das situações perigosas que, porventura, poderiam submeter a si mesmos ou aos outros.

Discorrem, por outro lado, do sentimento de humilhação sentido diante dos pais, no momento da apreensão, alimentado pelos policiais da delegacia. Apesar de alguns dos adolescentes manterem um posicionamento de recusa dos conselhos, afirmando a escolha delitiva, a apreensão causara-lhes vergonha pela decepção gerada aos responsáveis.

P: E como foi a reação deles?

D: Um choque, né. Saber que seu filho está preso, nem sabia o que ele estava fazendo.

(...)

C: Eu falava "o que meu pai está falando é grossa, deixa eu fazer o meu corre, quero que se dane tudo". Depois que caí lá dentro, eu vi que o bagulho é louco.

(...)

F: O cara me chamou de lixo na frente do meu pai. "Você é um lixo", na frente do meu pai.

A: Maior decepçante.

C: Imagina a reação do pai, ouvir que seu filho é um lixo.

A família ganha cada vez maior importância no encontro, havendo quase consenso de que se não fossem pelos seus pais, não estariam comparecendo à semiliberdade e praticariam roubos e tráfico de drogas.

Comentam casos de outros jovens que não possuem suporte familiar, atrelando a falta de apoio consistente ao retorno às práticas criminais. Compreendem a permanência e maior envolvimento destes jovens em atividades delitivas, devido a questões como sobrevivência e falta de perspectivas.

F: Com certeza. Se não fosse pela família, nem estava cumprindo essa medida.

C: Eu também. Já teria quebrado.

(...)

A: Ou morto mesmo.

(...)

D: Eu conheci um parceiro que está preso, que a mãe dele está presa por levar droga para o marido dela. Ele saiu, expulsou o moleque. O moleque foi morar na rua roubando. Foi preso na Febem, saiu, ficou de maior, fez um filho. Roubando de novo para sustentar todo mundo. Foi preso e está lá. O filho está crescendo...

Acerca da comunidade em que vivem, os adolescentes afirmam serem vistos com desconfiança. Relatam que preferem manter sigilo sobre suas situações, e sentem-se observados pelas ruas, de maneira discriminatória.

Estabelece-se, a partir do discurso dos adolescentes, a contradição entre o status conquistado a partir das práticas delitivas e certa exclusão dentro da comunidade em que vivem. Os ganhos de poder parecem dirigidos aos grupos mais jovens de seu bairro, que apreciam as vestimentas e objetos de consumo; enquanto para os moradores adultos, tais adolescentes são encarados com repulsa.

F: Para eles, mesma coisa de polícia, para eles nós é tudo lixo.

D: Eu prefiro nem contar para os vizinhos e nada. Ficar tudo na calada da noite.

(...)

F: O Zé Povinho que sabe... chega em casa, pode ser até com o carro do seu pai, você pára na porta de casa falam que o carro é roubado. Aparece alguém na sua porta é ladrão. Tudo Zé Povinho.

(...)

C: Tem pessoa que chega de manhã, quando a gente vai para a escola, só de a pessoa olhar para você até vira a cara, "esse aí, deve ser um maconheiro, um nóia, um que não presta".

Em seguida, os jovens passam a discorrer acerca da conduta policial em diversas situações. Comentam os enquadres e agressões sofridas, sobretudo quando identificados como adolescentes em semiliberdade.

A polícia é apontada como instituição injusta, através de exemplos de más condutas de seus profissionais. Há receio e revolta por parte dos

adolescentes, uma vez que os policiais atrapalhavam deliberadamente suas medidas socioeducativas, criando condições adversas como atrasar os jovens para retorno à semiliberdade, jogar suas chaves no esgoto, entre outros.

Queixam-se da absoluta falta de confiança dos policiais quanto às suas mudanças pessoais, a partir da desistência das atividades delitivas e construção de um cotidiano marcado pelos estudos e trabalhos. O olhar de descrença acerca destas transformações, tanto no caso dos policiais como por parte da comunidade, parece causar incômodo aos adolescentes, assegurando-lhes um espaço marginal.

A: Às vezes dá até um desacerto quando você toma um enquadre. A polícia pega e rasga sua carteirinha. E até você provar que nariz de porco não é tomada, já ficou o final de semana.

(...)

D: Eles é pior que ladrão.

(...)

D: Sempre acha que você está roubando de novo. Você não pode mudar nunca.

B: Para eles, ladrão uma vez, sempre ladrão.

O sentimento de descrédito novamente é discorrido pelos jovens, ao comentarem sobre os profissionais de segurança da unidade. Reclamam que seus atrasos são sempre entendidos como indisciplina e não situações circunstanciais.

A desconfiança leva também a uma percepção de falta de apoio, que a medida socioeducativa e a reconstrução de suas perspectivas e condutas consistiriam em tarefas particulares e, inclusive solitárias, colocando em questão a relevância dos processos socioeducativos deles para outras pessoas.

D: Tinha um menino que estava aqui, o F., tomou um enquadre da Força Tática, com a carteirinha da semiliberdade. Tava atrasado, e os polícias segurou ele e depois trouxe ele até aqui na porta. Aí ele pediu para os polícias dizer que pegaram ele e, por isso, estava atrasado.

Porque o pessoal não acredita quando você entra aqui dentro. Você não tem o direito de se atrasar.

(...)

A: Nós vamos ficar com a mente... é só nós por nós, porque querendo ou não ninguém está aí por nós.

Relatam ainda que profissionais não estão certamente preocupados com eles, mas talvez com o caso que representam. Através do discurso, nota-se a queixa de não serem percebidos em suas dificuldades e anseios. No entanto, mostram compreensão acerca do trabalho e do papel exercido por alguns funcionários.

De fato, estabelece-se a contradição de representações acerca dos profissionais: haveria aqueles interessados pela melhoria dos jovens; e outros, completamente avessos a eles. Da mesma forma, o contato com os servidores é refletido ora como necessário, ora como dispensável.

D: Acho que preocupado não está, porque na medida em que nós entramos aqui, nós viramos um caso para eles.

(...)

D: Mas os serviços deles, eles fazem certo, Eles fazem a parte deles. Se está precisando de assistência na escola para ligar, eles ligam, explicam. A psicóloga, coordenador trocam umas ideias.

(...)

F: Falar a verdade, não quero nem amizade desses funcionários aí. Quando eu sair embora daqui, não quero ver nenhum deles mais na vida.

Os adolescentes comentam também sobre as regras disciplinares, que apesar de estarem na semiliberdade, algumas exigências seriam excessivas, como o *canguru*¹³⁵. A desconfiança, outra vez, surge como elemento marcante nos contatos entre profissionais e jovens, atravessando o cotidiano socioeducativo.

---

¹³⁵ Agachamento realizado durante procedimentos de revistas pessoais.

Se, por um lado, há a necessidade destes procedimentos de segurança a fim de impedir a entrada de entorpecentes, armas ou produtos não permitidos; por outro, os jovens encaram as revistas como forma de ataque, um controle desnecessário por parte da instituição. De qualquer forma, relatam respeito às regras, em consonância à compreensão do papel dos funcionários da unidade.

F: Fica no quarto, olhando para a parede. E esse negócio aí de fazer revista, pagando canguru, isso é maior deselegante.

A: Achando que nós estamos escondendo droga. Isso já começa.

F: Não entra terço, nunca vi não entrar...

(...)

A: Mas tá bom. Querendo ou não, nós respeitamos as regras.

Sobre seus projetos, há o consenso quanto a necessidade de participação em cursos profissionalizantes, assim como da frequência escolar. O trabalho, por outro lado, embora considerado importante, não é visto inicialmente como essencial por alguns adolescentes, ora para se prepararem melhor através dos estudos, ora para descansarem.

Os jovens comentam ainda que ao saírem da semiliberdade, os encaminhamentos principais já são devidamente realizados, tornando mais fácil a transição entre a semiliberdade e a inserção plena em seus cotidianos. Quanto às dificuldades acerca da reinserção social, a falta de atividades laborativas, ganha relevância. Os adolescentes, neste sentido, expõem a importância de “manter o ritmo”, ou seja, a rotina atual.

D: Primeiramente, depois que eu sair, vou abandonar o trabalho e procurar um curso de mecânica. Porque acordar quatro e meia é maior sentença...

(...)

B: Eu faço curso. Sair daqui eu vou estar trabalhando de mecânico, tudo certinho.

E: Sair daqui, tenho uma vaga no mercado.

(...)

F: Verdade. Se a gente ficar sem trabalho acho que a gente volta...

D: É só continuar o ritmo. Sair, continuar o ritmo, sabendo que você vai dormir na sua casa.

Nos comentários finais, os jovens discorrem novamente que a semiliberdade tem lhes ajudado na construção de um novo ritmo de vida. Falam sobre possibilidades de trabalho, identificando as dificuldades a serem transpostas. A esperança marca os últimos comentários.

D: Falar que não mudei, é mentira.

P: É claro que quando vocês saírem não vai ser fácil, porque as coisas que estão lá fora continuam por lá...

A: Nunca foi fácil, então, nós vamos que vamos.

9 . DISCUSSÃO

9.1 A SACRALIZAÇÃO DA FIGURA MATERNA E OS PACTOS DENEGATIVOS

O material coletado através dos levantamentos de casos, assim como das entrevistas grupais permite o risco das inferências e a criação de sentidos que deles se depreendem, apoiados pelo olhar prévio da teoria. Nestes movimentos entre o tecido bruto da realidade e sua recomposição através da palavra, procuramos compreensões que nos garantam o terreno firme, onde possamos confiar o apoio dos pés. E assim, será feita a procura do entendimento, em uma construção que se sabe marcada por um olhar e ângulo; e que pretende agregar a leituras diversas sua breve contribuição.

Comecemos nesta empreitada, com um dos pontos mais significativos eclodidos no material: a família, em especial, as mães destes adolescentes. Através da pesquisa, vemos jovens provenientes, em geral, de famílias numerosas, com grande incidência de casais desfeitos, tendo a genitora papel fundamental no cuidado da prole. Vemos, sobretudo, uma mãe exigida pelas responsabilidades diárias, sem a experiência do apoio, que procura cumprir, por sua vez, o apoio ao filho.

Mas como sustenta-lo diante das provocações da modernidade, manifestas pelo consumo, imediatismo e violência? Evidentemente, não se trata de uma tarefa simples. Olhos e palavras nem sempre bastam, e o entorno é mais amplo do que os braços. Pouco atentos aos apelos familiares e envolvidos com atividades marcadas pelo desrespeito ao outro, como são os exercícios do crime, estes jovens alimentam um ciclo de intempéries. O que era árduo se torna ainda mais, o que estava solto se desprende por completo dos espaços de segurança. Impõe-se agonia das mães. Contudo, não em vão.

O material evidencia enorme preocupação por parte dos adolescentes em referência às suas mães, tomadas como pilares para seu retorno à vida social. A partir dos discursos dos jovens, é fundamentalmente nelas que se sustentaria a passagem da situação delitiva a um cotidiano marcado pelo

trabalho e estudos. Não raro, comentam os adolescentes que apenas largariam o crime para evitar maiores sofrimentos às mães e que, se algo lhes ocorresse, tornar-se-iam ainda mais violentos. A morte se liga à ausência da materna, na medida em que esta perda acarretaria no descompromisso do adolescente consigo mesmo, a ponto de morrer ou matar.

O fatalismo instaurado nesta situação permite, por sua vez, ao questionamento: o que a ligação entre mãe e filho assegura a estes adolescentes? Por que a invasão das representações de morte ao se pensar a falência do vínculo?

O encontro entre ambos talvez surja, especialmente para estes jovens, como o lugar da segurança, mesmo as mães em situação de fragilidade. Afinal, a família pode ser o espaço onde se confiam palavras, apesar dos conflitos e desobediências; um território em que, em algum momento, foram os adolescentes investidos narcisicamente, sendo-lhes concedido um lugar na cadeia familiar.

Estas considerações ganham relevância ao se ter em conta o cotidiano destes jovens, que são colocados e se colocam fora do contrato social, abrindo campo para toda sorte de discriminação. Suas mães desempenham papel fundamental ao se tornarem os últimos redutos onde os jovens podem se reconhecer como merecedores de afeto e confiança. Pelo inverso, a ausência materna implicaria na destruição dos derradeiros pontos de construção de uma identidade positiva. Mãe e esperança se amalgamam: sinônimos. Sua morte, a destruição do futuro.

Trazendo a dimensão do tempo, a preservação da figura materna assegura ainda os processos de continuidade da vida psíquica. A mãe se liga aos momentos iniciais da vida de seu rebento, às etapas de desenvolvimento da prole, ao convívio e enfrentamentos diversos na trajetória da criança. Este vínculo permite a construção de uma história, que delineia possibilidades e garante sentido ao presente. A preservação à qualquer custo da ligação entre ambos reforça nos adolescentes a ordenação do tempo, que não precisa ser apagado ou recortado. Uma referência contínua que atravessa desvarios e

turbulências; um olhar onde se o jovem possa se reconhecer, se constituir e se recriar.

Dentro deste contexto, compreende-se a recusa a qualquer espécie de ataque à figura materna no convívio entre os adolescentes em medida socioeducativa, mesmo por parte daqueles que não a possuem, ou a possuem de maneira titubeante. Retomemos Kaës:

Para se associarem em grupo, mas também para associarem representações e pensamentos, os humanos não somente se identificam a um objeto comum e, assim, entre eles; mas como também selam um acordo que, para manter a sua ligação e a do grupo que o contém, uma série de coisas serão deixadas de lado. Deverão ser reprimidas, rejeitadas, abolidas, encerradas ou suprimidas. (KAËS, 1993. Pg. 266)¹³⁶

Estabelece-se o pacto de negativo, para que se mantenha a mãe como o “sagrado”, o inquestionável dentro esfera do grupo; para preservação do apoio que garante a continuidade da vida psíquica e da própria identidade. Recusar o questionamento desta figura significa para os jovens a autopreservação, e o delineamento dos contornos da subjetividade. Trata-se ainda de uma garantia da própria humanidade dos jovens que, no contato com suas mães, asseguram os conteúdos de vida, em detrimento aos da violência e destruição.

Mas outra questão se insinua: se a identidade, continuidade, preservação de conteúdos psíquicos poderiam ser melhores assegurados através deste encontro, como reagem os jovens infratores que possuem a experiência do vínculo familiar marcada pela ruptura?

O tema não permite a resposta clara e incisiva. Por tratarmos do território da subjetividade, as contradições sempre se lançam como desafios ao

---

¹³⁶ Texto original: “pour s’associer en groupe, mais aussi pour associer des représentations et des pensées, les humains non seulement s’identifient ‘a um objet commun et, de là, entre eux, mais encore ils scellent un accord inconscient selon lequel pour maintenir leur lien et le groupe qui le contient, il ne sera pas question d’un certain nombre des choses: elles doivent être refoulées, rejetées, abolies, déposées ou effacées.”(KAËS, 1993. Pg. 266)

pensamento. Há jovens que, mesmo diante da falta de referências, atravessam suas dificuldades com firmeza e confiança, tomando-as como desafios a serem superados; enquanto outros, por mais amparados que aparentemente estejam, sucumbem já aos presságios da ventania. A complexidade, porém, sugere que se avaliem as correntezas por debaixo dos plácidos espelhos d'água; e se identifiquem refúgios em meio aos turbilhões.

Retomemos o material, no intuito do mapeamento. As informações obtidas mostram tendências, movimentos gerais que falam sobre os impactos da fragilidade dos laços mantidos entre familiares e jovens, e seus problemas de conduta nos centros socioeducativos. Conforme os dados, os adolescentes sem visitas ou familiares, frequentemente, envolvem-se em faltas disciplinares, como desrespeito às regras de convivência e agressões. Sem dúvida, trata-se de uma evidência compartilhada por muitos profissionais dos centros socioeducativos, mas que conduzida, em geral, através de práticas punitivas que visam regular o comportamento destes adolescentes. O fracasso destas tentativas, por outro lado, também são antigas conhecidas dos trabalhadores dos centros socioeducativos.

Portanto, a importância da preservação da figura de referência na constituição e preservação psíquica destes adolescentes, indica a necessidade de que se sustente no espaço socioeducativo as funções por ela exercidas. Criar uma situação que permita a preservação e transformação da vida psíquica, sua continuidade através do estabelecimento da continência, do enquadre e da transicionalidade. E não apenas para os adolescentes sem as referências familiares, mas para todos os jovens em medida socioeducativa, a fim de que se configure uma nova passagem: da vida infracional, marcada pela violência, àquela calcada no compromisso diante do outro e no pertencimento ao conjunto social.

9.2A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O ENQUADRE PSÍQUICO

De forma geral, os resultados mostram um adolescente que, à época da infração, desobedecia aos seus pais e concedia pouca atenção às recomendações de cuidado. Revelam uma família com dificuldades diante situação do jovem e, nos casos mais difíceis, conivente com suas atividades criminosas. E indicam fragilidades no contato entre adolescente e seus responsáveis, abrindo campo para a aproximação dos grupos delitivos.

Trata-se ainda de um jovem que pouco frequentava a escola, concebendo-a como um lugar onde a violência marca as relações pessoais. Os adolescentes falam de uma instituição de ensino em que os enquadres de trabalho caminham para o esfacelamento; e a permissividade e o descontrole ganham terreno. Embora discorram sobre a importância do ensino e encontrem figuras relevantes dentro do ambiente escolar, como seus professores, as referências veiculadas cambaleiam diante da violência.

Os jovens se referem também a um cotidiano em que as tarefas e a rotina não se fazem presentes, propulsionando um sentimento de liberdade nada responsável. A desatenção e o desrespeito ao outro, como manifesto através dos atos infracionais, invadem seus propósitos; e o campo do desejo instaura sua supremacia, alimentando a recusa pelo tempo da espera.

Dentro desta situação, a medida socioeducativa surge como momento da pausa em um cotidiano descompassado, assegurando marcos que o regulem. A obrigatoriedade do cumprimento das tarefas escolares, a obediência aos horários de saída e retorno às unidades, as metas estabelecidas pelo plano individualizado de atendimento induzem o jovem a uma rotina, e promovem a concepção do projeto e da construção pessoal.

A medida socioeducativa, desta maneira, favorece a instauração de um enquadre para os elementos psíquicos turbulentos próprios à idade e às trajetórias destes adolescentes. A partir do enquadre, torna-se possível a reorganização do material psíquico, que encontra parâmetros, referências e continência para seus movimentos desordenados. Reforça também o sentido da continuidade, na medida em que a obrigação de uma rotina escolar, cultural ou

profissionalizante promove o flerte com um futuro a ser levantado pelos esforços presentes.

No entanto, os enquadres devem ser pensados com precaução. As fronteiras entre a ordenação do ambiente e a exigência de submissão do outro podem ser tênues. Sob o discurso da organização, não raro, abrem-se as brechas para a violência e abusos diversos, ainda mais em espaços por onde conteúdos destrutivos circulam em abundância.

Enriquez discorre ser das organizações a busca do controle sobre o mundo interno, a partir de uma estrutura de funcionamento que privilegia determinadas condutas coletivas, fantasmas e pulsões, gerando obediência e conformismo às ordens (ENRIQUEZ, 1997). Um destes fantasmas, particularmente influente no cotidiano das unidades, se refere à própria destruição institucional. Sob as práticas concretas das instituições socioeducativas, encontra-se submersa a cena inconsciente do aniquilamento, construída a partir da história do atendimento da infância e adolescência. A origem ligada aos processos de exclusão, as relações atravessadas pela violência, o controle abusivo a partir da força, as humilhações e silêncios fomentam um cenário persecutório, propício para eclosão de reações rígidas e defensivas (YOKOMISO, 2007, 137).

Esta situação pode ser evidenciada diante da pouca abertura para o contato intersubjetivo e pela primazia do controle de condutas nas relações mantidas entre profissionais e jovens. Ao não se conceder lugar às palavras, rompe-se a possibilidade de se estabelecer pontes entre estes grupos: espaços criativos e intermediários geradores de mútua transformação. Preserva-se o funcionamento institucional em detrimento dos efetivos processos de inclusão social e conscientização dos atos por parte dos adolescentes.

A existência de abusos e agressões dentro das medidas socioeducativas também é trazida pelos adolescentes, que denunciam tais práticas em algumas unidades da instituição. Apesar do amplo conjunto de leis que regulamentam as atividades socioeducativas, as humilhações e agressões parecem persistir em caudilhos resistentes à transformação exigidas pelo tempo

democrático. O medo do descontrole e a errônea concepção educativa da disciplina a qualquer custo ainda legitimam condutas irresponsáveis e criminosas que, em última instância, alimentam a violência social.

Assim, a participação dos jovens na construção de seus projetos, a maior horizontalidade dos relacionamentos dentro da instituição, o respeito às diferenças e a liberdade de expressá-las, e a abertura para a comunidade, elementos notórias dentro das atuais políticas públicas, constituem em riscos para um funcionamento institucionalmente consolidado. Trazem consigo a atualização dos medos de aniquilamento, ao proporem uma transformação na dinâmica institucional relativamente estável. Ameaçam o envelope psíquico grupal que desempenha uma função delimitadora, protetora e filtrante entre “o fora” e “o dentro”, podendo acarretar no esfacelamento dos limites e contornos psíquicos.

Para separar o dentro e o fora, para coloca-los em contato, para filtrar suas trocas, para conter o dentro no interior, é necessário de se constitua uma superfície delimitante, protetora, envelopante, imunitária e que se faça fonte ativa de iniciativas. ((ANZIEU, in apud ARNAUD, 2003)¹³⁷

Neste sentido, conforme Kaës, o enquadre deve ser firme e flexível, de forma que aguente os conteúdos psíquicos que circulam nos grupos e permitam sua elaboração. O enquadre deve ser tomado, assim, como aquilo que permite o trabalho psíquico, mas não o próprio trabalho, que se deriva da criatividade. Não se trata da obediência às regras apenas pelo intuito da ordem institucional, mas, sobretudo, de tomá-las como parâmetros que possibilitam a inventividade.

---

¹³⁷ Texto original: *“Pour séparer le dehors et le dedans, pour les mettre em contact, pour filtrer leurs échanges, pour contenir le dedans à l’intérieur, il faut que se constitue une surface à la fois delimitative, protectrice, enveloppante, immunitaire et qui se fasse source active d’initiatives* (ANZIEU, 1984, pg. 202 in apud ARNAUD, 2003, pg. 84)

9.3 VIOLÊNCIA E A PRIMAZIA DO IMEDIATO

Outro aspecto marcante surgido no discurso dos adolescentes: o enorme apego aos bens de consumo. Um desejo de obtê-los que toma proporção diversa ao fomentar a prática da violência como instrumento de conquista. Percebe-se a excessiva valoração dos tênis e das roupas de marca, das motos e dos carros, que são tomados não somente como objetos de consumo, mas como veiculadores de identidade.

Vemos, nestes adolescentes, a face perversa de um tempo social que promulga a maneira de ser conforme a posse dos bens de consumo. O anseio de possuir tênis que beiram os valores de um salário mínimo, encarados como itens necessários, reflete o enorme descompasso entre desejo e realidade. Como possui-los, dependendo de pais que, em geral, detém orçamento baixo e apertado para as exigências cotidianas? Como construir uma identidade, sem os objetos que acreditam dizer tanto sobre eles?

Não possuir, neste sentido, carrega mais do que a ruína dos desejos. Alimenta o sentimento de usurpação de uma identidade, de um ideal pelo qual perseguem nestes momentos de intensa reconstrução de si mesmos. A perda de referências próprias ao nosso tempo e o consumo como salvaguarda diante da falta destes apoios promovem a angústia aos tantos que não alcançam as exigências de consumo; e imprimem nestes adolescentes as marcas do não pertencimento aos códigos da modernidade neoliberal. Armadilhas postas, a posse do material se torna necessária, mesmo através da violência, que carregará estranhamente o sentido daquilo que permite a formação de suas identidades.

Mas a perversidade não se basta. Nosso tempo agrega outros males, como a aversão à espera e à introspecção, elementos fundamentais para a elaboração de conflitos e angústias. Em uma época intolerante às pausas, os adolescentes, já ansiosos e tomados pelas efervescências da idade, não encontram no entorno indicativos que permitam pensar caminhos diversos aos do imediatismo. A persistência do trabalho, a rotina, o convívio com a não realização do desejo parecem-lhes insuportáveis. A violência, assim, surge

como aquilo que abrevia o tempo, evita o pensamento e permite o desejo. A violência aparece como o imediato reflexo da pós-modernidade, uma vez que através dela atinge-se o proposto: a velocidade, a atitude, o individualismo e a supremacia do desejo.

Dentro deste contexto, cabe também ressaltar os perturbadores comentários dos jovens em relação ao prazer do ato infracional. Há certa recorrência na menção da prática do roubo como promotora de “uma adrenalina”, de um sentimento de perigo e afronta que lhes gera satisfação. A frenética busca pela realização dos desejos e a falta de propósitos, outrora concedidos pelos grupos e instituições, conduzem os adolescentes ao esvaziamento, que será preenchido através dos riscos. Pelo corpo, instaura-se a sentimento da pulsação, e seus reversos.

Assim, a violência surgiu no discurso dos adolescentes, em alguns momentos, como se fosse um “usar drogas na balada”, ou “dirigir um carro em alta velocidade”. Tratava-se de fazer algo que os expusesse a riscos, que fizesse eclodir o sentido do afrontamento e desafio. Em especial, o roubo parece, inclusive, trazer a mútua provocação entre os pares de adolescentes: “quem tem coragem?”. Mas não se trata mais do cenário de uma juventude transviada, das rebeldias hollywoodianas. O problema reside nas características deste suposto ato de coragem, que desconsidera o outro: a vítima anônima.

Como menciona Kaës, o mal-estar do mundo moderno, com suas revoluções, afetam as funções do intermediário no campo da vida social e da cultura (KAËS, 2005). A fragilidade das passagens, garantidas pelas crenças e mitos, entre sujeito e campo social, instaura a desagregação do conjunto, que não mais permite a experiência da ligação entre seus membros. A velocidade e imediatismo, atreladas ao esfacelamento do corpo de crenças e valores, por sua vez, enfraquecem os processos de simbolização, já saturados pelo bombardeamento de informações.

Assim, são as funções do pré-consciente aquelas particularmente atingidas neste quadro. Conforme Kaës: “*A cultura do imediatismo, com um horizonte temporal curto, mantém a excitação e orienta a descarga pulsional em direção ao acting-out*” (KAËS, 2005). Com os processos de simbolização

ameaçados pelo imediatismo, sem as referências de outrora, os contornos identitários se esvanecem. A violência se quer legítima.

9.4 A HUMILHAÇÃO SOCIAL E A DESCONTINUIDADE DA VIDA PSÍQUICA

A violência é sempre um fenômeno complexo, que não se basta com contemplação de um ângulo ansioso pelo caráter unívoco. A fala dos jovens demonstra a existência do poliedro quando se pensa o ato infracional. Dentro destas geometrias, a exclusão e humilhação social se tornam elementos fundamentais na compreensão da violência cometida e sofrida pelos jovens.

Ao questioná-los sobre os motivos que os conduziram à prática do ato infracional, como exposto, os adolescentes relataram a “adrenalina” e o apego pelos objetos de consumo. Estas considerações ganham outra dimensão diante dos comentários acerca dos jovens de classe média e alta, e das situações em que se sentiram ignorados e rebaixados por eles. Falam de uma tentativa de aproximação que fora recusada por aqueles que possuem melhores condições financeiras, e da exclusão sentida dentro dos espaços ricos.

Reforça-se a convicção de serem indivíduos à parte, aqueles que não pertencem. Dizem possuir “cara de favelado” e asseguram não terem espaço no cotidiano da cidade rica, onde são encarados como marginais prontos ao roubo e à violência. Vivem dentro de uma cidade que lhes reserva as áreas periféricas, intolerante por suas infrações, mas também pelos seus rostos, cor e trejeitos a indicar procedências. Afinal, como saber do passado do jovem desconhecido que “invade” as áreas nobres?

A humilhação social é instaurada. Mas nem sempre a experiência do recolhimento e do desconforto prevalece. No caso destes adolescentes, a humilhação social traz o desejo da revanche, assim como a não aceitação de uma trajetória de rebaixamento, que ultrapassa sua própria história. A exclusão, com frequência, atualiza os sofrimentos de seus grupos familiares, assim como de seus queridos dentro da comunidade, como lembra José Moura Gonçalves Filho:

O mal (*da humilhação*)¹³⁸, assíduo e onipresente, obriga considerar que, nesta circunstância em que a angústia se multiplica e à qual respondem variavelmente, existe reedição de um sangramento antigo, amplo, e que não estanca: a humilhação social – sem coágulo, sempre corrente, insinuando-se nas hierarquias iníquas, nos espaços públicos divididos, mas também nos encontros e espaços mais insuspeitos. (GONÇALVES FILHO, 1998)¹³⁹

Para estes jovens, infelizmente, a violência eclode como antídoto, ao expropriar quem os expropria o orgulho e a identidade. O outro com poses é o alvo das agressões, embora lhe seja desconhecido. A vítima passa a ser o grupo que exclui e não o tolera, portanto, passível do ataque. Nestas circunstâncias, a intersecção entre agressor e vítima, e o reconhecimento mútuo do humano se esfacelam e abrem caminhos para a completa desconsideração da vida. Quaisquer reações, movimentos em falso, brechas que retirem a mínima situação de controle por parte do agressor, e porque não, da vítima, legitimam a morte do outro.

Para Carreteiro (2006) há uma lógica da virilidade, manifestada por alguns grupos que se defrontam com a humilhação, desonra ou não reconhecimento. Através de atos percebidos como destemidos e corajosos, busca-se a preservação da subjetividade, independentemente das consequências surgidas. Diante das fragilidades dos suportes institucionalizantes, o corpo surge como único bem, capital derradeiro contra as violências que atacam o narcisismo (CARRETEIRO, 2006). A recusa da humilhação e da vergonha, expressa por um corpo que promove a linguagem da violência, no entanto, recrudescer o campo da palavra, ou seja, da construção de sentidos. Os pactos denegativos, por sua vez, selam a impossibilidade da expressão de afetos que denotem o medo e a vergonha, e enrijecem pensamentos e ações: os custos da ilusão da virilidade.

---

¹³⁸ Grifo próprio.

¹³⁹ GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social: um problema político em psicologia. In: Psicol. USP vol.9 n.2. São Paulo, 1998.

Esta lógica do corpo como bastião da subjetividade se evidencia claramente na relação com uma das instituições mais impactantes na cena comunitária: a polícia. Os jovens justificam os assassinatos destes profissionais, tomados indiscriminadamente como “mais bandidos do que eles”, corruptos e bárbaros. Relatam uma violência cotidiana sofrida nas mãos dos policiais, assim como o forte desejo de eliminá-los. Nota-se uma impossibilidade de aceitação das condutas assertivas e adequadas dos policiais, a consideração da humanidade sob e em seus ofícios, selando a completa não identificação com quaisquer traços entre ambos.

Tal situação, por sua vez, revela outra lógica: a da completude e inconsistência, que procura a hegemonia, mesmo diante das próprias falhas em sua construção. Fernandes traz o modelo de B. Russell para pensar os paradoxos da vida social contemporânea:

Neste modelo Russell discute a construção de duas lógicas: a lógica da incompletude e consistência e a da completude e inconsistência. Como se interessava pela contradição que gera a teoria dos conjuntos, apresentava, como exemplo, a questão: todos os cretenses são mentirosos; se quem pronuncia essa frase é, ele mesmo, um cretense – Epimênidas – deve-se concluir que, quem a pronunciou é um mentiroso. O que está em jogo, neste momento, é a escolha entre um conjunto consistente que supõe uma incompletude e assim, um de seus membros está excluído - Epimênidas -; e um conjunto que mantém a completude embora a conclusão seja marcada pela inconsistência (FERNANDES ¹⁴⁰).

No caso da relação entre adolescentes infratores e policiais, em nome da justiça, da liberdade e da paz, produzem uma violência paradoxal. Estes jovens praticaram atos de agressão ao outro, atacaram os fundamentos da vida em conjunto e pronunciam o discurso das relações pacíficas; por outro lado, policiais se colocam como defensores da justiça, e violentam direitos

---

¹⁴⁰ Retirado do texto *Subjetividade e cidadania: morte da rebeldia?*, em vias de publicação, com consentimento da autora.

fundamentais. Na busca da prevalência e completude do grupo, instaura-se a inconsistência dos argumentos.

Com isso, embaçam-se as fronteiras mantenedoras do “reconhecimento coletivo pelo coletivo, assim como por cada um de seus membros – de um lugar marcado pela diferença, exterior ao conjunto” (FERNANDES¹⁴¹). Este quadro instala contradições gritantes na vida social, promovendo a ruptura de valores. Quem é quem nesse jogo? Grupos criminosos instalados em tantas comunidades, com certa frequência, são tomados como protetores e benfeitores do bairro; e policiais promovem medo e assustam o cotidiano dos moradores. Para um adolescente, ligar-se aos grupos criminosos pode não carregar as marcas da vergonha, mas a contraditória concepção da justiça.

A humilhação social fala ainda do desenraizamento destes adolescentes. A “cara de favelado”, a mãe sofredora, a comunidade violenta, a cidade rica que os tolera apenas como seus empregados promove o desconforto com seu lugar na vida social, onde poderiam se constituir como sujeitos de direitos e possibilidades. São jovens a quem pouco se concede a participação, e muito se apresenta as margens, as quais se acostumam, fomentando o dialeto da violência.

Entre os homens, as condições para a participação são condições intersubjetivas especiais; condições em que o encontro do homem com o homem não se forme por meios violentos; condições em que não falte vínculo criativo com o passado, a iniciativa para novas fundações e o livre exercício da palavra. As circunstâncias de um desenraizamento podem, quem sabe, ser então esclarecidas pela maneira como foram prejudicadas a liberdade, a igualdade e a pluralidade, podem ser esclarecidas pela maneira como foram

---

¹⁴¹ Retirado do texto *Subjetividade e cidadania: morte da rebeldia?*, em vias de publicação, com consentimento da autora.

prejudicados o vínculo com o passado, o campo das iniciativas e o campo da palavra (GONÇALVES FILHO, 1998)¹⁴²

Neste quadro, a experiência da descontinuidade torna-se um dos efeitos da humilhação social. A percepção do espaço em que se constituíram como lugar de recusa, devido às marcas da exclusão; assim como a proibição velada do acesso aos territórios abastados e almejados, deslocam estes adolescentes dos grupos de pertencimento. Suas origens, por sua vez, embaçadas pelas histórias de migração e rupturas familiares, constituem genealogias obscuras, que sugerem a angústia. A concepção da trajetória se abala, na medida em que o pretérito é o tempo da recusa ou do desconhecido; o presente, o momento da angústia; e não há esboços de futuro.

Por outro lado, a inserção nos grupos abastados, o compartilhamento de seus códigos representaria a redenção da trajetória a ser ignorada. Para os adolescentes, possuir os bens de consumo é estar em pé de igualdade, transitar pelos lugares sem a marca do empregado ou “favelado”. Ostentar a partir dos objetos, a si mesmo, concede um sopro ao orgulho que se esvai; e favorece a impressão de que se elabora o conflito manifesto pelo sentimento da humilhação. Como se observa nos funks que esbanjam a riqueza como mensagem de poder¹⁴³, os adolescentes veem no consumo a instituição de um novo momento originário, onde possam se constituir sem os estigmas de outrora.

---

¹⁴² GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social: um problema político em psicologia. In: *Psicol. USP* vol.9 n.2. São Paulo, 1998.

¹⁴³ Em São Paulo, tem conquistado sucesso, funks que exaltam a posse por bens de consumo, seguindo modelos de rappers americanos. *“Além dos carros de luxo, chamados pelos MCs de “naves”, é importante ostentar o “kit”, expressão que define os acessórios do vestuário: tênis, bermuda, camisa, anéis e colares, óculos escuros e boné. Roupas da Oakley e tênis da Nike ou da Adidas estão entre os mais citados nas letras. “O visual dos funkeiros sempre foi inspirado nas estrelas do rap americano, mas isso nunca foi tema das letras no funk carioca”, afirma o jornalista Sílvio Essinger, autor do livro Batidão, sobre a história do funk no Brasil. O exemplo máximo de sucesso com letras de ostentação é o rapper 50 Cent, astro do hip-hop americano. Esse estilo musical deu origem nos anos 1980 ao funk carioca. 50 Cent tem discos como Power of the dollar (O poder do dólar) e Get rich or die tryin’ (Fique rico ou morra tentando). “O sucesso do funk de ostentação em São Paulo casa com a tradição da cidade de escutar hip-hop americano”, diz Essinger.”* (<http://revistaepoca.globo.com/cultura/noticia/2012/09/o-funk-da-ostentacao-em-sao-paulo.html>)

Instalam-se novamente as armadilhas. E trata-se mais do que a construção da identidade. O que está em jogo é a preservação da vida psíquica, ameaçada pelo convívio com a humilhação. A perversidade se mostra na oferta de sua erradicação. Levantar a cabeça passa pela submissão ao próprio jogo que os exila. A promessa da aceitação pelo outro através da posse dos objetos de consumo. Mas a quem serve o consumo?

9.5O GRUPO CRIMINOSO E O CONTRATO NARCÍSICO

A falta de espaços continentais acompanha a trajetória de vida destes adolescentes. A cidade lhes concede cantos específicos, delimitando locais impróprios, por onde sua circulação é vista com mal-estar, através dos olhares que segregam. Suas famílias, com frequência, esbarram em dificuldades, e se fragilizam diante dos desafios impostos pelas demandas do adolescente. E as comunidades, mergulhadas no tráfico de drogas, problemas de segurança pública, saúde e vulnerabilidade social, em geral, se desorganizam.

Já as escolas, lugar do pensamento e da crítica, aparecem destituídas de seus valores mais representativos. Não lhes fomenta o campo das possibilidades, mas antes, a chatice, as dificuldades, a impotência diante do ensino. Não constitui lugar onde possam se reconhecer e se construir, minando os laços entre escola e alunos. Aprender e pertencer se vertem tarefas para outra organização: o crime.

As atividades criminosas se mostram atrativas pelo convite à resolução de diversos conflitos destes adolescentes. Envolver-se com o crime garante uma identidade marcada pelo poder, instauradora do medo ao outro. Aplaca ilusoriamente os sentimentos de humilhação social, ao atacar o outro que o agride. Instaura a impressão do pertencimento ao conceder-lhe objetos materiais, tomados como instrumentos de acesso aos grupos. Concede-lhe um projeto, ao prometer aos jovens a ascensão de cargos e prosperidade econômica, como ocorre na “carreira do tráfico de drogas”. Possibilita vencer o tempo, através dos atalhos da violência e conquistar seus desejos sem o esforço e a persistência.

No entanto, o grupo criminoso cobra a entrada do novo membro: a obediência aos preceitos criminais e a busca por sua manutenção, muitas vezes, à custa da própria morte. Lembremos as contribuições de Piera Auglinier acerca do contrato narcísico.

De acordo com este conceito elaborado por Piera Aulignier, um indivíduo, se renuncia a realização de seus desejos instintivos no grupo, a ele é concedido o reconhecimento e um lugar significado pelo conjunto de vozes que sustentam um discurso conforme o mito fundador grupo. (ARNAUD, 2003, 90) ¹⁴⁴

A criminalidade desperta o sentimento de pertencer a um grupo, que supostamente o acolherá e o auxiliará em suas demandas. Não à toa, ouve-se dos adolescentes a referência aos “irmãos”, ou seja, aos indivíduos que partilham os códigos do grupo criminoso; assim como, “a família”, ao mencionarem o conjunto de adolescentes dentro dos centros socioeducativos, em especial, na internação.

Dentro deste contexto, porém, podemos pensar pelas oposições. Se o crime concede o pertencimento e seus benefícios, por que não oferecer previamente outros espaços em que se reconheçam? Apresentar novos grupos que veiculem valores positivos, sirvam de apoio e induzam desafios. Grupos em que o contrato narcísico não se instale sobre as exigências da violência.

As atividades culturais e artísticas, neste sentido, se tornam possibilidades atraentes, na medida em que oferecem a possibilidade da expressão; a manifestação, através das obras, de sua singularidade; e a elaboração da identidade, pelos processos de simbolização derivados do fazer artístico. De forma semelhante, as atividades esportivas promovem o encontro do jovem com suas potencialidades, uma vez que exigem a disciplina, o cuidado com a saúde física e psicológica; induzem a aprendizagem do trabalho com

---

¹⁴⁴ Texto original: “Selon ce concept conçu par Piera Aulignier, un individu, s’il renonce à accomplir ses désirs pulsionnels dans le groupe, s’y voit accorder une reconnaissance et une place signifiée par l’ensemble des voix qui ont tenu un discours conforme au mythe fondateur du groupe”. (ARNAUD, 2003, pg 90)

metas, a criação de perspectivas; e favorecem a construção de um imagem atrelada à superação e à persistência.

Em ambas, subjaz o sentido do pertencimento a um grupo, que veicula valores e crenças a serem propagadas pelo novo membro. O contrato narcísico se estabeleceria pela renúncia daquilo que afronta a arte, a criação e o corpo. Muito diferente das exigências do crime que, em primeiro lugar, demanda em deixar de lado, os princípios do contrato social.

Desta forma, atividades artísticas, culturais e esportivas devem receber especial atenção dentro dos centros socioeducativos pelo enorme potencial de contribuição psicológica para os adolescentes. Podem constituir em apoio psíquico para estes jovens, fomentando a confiança e a acolhida. Servem também como espaço de continência para os conteúdos psíquicos desordenados, através do enquadre exigido por estas atividades. Conforme Carreteiro (2006):

Os grupos voltados para as atividades artísticas encontram, aqui, um lugar de destaque. Eles são objetos mediadores, permitindo a construção de um pensamento crítico ao invés de um sentimento banido. É neste sentido que formas musicais, como os Raps (Diógenes, 1998), ao mesmo tempo em que são “objetos de ataques” contra as humilhações e vergonhas sofridas, permitem que os sujeitos saiam da posição de humilhados e envergonhados e criem uma produção social valorizada. (...) Todas as modalidades artísticas contribuem para que o sujeito se descole das marcas que lhes prendem na pele, estigmas, podendo ressignificar seus lugares no mundo.

Artes, cultura e esportes favorecem o encontro humano marcado por ideais interessantes, reforçando as representações positivas, o futuro e suas capacidades. Estabelecem, portanto, o sentido da continuidade, fundamental no contrabalanço do imediatismo atual, auxiliando-os a suportar suas dificuldades em favor de propósitos direcionados à vida.

9.6A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA COMO ESPAÇO DAS CONTRADIÇÕES E DAS PASSAGENS

Os espaços socioeducativos congregam a existência de representações promotoras da vida infracional, assim como aquelas que sustentam um cotidiano marcado pelo respeito às regras sociais. Conforme os discursos dos adolescentes, percebemos a circulação de pensamentos que afirmam o desejo de constituir projetos calcados no esforço, trabalho e estudos, ao mesmo tempo em que eclodem ideias carregadas de violência e ataque ao outro. Cumprir a medida socioeducativa parece impor a constante exigência do posicionamento diante tais representações, a fim de promover a irrupção de sentidos que lhe sejam próprios.

Na tarefa de circular por entre falas que afirmam os ganhos e os benefícios do crime e o desejo de se recriar como cidadão, as demandas do próprio grupo de adolescentes, profissionais, famílias e comunidades são marcantes. Estes grupos formam um cenário onde se relacionam forças ora complementares, ora contrapostas, instaurando renúncias, acordos e resistências. São estabelecidas alianças inconscientes entre sujeitos e grupos, que silenciam conteúdos psíquicos em proveito da manutenção dos conjuntos; e lançado como desafio o trabalho psíquico diante das fantasias de destruição que se operam nos centros de atendimento (YOKOMISO, 2007).

Percebemos, por exemplo, o estabelecimento da aliança entre adolescentes e a equipe psicossocial, na recusa da violência contra os jovens; entre o adolescente e suas famílias, concedendo às mães, o espaço do sagrado; entre seguranças, técnicos, educadores e gestores diante da violência dos adolescentes, através da obliteração temporária das diferenças; e tantos outros acordos inconscientes e conscientes que atravessam a realidade socioeducativa.

Assim, reconstruir-se implica não somente na escolha do jovem diante de seus próprios rumos, mas também no lidar com as exigências dos grupos, dos quais se tornam seus sujeitos. O adolescente é solicitado a articular conteúdos fora e dentro do centro socioeducativo, e fora e dentro de si mesmos;

e a ministrar recusas e convites de afiliação. Reconstruir-se demanda o trabalho psíquico que se opera nas renúncias necessárias para o estabelecimento das alianças inconscientes entre os sujeitos do grupo; assim como nos esforços de formulação de sentidos, diante dos organizadores psíquicos e fantasmas institucionais.

O paradoxo dos centros socioeducativos se revela, sobretudo, na presença das representações mais afinadas com as demandas provenientes das políticas públicas para a infância e a adolescência, e dos mais retrógrados e violentos pensamentos sobre o assunto. Trata-se de um espaço marcadamente heterogêneo, como Kaës caracteriza as instituições. As demandas jurídicas promulgadas pelo ECA; as resistências sociais perante sua implementação, sobretudo no caso dos jovens infratores; as fragilidades familiares e comunitárias que, por sua vez, remetem aos processos sociais, políticos e econômicos envolvidos na constituição destes grupos se atualizam no encontro entre diferentes e iguais, no convívio diário e obrigatório.

A medida socioeducativa é, portanto, um espaço onde convivem lógicas distintas, na tarefa da transição entre duas situações: a entrada do adolescente que recentemente cometera o ato infracional; e sua saída como jovem cidadão, no que isso implica em deveres e direitos. Deve promover os processos intermediários que ligarão os jovens com o conjunto social.

Chamo de formações e processos intermediários as formações e processos psíquicos de ligação, de passagem de um elemento para outro, seja no espaço intrapsíquico (formação de compromisso, pensamento de ligação, Eu, metáfora...), seja no espaço interpsíquico (mediadores, representantes, delegados, objetos transicionais, porta-voz), seja na articulação entre esses dois espaços (KAËS, 1993, pg. 231)

Mas como fortalecer os processos intermediários, como auxiliar a condução do adolescente entre estes dois polos, se os centros trazem consigo um universo de contradições que, não raro, retira a coerência do trabalho socioeducativo? Para lidar com as incertezas e violência destes jovens, não

seria fundamental o estabelecimento de referências claras, em que os adolescentes pudessem tomá-las como ponto de apoio psíquico para suas transformações?

Sem dúvida, a coerência do trabalho representa um dos aspectos fundamentais para a construção do solo seguro que permitirá a transição do jovem e sua reorganização psíquica. O adolescente deve perceber que o ambiente socioeducativo responde organizadamente às suas condutas; e indica-lhe caminhos, concedendo oportunidades. As informações ambivalentes do trabalho dentro dos centros produzem a desconfiança sobre intenções do poder público, da atenção dos profissionais, e dos próprios sentidos da violência. Afinal, não há como conquistar um posicionamento crítico diante de sua agressividade, por exemplo, quando imersos em situações em que a violência é legitimada.

Esta coerência socioeducativa, por outro lado, consiste em um dos mais relevantes desafios, e solicita a transformação dos pactos denegativos que garantem o funcionamento institucional. Estratégias que visem à construção conjunta de práticas e ao esclarecimento de parâmetros de trabalhos são fundamentais, embora esbarrem nas produções inconscientes dos grupos. O desvelamento destas dimensões torna-se uma exigência.

Diante destas contradições e desafios, o apelo da vida pode exercer sua função organizadora. O trabalho socioeducativo será beneficiado ao ouvi-lo. Apesar desta constante tensão entre posicionamentos antagônicos, marcados por estar “fora” ou “dentro” da estrutura social, nota-se um movimento de vida através dos discursos dos adolescentes, sobretudo diante das reflexões acerca de seus projetos. Conforme Levisky, há na adolescência

uma violência construtiva que abre canais através dos quais o adolescente dá vazão e expressão a sua criatividade e inserção social. Quando a sociedade lhe oferece meios socialmente adequados para suas manifestações de autoafirmação, o processo, apesar de

turbulento, pleno de paixões edifica a personalidade e autoestima (LEVISKY, 1998).

Percebe-se que os planos almejados por muitos adolescentes se direcionam ao estabelecimento, sobretudo, de um espaço seguro. A (re)construção de uma família aponta para o desejo de um lugar que lhe seja próprio, onde possa estabelecer novo campo intersubjetivo. O acesso ao ensino superior, por sua vez, carrega consigo a oportunidade da formulação de uma identidade da qual o jovem se orgulhe, rompendo com uma trajetória familiar marcada pelas representações de incapacidade e exclusão: a ressignificação de fantasmas que atravessam gerações.

Os impulsos de vida imprimem sua marca nesta fase de transformações profundas: a adolescência. Embora as configurações familiares, comunitárias e sociopolíticas fragilizem os processos de construção identitária, alimentando a percepção do não pertencimento, a procura por segurança e construção de propósitos impõe sua voz.

Portanto, o trabalho socioeducativo deve promover passagens. Ser coerente no intuito da construção de um lugar seguro, onde o jovem se recrie. Deve ser o lugar dos desafios, com suas frustrações e vitórias, permitindo-lhe a vivência da queda, do chacoalhar poeira e prosseguir rumo a propósitos positivos. De forma alguma, pode ser o lugar da convivência e da permissividade, tampouco o do enrijecimento. Consistirá, em muitos momentos, como apoio psíquico, afirmando as capacidades destes adolescentes, sendo-lhes continentes diante das histórias que carregam; e em outros instantes, estimulará o exercício da contensão de seus afetos, o convívio com a angústia, que fortalecerá os processos de simbolização.

Trata-se, sobretudo, de favorecer a construção de sentidos que minem a violência ao outro como possibilidade de regulação psíquica. Viver valores com retidão moral e criatividade dentro espaço socioeducativo, tanto os adolescentes, como os profissionais. Construir novas pontes de acesso entre espaços distintos, fechando atalhos perversos que não se comunicam com a vida.

CONCLUSÃO

Os tempos atuais convidam à violência. Sua velocidade alimenta a recusa pela espera, componente fundamental para os movimentos de simbolização e elaboração psíquica. As transformações incessantes destituem as referências e lugares de apoio em que se constituem subjetividades. O consumismo e individualismo aparecem como redentores ao proporem modelos identitários para os cidadãos ávidos por um contorno em que se reconheçam e possam ser reconhecidos.

Neste cenário, são os adolescentes os mais atingidos, pelo momento particular de constituição da identidade adulta e suas implicações, como a procura de modelos e trajetórias. Na avidez pela construção de si mesmos e imersos em um modelo de sociedade competitivo e desagregador, os jovens se deparam com as drogas; a exploração sexual; os abusos cometidos por familiares, pessoas da comunidade e instituições diversas; o submundo criminoso, entre outros. Tornam-se vítimas do tempo que construímos e promovem a continuidade da violência, através de seu aprendizado cotidiano.

Particularmente, no caso dos adolescentes infratores, esta situação atinge os extremos. A ruptura com as regras sociais e a violência de seus atos não falam somente deste jovem, mas do espaço em que se constitui e das oportunidades ali oferecidas. A vulnerabilidade social, sem dúvida, é um dos ingredientes relevantes para a produção da violência, na medida em que provoca o esfacelamento dos contratos narcísicos. Quando não existem ganhos no contrato e pactos estabelecidos consciente ou inconscientemente, não há motivos para mantê-los. Assim, o adolescente infrator deve ser entendido como sujeito de um grupo e de um tempo, a resposta dos vínculos estabelecidos entre ele, família, comunidade e sociedade em geral.

O material apresentado sustenta este posicionamento, ao evidenciar que este jovem, em geral, provém de lugares fragilizados. Sua condição revela a falência dos vínculos, a recusa do outro e o despreparo ou descaso das dimensões públicas. Suas famílias são predominantemente numerosas, com elevada presença de mães que sustentam sozinhas os filhos; há enorme

recorrência de adolescentes que se evadiram da escola; o uso de drogas é uma constante, atingindo percentuais muitos superiores às médias nacionais; o tráfico de drogas se faz marcante em suas comunidades, assim como o convívio com pessoas ligadas a criminalidade; além da violência dentro dos lares.

Os resultados mostram ainda a importância das atividades criminosas como busca perversa pela inserção social, através da participação de um grupo que o aceita como parte importante de uma estrutura. O pertencimento ao ambiente criminal possibilita, mesmo que em reduzido prazo, o sentido de um projeto; a “atenção das meninas”, como relatam os adolescentes; o poder alcançado pela ameaça ou sugestão da violência; e a apropriação dos símbolos de riqueza que atuam como emblema do indivíduo no conjunto social. Os atos infracionais carregam ainda o espírito da revanche, o ataque desmedido do sujeito humilhado ao outro sem rosto, representante da sociedade que o exclui. Os relatos evidenciam o impacto da exclusão, que favorece o fomento da raiva e da agressividade dos grupos “fora” e “dentro” do conjunto social, onde o reconhecimento do humano entre ambos cambaleia.

Acerca dos centros socioeducativos, a presença das contradições e do paradoxo é evidente. Neles, circulam representações que legitimam a violência, assim como aquelas erigidas sobre as bases do respeito ao outro e à diversidade. Regras criminosas e projetos interessantes alicerçados nos estudos e trabalho convivem no mesmo espaço, exigindo posicionamento dos adolescentes frente à confluência de representações e valores díspares. A coerência da prática socioeducativa, em muitas situações, é perdida pela falta de compartilhamento de organizadores psíquicos – como ideais e renúncias – que congreguem famílias, comunidades e os grupos dos centros socioeducativos (pedagógico, psicossocial, equipe de segurança e adolescentes). O trabalho com os adolescentes ainda é atravessado por posicionamentos muitas vezes incompatíveis aos exigidos pelos normativos jurídicos, revelando a força das alianças inconscientes que concedem aos sujeitos do grupo lugar e propósitos, mesmo se divergentes dos parâmetros instituídos por Lei.

Os encontros, por outro lado, sugerem a busca dos adolescentes pela preservação dos vínculos, indicando a procura do apoio e da continência, de um espaço onde possam se constituir e se reconhecer. Neste sentido, a sacralização da figura materna, sustentada pelos pactos denegativos estabelecidos entre os membros do grupo de adolescentes, revela a pulsão da vida em detrimento aos clamores da violência, do ataque ao outro. A experiência da ruptura e da descontinuidade provocada pelo esfacelamento dos vínculos esbarra com os movimentos de preservação psíquica, que insistem no estabelecimento dos espaços seguros.

A partir destes elementos, nota-se a inconsistência do trabalho socioeducativo pautado fundamentalmente no controle de condutas e na submissão dos jovens às imposições dos centros socioeducativos. Não há como discordar da necessidade das exigências e regras socioeducativas, que impõem limites à supremacia do desejo. No entanto, quando as regras impossibilitam a palavra, o adolescente constata a recusa do pertencimento e a força como mantenedora da ordem. A necessidade do enquadre de trabalho e suas regras permite o trabalho socioeducativo, mas não a realiza por completo.

Neste sentido, a criatividade e transformação, a participação do jovem em seu processo de ressocialização, assim como na construção do cotidiano das unidades deve ser procurada. O trabalho socioeducativo precisa favorecer os impulsos de vida, através daquilo que o próprio jovem busca por meios descompassados: o vínculo e o pertencimento.

É imprescindível, portanto, a maior atenção às práticas que conjuguem os atores socioeducativos, no esforço da construção mútua de propósitos e desafios. A transformação deste adolescente, de sua identidade e de suas instâncias psíquicas necessita do outro que lhe afirma e refuta, tolera e demanda, acolhe e exige. Inversamente, a proposta de atuação centrada no jovem como entidade *per si*, alija os demais atores da cena socioeducativa. Torna-se ideológica ao abster família, comunidade, sociedade e aparelho público como mantenedores e produtores da violência, tomando o jovem

somente como o agente da destruição, e não como um ponto na cadeia da violência social. O jovem infrator transmite a violência, mas não é seu criador.

Para tanto, as prerrogativas do Estatuto da Criança e Adolescente e, sobretudo, o Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas constituem valiosos instrumentos, quando tomados com compromisso. O cotidiano socioeducativo deve convocar jovens, familiares e comunidade para a construção conjunta de metas e desafios. Estes atores precisam conceber os centros socioeducativos como espaços de pertença, onde suas palavras possam circular de maneira democrática e construtiva, favorecendo o exercício da cidadania e do respeito. Sem estes elementos iniciais, perde-se o sentido da autonomia em favor da obediência irrestrita e do fortalecimento de um modelo que sustenta o autoritarismo, condição marcante da violência e do desrespeito. Afinal, a aprendizagem das relações saudáveis, conquistada através da prática da palavra, talvez seja uma das principais contribuições socioeducativas, concedendo aos jovens um modelo diverso de contato intersubjetivo.

Evidentemente, as resistências às transformações, através de boicotes, mudanças aparentes que visam à manutenção das circunstâncias vigentes e ataques ao outro se apresentarão. As fantasias de destruição que circulam institucionalmente se atualizam através do medo da perda de controle e do esfacelamento psíquico dos próprios sujeitos do grupo. E as mudanças nas relações de poder causam a angústia pela perda de privilégios.

As transformações dentro da instituição socioeducativa aparecem ainda como ameaça aos grupos componentes dos centros socioeducativos: equipes psicossocial, pedagógica, de segurança e os próprios adolescentes. Tais subgrupos se mantêm cindidos em proveito da própria preservação psíquica (YOKOMISO, 2007), através dos pactos e alianças inconscientes que permitem a sustentam crenças as quais os indivíduos se reconhecem, obliterando os elementos ameaçadores do vínculo. A transformação da instituição, neste sentido, é sempre um ataque ao indivíduo que se constitui neste espaço grupal. Fernandes entende esta fragmentação das relações como

ligação mantida à custa da expulsão de qualquer pensamento diverso. Falo de um pacto denegativo cuja dupla função – de organização do vínculo e de expulsão daquilo que ameaçaria sua conservação – garantiria a perpetuação da tarefa – propósito do grupo (FERNANDES¹⁴⁵).

Outra vez, as concepções sobre a *lógica da completude e inconsistência* se mostram preciosas. Nos centros socioeducativos, os atores institucionais acreditam estar realizando “o que deve ser feito”, cada qual ao seu modo. Assim, em nome da justiça, estabelecem-se as contradições dentro do mesmo espaço. Diversos profissionais da segurança, por exemplo, lutam por um modelo repressivo, pela submissão do jovem diante de suas ordens como estratégia não apenas no âmbito da ressocialização, mas também como forma do estabelecimento da justiça social. Adolescentes podem refutar qualquer espécie de construção conjunta com os profissionais, diante do possível atrelamento entre segurança pública, medidas socioeducativas e humilhação social, concebendo como justiça o confronto dentro das unidades. Educadores e equipe psicossocial, assegurados pelos “preceitos corretos” de atuação, garantidos pelo “saber e pelo conjunto de leis democráticas” podem se recusar à construção de pontes com grupos que “não sabem a verdade”. Famílias e comunidades talvez resistam à construção conjunta, diante das angústias provenientes de uma “responsabilização indevida”.

No entanto, o anseio da completude, da renúncia à exceção que abre fendas nos argumentos e possibilidades à transformação, escancara a *inconsistência*. Afinal, como assegurar a paz e a justiça, promovendo violências? Como sustentar os preceitos democráticos, legitimando a existência da verdade unívoca? Como fomentar participação, atribuindo sempre ao outro as responsabilidades?

Cada grupo se investe dos preceitos da justiça, ondulam suas bandeiras, sem a tolerância da convivência com as demais. Às vezes, através dos discursos mais democráticos ou das melhores intenções, se conduzem

---

¹⁴⁵ Retirado do texto *Subjetividade e cidadania: morte da rebeldia?*, em vias de publicação, com consentimento da autora.

autoritarismos, rupturas e violência. Conforme Fernandes, atualmente, o funcionamento dos grupos remete

ao funcionamento psíquico da colusão e do não reconhecimento da diferença (...) Não se reconhecem as diferenças (a não ser pela incompletude do culpado) e não se identificam as contradições, motor de toda transformação e mudança (FERNANDES¹⁴⁶).

Assim, o manejo deve ser cuidadoso, para que as transformações não provoquem a eclosão dos elementos de destruição e violência mantidos sob as alianças inconscientes. Uma brusca ruptura do enquadramento incita ao aniquilamento dos parâmetros pelos quais os indivíduos reconhecem seu ofício e seu pertencimento.

Dentro deste contexto, como estratégia de intervenção, as considerações teóricas de Kaës são valiosas. O psicanalista, a partir de suas experiências clínicas e elaborações teóricas, propõe a criação

de um dispositivo de trabalho e jogo que restabeleça, numa área transicional e comum, a coexistência das conjunções e disjunções, da continuidade e das rupturas, dos ajustamentos reguladores e das irrupções criativas, de um espaço suficientemente subjetivado e relativamente operatório (KAËS, 1991, 39).

A construção desta área transicional deve ser incentivada através da formação de espaços nodais entre familiares e profissionais, adolescentes e representantes da comunidade, gestores e servidores, e as diversas configurações possíveis de atores da cena socioeducativa. Para tanto, o estabelecimento de encontros grupais que permitam a circulação respeitosa da palavra; a identificação de dificuldades, rupturas e desafios; a elaboração de estratégias e de sentidos surge como instrumento de intervenção valioso. As palavras de Carreteiro são valiosas, neste sentido:

---

^{146 146} Retirado do texto *Subjetividade e cidadania: morte da rebeldia?*, em vias de publicação, com consentimento da autora.

É importante pensar na construção de espaços intermediários que restaurem o sentido de confiança, onde os sujeitos não se sintam fazendo parte de uma massa de desqualificados, mas acolhidos em suas singularidades. (CARRETEIRO, 2006)

Neste contexto, o psicólogo atento às práticas grupais e institucionais deve ser convocado, a fim de favorecer a construção de pontes entre os atores da cena socioeducativa. A paralisia, o ataque ao outro e a busca pelo retorno à situação prévia, por sua vez, exigirão o trabalho de reconhecimento mútuo das angústias envolvidas nas transformações almejadas e, sobretudo, a construção de novos sentidos que permitam a ligação psíquica entre os grupos familiares, comunitários, institucionais e de adolescentes. O compartilhamento de ideais, a reinvenção de um momento originário do grupo, a circulação construtiva de representações que aproximem os sujeitos sinalizarão os avanços.

A aplicação destes preceitos pode se valer também do próprio Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas, que abre caminhos interessantes para a construção destes espaços psíquicos compartilhados. O Sinase prevê comissões dentro do centro socioeducativo, constituída por representante da comunidade, adolescentes e profissionais, com o intuito da formulação de práticas junto aos jovens; convoca a participação dos familiares e comunidade no cotidiano socioeducativo; e pressupõe a parceria como condição do trabalho com os adolescentes infratores. O estabelecimento do Conselho Gestor, por exemplo, carrega consigo uma oportunidade ímpar para mudanças profundas no âmbito da intersubjetividade ao induzir a construção de novos compromissos. Este modelo de gestão, marcado pelos princípios democráticos, favorece a eclosão de novos organizadores psíquicos, e a reconfiguração das alianças inconscientes que sustentam condutas dos sujeitos do grupo. Estimula a circulação de representações disponíveis entre os indivíduos, provocando-os à reflexão e às mudanças. Um centro socioeducativo aberto às diferenças representa o espaço da criatividade, do respeito e da reinvenção da subjetividade.

De forma semelhante, a *incompletude institucional* apregoada pelo Sinase, se revela uma poderosa brecha para a transformação da violência, favorecendo a ligação dos indivíduos em torno de propósitos. O estímulo ao estabelecimento de parcerias, através da rede social e a maior abertura institucional às entidades de proteção à adolescência e infância pode induzir ao arejamento das relações. A presença do Ministério Público, do Cedeca, dos Conselhos Tutelares, dos conselhos profissionais, assim como de entidades não-governamentais envolvidas à questão da adolescência, dentro do cotidiano dos centros socioeducativos, favoreceria a desconstrução do isolamento e sufocamento experimentado por profissionais e adolescentes; e o rearranjo das alianças inconscientes mantidas entre os diversos grupos. A entrada destas instâncias, muitas vezes recusada pelas instituições socioeducativas, reforçaria ainda os parâmetros exigidos por Lei, atualizando os compromissos democráticos como respeito à diferença e participação.

Assim, cabe ao psicólogo favorecer a construção das pontes, a tessitura dos laços entre o “fora” e o “dentro” da instituição; entre familiares, comunidade, instituição e adolescentes. Para tanto, o reconhecimento do outro, que fala de suas angústias, aspirações e trajetórias se torna uma condição para os processos de ligação psíquica entre os grupos. A conquista do pertencimento destes adolescentes e sua inclusão social, o fortalecimento das famílias e comunidades, a coerência do trabalho socioeducativo exigem a palavra criativa e livre, sustentada pela cooperação e participação de todos na construção do cotidiano institucional.

A violência deve ser recusada e entendida como falência dos compromissos mútuos e da força dos argumentos. Revela o fracasso do sentido de humanidade, ao alimentar e ser alimentada pela ruptura, a descontinuidade da vida psíquica e social. Reflete o excesso que sobrecarrega os indivíduos de nosso tempo e o esmorecimento dos processos de elaboração dos conflitos e angústias. Preserva-se pela renúncia do outro, tomado como abertura para transformação de si mesmo.

As medidas socioeducativas devem buscar o compromisso, naquilo que carrega de exigência e confiança entre adolescentes, instituição, famílias e comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência social. *Sociologias*. n.8. Julho/Dez. Porto Alegre, 2002

ANDRADE A. G, GALASSI A. D, ALVARENGA P.G., COUTTOLENC, B. F. Custos dos problemas causados pelo abuso do álcool. *Rev. Psiq. Clín* 35, supl 1; 25-30. HC-USP, São Paulo, 2008.

ARNAUD, G. *Psychanalyse et organisations*. Armand Colin Éditeur. Paris, 2003.

ARRUDA A, JAMUR M., MELICIO T.; BARROSO F. De pivete a funqueiro: genealogia de uma alteridade. *Cadernos de Pesquisa*. vol.40 no.140 Maio/Ag. São Paulo, 2010

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2007.

BENGHOZI, P. *Adolescence et sexualité, liens et maillage-réseau*. Ed. L'Harmattan. Paris, 1999.

BENGHOZI, P. Le lien réseau. In: *La formation aux psychotérapies psychanalytiques de groupe et l'intervention en institution – l'individu et le groupe III*. Érès.

BENGHOZI, P. Paradoxalidade do laço de aliança e malha genealógica dos continentes do casal e da família. In: RAMOS, Magdalena (org). *Casal e família como paciente*. ____.

BLEGER, J. Simbiose e ambiguidade. In: *O grupo como instituição e o grupo nas instituições*. F. Alves. Rio de Janeiro, 1977

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Viva: Vigilância de Violência e Acidentes, 2008-2009*. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/viva_2008_2009_30_11_2010.pdf

BRASIL. *Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas*. Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, 2012.

CARDOSO, MR. Adolescência e violência: uma questão de fronteiras? In: CARDOSO, MC. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. NAU Editora, Faperj. Rio de Janeiro, 2001.

CARVALHO, MTM. e RIBEIRO PC. “Tá tudo dominado”: adolescência e violência originária. In: CARDOSO, MC. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. NAU Editora, Faperj. Rio de Janeiro, 2001.

CASTRO LC. E CORREA J. Juventudes, transformações do contemporâneo e participação social. In: *Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais*. NAU Editora, Faperj. Rio de Janeiro, 2005.

COELHO, E.C. A criminalidade urbana violenta. Dados – *Revista de Ciências Sociais*. Iuperj, 31(2), p. 145-83. Rio de Janeiro, 1988.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *48ª Assembléia Geral da CNBB*. CNBB. Brasília, 2010. Disponível em: www.cnbb.org.br/site/images/arquivos/48agpronabusosexual.doc

CONSEIL DEL’EUROPE,. *Convention de sauvegarde des droits de l’homme et des libertés fondamentales*, Editions du Conseil de l’Europe. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução 196/96*. Brasília, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução 016/2000*. Brasília, 20/12/2000.

DAVID P. Human Rights in Youth Sport: A Critical Review of Children’s Rights. In *Competitive Sport*. London, Routledge, 2005

DOWDNEY LT. Neither War Nor Peace. *Viva Rio / ISER*, 7 Letras. Pg. 28. Rio de Janeiro, 2005.

DOWDNEY, LT. *Crianças do tráfico, um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. pg 27. Sette Letras. Rio de Janeiro, 2003.

DUARTE, A. Sobre a Biopolítica: de Foucault ao século XXI. In: *Revista Cinética: cinema e crítica*. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm

ENRIQUEZ, E. Le jeux du pouvoir et du désir dans l’entreprise. Desclée de Brouwer, 1997.

FERNANDES, MIA. *Negatividade e vínculo: a mestiçagem como ideologia*. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2005.

FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France 1978-1979*. Gallimard. Paris, 2004.

FRONTANA, I.R.C. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*. Edições Loyola, 1999.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Humilhação social: um problema político em psicologia. In: *Psicol. USP* vol.9 n.2. São Paulo, 1998.

HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999, p. 385-404.

FUNDAÇÃO CASA. *Portaria Normativa n. 136/2007- Regimento Interno*. Publicado no DOE aos 28/09/2007.

FUNDAÇÃO CASA. *Portaria Normativa n.155/2008*. Publicado no DOE aos 05/11/2008.

HARDY E. H, REBELLO, I. Meninos e meninas de rua do Brasil. *Cad. Saúde Pública* vol.10 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 1994

HUMAN RIGHTS WATCH. *Human Rights Watch Easy Targets: Violence against Children Worldwide*. Human Rights Watch. Nova York, 2001. Disponível em: <http://www.hrw.org/>

KAËS, R. *Les alliances inconscientes*. Dunod. Paris, 2009.

KAËS, R. *Le groupe et le sujet du groupe*. Dunod. Paris, 1993.

KAËS, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados*. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2005.

KRUG G, el alli. *World Report on Violence and Health*. World Health Organization. Geneva.

LEVISKY, DL. Adolescência e violência: a psicanálise na prática social. In: LEVISKY, DL (org). *Adolescência pelos caminhos da violência*. Casa do Psicólogo. São Paulo, 1998.

LIBÓRIO RMC. Adolescente em situação de prostituição: uma análise sobre exploração moral. *Psicologia: reflexão e crítica* 18 (3). 2005.

MALDENBAUN, B. A nova família. In: *Revista E.*, n. 150. SESC. Disponível em: http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?Edicao_Id=357&Artigo

MAYER, H. Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade. In: CARDOSO, MC. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. NAU Editora, Faperj. Rio de Janeiro, 2001.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. HULITEC ABRASCO. São Paulo, 1994.

NEDER G, FILHO, GC. Os filhos da lei. *Rev. bras. Ciências Sociais* vol.16 no.45. São Paulo, 2001.

ONU. *Informe del Secretario General sobre los niños y el conflicto armado en Colombia, Consejo de Seguridad*. Geneva, 2009. Disponível em: <http://www.coalico.org/archivo/IIR1612es.pdf> .

ONU. *Declaração dos direitos do homem*. Geneva, 1948. http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

ONU. *Declaração dos direitos da criança*. Geneva, 1959.

ORTEGA, F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michael Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. In: *Interface* (Botucatu) vol8 n. 14. 2004.

PINHEIRO, S.. *World Report on Violence Against Children*. Unesco. Geneva, 2006

PINHEIRO,S. *United Nations Secretary-General's Report on Violence against Children*. 2006.

_____. *Realizing the Promise of Home Visitation: A guide for policy makers*. Family Violence prevent Fund, 2010. Disponível em: http://endabuse.org/userfiles/file/Children_and_Families/Realizing%20the%20Promise%20of%20Home%20Visitation%202-10.pdf

SAIKALI, C.J. et al. Imagem corporal nos transtornos alimentares. In: *Rev. Psiq. Clinica* 31 (4); 164-166. FMUSP. São Paulo, 2004

RIBEIRO M.O, DIAS, A.F. Prostituição Infantil: revisão sistemática de literatura. *Revista Escola de Enfermagem USP*. São Paulo, 2009.

ROSSI, F.O. Impacto da atuação de ONG's internacionais de direitos humanos no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o governo brasileiro. *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SP e UNICAMP. Campinas, 2004.

SPAGNOL, A.S. Jovens delinquentes paulistanos. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2. São Paulo, 2005.

TEXEIRA S.A. Produção e consumo social da beleza. In: *Horizontes Antropol.* vol.7 no.16 Porto Alegre Dec. 2001

VIANNA, HERMANO. A raiz da questão . In: *Revista Raiz*, n.1. 2005. Disponível em:
http://revistaraiz.uol.com.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=98&Itemid=112

VOSER R. C., NETO F. X. V, VARGAS A. M. V. A criança submetida precocemente no esporte: benefícios e malefícios._____2009. Disponível em: http://www.futsalbrasil.com.br/artigos/artigo.php?cd_artigo=153

SFEZ. L. *A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia*. Ed. Loyola. São Paulo, 1996.

SUBBRACK, UG O extermínio de meninos de rua no Brasil. In: *São Paulo Perspectivas*. vol.18 no.1 Jan./Mar. São Paulo, 2004.

WEBER LND, VIEZZER, AP, BRANDENBURG, OJ. O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estud. psicol.* vol.9 no.2 Natal Mai/Aug. Natal, 2004.

WHO. *WHO Multi-country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women*. World Health Organization. Geneva, 2005.

YOKOMISO. *Violência e descontinuidade psíquica: um estudo sobre a Fundação Casa*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100717_albinos_rc.shtm

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/06/110601_pedofiliabelgica_pai.shtml .

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090520_irlandapedofilia_fp.shtml. 20/05/2009.

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1612

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/02/040227_igrejacg.shtml.

<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5222709,00.html>.

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/09/17/brasil-tem-maior-taxa-de-abandono-escolar-do-mercosul.htm>

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/09/17/brasil-tem-maior-taxa-de-abandono-escolar-do-mercosul.htm>

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,unidade-especial-anti-pedofilia-resgatou-mais-de-400-criancas-em-um-ano-na-gra-bretanha,726104,0.htm>

<http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,eua-faz-projeto-para-evitar-abuso-sexual-na-natacao,541277,0.htm>.

<http://estado.com.br/noticias/internacional,gangues-paralisam-transporte-publico-e-comercio-em-el-salvador,607591,0.htm>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/massacreemsp/candelaria.shtml>
!

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1278&%20id_pagina=1

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=987

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1

http://www.istoe.com.br/reportagens/14635_CONFISSESOES+OBSCENAS

http://oglobo.globo.com/esportes/mat/2008/02/12/joanna_maranhao_volta_ao_brasil_fala_do_abuso_sexual_que_sofreu-425595937.asp. 12/02/2008

http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_conteudo=11415&rastro=PESQUISAS+E+ESTAT%C3%8DSTICAS%2FIndicadores/Consumo+de+drogas

<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1288604-5598,00-TAXA+DE+FECUNDIDADE+PASSOU+DE+PARA+FILHOS+POR+MULHER+E+M+ANOS.html>

http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

<http://www.senado.gov.br/noticias/senado-aprova-projeto-de-lei-joana-maranhao.aspx>.

<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>

APÊNDICES

A. PRIMEIRO ENCONTRO

P: Pessoal, eu gostaria de saber como está sendo a medida socioeducativa, como está sendo a semiliberdade para você?

A: ah, senhor, eu mesmo cheguei hoje, mas tipo assim, quando recebi a resposta, na hora mesmo já me acelerou o coração, nossa eu vou embora, eu vou sair daqui, não vou mais pegar internação, ficar tranquilo, vou cumprir tudo, ir embora de vez...porque eu tinha muitos problemas com a justiça, tinha vários BOs para responder, aí a última vez já fui respondendo todos, cada hora tinha uma audiência, aí eu ganhei liberdade em todos os BOs que eu tinha, de foragido, de tráfico que eu tinha, nesse agora eu ganhei semi, então para mim, semi foi vantajoso para caramba estar aqui.

P: ah, então não é o primeiro BO que você teve... você já passou por LA, algo assim...

A: não nunca passei, é a primeira vez...

P: e vcs?

B: ah, eu fui no DHPP, porque eu estava fugitivo da outra semi, mas eu já passei três vezes na Fundação, eu vinha para cá e... fiquei só uma noite na UAI e já vim para cá... agora eu estou tranquilo, posso sair tranquilo, tomar enquadre de polícia (rs), pode me enquadrar agora, que eu não corro não...

P: e vcs?

C: eu estou suave, fazendo o negócio de boa, melhor para mim, melhor do que ficar internado, ficar de um a três (anos), tá suave. De boa, minha casa é aqui pertinho... só isso... xeque...

D: é senhor, que nem... agora eu estou tirando essa semi, percebi que todo esse tempo que estava na rua, ou até mesmo em casa, eu não estava aproveitando nada, e quando não estava em casa, estava na rua fazendo besteira, quando não estava fazendo besteira, estava pensando em fazer, e eu vi que na semiliberdade, tanto aqui como lá dentro, me ajudou bastante meu desenvolvimento, porque eu tive bastante tempo para por minha cabeça no lugar, e pedir bastante pra Deus me dar uma oportunidade e me tirar do sofrimento, e agora eu consegui e penso assim, tudo de ruim que estou passando eu vou tirar algum proveito e estou fazendo o máximo para mim se esforçar e aprender os cursos, tanto que já consegui um curso de informática,

profissionalizante, e tirei um certificado, me empenhar o máximo para conseguir, para ir para frente, porque se não a vida do crime é dois caminhos, caixão ou cadeia...

E: ah, para mim foi melhor pegar essa semiliberdade, tava maior preocupado em pegar uma internação, tava no maior BO porque fui preso tipo seguido, fui preso e logo depois, catorze dias fui pego de novo, tava assinando uma LA. Aí foi vantajoso para mim, eu entrei no curso, na escola, o curso até que é bom, você vê as menininhas, é da hora...

P: pelo que estou ouvindo de vcs, me parece que a semiliberdade não foi algo ruim que aconteceu...

A: não, lógico que não.

B: é bom porque melhora até nossa vida, se nós se interessar...

A: é bom sabe porque? É bom porque a gente não fica só internada, preso, a gente vê o mundo também, a gente faz as coisas no mundo também, tem o contato físico com as outras pessoas também, não é só o pessoal que você vê chegando, ou que está junto, não é só os funcionários que você está olhado, são outras pessoas, é o mundão, é carro, parece que é tudo novo, parece que a gente era cega e vê tudo novo.

B: verdade, senhor, parece que tipo você está olhando, eu fico até me achando um estudante quando vou com a mochila no ônibus (rãs).

D: a gente tá cumprindo medida, a gente tab. está investindo no nosso futuro, ser um bom cidadão, a gente está chegando no horário certo, terminando os estudos, fazendo curso, nada melhor que isso não...

P: vcs acham então que a semiliberdade ajuda nesse sentido...

A: ajuda para quem quer tab., né senhor.

B: é, porque eu na primeira vez que passei... me cansei mesmo, fiquei muito entediado, virei a cabeça e já quis ir para o mundão... agora estou mais sossegado, cumprir tudo certinho...

P: e o que pode entediar, dificultar essa semiliberdade?... Vcs me disseram que foi bom entrar na semi, que pelo menos vcs não estão internados, que aqui vcs tem oportunidades, o que pode atrapalhar?

A: o que entedia é ficar internado, preso, não ter contato com a rua, porque mal ou bem a gente vivia na rua, eu vivia na rua, eu não parava em casa, só parava para comer, dormir, tomar banho e sair de novo.

B: é quente, senhor

A: e preso, tu não tem nada disso, só fica preso, preso, preso, não tem nada para se fazer

B: mas quando você sai, dá maior valor.

A: você dá um valor a mais (falas conjuntas, mobilização).

D: até copo de água você dá valor, copo de água gelado...

B: é a gente tinha que pedir para beber, mas difícil eles deixarem na hora certa.

P: vcs já passaram por internação?

B: não.

D: internação provisória.

B: já.

P: ah, então vcs já tiveram uma experiência pela internação.

B: já passei três meses pela internação provisória, é pior né.

D: muita humilhação.

B: muita pressão.

P: e o que poderia dificultar a cumprir a medida socioeducativa?

A: ia dificultar assim, se eu tivesse um curso, se não tivesse nenhuma coisa para se distrair, uns jogos, aí sim ia ficar entediante, só sair para rua, visitar sua família e voltar, você não ia querer voltar aqui para ficar trancado, sem fazer nada.

D: verdade.

A: você ia querer ficar na rua e já era.

B: eles tem obrigação de oferecer uns cursos para nós. Nós não pode ficar aqui, na lei, a gente tem que fazer curso, estudando, enquanto não achar um curso, escola, a gente não sai.

D: sai até sai, mas é bom para nosso relatório, porque vai ver nosso desenvolvimento de quando a gente chegou aqui e como a gente está agora.

P: e para vcs é difícil? porque a noite vcs estão aqui, mas de dia, vcs estão na rua...

D: no final de semana.

E: domingo é foda, mas tem jeito, tem que voltar, né?

D: você tem que escolher, né?

E: você pensa em não voltar, mas tem que voltar...

A: você tem escolher, ou você fica foragido da polícia e vai preso depois, ou você volta, cumpre seus quatro meses direitinho, sobe um bom relatório bom, e vai embora para casa, sem problema com a justiça.

B: eu já tava cansado de ficar foragido.

D: você ficou quanto tempo foragido?

B: um ano e não sei quantos, mas quando deu um ano já começou a pesar.

P: e o que que te fez ficar foragido?

B: nessa época aí, eu ainda curtia um pouco cocaína, né... mas aí eu fiquei com a mente meio a milhão, por causa do bagulho de cocaína, aí eu quis sair fora, mas agora já parei, mais de mês, uns seis meses.

P: depois que você parou de usar droga, ficou mais fácil voltar para a semi...

B: bem mais fácil, parar de usar mesmo não parei, uso maconha até hoje, não vou parar, agora cocaína...

D: é que a cocaína se você der um tiro você quer dar outro, e a maconha não.

B: e a cocaína enquanto tiver está bom, mas se não tem, dá uma deprê...

P: vcs também usavam drogas?

A: usava cocaína também na rua, mas tipo assim...

E: já cheirei cocaína tb.

D: cheirava, baforava, bebia...

P: isso interferia na volta para a semi?

B: a gente fica querendo sair para rua para usar.

D: é quente.

B: agora maconha não... fuma um agora e um só depois lá para noite.

C: só fumo maconha.

(risos)

A: dá para ver só pela vista.

C: só cachimbo da paz.

P: então as drogas podem ser algo que atrapalha a medida...

C: depende.

B: depende de qual droga.

P: cocaína. crack...

B: cocaína já usei, mas crack é molhado...

A: eu vejo assim, pela cocaína e pelo crack, cocaína e crack destroem todo mundo, não vai destruir a semi de um adolescente?

C: cocaína vai destruindo aos poucos, crack já não...

A: cocaína...

C: você vai querer de qualquer jeito, você vai ter que pular.

A: você vai querer ir embora, você não vai dar um tiro e querer voltar para a semi.

D: com cocaína, o cara vai querer ficar andando, não vai querer ficar parado, e aqui, olha, é de um quarto para o outro.

A: você vai ficar entediado, vai ficar nervoso, vai suar, vai querer discutir...

P: e o próprio pessoal com quem vcs andam, pode ser um fator que dificulta a medida socioeducativa?

A: também, também, tipo assim, se você vai para o mundão e encontra um parceiro seu que vende uma droga. Pô, a primeira coisa que ele vai fazer é te chamar para vender uma droga tab., porque você vendia antes de ser preso. Ele não vai querer falar, esse *moleque vendia bem, esse moleque trabalhava bem, dá dinheiro, vou chamar para vender para mim*, mas o cara vai ficar, tipo assim, parece que o diabo vai atentando o cara, para que ele entre na tua mente, para que tu fique na rua e não volte mais para semi. É onde vários não voltam...

B: o diabo fez isso comigo, mano, me jogou no maior fogo, truta...e aí se passou um ano e a coisa começou a pesar, aí os mais velhos falando, eu entendi os mais velhos, eles diziam, mano, entende os mais velhos, só escuta os mais velhos, eu fui escutando os mais velhos e olha onde estou, aqui, tranquilo...agora é só sair dessas coisas e já era...

P: mas quando você está falando do diabo, você fala de alguns colegas...

B: não, parece que é o cão mesmo que entra na mente das pessoas...

A: não parece que é teu amigo que está trocando uma ideia contigo, não parece teu parceiro, parece que é alguém além dele, alguém além da pessoa que está dentro dele fazendo a tua mente...

D: é, não é um só...

A: e nunca vem um só, sempre aparece vários, vamos lá, vamos lá, vamos sair.

D: é.

A: e de boa, são barreiras que a gente tem que sair delas para continuar cumprindo porque se não cumprir a gente vai ficar foragido, e depois o problemático é nós, nós é que vamos ficar presos e eles vão ficar na rua ainda.

D: principalmente no fim-de-semana, a gente vai passar o fim-de-semana em casa, e aí aparece outro e fala, vai ter um baile aqui perto, aí vem outra menina, vai ter outro, vamos colar lá com nós, vamos... até minha namorada me chama, então você imagina,

se quem está do seu lado vai te chamar, imagina quem não tá, quem não tá vai até de dar dinheiro para você ir, só para ver você se ferrando mais para frente

A: vejo assim, um cara nunca vai querer teu bem, falando para você ir para o baile ou para fazer os bagulhos, para mim o cara não quer seu bem, ele quer seu mal, mas se aparece um cara dizendo, não mano, não vai não, cumpre a semi, fica de boa, depois você vai curtir com nós, limpo de polícia, limpo de BO, limpo de tudo, agora tem cara que fica te metralhando nas ideias que tu faça os bagulhos, que tu saias com os caras, que faça essas coisas todas.

P: e nessas horas o que vcs fazem?

A: eu já fiquei foragido duas vezes por causa disso, porque a primeira coisa que eu fiz foi ir para a boca, e os caras chamar, vamos aí e pá, e eu não falar não, tem que falar não, tem que saber falar não, por isso que fiquei foragido duas vezes e voltei.

P: e para vcs? Vocês tem essa dificuldade de falar não, também?

B: eu falo não.

E: eu falo não tb.

B: eu falo na cara logo, não quero ir e pronto, muitos vieram para mim e eu disse, não, parei, e aí eles disseram, parou p* nenhuma mentira (rãs).

D: claro, tio, os caras metem o louco, não acreditam, acho que os caras devem pensar que a gente usa escondido.

(falas misturadas)

E: hoje mesmo me perguntaram se eu ia traficar hoje à noite... só de eu encostar lá já me perguntaram isso.

P: e como fica nesses momento?

A: na hora a gente pensa, *cara, fez besteira, devia ter ficado*, mas depois, quando a gente está aqui dentro, a gente pensa, puxa mana, *que bom que eu falei não, podia estar me arrastando*.

C: eu já falo, tô suave, quero ficar suave...

E: para mim, normal, tem que falar não, falo não, já era.

C: mas você não parou...

B: lógico que parei, acredite se quiser, se não quiser não acredite, palavra é uma só..

P: posso estar errado, mas às vezes essas pessoas que vão te chamar são pessoas que vcs conviviam antes, estavam lá todo dia, é difícil se separar desse grupo?

D: que na maioria das vezes é assim, que nem, eu falo por experiência, nasci e me criei com pessoas desse tipo, e na maioria das vezes que a gente estava junto era fazendo alguma coisa errada. E eu vi assim que conforme o tempo foi passando, uns foram morrendo, outros se mudaram, outros os pais se separaram, e para a gente continuar assim não dava. E até nossos próprios pais diziam, *olha eu não quero ver você andando com tal pessoa por aquela pessoa faz isso e isso e isso*. Para mim era muito difícil porque eu nasci e me criei com aquela pessoa, minha mãe não sabia o valor que eu tinha por aquela pessoa apesar do que ela é. Minha mãe já se mudou do lugar onde a gente morava umas três vezes, *fala aí, mãe, aquela pessoa pode fazer o que for, mas o que a senhora vejo com seus olhos eu não vejo o mesmo com os meus não, a senhora tem que ver que o sentimento da senhora, não é o mesmo que o meu e da minha irmã, porque o valor que a gente dá para essas pessoas que se criaram com a gente são diferentes da família, tanto que quando eu estava na rua e a senhora estava trabalhando, com quem eu trocava umas ideias, expressava meus sentimentos era com os moleques aí, a senhora estava trabalhando, pai estava não sei aonde, minha irmã não tinha ideia para trocar, porque era menina, brincava de boneca, eu mesmo ficava na rua, o dia inteiro*, mano, os moleques, um ia arrumando namorada para o outro, e era uma amizade que a gente já ia criando, apesar de ter várias coisas erradas, envolvimento com drogas. Para mim as pessoas pode fazer o que for, mas é humano do mesmo jeito, se a pessoa tiver humildade com qualquer um aqui, já era, não precisa ser ninguém só precisa ter humildade que é tudo.

B: é, não tem que ver a cara, tem que ver o coração da pessoa, às vezes você olha para a pessoa e você fala não sei o que lá, não sei o que lá, que a cara engana, né, hoje em dia...

A: ah, hoje a senhora falou para mim, *você não tem cara de quem passou pela Febem*, aí eu falei, que bom.

C: a mesma fita que a minha falou para mim...

A: pô, mas ela só viu meu rosto, ela não sabe como sou por dentro, a minha mente, o que já fiz no passado.

B: é que nem a outra senhora me viu e falou para mim também.

C: que é isso?

A: você não, neguinho (rs)

B: é o que sinto, mano(rs) não tenho maldade com ninguém, não.

P: E o que levou vcs então a entrarem nessa vida? A maioria está por tráfico aqui? tráfico e roubo, não?

A: eu estou por tráfico e foragido.

B: eu nunca trafiquei não...

D: já trafiquei bastante...

E: roubo e tráfico.

P: e o que levou a vcs...

D: vou falar para vcs, entrei nessa vida de tráfico, achava maior ilusão, eu via os caras tudo de motona, aí encostava e onde encostava fazia sucesso, aí também quero assim, aí comecei a me envolver no tráfico, só que eu vi que o tráfico não estava dando tanto dinheiro, tanto quanto eu queria alcançar, *eu estou me arriscando por um tanto de dinheiro a ser preso, eu não vou fazer isso*, aí peguei e saí, e aí do tráfico passei ao assalto, primeiro de carros, depois eu e meu parceiro que se mudou começamos a sequestrar, a gente foi parar num nível tão grande que eu falei para ele, você percebeu uma coisa, da onde a gente começou e aonde a gente está? Parecia que estava a mesma coisa, não tinha mudado nada. Falar para vcs, uma parte que eu vejo no crime é ilusão, todo mundo olha e é da hora, mas quando cai no sofrimento, aí é que o chicote estala, e outra, quem está lá dentro...

A: você sai sem nada, a mãe tem que pagar o advogado, aí tudo o que você conquistou, casa, moto, carro, advogado pega todo seu dinheiro.

B: advogado pega tudo (20:22)

P: e vcs tab. entraram no crime mais pela ilusão do dinheiro...

A: o meu foi pela ilusão do dinheiro, tipo assim, dinheiro fácil, eu nunca gostei de trabalhar, eu nunca pensei em arrumar um emprego.

D: eu também não.

B: eu mesmo não, comecei a roubar sem pensar em dinheiro, só para ver como é.

D: teve uns tempos que eu gostava de roubar.

B: só para ver como é.

P: pela adrenalina.

A: a emoção de grudar a pessoa e...

B: dá seu dinheiro, já me inspirei num filme uma vez.

P: é, às vezes, eu ouço dos jovens, é parece que não é só dinheiro...

A: ah, sabe o que é também, a mulherada, parece que elas te olham com outros olhos...aquele moleque e pá...o moleque parece zica, a mulherada cresce o olho, você se sente poderoso, você se sente dono de tudo.

D: verdade.

B: já fui bem louco, mas hoje em dia não gosto mais disso aí, já me arrependi.

P: e como é a sensação depois, vcs realizam um roubo, um sequestro...

D: eu mesmo, eu me sentia muito contente, eu e um moleque a gente sequestrou uma cara, a gente estava levando para um banco para sacar dinheiro, ele estava com um cartão do Extra, a gente fez uma compra no cartão dele e levamos ele ainda para assinar, e depois maior churrascão, da hora... mas depois, eu via por outro lado, a gente não pensava como é que devia estar, aquela família, o que a gente devia ter causado para ela...

P: mas vcs pensavam na hora...

D: não, depois...

A:depois.

B: depois que passa... depois vem o lado psicológico, nossa... total...e sempre um dia, a pessoa que você roubou um dia, você se encontra com ela.

D: e eu, uma vez estava entrando no ônibus e vi a pessoa, fui embora lógico.

A: todo lugar que eu vou, quando vou entrar na porta de um banco ou vou entrar em um supermercado, eu saio e tem uma viatura parada, ou tipo assim, vou passando do lado das velhinhas, o pessoal pega a bolsa e coloca assim do lado .

(risos)

A: antigamente eu olhava e falava, poxa, sou bandido. Mano, hoje eu olho e, cara, maior vergonha, truta, o cara do lado se esconde com medo de mim, mano, aí eu paro e, cara, quanta merda que eu fiz, aonde eu vim parar, olha a minha cara de ladrão.

C: tem hora que eu falo assim, calma, senhora, não vou te roubar não, senhora.

A: aconteceu para mim perto do banco, eu atravessei a avenida e mulher ficou olhando para mim, entrou no banco, eu entrei e ela ficou olhando para mim atrás do segurança, eu falei para senhora, *calma, não vou te roubar não*.

P: e como é para vcs, verem uma pessoa que fica assustada...

A: maior vergonha.

(confusão de vozes)

B: os outros olham também e pensam...

D: o que será que ele quer fazer.

E: o motorista, todo mundo já olha.

P: e será que as pessoas de fato olham para você de maneira estranha ou vcs é que se sentem assim...*todo mundo me olhando*.

B: às vezes é impressão.

C: dá para reparar, é instinto.

A: você fica parado assim ó, e olha e vê alguém te olhando.

B: é isso mesmo, mano.

D: é quente.

A: e se alguém faz alguma coisa diferente, nossa, pode ter certeza que todo mundo do busão vai estar te olhando.

E: e se você estiver de um jeito mais maloqueiro...

B: cresce os olhos...

A: vê, que nem eu, eu moro na praia, me vê sem camisa, corrente de ouro, óculos na cara, tatuagem, bermudinha tectel, pronto é ladrão, ele rouba, trafica, está envolvido com o crime, ou assim, se tê vê com camisa bem arrumada, corrente de ouro, "boot" novo...

B: uma camiseta da S...

A: uma camiseta da Q... ou da W... pronto, é ladrão, rouba, trafica...

D: se estiver de moto, então?

P: me deu uma sensação de que ser bandido é ter poder...

B: é.

A: é.

D: é, assim... que tem respeito.

B: respeito, é verdade, mas respeito se conquista com a humildade.

D: sabe porque...

C: respeito se conquista. (falas em conjunto, C começa a cantar rap, os outros brincam)

B: nós achava que era isso, é verdade, qualquer pessoa, ser humilde faz a diferença.

D: é mas para se conquistar respeito, muitos colegas meus, colava na banca dos mais velhos, os caras tudo arrumadinho. Tinha sempre um assim que queria tirar nós, está ligado, daí batia aquela revolta e dava vontade de ter um revolver para botar na cara deles, dava uma raiva de ser tirado por quem tinham, os boyzinhos passava pela rua todo pá, e aí você colava na maior humildade para trocar uma ideia e aí os caras

D: te tiravam, te zovam por aquilo que você é, aí, mano, você ficava já revoltado

B: tem uns boyzinhos que ave maria...

A: aí eu vejo assim, a população maior, que tem mais dinheiro que a gente, dá maior revolta mesmo, tu cola na de um cara que tem mais dinheiro que você e ele te humilha, maior veneno mesmo.

D: eles te olha assim, ó.

A: já começa te olhar de cara feia, com cara de nojo, vai falar com a pessoa a pessoa nem liga para o que fala.

B: esses boyzinho são assim, olha para a pessoa, dá uma risadinha...

D: é quente.

C: eu já falava logo, o que você está olhando para mim, cara?

B: ontem mesmo aconteceu isso daí, o molequinho ficou conversando com a menininha, nada a ver, truta, fiquei com uma raiva do diabo.

(risos)

P: vocês me falam então que não necessariamente vcs roubavam pelo dinheiro, passava também pelo poder..

A: ter respeito.

B: pelo menos uma roupinha boa nós queira ter...

A: por andar bem vestido, para ter um dinheiro no bolso, para não ser menor que os outros, porque por um lado ou outro você sempre quer ser maior que o outro, ninguém quer ser menor que o outro.

B: que nem um cara que trabalha numa empresa ele quer ser forte que o outro.

A: a mesma coisa no crime, cada um quer ser mais que o outro.

D: quando você está num nível alto do crime, tem vários que chegam e querem ser seu amigo, quem tem...

A: que nem você é vapor, você vende droga na boca, se você vira gerente, caraca, cola um monte de gente, agora se você vira o dono.

D: fica todo mundo sabendo

A: quando você abaixa de novo, você começa a fumar crack, já era, ninguém olha mais para tua cara, ninguém mais é teu amigo.

B: crack e até cocaína mesmo

A: ou então você diminui, diminui, vira vapor.

B: todo mundo está falando que eu engordei lá na quebrada, mas antes, só o pó...

P: e a família de vcs como vê essa situação toda?

A: ah, vou falar para você, minha mãe nunca mais veio me visitar, porque eu falei, vou parar, vou parar, e nunca parei, ela se cansa, né... Pô, já fiz vários bagulhos e minha mãe estava sempre do meu lado, ela não quer mais sofrer, ela não quer mais ter dor de cabeça comigo, mas tem mãe que ainda fica do lado porque quer ajudar o filho... agora, perde a confiança, perde toda a confiança que se tem no filho, eu mesmo, daqui para frente quero conquistar a confiança da minha mãe, voltar o mesmo ritmo que era antes .

P: e vcs?

B: só meus tios mesmo que não sou muito chegado, conversam e tudo, normal, só que eles que não venham com conversa no meu ouvido que eu já falo, vai lá para o lado do inferno, por lado do meu pai, minha mãe assim, minha mãe foi quem me educou desde pequeno, meu pai deu assistência tab., mas não muito, gostava mesmo é de bater, estalar o chicote.

C: tem vários de sua família que só te ajuda quando você está na pior, que só olha para você quando você está deprimido ali, aí quando você volta de novo suave, eles querem te cumprimentar, quiser se aproveitar da situação, mas quando você mais precisa...

P: e sua mãe e seu pai?

C: minha mãe e meu pai me dá a maior atenção

D: eu vou falar a verdade, não sei como minha mãe está comigo até hoje, às vezes ela fala, *estou perdendo a esperança em você*, eu falo, *não mãe, não perde não, ela é a última que morre*, e ela fala, *não sei até quando eu vou aguentar a sofrer, porque é grande a minha história*, minha mãe sempre foi a que me apoiou mais e meu pai sempre foi o mais bravo, que gostava de bater mesmo, de pegar a cinta e não tinha conversa (grave).

B: ignorância.

D: às vezes, muitas vezes, eu aprontava alguma coisa e o vizinho ia falar, mas não falava nem a história ali direito, meu pai nem perguntava nada, já vinha me batendo. Minha mãe não, conversava comigo, eu explicava o que estava acontecendo, aí ela falava, *D. é melhor você falar a verdade, é melhor para você, vai dar tudo certo, procura se afastar das amizades assim*, mas eu sempre falei, *mãe, isso aí, não dá nada não, isso é coisa da sua cabeça, eu sei o que faço*, no dia que eu fui preso, parou um monte de viatura na minha casa, eu estava no porta-malas, meu pai falou assim, *posso falar com ele um minutinho, coronel*, pode, e abriu a porta e ele falou, *tá vendo, se você tivesse escutado tudo o que eu tinha dito, nada disso estaria acontecendo*, eu não tinha nada para falar...

B: a casa cai na hora.

E: a minha mãe me deu atenção todas as horas, quando fui preso, no mesmo dia que eu fui preso ela já foi me procurando nas delegacias, ela ia atrás de mim, nas visitas ela ia em todas...

P: e teu pai?

E: ah, meu pai morreu...

P: vcs falam de suas mães como pessoas que sempre te deram atenção e dos pais como uma figura muito rígida...

B: é.

A: é, eu não posso falar do meu pai, porque eu não conheço ele, mas dá para ver, sempre o pai parece mais bravão.

P: vcs tem bom contato com eles?

B: meu pai, eu tenho, mas assim... só que...

C: não é a mesma coisa da mãe...

A: a mãe sempre acolhe, o pai sempre maltrata...

B: a mãe está sempre do lado.

D: meu pai, eu nunca gostei, uma vez falei para minha mãe que eu ia matar o meu pai, aí ela falou assim, não fala besteira, e eu falei, antes ele do que eu, se ele vier falar que me ama, eu não acredito, porque pai que ama o filho não ameaça de morte, ele me ameaçou duas vezes, e outra, pelo o que estou vendo aqui, ele não demonstra nenhum amor por mim, ele só só está aqui na hora de me bater, de me passar vergonha no meio da rua, quando ele falava não sai para a rua, e eu estava na frente de casa trocando ideias com os moleques, e ele vem querer me agredir, passar a maior humilhação. Eu ia ficando revoltado, eu falava às vezes para minha mãe, ou você escolhe ele ou você escolhe eu, porque onde ele está, no pedaço que ele está não dá para ficar não, Várias vezes eu já saí de casa, minha mãe já teve que me buscar em casa de tio meu. Nossa, meu pai teve tempo que eu fiquei sem falar com ele, por isso, porque ele sempre quis me agredir, e nunca perguntava, ele batia e dois vinha conversar, sempre assim, fui me revoltando, revoltando, um dia minha mãe falou assim, *D. quando é que você vai parar de aprontar, não tem medo do que vai acontecer, não?* e eu respondia, para mim tanto faz, eu não zelava pelo o que eu tinha. A única pessoa que eu me importava era minha mãe, apesar de ela estar presente poucas horas. Por isso é que quando eu ia meter os ferros, eu não estava preocupado se tinha alguém me esperando em casa ou não, não queira nem saber se tinha alguém me esperando em casa ou não, para mim tanto faz,

meu pai falava assim, *se um dia você cair lá dentro (prisão) eu nunca vou te visitar*. Um dia eu estava lá na FEBEM, no dia da visita chamaram meu nome, e quando fui lá para frente, era minha mãe e meu pai, aí minha mãe falou que meu pai tinha mudado muito, tinha aprendido com os erros dele, e ela explicou, ele faz isso com você porque ele quer te proteger, ele foi criado assim, aí eu falei, mãe, pergunta para ele, se quando ele foi criado assim ele gostava de apanhar, porque quando uma pessoa não gosta de uma coisa ela não faz com outra...

P: para vcs então, na medida socioeducativa há uma mudança da família? (36:10)

B: é, a família está olhando mais agora, né, agora a mãe está mais tranquila, está mais calma.

C: ela dá mais conselho do que nunca.

B: minha mãe, acho que ela não dormiu um dia que eu fiquei fora...

A: parece que agora confia mais, porque parece quando você está no crime, ninguém confia em você, agora quando você não está no crime, está seguindo tudo certinho... eu mesmo, a mãe do meu filho não gostava do crime, e eu passei um bom tempo longe do crime, comecei a trabalhar e a fazer uma pá de coisa, minha mãe me dava de tudo, aí eu terminei com ela, voltei para o crime e, nossa, parece que, ela (ai) não quero isso para mim, eu já passei por várias coisas que tipo assim, caramba... minha mãe me dava uma lição e essas coisas, mas eu gosto de fazer aquilo, então eu ficava sempre nesse conflito, então eu sempre escolhia o que eu gostava de fazer e não via o lado da minha mãe

D: e deu no que deu.

A: e deu no que deu, hoje em dia estou preso, fodido.

P: parece que a mãe de vcs já deu bastante conselhos, então...

(mistura de vozes: poxa, com certeza...).

B: parece que entra em um ouvido e sai pelo outro.

C: tudo aquilo que ela fala, só vai cair na sua mente quando a casa cair, daí vai passar tudo.

B: que nem eu falei, daí vi, caiu a ficha e falei, agora estou tranquilo.

A: só cai a ficha quando o cara está com real desejo de parar com o bagulho.

C: cai a ficha quando a mãe vai te visitar chorando.

A: pagando veneno, pagando canguru, ficando pelada...

D: falar a verdade, às vezes eu não queira ter vivido esta vida, apesar de estar com esta idade, muitas vezes o que eu queria era estar com minha mãe lá em casa, assistindo

filme, porque sei lá, é diferente, é uma coisa que eu sinto que eu nunca senti com nenhuma pessoa, quando eu estou perto dela, o carinho de mãe para filho, não é nem igual de pai para filho, mãe é única meu...

A: eu mesmo, até hoje em dia, se eu parar para falar com minha mãe, eu sento no colo dela, fico enrolando o cabelo dela, fico beijando a minha mãe...

D: um dia que ela foi me visitar na Febem, eu dormi no colo dela.

A: é, não é coisa que eu faço com qualquer um, com meu padrasto eu só falo, e *aí tudo bom*, e de longe ainda, agora com a minha mãe eu deito no colo, abraço, beijo, sei lá, parece que a parte materna...

B: carinho de mãe é só um, agora de pai tem dois.

D: agora, falar para vocês, o que mais dói é que faço de tudo pela minha mãe, mas apesar do sofrimento que eu fiz ela passar, e lá diz *acho que você não gosta mais de mim nem do seu pai...*

P: pessoal, e em relação ao profissionais da Fundação, os técnicos...

A: eu vejo assim, eles não vem você, eles vem o comportamento, se você for uma boa pessoa, eles vão ser bons para você também, se você for uma má pessoa eles vão ser maus também, então, se tu faz as coisas certinho, véio, tipo assim, não pegar amizade, mas você vai ver que ele te olha com outros olhos, ele vai te ajudar, tipo, *estou mauzão, quero ir na enfermaria*, não é com todo mundo que eles vão ajudar, vai chegar um moleque que é desandado, que é bagunceiro, e falar, *senhor quero ir para a enfermaria*, ele vai dizer, *espera aí, sua hora vai chegar*, mas se chega uma pessoa que é mais tranquila, o funcionário fala, *vamos lá, te levo na enfermaria, quer falar com sua mãe, te levo para você fazer uma ligação*, assim, eles não veem por você, eles veem seu comportamento, veem como você trata a casa.

B: eu nunca levei um tapa desde que eu entrei aqui.

C: mas tem uns que não vão com a nossa cara não.

B: é, tem uns que não vão com nossa cara não, só para ver se conseguem uma transferência.

A: quando estava lá na T (outra unidade). o funcionário falava, *quem faz a casa não é gente, são vcs mesmos, se vcs são sujeitos homens, como vcs falam, vcs tem que ser dignos das coisas que estão fazendo*, mas tipo, todo lugar tem regras, na sua casa temas regras da família, aqui é a mesma coisa, os funcionários tem suas regras também, se a gente quebrar as disciplinas deles eles vão cobrar em cima da gente, mas

se você fizer tudo direitinho, pode ter certeza que você nunca vai tomar um esculacho, um gritão no ouvido.

P: e vcs já tiveram algum problema...

A: eu tive problema na T , tentei fazer uma rebelião e tive uma agressão, quando passei para a V, mudou tudo, meu relatório ficou tipo branco. Estava lendo, folheando com o coordenador daqui, o que é esse BO aqui? Expliquei toda a história para ele e, ele perguntou e na V.? Não tinha nada, tava em branco. Nada negativo, bom comportamento, bom aluno, bom exemplo, e eu vi dentro de mim que eu mudei, e que consigo mudar mais, não vai parar por aqui.

C: ninguém aqui é incapaz.

A: não é só porque eu quero ir embora, eu mudei porque eu vejo que tenho uma real desejo de mudar.

P: e seu projetos?

B: eu mesmo, eu quero ser uma coisa boa, trabalhar, primeiro acabar de fazer meus negócios, uns cursos, gastronomia, SENAI, espanhol, e tocar em frente, levando boiada.

C: eu, fazer um curso, terminar a escola, fazer uma faculdade, a vida é para quem faz.

E: eu quero seguir o Exército.

A: ah, eu , que nem ele falou, quero servir na Aeronáutica.

B: eu quero Exército, aí vem polícia esculachar vem...

A: quero servir a Aeronáutica, trabalhar, terminar meus estudos, cuidar do meu filho, quero ser um pai novo para meu filho, quero mostrar um outro lado, ter uma família.

B: é, ter uma família.

A: recriar a família, né.

B: e esquecer o que passou,deixar tudo para trás.

D: eu queria terminar a escola, já estou no primeiro ano, faltam só dois, fazer uma faculdade, queria ser biólogo.

P: biólogo?

D: é, biólogo, acho que eu queria ter duas profissões, porque gosto de duas coisas...

C: e nada melhor do que fazer o que você gostra de fazer, né, mano?

D: quero ser biólogo e quero ser cabelereiro.

B: cabelereiro dá dinheiro, hein.

D: tava fazendo curso ...

C: tenho vontade de falar francês, francês é da hora...

B: quero aprender gastronomia...

(mistura de vozes, risos)

D: eu quero ter um filho também, mostrar para ele o valor da vida, o valor da liberdade, porque não tem preço, sair daqui e poder ir até ali, sem ter que pedir para ninguém, às vezes nem dá para enxergar o valor que isso tem, mas é grande.

E: eu quero terminar os cursos, trabalhar, encontrar meus amigos, namorada já tenho, tá até grávida

B: olha os caras...

P: para finalizar, você acha que a Fundação Casa pode ajudar vcs?

B: pode.

A: pode.

(mistura de vozes)

C: mas tem gente que não te entende.

B: para arrumar uma escola, é mais fácil, mas se for só a gente, se tentar arranjar uma vaga agora, cadê, vira as costas a escola.

C: tem gente que não a mesma mente que a nossa, não pensa na mãe, não pensa na família, só pensa neles mesmos.

P: e tem bastante gente que é assim?

C: tem.

P: porque vcs estão com projeto na cabeça, vcs querem construir coisas interessantes, mas tem gente que...

A: eu mesmo vi um moleque falando assim, logo que eu sair daqui vou roubar uma pá de caras, fazer uns assaltos, passar o final de ano firmão...

C: tem muitos (risos)

A: passar o final do ano firmão, sem fazer nada, mas enquanto não chegar o fim do ano, quem tiver que matar vou matar, quem tiver que sequestrar vou sequestrar, tem cara que falou isso para mim.

P: e como a Fundação poderia mudar a cabeça deles? acha que é possível?

A: eu vejo a partir de mim. porque eu cheguei desiludido, mas quando cheguei aqui dentro

pensei, pode ser diferente, posso ser outra pessoa mas tendo as mesmas coisas, tá ligado? ter seu próprio dinheiro sem ter que roubar, traficar, poder ter conquistado com seu trabalho, com seu suor

D: é, às vezes eu também penso, se as pessoas lá fora trabalham para conquistar as coisas e conseguem ser felizes, porque não consigo?

B: isso eu pensa quando eu ficava fugitivo, olha a liberdade deles, pode ir para o lado que quiser, eu não, se for sair de noite e tomar um enquadre é perigoso ser levado embora, eu pensava nisso, tenho que dormir tranquilo e acordar tranquilo, mas não dava.

A: é assim, no crime você nunca dorme tranquilo.

B: não dorme.

A: eu mesmo dormia com a pistola debaixo do travesseiro, qualquer barulho já olhava o que era, já apontava.

B: nós somos de menor, temos muita vida pela frente, nosso passado é nosso passado.

D: e uma coisa que acabou com bastante amigo meu foi que tinha muito traficante mais velho que falava, rouba mesmo, trafica que de menor não dá nada, não dá?

A: olha onde estou agora?

D: falaram para mim que eu ia ficar só quarenta e cinco dias e eu falei para a promotora e quase me ferrei, eu pensei que ia ficar só quarente e cinco dias por isso que fiz isso, eu falei, fui burro.

P: falou isso?

D: depois que eu parei para pensar lá dentro, aproximei bastante a Deus e essa falha minha, Deus pode perceber que meu sentimento dentro que falava com ele não era a mesma coisa, não era a mesma coisa que eu disse para o promotor,

A: é, quando ficava sozinho assim conversando com Deus, parecia que vinha uma coisa no pensamento que dizia, *isso nunca vai acontecer, isso que você está falando é tudo mentira, para de se iludir*, tipo querendo fazer a minha mente para não mudar, para eu continuar na mesma vida, para não progredir.

P: parece que surge esse conflito mesmo? vcs querem mudar de vida, mas algo puxa vcs...

D: verdade.

A: eu no meu coração tenho vontade de mudar, mas no meu pensamento vem alguma coisa e diz, *você não vai mudar nada, você é fraco, você não vai conseguir nada*, é, mas é verdade.

C: é, mas desde o começo, quando os caras de Portugal trouxeram os bandidos para cá, tá no sangue, bandido, brasileiro... é quente, mano, os caras não conseguiram escravizar os índios, por isso que no Brasil tem mais criminosos, uma pesquisa isso

P: pessoal, estou torcendo para vcs.

jovens: brigado.

P: acho que vcs são inteligentes, conseguem perceber muitas possibilidades, sonhos é que não faltam para vcs.

D: é...

A: pior que é mesmo...

P: ruim é quando a gente não tem essas perspectivas...

B: a gente é novo ainda, temos muito tempo...

P: é uma questão de não deixar esse diabinho que vcs falam não ficar muito forte (risos)

E: amarrar!

P: em diversos momentos ele vai cutucar a cabeça de vcs.

B: é, mas estou sendo forte com essas coisas aí.

C: agora quando passa essas coisa na cabeça é só pensar aqui dentro, maior veneno.

P: é isso aí, obrigado, pessoal.

B. SEGUNDO ENCONTRO

- P: Tudo bem? É a primeira vez que vcs estão cumprindo medida socioeducativa?
- A: É minha primeira vez que eu estou cumprindo semiliberdade. Na primeira passagem, fiquei cumprindo LA seis meses, daí a segunda vez, aí eu vim de LA...
- P: E vocês?
- B: Na primeira passagem fiquei 45 dias na Topázio¹⁴⁷.
- P: O que é Topázio mesmo?
- B: Do lado da Seis¹⁴⁸.
- P: A UIP, você está falando.
- B: Fiquei 45 dias na Topázio. Estava um dia na LA, na outra semana, quebrei a perna. Aí fiquei afastado quatro meses, aí voltei a assinar¹⁴⁹ de novo. Fiquei dois meses assinando, daí fui preso de novo, daí peguei a semiliberdade.
- C: Primeira vez, senhor, peguei semi, passei quarenta e cinco dias na UIP-6.
- D: Primeira vez ,fiquei na UIP trinta e três dias. Peguei uma semi, fiquei dois meses na semi, fiquei de LA, fiquei dois meses de LA, sai de LA, fui preso de novo. Daí cumpri tudo, não fiquei devendo nada. Daí fui preso agora, peguei outra semi, fiquei dois meses na UIP lá. Agora, peguei seis meses de semi.
- P: E como foi na UIP? Como foi a passagem de vocês na unidade de internação provisória?
- B: Maior opressão, senhor.
- A: Maior opressão, né senhor. Mas não é igual a cadeia, né senhor, mas é ruim, né.
- B: Tem que ficar de mão para trás, cabeça baixa.
- A: Licença senhor¹⁵⁰, toda hora.
- B: Pagando revista¹⁵¹.
- A: Até dia de visita.
- B: Dia de visita nós sobe¹⁵², daí paga a revista.

---

¹⁴⁷ Unidade de internação provisória.

¹⁴⁸ Unidade de internação provisória (UIP-6)

¹⁴⁹ Referência ao comparecimento aos encontros promovidos pela Liberdade Assistida, quando assinam comprovantes de presença.

¹⁵⁰ Referência às solicitações constantes feitas aos profissionais das unidades de internação provisória.

¹⁵¹ Realizando revistas.

¹⁵² Subir às alas onde são realizadas as visitas.

D: Se esquecer de pedir licença já toma um tapão no globo. Daí os caras já começam a falar um palavrão. Todas (as unidades) são assim. Passei na Seis e na Topázio, só que a Seis é pior ainda. Maior opressão. É pote¹⁵³ abaixado.

A: Todas é assim.

D: Você vai tomar banho, pode estar o frio que for, você fica de cueca sentado no chão, eles (funcionários) falam "quebrando". Eles falam para ficar quebrando, sentado no chão, um atrás do outro.

A: Maior opressão...

P: E esse período para vocês, vocês estão falando que é um período difícil. Ela ajudam vocês?

A: Para mim, acho que não ajuda porque um homem sem sua liberdade não é nada, eu acho isso.

D: Eu acho que ajuda um pouco, porque você está sentado ali, toda noite, pensando nos seus erros, algumas coisas que você fez de errado, algumas coisas que você fez de bom também. Você tem bastante tempo para pensar em tudo, mas de outro lado, é muito ruim você ficar longe de sua família, ficar dependendo dos outros. Você tem que usar o banheiro na hora que os outros querem, você tem que comer na hora que os outros quer, você tem que tomar banho na hora que os outros quer, isso aí não é nada bom.

A: Acho o que faz a gente pensar é essa semiliberdade. Agora estou dando mais valor para minha família, para minha casa. Que nós só sai no final de semana. Aí, antes, eu nem ligava para minha casa, eu só ficava na rua, agora estou dando mais valor, para minha mãe para meu irmão.

B: Igual eu mesmo senhor. E u fui no hospital terça-feira, cheguei seis horas da tarde, me arrastaram¹⁵⁴ e deixaram eu a manhã aqui. Aí sábado eu saio, talvez ainda.

A: Aqui eles arrastam por muita coisa besta, mano.

D: Se você jogar um stop fica arrastado.

A: Se jogar um jogo, você fica arrastado. Tipo assim, a mulher vai passar um jogo, se você quiser tudo bem, mas se não quiser eles te arrastam. Por causa de um jogo. Para eles é normal, eles ficam em casa, e nós que fica aqui sem ver nossa mãe.

D: Tá em cana¹⁵⁵, né, mano.

P: Então, como está para vocês cumprir essa semiliberdade?

---

¹⁵³ Cabeça.

¹⁵⁴ Termo utilizado em diversas situações: atrapalhar, bagunçar, entre outros.

¹⁵⁵ Preso.

C: Para mim, tá suave.

D: É bom. É melhor do que ficar internado, porque se você tá internado, você fica pagando raiva, ou pode entrar numa unidade desandada¹⁵⁶.

A: Você nem vê o mundão.

D: Porque se você vai para uma desandada, fica esquecido. Seu relatório não sobe, fica um ano preso lá. Porque você fica esquecido quando é Febem na mão dos menores. Porque seu relatório não sobe, as técnicas não entram, e você fica lá. Então é melhor aqui, você sai nos fins de semana, vê a família, vai em um passeio. Hoje a gente foi em um zoológico, eu e o menino ali. Nessa semana aí, a gente vai ter outro passeio, cinema, depois a gente vai outro, como é o nome lá?

B: Casa das Flores. Casa das Rosas.

D: Casa das Rosas.

A: Jardim Botânico.

D: Monte de passeios. Nós vai com as senhoras, normal. Todo mundo junto, bom que você não está preso. Você está preso sim, mas você não está totalmente preso, privado de sua liberdade.

A: O ruim é saber que você pode sair, mas que se você sair te prejudica. Eles aqui não segura ninguém, se você sair é só ir embora, pular e já era, eles não seguram.

P: E vocês tem vontade de ir embora?

B: Ah, eu não tenho não, tenho vontade de concluir.

A: Eu não vou embora só por causa de minha mãe. Porque se não fosse minha mãe, eu quebrava e ia para o Mongaguá. Ia para casa dos meus avós.

B: Também já pensei nisso. Mas no dia em que eu quebrei, meu pai conversou comigo. Até chorou falando que não vira quebrar, você vai ficar procurado.

P: Vocês já quebraram LA?

A: Eu não, eu cumpri certinho, seis meses.

P: Mas daí você voltou a reincidir, né?

A: Acabou, e voltei de novo.

P: E o que acontece? Porque vocês voltaram?

A: É tipo assim, né senhor. Não é ir querendo ir pelos outros, certo? É que nem um parceiro te chama, “aí vamos meter um BO ali”, você não tem como recusar.

D: Vamos colocar assim, que ele é como um irmão para você. Ele fala que tá precisando de você, uma fita de dinheiro.

---

¹⁵⁶ Unidades sem controle por parte da instituição.

A: É a maior tentação.

D: É a maior tentação. É coisa de não tem como explicar.

A: Parece que o dinheiro fala mais alto.

B: É...dinheiro é f*

D: Quando fui preso, a primeira vez num 57¹⁵⁷, agora em um tráfico.

A: Eu tenho dois 57.

D: Fui no tráfico porque pensei ficar roubando é fogo, tomar tiro à toa. Você está no assalto qualquer coisa pode acontecer, mas tráfico é a mesma coisa tb. Você tá lá na biqueira, a polícia invade, pode tomar um tiro, pode morrer. São as consequências do crime, a gente coloca na cabeça, nós já sabe o que pode acontecer.

A: Eu também, já vi vários parceiros morrer, mas nem por isso eu me abalo não.

D: Entendeu? Nós sabe o que errado, nós sabe o que é certo.

P: É difícil assim resistir?.

D: Também muitas pessoas dependem também. Nós é jovem, ninguém vai dar emprego para nós. Olha nosso estilo, olha nossa cara, porque se você falar que nós tem cara de normal, não, nós tem cara de ladrão. Olha a cara desse daí, ó. Olha a cara desse daí, a cara desse daí. Tudo cara de marginal. Qualquer um que olhar, fala.

B: Quando a gente pega um metro ali, os bicos ficam olhando para nós.

D: Todo mundo fica olhando.

C: Aí, senhor, eu e ele fomos para o zoológico, aí tinha uns japoneses, umas pessoas lá, saíram até perto de nós, eles com a máquina lá.

D: Nós tava olhando os bichos, assim, conversando, as pessoas que estavam perto, saíram perto de nós.

P: Mas me explica um pouco. Quando você falam, “olha para a ente, a gente tem cara de bandido”, que cara é essa?

A: Eu não acho que eu tenho cara de bandido não. Mas é tipo assim, na minha visão, acho que estou sendo mau visto pelos olhos do outro. Por causa que não sei, no dai do passeio, estava maior fila, a gente estava em primeiro, ai falaram assim, “aí é os adolescentes da Fundação Casa”, aí as pessoas que estavam na fila já... dava para você ver, o modo de olhar claro que muda.

P: Mas, por exemplo, se ninguém falasse que era da Fundação Casa, o pessoal olharia estranho?

D: Olhava do mesmo jeito.

---

¹⁵⁷ Referência ao artigo 157 do Código Penal, que trata do roubo com mão armada.

A: Acho que não.

B: Olhava...

D: Para mim, olhava, estou respondendo por mim. Cada um tem sua opinião. Olhava sim. Não sei se é por causa do estilo, não sei se é por causa do jeito de falar, porque nós fala na gíria, não sei como que é, porque gíria é normal, é do nosso dia a dia. Então não tem como parar de falar na gíria de uma hora para outra. Então, você tem que treinar bastante para conseguir.

A: Não temo como para mim, sem zueira. Eu cresci na favela. Tudo o que aprendi, aprendi na favela.

D: É isso aí, cara de favelado.

C: As pessoas sabem o que é cara de favelado, por causa do estilo.

P: Vocês, então, estão falando que as pessoas te olham estranho, porque vocês teriam cara de favelados, é isso?

B: No metro mesmo, nós fica lá, esperando o trem, os outros fica lá olhando para nós, e fala o quê, vai roubar nós.

D: “Esse daí é vagabundo, esse aí é marginal”, porque falam, eu já ouvi falando, olhando para mim, “esse daí deve ser marginal, deve ser vagabundo”.

A: Mas minha autoestima é muito difícil de abaixar, eu não abaixo a cabeça não.

P: Isso é coisa recente, esse preconceito?

A: Eu ando normal, eu vou para o Heliópolis todo dia de ônibus. Eu ando normal, mas quando a gente vai para lugar de fora assim, eu sinto.

P: Lugares de fora?

D: Lugares chiques, vamos colocar uns lugares mais...

A: Assim, na República.

D: Uns lugares que tem umas pessoas mais assim, sabe?

C: Ibirapuera, senhor, quando eu ia lá para o shopping, os outros ficavam tudo olhando para minha cara.

D: Quantas vezes eu já fui para o shopping, já fui até barrado para sair do shopping, maior palhaçada.

C: Trabalhava ali no Ibirapuera, senhor, todo dia.

D: Eu já cheguei até a sacar dinheiro e falar, “aí seu otário, tenho dinheiro, não preciso roubar não”. Dentro de mercado, vai comprar alguma coisa, segurança começa a seguir. Eu já comecei a entrar no mercado sem comprar nada, com dinheiro no bolso...

A: Eu com a minha mãe ia fazer compra, os caras ficavam seguindo. Maior vergonhoso, eu acho.

P: Isso foi quando vocês ficaram maiores, ou antes também?

A: Agora.

P: Você fala que não se abate, mas chateia, não?

D: Ninguém se abate, eu não me abato. Mas me sinto ruim naquele momento. Você vê uma pessoa, estou fazendo minha caminhada, eu não estou nem aí que cara ela tem, nem quero saber, tá olhando feio o problema é dela, não estou olhando para ela. Então, deixa ela olhar para a vida dos outros.

A: Eu encaro, não estou nem vendo, se eu ver um bico me olhando.

D: A gente se acha ruim, incomodado, você fica incomodado. Você está em um lugar assim, e as pessoas ficam olhando para você. Não tem jeito de ficar a vontade.

P: Vocês parecem que estão falando de duas cidades. Há lugares que vocês se sentem a vontade, e tem outros que...

C: Na minha quebrada eu me sinto a vontade, senhor.

B: Na minha rua eu também me sinto a vontade.

D: na minha comunidade eu me sinto a vontade, normal.

A: Nossa quebrada a gente está em casa praticamente.

D: Todo mundo conhece a gente. Eu moro em Cotia, então minha cidade é pequena. Eu conheço o pessoal que trabalha nos postos, todo mundo sabia o que eu fazia. Então eu parava, conversava com as pessoas, então “bom dia, boa tarde, tudo bem, como você está senhora, tudo bem e você” e tal. Me davam conselhos, conhecia até os policiais. Tomava abordagens todo dia da polícia e você sendo abordado pela polícia, se passa gente que não te conhece passando, fica mal visto. Todo dia abordado, aquele que está na porta da escola é abordado, aquele que está passando por ali é abordado.

P: E a comunidade onde vocês moram, é um lugar violento, como é?

A: O meu é, hein, senhor. O meu é, mas é normal. Qualquer lugar tem muito crime, muita droga.

D: Qualquer lugar tem crime hoje, não tem como não falar que não tem crime.

A: Se alguém falar que não tem, está mentindo.

D: Qualquer lugar tem. Está espalhado no mundo inteiro, isso daí já tomou conta do mundo inteiro.

P: E o que vocês acham, disso?

D: Acho que muito ruim. Porque é consequências da vida. A pessoa tem que escolher.

A: Ah, não, é o seguinte, eu penso desse jeito, eles fazem o dele não me atrapalhando eles fazem o que quiser, não me importa.

P: Eles quem?

A: Tipo, o crime. Fazendo o dele na minha quebrada, não mexendo com a minha família, não me atrapalhando.

D: Ninguém mexe com a nossa família porque a gente é responsa. Realidade, nós tem humildade, nós conhece todo mundo, então, ninguém mexe com a nossa família.

A: Mas sempre tem uns desgraçadinhos.

D: Sempre tem uns vacilões, mas os vacilões com nós, é outras fitas.

P: E como então vocês entraram no crime?

A: Eu entrei porque quando eu roubei a primeira vez, eu peguei bastante dinheiro e gostei muito, e sei lá, parecia que roubar já era um trampo, toda seis horas.

P: Tinha até horário...

A: Toda seis horas.

B: Toda seis horas os bicos na rua.

A: Para mim, grudava só carro.

P: E vocês?

B: Entrei na ilusão, na ilusão do crime, ninguém me chamou, entrei porque eu quis. Foi por besteira, por causa que não preciso disso não.

A: Nem eu.

B: Mas a vida é assim.

A: Eu fui mais pela adrenalina mesmo.

D: Pela emoção.

A: Que emoção, eu fui mais pelo dinheiro.

D: Também não preciso disto. Tenho uma família boa, minha mãe trabalha, meu pai trabalha, moro numa casa boa, com meus irmãos. Tenho sete irmãos, um tá preso, ele é de maior, já está preso há três anos. Eu não vejo ele há três anos. Foi daí que comecei ver. Começou a atrasar umas contas de luz em casa... mas meu pai nunca aceitou, daí eu pensei, vou para o corre, mano, fazer alguma coisa. Troquei ideias com meus parceiros, com os moleques que cresceram comigo desde pequeno, “ vamos fazer uma fita ali”. Daí a gente pegou uma padaria, depois uma casa, e foi indo.

A: Eu entrei na revolta mesmo quando meu tio morreu na quebrada, sem zueira...

P: O que aconteceu, a polícia?

A: Os bandidos mesmo de lá... sei lá, não via mais meu tio. Batia maior revolta daquela comunidade, mano. Só de pensar que foi os próprios ladrões que matou meu tio, batia uma revolta maior grande no peito.

D: Na comunidade não tem muito crime não.

A: Tem violência.

D: De roubar não. Tem bastante violência. Tipo o cara tomou três tiros ali, o outro tomou dois tiros ali. Mas tem o lado bom da favela e tem o lado ruim. Tem aquelas pessoas que sai todo dia para trabalhar de manhã com sua marmita nas costas, e é respeitado do mesmo jeito pelos ladrão. A: Trabalhador...

D: E tem os vacilão, que fica devendo, que fica dando pé, que fica mexendo com mulher dos outros. Tudo isso acontece, daí morre, isso é rotina de favela.

P: E o que vocês acham dessa rotina?

A: Infelizmente, a lei da favela é assim.

C: Bobeou, né.

A: Infelizmente a lei da favela é assim. Nós não pode mudar, porque se eu pudesse mudar era paz.

D: Paz total.

A: Total.

D: Se fosse para voltar o tempo de todo, nem crime podia existir.

A: Nem drogas.

D: Mas se não existe crime, não existe polícia. Eu já penso dessa forma. Se não existisse ladrão, polícia não tinha onde trabalhar, se não tivesse traficante, polícia não ia trabalhar. Se não existisse rico, ladrão também não ia roubar.

A: Um ajuda o outro.

D: Se não existisse nóia, traficante não ia vender. Então, um ajudando o outro, o crime é uma bola doida, eu já falei isso para polícia da primeira vez que fui preso. Olha você só está trabalhando por causa de mim, se não existisse ladrão você não ia estar trabalhando.

B: Aí, ele não te deu um tapa, não?

D: Apanhei, lógico. já estava apanhando, então...

A: Olha, um coisa que eu não gosto é de polícia, para mim é verme.

C: Polícia é verme, senhor.

B: Para mim é meu inimigo, muita maldade.

C: Polícia é tudo safado, senhor.

D: Nós somos ladrão, mas eles também são ladrão. Eles são ladrão de verdade.

B: Polícia é mais ladrão que nós.

D: É mais ladrão que nós, porquê eles pegam a gente e chamam para o acerto. Para mim, é ladrão também. Para mim é safado. Os caras quer bater na cara. Quem os caras são para bater na cara. Os caras é louco para bater na cara, nem meu pai e minha mãe batem na minha cara.

P: Vocês já apanharam da polícia?

C: Eu já, senhor.

D: Quem não apanhou?

B: Polícia quebrou meu nariz, assim...

A: Vixe, eu apanhei até da vítima que eu roubei. E olha que não pode essa fita aí não. Não sei se você sabe as leis. Não pode, você é louco? O cara abrir a tranca para a vítima entrar ali e te quebrar.

P: Vocês acham que tem policial que faz o trabalho certo?

D: É poucos.

A: É poucos. Tem, tem, mas é coisa ruim.

D: Mas eu já fui abordado pela polícia. Me cataram com drogas e me falaram assim, “aí, nós vai soltar você”. Eu até mudei de lugar onde eu morava por causa dessa fita. Eu morava em Carapicuíba, e eles falaram o seguinte, “tá vendendo essas drogas?”, “o que que tem senhor”, “nós vai soltar você porquê tem um bico sujo que não gosta de acerto, o negócio dele é matar”. O cara falou logo assim, “se ele te pega, ele te assassina”. Os próprios policiais falando com outro, “tem um vacilão ali que gosta de matar e o nosso negócio é dinheiro, então a gente vai soltar você, então você continua aí”. Devolveu minhas drogas e, “continua vendendo aí que depois você paga nós”. E eu falei “tá bom”. Daí mudei para Cotia uns quatro anos atrás.

P: E vocês já passaram por uma situação assim?

B: Quando eu fui preso, era essa a ideia.

A: Quando fui preso, sem zueira, o paisana que me grudou queria oitocentos reais, só. Eu não tinha, disse, “oxe, me leva logo”.

D: Às vezes, a gente fica até revoltado por causa dos policiais. Porque vou falar para vocês, se eu tiver uma chance de matar uns polícia, eu mato,

A: Eu também, sem zueira.

D: Pode estar no Igreja, mas se tiver caído no chão e eu tiver uma chance, eu piso na cabeça.

A: Que Deus me perdoe, mas eu também mato.

C: Se ele tromba nós também, o senhor acha que ele não mata nós também, não?

A: Eu vi vários amigos meus morrer.

P: Vocês acham que daria para mudar essa situação? Como vocês acham que a policia deveria agir?

A: Posso falar uma coisa sinceramente, o mundo está perdido.

C: Só Deus, senhor, só Deus.

B: Tá perdido.

D: O mundo tá perdido mesmo, só Deus.

A: Hoje, o bagulho está a milhão. É pai matando filho, filho matando pai.

D: É pai estuprando filha, isso tudo está escrito na Bíblia. Quando o senhor, não sei o que, estiver voltando, pai estarão matando filhos, filho estará matando pai. Tá tudo escrito na Bíblia que o mundo estará se acabando. Que vão aparecer muitos bichos estranhos. Que nem apareceu na TV, apareceu aquela cidade com monte de, você viu na TV aquela cidade que apareceu aqueles bichos? Que encheu a cidade de grilos, não era nem grilos, era outro nome...

P: Gafanhoto.

D: Você lembra dessa história que passou na TV? Isso está escrito na Bíblia, que o céu ia ficar preto, tá escrito na Bíblia. Que terremotos iam acontecer...

P: Vocês acham que não dá para mudar algo?

B: Não dá para mudar não, senhor.

C: Só Deus. É cada um fazer a sua e já era, senhor.

A: Tem sim. O seguinte, se eu começar trabalhar, aí muda completamente a minha vida.

P: E vocês tem essa vontade de mudar?

A: Eu tenho, senhor, agora que vou ser pai, eu tenho.

B: Também, senhor, tenho vontade de mudar a vida minha. Estou querendo fazer um curso ai de mecânica, mas não tem, tá esgotado.

D: Eu já estou tentando, já.

A: Já estou suave de ver minha chorar, mano.

D: Minha mãe já sofreu bastante. Quando o meu irmão foi preso, meu irmão bateu o carro. Nós foi lá ver ele, eu nem era do crime.

A: Minha mãe perdeu a vó dela, a mãe dela.

D: É muito sofrimento da minha mãe, do meu pai, da minha família , dos meus irmãozinhos. Tenho três irmãos pequenos.

A: Que nem, essa semi aqui. Não quero quebrar por causa da minha mãe mesmo.

D: Aqui você coloca a cabeça no lugar. Como eu disse para o senhor, você pensa em tudo, o que fez de errado, então se você sai de manhã com uma marmita nas costas, você não vai ser discriminado.

P: E o que vocês acham dessa vida, por exemplo, a vida de um trabalhador?

D: A vida é bela, mas é sofrida, né.

B: Eu acho que todo trabalhador trabalha o mês todo para ter aquele dinheiro lá. O que ele ganha, ele não gasta o dinheiro rápido não, dinheiro do crime, você já pega...

A: É suado.

B: Dinheiro trabalhado, de suor mesmo, demora.

D: Você pensa mais para gastar, trabalhei o mês inteiro. Então vou gastar com isso, não posso gastar com isso, não vou comprar uma camiseta de 120,00. Porque se você faz um assalto está com oitocentos reais ali, vai e compra uma camiseta de 120,00, compra uma calça de 140,00.

A: Que nem eu, roubava e comprava só Ciclone, sem dó.

P: Vocês estão falando de roupas caras, marcas, qual a importância para vocês dessas coisas?

A: Não sei para o senhor quando você era do nosso tamanho, quando você era adolescente...

D: Você não gostava de se vestir bem? Não gostava de usar roupa da moda, porque Ciclone está na moda, Canguru tá na moda, Eco tá na moda, Polo tá na moda. Você não gostava quando era jovem? Vou comprar um tênis da hora, e aí, você não podia pedir para seu pai, porque seu pai tá trabalhando o mês inteiro para pagar as contas, luz, água, por o que comer em casa. Aí você fala para seu pai, “estou saindo para ir para a escola”, só que ao invés de ir para escola, você vai traficar. Daí, você chega com dinheiro, com roupa diferente. Aí seus pais começam a pegar no meu pé, porque meus pais pegavam no meu pé bastante.

P: Vocês acham então que ter uma roupa da moda, um tênis da moda, uma moto atraindo...

A: Eu não, senhor, não ligo para moto e carro, não senhor.

D: Você não gosta de andar duro na rua. Você tá com vontade de comprar uma coca, comer alguma coisa sem um real no bolso, meu, nós é homem, nós também tem nossas vontades. Você vai sair com a namorada, com sua mulher, tem uma filha, quer ir para o Habib's pelo menos. Você vai chegar para seu pai e falar, “dá 50,00 aí”, para tirar da boca dos seus irmãos.

A: Por isso que eu prefiro roubar, sem erro.

P: Mas como fica nessa situação, se vocês trabalharem, com marmita, dia-a-dia...

A: Ao menos você vai ter garantido seu dinheiro, você vai estar trabalhando, mas vai estar garantido seu dinheiro.

D: Você vai ser um cidadão, com se fala, porque você vai acordar todo dia e pá.

A: Mas eu sou um cidadão, nós somos cidadãos.

D: Você vai estar, como se fala, mais bem visto na comunidade, na sociedade.

P: E vocês esperam ter essa vida?

C: Espero, acredito em Deus.

A: Tudo tem seu tempo.

D: Acredito que tudo é na hora de Deus.

A: Que nem, nós é menor, não sabe o que vai acontecer com a gente.

D: Está tudo escrito no livro da Bíblia, Deus sabe o que vai acontecer amanhã. Se vou estar saindo daqui e vou tomar um tiro. Se vou chegar no metrô, Deus sabe de tudo. Então, Deus vai falar, amanhã você vai roubar e ser preso de novo.

A: Só quem sabe do amanhã é Deus.

D: Já pratiquei Igreja, na hora que Ele falar não quero você assim, você vem por bem ou por mal. Daí Ele te dá um tiro e fica aleijado, ou ele faz você morrer e pronto. Daí você fica guardado no lugar, aguardando seu julgamento. Também penso bastante nisso, porque tudo é da vontade de Deus.

P: Vocês são religiosos também?

C: Eu sou senhor. Eu era evangélico, minha mãe era evangélica.

D: Também sou evangélico...

P: E a família? Qual é papel da família no dia-a-dia?

A: Uma coisa que eu falo, sem minha mãe não sou nada.

B: Também. Sem minha mãe, sem meu pai...

C: Sem minha mãe, sem estar ao lado dela, da minha família...

D: Tem um ditado que fala, minha família é minha vida. Eu vivo pela minha família

A: Eu mato e morro pela minha mãe.

D: E se eu perder minha mãe acabou, se eu perder meu pai também acabou. Aí eu meto um revólver na cinta mesmo. Eu já coloquei isso na minha cabeça, no dia em que eu perder minha mãe e meu pai, eu acho que não tenho mais porque viver.

C: Só matar polícia.

D: Se eu não tiver com as pessoas com mais amo, então boto a cara no mundão mesmo. E aí, vamos ver o que vai dar, trocar tiro com a polícia. Aí acontece mesmo, se matar morreu, se morreu “morrau”.

A: Eu não, Deus me livre guarde. Eu não penso nessas coisas de perder minha mãe, mas se se Deus quiser um dia, acho que eu me perco.

D: Só de falar já dá um negócio ruim.

A: Não gosto nem de falar essas fitas aí.

P: e com o pai de vcs...

A: Meu pai morreu quando eu tinha seis meses.

B: Eu moro com meu pai, minha mãe é separada. É suave, parece que mora todo mundo junto.

D: Meu pai também é separado. Só que eu ficava dois dias na casa da minha mãe, três dias na casa do meu pai, dois dias na casa do meu pai, três dias na casa da minha mãe. Indo para lá e para cá. Roupa na casa dos dois.

P: Hoje parece mais fácil encontrar pais separados do que juntos.

D: Meu pai é separado também. Ele mora em Pernambuco.

C: Meu pai é separado, senhor.

P: Você tem contato com ele?

C: Tenho. Ele mora em Pernambuco, mas ele vem me visitar direto.

P: Eles tem um papel importante para vocês aqui. E os profissionais daqui, os psicólogos?

A: Sem palavras.

D: Não tem nada do que reclamar, nada, nada.

A: O que elas mais me fez, foi me ajudar.

D: Elas ajudam bastante mesmo.

A: Os únicos mesmo que eu não gosto são os diretores.

(risos)

D: Eu também.

A: Essa fita¹⁵⁸ mesmo.

B: Mano, acho que o diretor não é muito pá mesmo. Os coordenadores que é muito pá.

P: O que é muito pá?

B: Muito querer arrastar os outros, senhor.

A: Você não sai no final de semana, fica sem ver sua família.

---

¹⁵⁸ Palavra utilizada em vários contextos: roubo, cena, ocorrido, referente à ação.

P: Vocês ficam bravos com eles?

D: Lógico.

A: Você vai para a escola a semana toda, acordo quatro horas da manhã, todo dia para ir para escola.

P: Mas por que? Sua escola fica onde?

A: Lá no Heliópolis. Aí imagina, acordar quatro horas da manhã todo dia. Daí por causa de uma coisa eles te arrastam. E o que a gente só tem é nosso fim de semana para ver nossa família, nossa namorada, nossos parentes, nossos amigos, nossos colegas, e aí tira.

D: Que nem a situação do menino aí. Ele foi para o hospital, caiu de moto, estava machucado, e ficou arrastado.

A: Porque era para ele sair ontem.

D: Ele não vai sair sexta, e estão vendo ainda se ele vai sair sábado. Ainda não foi nada decidido ainda.

P: E como vocês acham que poderia ser interessante ser decidido?

A: Eu acho também que há uma regra.

B: Eles tem que pensar em nós também. Só estão pensando neles só, só quer ganhar dinheiro em cima de nós.

D: Acho que tem que haver uma regra. Eles estão fazendo isso para ver se quando você estar dentro da sua casa, seu pai fala para você, “onze horas quero você aqui”, se você vai cumprir o horário que falou. “Ah, hoje você não sai”, você vai cumprir o que seu pai disse, porque não adianta nada você fazer aqui, sair no mundo e não fazer nada diferente.

P: Como se fosse um teste...

D: Como se fosse um teste, para você aprender. Porque aqui também é tranquilo, eles arrumam escola... o único problema é que você tem que ir e depois voltar. Você sabe que tem que voltar. Aqui não é uma cadeia, uma prisão, mas você está voltando para Fundação Casa. Você está voltando para um lugar que você não queira estar. Você queria chegar na sua casa, porque na sua casa é outra coisa.

A: Que nem, eu chego da escola cansadão, mano, eu vou para minha casa maior vontade de deitar, tá ligado?

P: O que pode, então, atrapalhar a medida socioeducativa de vocês cumprirem essa medida?

A: Tipo assim, se eles falar assim para mim, se eles me pegar fumando maconha ali, um exemplo, e eles falarem que eu vou ter que comparecer ao Juiz, eu quebro¹⁵⁹.

D: Isso é normal, todo mundo quebra.

B: Normal, né.

A: Não vou comparecer no Juiz. Daí a gente vai lá e eles mandam a gente para a internação.

P: Vocês passaram pela internação?

(mistura de vozes)

D: Eu não.

A: Não.

C: Não, graças a Deus, senhor.

A: Fiquei vinte e dois dias na Topázio, na minha primeira passagem, e 10 dias na UAI, na segunda.

P: Não deve ter sido uma boa experiência.

A: Claro que não, por poucos dias, mas esses dias...

D: Toda noite você pensa.

P: Vocês falaram de unidades controladas por adolescentes.

A: As unidades controladas por adolescentes só são UI¹⁶⁰

P: E o que vocês acham dessas unidades que são controladas por adolescentes?

A: Eu acho que todas as unidades deveriam ser controladas pelos menores.

D: Eu já acho que não.

A: Por que não, você é louco?

D: Ô, peraí, deixa eu falar, você falou, agora é minha vez.

A: Pára, ia ter mais opressão do que já tem.

D: Eu acho que não porque se todas as unidades estão na mão dos menores... teve um colega meu que foi preso com doze papéis de farinha, que foi preso com doze cápsulas. Foi para Fundação Casa e, depois, foi para uma desandada, porque transferiram ele. Pegou seis meses, de seis a três anos¹⁶¹. Transferiram ele lá para Raposo, perto da minha casa. Lá é dos menores, os menores dominam. Daí ele ficou um ano e sete meses porque não sobe relatório. Você está esquecido.

---

¹⁵⁹ Não cumprir a medida socioeducativa.

¹⁶⁰ Unidades de internação.

¹⁶¹ Embora os jovens atribuam um período específico para a medida socioeducativa, de fato, as sentenças não determinam tal prazo, considerando apenas tempo que não seja superior a três anos.

A: Porque vira¹⁶² direto a casinha.

D: Porque eles tá lá, a casa é deles. Os funcionários não entram, nada entra, então acho que não é certo. Porque está prejudicando nós mesmos. Eles que se viram lá, dominando lá.

A: Mas é o seguinte, mano. Na mão dos menores, é menos opressão. Eu prefiro ficar maior cota dentro daquele lugar, mas com menos opressão, do que ficar pouco tempo com opressão. O cara lá batendo em você.

P: E como seria um modelo de unidade que vocês achariam ideal.

A: Eu gostaria de ter uma unidade que é tudo nosso.

(risos)

B: Na nossa mão.

P: E se a unidade estivesse na mão de vocês, como seria?

B: Ia ser maior disciplina, né senhor, porque na UIP não tem disciplina, só tem galinha¹⁶³, fica galinhando.

D: Disciplina é mesmo.

C: Só tem galinha que fica querendo te arrastar.

A: Se tivesse na minha mão a casinha, não ia deixar nenhum galinha não.

P: E as atividades?

D: Isso daí não tem, isso daí não existe. Você fica o dia inteiro deitado assistindo uma tela, fumando baseado. Porque qualquer unidade desandada é assim, entra droga...

A: Não, não entra não.

D: Entra, na Raposo tem.

C: Na Raposo tem.

A: Não, maconha sim, farinha¹⁶⁴ não.

C: O quê, senhor? Na Raposo tem até celular.

D: Tem até celular, senhor.

C: Meu primo estava preso lá, passava as ideias de lá de dentro¹⁶⁵.

P: E o que vocês acham desse modelo, acham que educaria alguma coisa? O modelo que entra drogas, celular.

A: Acho que só piora.

D: É por isso que estou falando para o senhor.

---

¹⁶² Referência a tumultos na unidade.

¹⁶³ Jovens que ficam fazendo brincadeiras uns com os outros.

¹⁶⁴ Cocaína.

¹⁶⁵ Interior da unidade.

A: Mas é o seguinte, se for preso, já era, vai ficar lá dentro, mano. Então, para ajudar mais, o que custa entrar um celular? Você falar com sua família.

B: Mano, no meu pensamento é o seguinte.

A: Pior coisa que tem é você internado na mão dos caras. Você é louco, vai ficar um ano lá, cagando só a hora que eles querem, indo para o banheiro só a hora que eles querem, comendo só a hora que eles querem.

C: Tomando banho a hora que eles quer, dormindo...

A: Um ano, sai fora, mano.

P: E qual a sua visão?

B: Minha visão é a seguinte, isso daí não podia estar tendo não.

D: Não podia não, é isso que eu falo.

B: Nós entra lá para melhorar. Nós sai com a cabeça mais a milhão ainda.

D: Vou roubar, usar drogas mesmo, já era.

B: Isso revolta

D: “Tô no mundão. Olha só o jeito que é a Febem aí”. O cara não sai com uma mente no lugar. Porque eu fiquei preso duas vezes. Vou dizer que foi burrada a segunda vez, porque depois da primeira eu estava com a mente no lugar, demorei um pouco para me envolver. Daí eu me envolvi no tráfico, fui preso, por causa de burrada mesmo, coisa de emoção.

A: Fui preso porque eu mosquei¹⁶⁶, corri para o lado errado.

P: Pensando na semiliberdade, o que poderia ser melhorado?

A: Posso falar uma coisa, eu mudava o seguinte. Eu colocava um descanso para o menor. Porque tem muito menor aí que dorme. Chega cansado da escola, dorme no sofá e eles arrasta a tela¹⁶⁷.

C: E também liberar uns cadeados para nós também, senhor.

D: É, para trancar as nossas coisas.

A: Tem muito rato¹⁶⁸ aqui, senhor.

C: Muito rato, senhor.

A: Some coisa nossa.

B: Calça...

D: Tipo, o menor vai quebrar. Daí ele sabe que o outro tem uma roupa da hora. Amanhã vou quebrar, pego a roupa dele e saio fora.

---

¹⁶⁶ Bobear.

¹⁶⁷ Televisão.

¹⁶⁸ Alusão a pessoas que furtam objetos.

P: E entre vocês, não tem um entendimento?

A: Assim, a gente tem um entendimento em alguns aqui.

D: Faz pouco tempo que estou nessa casinha aqui também.

P: E quando acontecem essas coisas, vocês falam para os funcionários?

A: Nós fala, mas não adianta de nada.

D: E o que eles vão fazer, vai adiantar o quê? Acho também outra coisa. Eles revistam para entrar, eles sabem qual é a nossa roupa, eles sabem o que tem dentro da nossa sacola. Porque não revista para sair também, só a mochila?

C: Só a mochila estava bom.

D: Só a mochila, porque se não é palhaçada. Porque para entra, a gente paga canguru¹⁶⁹. Se for para pagar na saída também, é brincadeira. Mas tinha que pegar a mochila do menor e falar, “que bermuda você tem, qual a cor?” Deveria estar tudo marcado, aí não ia sumir nada de ninguém. Ninguém ia ficar com desavença. Porque se some alguma coisa minha, eles três é do meu quarto, e aí como some alguma coisa minha e os três está dormindo comigo todo dia... nós é uma família, querendo ou não, nós é uma família.

A: Estamos no mesmo barco.

D: Tudo no mesmo barco. Todo mundo preso na mesma casa. Todo dia, nós dorme junto. Então, querendo ou não, estamos no mesmo lugar. Nós é uma família, nós tem que ser uma família. Porque se entrar desavença nós, não chega a lugar nenhum. Ele vai ficar tretado¹⁷⁰ comigo eu vou ficar tretado com ele. Um vai ficar na maldade com outro, aí já pode acontecer alguma coisa pior, aí fica muito ruim. Sempre tem um que gosta de atacar. O camisa 10, o atacante. O que gosta de atacar.

P: E os seus projetos?

A: Eu quero cuidar do meu filhote que está para nascer.

B: Eu quero fazer um curso aí de mecânico.

C: Trabalhar, ter minha família, e tirar esses polícias.

D: Meu projeto é fazer um curso de desenho, mecânica. Meu pai já está correndo atrás do Senai. Vou ter uma vida diferente, vou dar orgulho para minha família. Já pus isso na minha cabeça, “a partir de hoje, eu vou tentar ter uma vida diferente”.

C: Se deus quiser, né.

---

¹⁶⁹ Procedimento de segurança em que os jovens despem as calças e realizam agachamentos, a fim de verificar se possuem objetos introduzidos no ânus.

¹⁷⁰ Com conflitos.

D: Meu ponto de vista é o seguinte, porque se você tem vontade de fazer alguma coisa você tem que ir até o fim. Porque se você chegar no meio do caminho e dizer que não consigo, já era, você está fraquejando.

B: Você é um bunda mole.

D: Que nem em um assalto. Você vai fazer uma fita, não pode dar para trás. Eu estou fazendo um curso, chego até a metade do curso e vou falar, “não vou fazer mais”. Você está fraquejando, você não está indo até o fim para ver o que vai dar. Porque lá no fim você vai ver o que vai acontecer, ver os benefícios, os cursos e escolas. Eu parei meus estudos na sexta série, repeti cinco anos, fui expulso duas vezes, parei de estudar. Estou sem estudar desde 2009, isso daí prejudicou bastante.

A: Eu fazia meus correios, mas estudava.

P: Vocês estão em que série?

A: Estou na sétima.

C: Estou no primeiro do ensino médio.

B: Eu repeti três vezes, senhor.

P: Vocês já foram expulsos da escola?

A: Eu não.

B: Eu já.

A: Eu nunca.

B: Me cataram fumando um baseado atrás da escola.

C: Eu fui expulso porque soltei bomba lá na escola, senhor.

(risos)

C: Eu taquei fogo nos lixo na escola.

A: E acho nada a ver essa fita. Sem zueira, aí menor. Botar fogo na escola? Bota fogo em outro bagulho.

D: Na hora da raiva, você fala para diretora, “ah é, você tá tirando uma, você vai ver o que eu vou fazer, vou quebrar todo o seu carro”. E já era, quebra o vidro, taca já uma pedrada, e o bagulho já fica louco.

A: Tem que ameaçar gente folgada, e não os professores.

C: Que nem polícia, senhor.

B: Tem diretor que é folgado para c*.

A: Mas os professores...

D: Tem diretor que é folgado, os professores são da hora.

C: Professores são da hora.

A: Que nem lá na minha quebrada. Tinha uns menores que desrespeitava as diretoras, botava fogo, o que a diretora fez? Um filho lá do bandidão da favela estuda lá, e o que acontece? Aí a diretora ligou para C. e disse “tá tendo uns probleminhas com uns alunos aqui”. Ele foi lá com vários irmão, trocou ideia com todos os menores, e nunca mais teve problema na escola. Os pá mesmo, os meninos que fumava maconha, roubava.

D: É o comando, né? Daí vai lá os polícias... nós acata ideia de comando. Porque os caras é irmão. Nós tem que trocar ideia com os caras. Entrar no entendimento com os caras. Mas se vai lá a polícia, você acha que nós vai acatar? Não acata não, “vai relar a mão em mim, sai, verme.” Vou tumultuar mais ainda. Tá pondo a mão em mim, os irmão vem, passa a caminhada, veem o que acontece com nós, “entendeu rapaziada”, todo o respeito. Polícia não, vai chegando falando palavrão, daí maior neurose mesmo.

P: Pessoal, para finalizar, se fosse para deixar uma mensagem para o pessoal da Fundação, o que vocês diriam?

A: A liberdade vai cantar.

C: Paz, justiça e liberdade.

D: Eu diria “deixa os menores sossegados, pára de dar tapa nos menores”.

A: Eu queria mandar uma mensagem para os meninos da internação, para eles ficarem sossegados, que a liberdade vai cantar.

C: Fé em Deus aí.

D: E tem um funcionário, o seu Bernardo¹⁷¹, para ele parar de chamar os outros de c* (risos)

B: uma vez ele me deu maior coronhada, quase caí.

D: “abaixa o pote, seu c*, tá olhando o quê?”

A: Vocês trombaram o cicatriz lá moleque?

C: Seu Fagundes¹⁷².

B: Seu Gilberto¹⁷³.

P: Pelo jeito vocês não guardam muitas boas recordações lá da UI.

D: A única coisa boa era minha professora, que era muito linda.

C: É, senhor, a professora era da hora.

P: Me parece duas unidades. A UIP é uma coisa, mas aqui parece outra.

D: Aqui, senhor, é da hora. Hoje eu fiz um peão que se eu não estivesse preso, eu não

---

¹⁷¹ Nome fictício.

¹⁷² Nome fictício.

¹⁷³ Nome fictício.

Faria. Eu fui no zoológico.

A: Se você estivesse na sua casa, você nem ia fazer.

C: Nem ia fazer.

D: Nem ia fazer se eu estivesse em casa. Eu nunca fui para o zoológico para falar a verdade. E fala aí, foi um peão da hora.

C: Da hora.

D: Trocamos várias ideias, conhecemos várias minas, ficamos lá com as senhoras, as senhoras muito legais também, o senhor. Pagou até um sorvete para nós, rolê¹⁷⁴ saudável, rolê da hora, rolê sem usar droga, um rolê normal.

A: Aí é um rolê.

D: Essa semana mesmo vai ter vários passeios. Isso daí também ajuda bastante, porque você está vendo que não precisa usar droga. Você está vendo que não precisa fumar um baseado para ir a algum lugar. Porque antes eu fumava um baseado para ir para o cinema, fumava um para ver futebol, fumava um baseado para comer, para tudo.

P: Vocês veem que podem fazer outras atividades também.

D: Então acho que é ótimo, ajuda bastante, melhor que a internação. Porque a internação deixa a gente revoltado.

A: Se não souber levar, até chapa¹⁷⁵.

D: O cara fica louco, o cara fica pensando na sua família, fica até louco.

A: Entra em depressão.

D: Entra em depressão, começa a chorar. Uns bagulhos que já vi acontecer, que é até feio demais. A pessoa fica ali no canto sem comer.

A: Um lugar que já chorei foi debaixo da coberta, mas nunca entrei em depressão, não.

D: Chorar, chorei também. Ladrão chora. É onde ladrão chora, mas a mãe não vê.

P: Pessoal, valeu pela entrevista.

A: Valeu.

D: Isso mesmo.

---

¹⁷⁴ Passeio.

¹⁷⁵ Apresentar problemas psicológicos.

C. TERCEIRO ENCONTRO

P: Tudo bem, gente? Gostaria de perguntar para vocês como está sendo a medida socioeducativa?

A: Para mim, no caso, senhor, é o primeiro dia meu. Acabei de chegar na casa, vou tentar levar de boa, né. Alguns benefícios, para tentar acabar de boa, sair o mais rápido possível. Já me passaram que a medida não é nada difícil, não é nenhum martírio. Então, vamos que vamos. Os outros meninos já estão mais tempo na casa podem falar um pouco melhor.

B: Eu já estou quase um mês aqui. Estou levando tranquilo. Não fico muito tempo aqui, passo mais tempo lá fora, trabalhando, estudando, ajudando meu pai. No caso, venho aqui só para dormir mesmo. Vou cumprir tudo direitinho. Quanto menos tempo ficar, é melhor para gente. O ruim mesmo é só os horários. Cumprir, ter que voltar, porque de resto todo mundo respeita todo mundo.

C: Para mim, estou com dois meses e uns dias. Meu conclusivo já está para subir. Amanhã a técnica já vai para minha casa, fazer a visita domiciliar. Para mim, está sendo suave tirar o dia aqui. O que realmente eu quero é sair daqui recuperado, e não voltar a cometer os mesmos atos. Está sendo suave.

D: Para mim, está sendo tudo suave. Já vai fazer dois meses que estou na casinha. Para mim, vou cumprir tudo na boa, para chegar na rua sem ter que cumprir nada.

P: E é a primeira vez que vocês estão cumprindo uma medida socioeducativa? Já passaram por alguma outra medida?

A: Cumpri LA e prestação de serviços. Só que acabei quebrando em outro delito que acabei cometendo. Agora peguei essa semiliberdade.

P: E vocês?

C: Peguei uma LA e essa semi.

B: LA.

D: Também peguei LA e essa semi.

B: Normalmente quem pega semi é quem tem uma base. Só se o Bo for muito grave. Como se fosse uma chance.

P: Posso saber o que vocês cometeram, o que vocês fizeram?

A: Primeira passagem minha, senhor, eu cometi um assalto à mão armada. Nessa, que tinha três vítimas, fui para o 47 DP, onde eles acabaram me mandando para a unidade

de Topázio. Onde fiquei quarenta e cinco dias esperando resposta. O Juiz me concedeu uma LA e um PSC. Agora, nessa segunda passagem que peguei agora, essa semi que estou cumprindo, foi um assalto à mão armada também, onde tinha algumas vítimas. Eu fui para o Fórum, no Brás, onde o Juiz me deu mais uma oportunidade de uma semi para eu estar mudando de vida.

P: E vocês?

C: Fui apreendido por uma tentativa de furto, só que tinha duas vítimas e uma criança. Aí, os policiais me pegaram, me levaram para a Delegacia, para a 102 Civil. Me levaram para o Fórum, passei pela UAI, UIP, monte de processo lá. O Juiz, na primeira audiência, me deu uma semiliberdade. E o ato que me levou a fazer isso foi ilusão do mundão, nem foi por necessidade, foi por ilusão mesmo.

P: E vocês?

B: Eu, a primeira passagem foi roubando carro. Passei na Topázio. Nessa segunda vez também. Eu estou cumprindo essa semi, mas está correndo o BO, porque resisti a fuga, bati o carro e acabou machucando uma mulher. Ela foi para o hospital e estou respondendo por lesão corporal. Quando acabar essa medida, vou estar ainda respondendo.

D: Minha primeira passagem foi em um 57. Nós fez um arrastão numa farmácia, prendemos umas vítimas lá dentro. Daí, conseguimos fugir, e aí a mãe do moleque denunciou ele. Daí, foi para o reconhecimento e a vítima reconheceu a cara dele. Aí, os polícias foi lá, e arrebentou ele. Levou a polícia lá em casa. Fui preso, para 92 e, depois, para a UAI. Fiquei uma semana na UAI, saí e, nessa, caí em um tráfico. Fiquei quarenta e cinco dias.

A: Acho, senhor, que a maioria não tem necessidade de estar aí. A maioria, acho, foi tudo ilusão de ganhar um dinheiro mesmo. De querer estar se mantendo por si próprio, para não estar dependendo dos familiares. Pelo menos da minha parte foi assim. Tenho certeza que os meninos tem tudo família também, tudo menino da hora.

P: E o que atrai no crime, por que vocês entraram nessa? Você falou por causa do dinheiro... vocês foram apreendidos e cometeram outros crimes de novo...

B: Da minha parte é para conquistar as coisas. Ter dinheiro, comprar o que você quiser, sem ter que ficar dependendo de pai e mãe, de ninguém. Mas quando não está preso, está bom. Essa vida a gente sabe como é. Ou é cadeia ou é caixão. A gente mesmo escolhe o que quer para gente. Se a gente quer continuar no crime ou quer seguir e trabalhar.

A: É igual o senhor acabou de falar aí, o que levou a gente a cometer um ato infracional, ser liberado e cometer outro ato infracional. Eu, há quatro meses atrás, perdi um parceiro meu em um assalto. Estava junto com ele, onde nós foi entrar em uma residência, na Francisco Morato. Onde a viatura da rota se deu de frente com nós, e nós estava saindo da casa. Foi quando meu parceiro, Everton, de 24 anos, efetuou dois disparos para cima deles. Foi a hora que eu baixei, só olhei para o lado, e vi os caras soltando mais de sete, oito tiros no peito dele. Foi a hora que desabou, sabe senhor. Para mim, foi uma coisa que... um menino de vinte e quatro anos, com um filho para criar de dois anos... também não precisava disso, acabou falecendo. O outro de maior levou um tiro na boca e está em Prudente. E eu, com sorte de Deus, consegui escapar e estar tendo a oportunidade de contar isso daí. Não é história boa, mas pelo menos fica sabendo um pouco do fato.

P: Quando vocês, por exemplo, estão envolvidos com o crime, vão fazer um assalto, vocês levam em conta que podem morrer também?

D: É o risco de meter as caras lá, trombar alguém e sacar primeiro do que nós. Nós corre um risco também.

A: Mas cada um está ciente da situação. É igual mesmo se fala, “é olho por olho, dente por dente”. Pode ser nós que toma tiro nas costas e fica paraplégico, ou perdendo até a própria vida. Muitos tem dezesseis, dezessete anos e... como pode ser uma pessoa, a senhora ou o senhor que está lá e ser alvejado por bala nossa. Então, crime é pique uma caixa de surpresa, você vai na sorte. Ou é ou não é. Você vai saber dos riscos que você está correndo.

P: Vocês estão falando também das vítimas que podem levar um tiro, saírem machucadas. Como é para vocês isso?

C: Para nós, é assim. Desde o momento que nós está lá, no assalto, nós vai entrar suave, querer só o nosso. Mas, de repente, se tudo acontecer como não planejamos, aí vai acontecer a merda, né senhor? Nós não esperava. Querendo ou não, a gente sempre tem que estar atento.

B: O objetivo não é machucar ninguém. Não machucar a vítima. É só pegar lá os pertences assim que for levar, mas não para tirar a vida da pessoa. Tirar a vida da pessoa por causa de um carro, isso daí jamais. Só mesmo para você ter...

A: Nós jamais pensa sair para rua com a 380 na cintura e sair matando pessoas por aí, tirando vida de gente. Nós também somos seres humanos. Mas nós tem nossos

objetivos. Nós também não vai ficar aí sofrendo humilhação. Nós não vai ficar aí, pedindo coisa para os outros.

P: Quando você fala “sofrendo humilhação”, o que é isso?

B: Humilhação que eu falo, é no caso de você ser tirado, certo, senhor. Porque, hoje em dia, no mundo, você vale o que tem, está entendendo. Então, se você não tem nada, você não é nada.

C: A partir do momento que você tem uma moto. Você vale só a moto. Um carro, você vale o seu carro. Na nossa visão, é assim. No nosso dia a dia.

P: Vocês já se sentiram desvalorizados porque não tinham alguma coisa?

A: Já.

C: Já. Porque querendo ou não, sempre tem um negócio que a gente quer, uma batata, e nossa mãe não vai ter condição de comprar. Então, querendo ou não, a gente vai para a luta. Nossa visão é que nós precisa conquistar, não ficar assim dependendo do outro. Você precisa se valorizar, né?

A: É aquilo, né senhor. Você sai, quer curtir de boa, arrumar uma gata, uma menina bonita, só que elas não quer nada sério. Então, é o seguinte, elas quer quem tenha, elas quer quem dê condições, certo? Então, nós que está nessa vida, nós já passamos tudo isso aí. Por isso que nós sofre risco. Já passamos humilhação, já. Mas hoje em dia, graças a Deus, não mais.

P: E vocês acham que a medida socioeducativa pode ajudar vocês?

C: Basta a gente querer. Pois a partir do momento que a gente caiu... nossa família e a gente que sofreu lá dentro... aí quando o Juiz deu essa oportunidade... a gente tem que estar com o olho aberto para pensar no que nós fez. No que poderia ter feito, no que poderia ter acontecido. Tem que ter uma visão mais além, porque o negócio não é brincadeira. Mas que nem o senhor falou, ser ajudado... lógico que tem, todos nós estamos tendo essa oportunidade de ser ajudado. Quem quiser, é só abraçar.

A: E a medida serve para nós distrair a mente, para nós pensar um pouco. O pouco tempo que você fica aqui dentro, como você vê aí, o senhor que frequenta as unidades, você vem, almoça, assina o caderno, vai para os cursos. Já é um meio para você estar longe das ruas. Do meio de gente que você estava ali, no dia a dia, só pensando besteira, só pensando maldade. Pelo menos você está ocupando a mente, fazendo um curso de panificação, um curso de computação. Aí você vai para a escola, mesmo se você não gostava, ou não gosta, você está sendo obrigado a cumprir uma medida.

Querendo ou não, você vai acabar acostumando a ir para escola. Então, é um meio de você ir acostumando com as coisas.

P: Vocês estão falando que é bom porque saem um pouco da rua. Vocês ficavam muito tempo na rua? As pessoas com quem vocês conviviam também eram envolvidas? Como era.?

C: Antes de ser preso, eu nem ligava em ir para a escola. Pensava que não tinha significado nenhum. Foi aí que eu parei para pensar e refleti, senhor. Sem estudos, a gente não é nada. Olha aonde a gente veio parar. Por causa de quê? De uma besteira que a gente fez. Talvez nem seja besteira. Porque ninguém entra de touca nessa vida.

P: E vocês?

D: Eu passava muito tempo na rua, nem dormia direito em casa.

A: Às vezes, a gente passava mais tempo na rua do que com nossa própria família, senhor. Às vezes, a gente deixava de passar um final de semana com o pessoal, um almoço em família e saía para a rua, com os companheiros. Para distrair a mente, já usava uma droga, já cometia um delito. As nossas amizades é tudo assim. Pelo menos, eu não sei dos meninos, mas de minha parte, são todos envolvidos com crime, com tráfico. Se afastar um pouco dessas amizades, senhor, é o que eu quero agora. Tentar recomeçar uma nova vida.

B: Eu tenho uns colegas que é envolvido, tem outros que trabalha. A gente é todo mundo junto. Vai da cabeça da pessoa, senhor. Porque tem uns que trabalha, tem uns que é envolvido o crime. Aí vai da sua pessoa, escolher qual caminho que você quer. Eu mesmo já tentei trabalhar, algumas vezes. Trabalhei em vidraçaria, fiquei uns dois meses, uns dois meses e meio, mas não aguentei mesmo, resolvi sair.

P: Não aguentou por quê? O que aconteceu?

B: Porque você está acostumado, né senhor. Ganhar bastante dinheiro, o dinheiro vem fácil. Você ganha um dinheiro ali, você já gasta. Com o trabalho, não. O dinheiro é suado, você sua bastante. Quando você pega esse dinheiro, você vai pensar bastante, para ver com o que você vai gastar com ele.

A: Uma necessidade...

B: Sua família vai precisando de alguma coisa, uma conta de luz. Você sempre conta certinho. Dinheiro do crime, não. Eu mesmo, quando pego não gosto nem de ficar na mão, gasto tudo. Mas dinheiro suado, a gente dá mais valor.

A: Famoso ditado, o que vem fácil vai fácil, senhor.

B: Trabalhei também em lava-rápido, mas não fiquei muito tempo.

C: Para mim foi o contrário. Eu já tentei arrumar um emprego, não consegui. Entreguei uma pá de currículo, não me chamaram. Foi aí que comecei a entrar nessa vida errada. Comecei a roubar, a usar drogas. Minha vontade mesmo é mudar, dar um orgulho melhor para a minha mãe, ser alguém na vida, terminar os estudos, fazer uma faculdade.

P: Vocês acham que as pessoas dão oportunidade para vocês trabalharem, para vocês construírem, ou não é tão simples?

C: Na minha opinião, não dá muitas oportunidades para os jovens, não.

A: Jovens hoje em dia é meio difícil. Você vê alguém falando ali... ou mesmo que... o senhor pode ver que é difícil abrir uma porta de trabalho para jovens. Jovens que eu falo, são adolescentes de quinze, dezesseis, dezessete anos. Aí quando o jovem parte para essa vida errada e cometeu um delito, para eles conseguirem um emprego, é mais difícil ainda, senhor. Aí é que o jovem coloca na cabeça, “eu não recebo um apoio, eu não recebo uma oportunidade de emprego para eu arrumar a vida, eu vou fazer o que da minha vida, então?” Com certeza ele vai pensar do outro lado da vida, ele vai querer ganhar a vida fácil.

P: Você estava falando que trabalhava em um lava-rápido, em uma vidraçaria... o dinheiro que vocês ganham é pouco, né?

Geral: É.

P: E como que fica para comprar as coisas? Porque, às vezes, você vai comprar uma roupa de marca, já vai metade do salário...

B: Eu ganhava quatrocentos e setenta reais na vidraçaria. Aí se você for para pensar, um tênis... todo mundo gosta de andar de tênis bonito e pá. Se você for ver bem, com quatrocentos e setenta não dá para comprar aquele tênis que você gosta mesmo. Já vai seu salário inteiro.

P: E vocês acham que ter aquele tênis, ter aquela roupa faz a diferença no dia a dia?

C: Não faz diferença, mas a gente vai se sentir mais sossegado.

B: Todo mundo gosta de andar bem arrumado, né senhor.

P: As meninas olham mais vocês?

C: Também, né, senhor.

D: As minas veem logo os kits, na hora que você anda na rua.

P: Veem o quê?

D: Os kits, as roupas.

A: É o linguajar, né senhor. Se o senhor for, hoje, em uma empresa, igual o menino aqui falou, que trabalhava numa vidraçaria. Trabalho honesto. Eu garanto para o senhor que vai ter pessoas adultas, de maior, que fazem o mesmo serviço do que ele, e que são bem mais remuneradas do que ele, que ganham bem melhor do que ele. E que trabalham a mesma coisa, a mesma hora. Se esforçam a mesma coisa. Então, o que vai passar na mente do adolescente. Eu trabalho semanalmente, de segunda à sexta, às vezes, até sábado. Das sete às cinco da tarde. O outro trabalha também no mesmo horário, só muda porque é de maior, o mesmo serviço do que eu. "Ganha mais do que eu? E eu ganho quatrocentos contos, vou comprar uma roupa ali, já era? Vai comprar um tênis de trezentos, sobra cem contos, dá para fazer o quê?" Às vezes, tem até uma namorada, vai sair como com a namorada... aí vai para essa vida errada mesmo, senhor.

P: E para cumprir essa medida socioeducativa, então, quais são as dificuldades? Vocês já cometeram crimes, cumpriram LA, voltaram. O que torna difícil vocês cumprirem a medida socioeducativa?

B: Dificulta os horários, senhor. Ter que voltar. Porque a gente sai daqui, você está lá com sua família, curtindo, domingo... e tem que estar aqui, seis horas. De domingo, você está andando na rua, assistindo um futebol com os amigos, com a família, dá seis horas tem que voltar. Você pensa, tem que voltar. Por isso tem muitos meninos que quebram. Aqui também é rigoroso. Bastante. Tem que voltar para dormir. "Dormir na minha cama, tem que voltar para lá?" Aí acaba quebrando também. Mas se for parar para pensar é melhor do que estar na UIP.

C: Privado de sua liberdade.

B: Privado de sua liberdade. Pelo menos a gente aqui está saindo, indo para a escola, tudo mais.

C: Ruim mesmo, é só o horário. Tem que ficar voltando, nossa.

A: É meio contramão, senhor. Porque você está fazendo um curso ali, você acaba duas, três horas o curso, tem que voltar para cá, para assinar que você esteve aqui, e depois sair quatro e meia, para você... tem menino que mora em Osasco. Vir até aqui assinar e quatro meia... tem que sair corrido, pegar ônibus para ir para a escola, e sair da escola e estar aqui até meia-noite.

C: Mesma rotina todo dia. Mesmo ritmo.

D: E se chegar atrasado, passar da hora, eles arrastam teu fim-de-semana.

C: Fica o fim-de-semana aqui na casa.

P: Falaram que tem gente que mora até em Cotia aqui?

C: Eu mesmo moro no Capão Redondo.

A: Eu moro no Capão também. Zona sul.

B: Eu moro em Heliópolis. Tenho que pegar dois ônibus e dois metrô. Acordo quatro e meia da manhã. Só passo em casa, rapidinho, tomo um banho. O certo é eu ir daqui direto pra a escola, mas vou rapidinho para casa, tomo um banho, vou para escola. E da escola, eu volto e fico ajudando meu pai um pouquinho. E quando dá seis horas, eu vou embora. Aí venho, durmo e quatro e meia da manhã começa tudo de novo.

P: Corrido, não?

B: Cansativo.

A: Mas tem que cumprir, senhor. Por esse e outros motivos que tem menor que não tem... já é acostumado a viver no mundão mesmo, viver por livre e espontânea vontade. Quebra.

C: Sem limites.

A: Mas tem meninos que está cumprindo a medida, que nem os meninos aí, que faz uma para sair. Igual o menino que acabou de falar que o conclusivo está para sair. Dois meses na casa, já.

P: E seus colegas, eles podem atrapalhar essa medida socioeducativa?

C: Os menores aqui de dentro?

P: Os de fora. Imagino, vocês estão em uma semiliberdade. Sábado, domingo vocês estão lá também. Vocês encontram o pessoal do bairro de vocês.

B: Aquele negócio senhor, ninguém é obrigado, vai quem quer, vai pela tua cabeça.

P: Mas é uma tentação?

B: É uma tentação, daí vai da sua pessoa.

C: Muita.

A: Imagina o senhor tendo que voltar domingo, tá tendo um samba. Você e os parceiros, seu parceiro indo para o samba e você, estou indo para a semi. É difícil, senhor.

P: E falar que vocês estão na semi para o pessoal do bairro, como é?

C: Para mim, não é nada agradável.

P: As pessoas sabem que vocês estão aqui?

C: Sabem.

A: De um jeito ou de outro sabem. Acabam vendo a gente com outros olhos. Acabam vendo nós como a parte que nós não gosta, que é ser cogitado como bandido, como

criminoso. Ninguém gosta de ser chamado de bandido. Cada um sabe onde aperta, senhor. Tem pessoal que trata a gente com respeito, mas tem outros que não escondem, não. Tem pessoal que é mais escrachado, mas tem pessoal que trata nós com todo respeito. Nunca deixei de respeitar ninguém, então é assim.

C: Igual outro dia. Estava voltando para cá, de noite já. Daí estavam duas senhoras, passei por elas, nem conhecia as mulher, e uma olhou para mim e, "olha o bandido aí, tá voltando já". Isso me deu maior ódio.

D: Às vezes na escola, também é assim. Quando entro na escola para carimbar carteirinha, tem um diretor lá, que acho que é polícia, e aí ele fala, "você não era para estar aqui não, você era para estar lá naquele lugar onde você estava, porque menino que nem você que tem passagem, não pode ficar no convívio com os outros meninos que querem estudar". Eu falei para ele, "não esquentar, não. Um dia vou terminar a medida e nós vai trocar uma ideia". Porque ele é cheio de querer ficar arrastando os outros na carteirinha. Ele te arrasta na carteirinha lá e você fica aqui. Tem um negócio aqui também que acho deselegante. Negócio de escola ficar arrastando os outros, que querem cumprir sua caminhada, tirar de boa. Negócio de escola, eles arrastam aí.

P: Quem? O pessoal da escola ou daqui mesmo?

C: Pessoal daqui.

B: Porque é tipo assim, se está mal na escola, então aqui, no fim-de-semana, você fica por aqui.

C: Já prejudica a gente.

A: E tem muito menor que estudou até a quinta, sexta série. Então, não tem o conhecimento que muitos que estão lá. Então, tem menor que tem um rendimento fraco, aí eles já prejudicam o fim-de-semana.

C: Tem dificuldades...

P: E vocês gostam de ir para a escola? É algo agradável?

C: Para mim antigamente era um saco. Mas parando para pensar assim, é até bom a gente estudar, aprender cada dia mais e bola para frente. Nunca deixar de estudar, porque querendo ou não, não estudar é um atraso de vida. E ninguém quer ficar na vida do crime, à toa. Tem que arrumar um emprego, construir uma família, aí fica firmão.

B: Eu mesmo sempre fui para a escola. Estou no segundo ano do colegial, já. Desde pequeno sempre gostei de ir para a escola.

A: Também sempre frequentei a escola. Estou no oitavo ano, tenho dezesseis. Até porque a escola é necessário, né senhor? Até para ser bandido tem que saber. Hoje em dia escola se encaixa num dos afazeres mais importantes.

P: Você estava falando que, na escola, o diretor, às vezes, fala essas besteiras, mas vocês se sentem acolhidos na escola?

B: Na minha escola, todo mundo sabe, a diretora, a coordenadora, todo mundo sabe que fui preso, mas todo mundo me respeita normal. Falam comigo, a diretora vem, fala comigo, me abraça. Porque sempre respeitei, né, senhor? Não importa o que você faz lá fora, o que importa é sua disciplina dentro da escola. Sempre respeitei todo mundo, nunca desrespeitei ninguém.

P: E vocês já tiveram problemas de disciplina na escola?

A: Disciplina que o senhor fala, é como o quê? Brigas?

P: Brigas, chamadas do diretor...

C: Isso é de menos.

B: Isso aí todo mundo tem. Às vezes, dá umas brincadeirinhas, umas desavenças.

A: Até porque é adolescente, é da fase.

C: Tem dias que você não está no seu momento. Você faz uma coisa, a professora fica brava, manda sair da sala.

B: Coisas de adolescente, mas nada que seja fora do controle. Só às vezes uma discussão em sala, com colega. Às vezes, você não faz lição, vai para fora.

P: E o que poderia melhorar nas escolas?

A: Para mim, a escola está boa assim, senhor.

P: O ensino é bom, é fraco?

A: Aí você tocou num ponto fundamental. Tem professor hoje em dia que não tem mais aquele interesse de ensinar, sabe? Igual antigamente, como muitos aí, meu pai e minha mãe, teve oportunidade de estudos. Hoje em dia, o ensino que os professores passam para a gente é fraco. Tem professor que se esforça, tenta ajudar, mas tem outros que levam a profissão assim, senta ali, passa o trabalho para nós, e nós faz, e “fez, fez, se não fez, poucas”, já era. Aprendeu, aprendeu. Se não aprendeu, pergunta para Fulano do lado aí.

P: vocês também tem essa impressão?

D: É, mas querendo ou não, o salário deles está lá.

C: Para eles, nós aprender ou não, tanto faz. Tem um professora lá, que diz "não estou nem aí para vocês, que todo mês meu salário está na conta. Se vocês não aprenderem tanto faz, eu já aprendi mesmo".

B: Às vezes, falam "eu já sou formada, quem precisa disso é vocês". Já foi aquele tempo de ter uma disciplina na escola, você ir para aprender. Hoje, a gente vai para a escola todo dia, mas se perguntar se a gente sabe alguma coisa... eu mesmo, se perguntar alguma coisa que eu aprendi esse ano, não aprendi muita coisa não. Eu sei algumas coisas, mas falar que aprendi...

P: E vocês acham que são poucos professores que tem essa postura?

A: São poucos. Tem muitos que ainda tentam passar algum conhecimento, mas tem outros que já... são umas meia dúzia que você pode colocar ali que não está nem aí, não está interessado para o ensino.

B: Tem uns professores que são mais rígidos. Os alunos entram na sala e quer que todo mundo fique quieto para dar aula. E quando você sabe que é aula desse professor, a gente fala, "nessa aula melhor não bagunçar porque ele é bravo, ele gosta de ensinar." Outros professores, não. Tem professor que você entra na sala e ele não está nem aí. Se você está prestando atenção ou não. Tem aquele professor que gosta. Toda a classe fica em silêncio. Presta atenção. Esse professor sim, tem o gosto de ensinar.

P: E como é o professor que vocês gostam?

B: Eu prefiro aquele que ensina.

C: Aquele que ensina, que passa a sabedoria dele para nós. Para nós estar aprendendo com eles.

B: Professor que não liga para bagunça, a gente se acomoda. Se acomoda, não quer prestar atenção. Mas aquele professor que é mais rígido, entra na sala, querendo ou não, você vai prestar atenção. Porque todo mundo prestando atenção, todo mundo quieto, você vai ficar bagunçando?

A: Aí que vem a famosa palavrinha deles, "esses jovens de hoje não querem saber de nada. Esses jovens de hoje só querem saber de sair de curtir". Mas eles tem que ver também que não são todos. Tem alguns ali que mesmo cumprindo suas medidas estão querendo aprender, querendo mudar.

B: Tudo é contexto, né senhor. Não pode ser rígido demais, nem solto.

A: Foi igual o que aconteceu com a gente para se envolver no crime. O pai e as mães... porque minha mãe sempre foi rígida comigo, maior tempão. Mas depois foi me

soltando, me soltando, foi aí que acabei me envolvendo. Penso se ela não tivesse dado tanta liberdade para mim, acho que não tinha acontecido o que aconteceu.

P: e para vocês?

A: É igual ele falou, senhor. Tem horas que você até sente falta de uma bronca, ou daquele repreendimento, "não filho, não sei o quê, não sei o que lá". Até tenta, mas o filho já está tão envolvido, tão com a mente já lá fora que acaba nem escutando. Aí a mãe já deixa de lado, entra naquela de perdi o controle do meu filho, não consigo mais, "Deus onde foi que eu errei?". Sabe, acaba um pouco que desistindo de dar aquela segurada.

B: Soltou, soltou demais, depois não consegue. Minha mãe mesmo, senhor, era difícil sair para a rua. Ela falava dez horas em casa, chegava dez e meia, ficava de castigo quando não apanhava. Depois fui crescendo, pegando uma confiança em mim, foi me soltando. Eu também fui me soltando, ela falava "filho, não vai", eu, "que não vou, vou sim". Batia o pé, saía, acabava... comecei a me envolver e, ela, "não vai, não vai", "que não vou, mãe, estou saindo e pronto..."

A: Nossa geração é meio complicada. Que nem o meu pai fala. Uma geração difícil de entender, é nós. Porque hoje em dia, eles não querem saber se eles vão morrer, vai matar, não. Eles vão com sede mesmo. Vão com ódio.

B: Sem pensar nas consequências.

A: Tem muito jovem que é pior do que um adulto. Nós vive aí, nós sabe. O dia a dia.

P: Vocês falam ódio, ódio do quê?

A: Raiva. Vai vendo que todo mundo vai tendo uma certa força da hierarquia do crime. O menor está lá, muitas vezes está trabalhando, deixa até o emprego para tentar a vida do crime, vai para rua, acaba matando, entendeu? Tem jovem que, não sei se é o caso dos meninos, mas pelo menos é meu caso, quando coloco uma peça na cintura eu já me sinto protegido, já.

P: Protegido do quê?

A: Protegido, senhor. Todo mal que vem se volta. Então nós que tá nessa vida, tem que tomar cuidado, senhor. Tem muitos na nossa maldade, muitos querendo derrubar nós, querendo ser mais do que nós. A vida é um jogo, senhor. Nós estamos jogando todo dia, desde quando nós acorda, estamos jogando, então, nós tem que saber ganhar.

P: imagino que vocês tenham essa possibilidade também. Vocês estão falando do mundo do crime, que é uma escolha. Vocês falam que ninguém fica no mundo do crime porque é obrigado. Vocês poderiam muito bem escolher uma vida em que não precisem

ficar sempre armados, sempre em tensão. Deve ser complicado, você comete algo, a polícia está passando, fica sempre apreensivo...

B: aquela questão, senhor. A gente quer escolher o caminho mais curto. Mais curto, mas mais perigoso, porque a gente...se você parar para pensar...

A: se você parar para pensar, se você trabalhar, você vai conquistar. Vai demorar, mas você vai ter o que você quer. Mas eu mesmo quando coloco uma coisa na cabeça, eu quero alguma coisa, enquanto eu não conseguir, não paro.

C: É uma coisa que nós pensa, né?

A: Eu quero agora, na minha hora e é assim. Complicado.

P: Para finalizar, o pessoal aqui da semiliberdade está ajudando vocês?

A: Tem uns que ajudam, tem uns que atrapalham, sempre tem aquele que gosta de... todo lugar tem aquele chefe que gosta de pegar no seu pé, é igual aqui. Tem funcionário que quer que você faça alguma coisa para te prejudicar.

C: tem uns que falam a casinha está cheia, “pula aí jovem. Pula aí, não dá nada não, pode pular”.

B: Cheguei hoje e já tive essa impressão, senhor. Tem uns que querem ajudar mesmo, e tem outros que já querem atrasar mesmo. Estão ali para bater o cartão e já era.

P: Parece um desafio, acaba sendo mais uma prova para vocês.

B: Eles mesmo falam para nós, quando estamos entrando naquela porta da frente, “se vocês quiser embora a porta está aí, ninguém vai impedir, a casa está cheia”. Vai do menor ter uma mente.

P: Vocês gostariam de deixar uma mensagem, uma proposta para quem trabalha na Fundação?

B: Única coisa que eu tenho para falar é que eles que desacreditam de nós pode ter certeza que muitos vão vencer, mesmo sendo desacreditados. Muitos vão sair até com a cabeça erguida, sem dever nada para ninguém e até mudando a situação de vida, é isso aí.

C: Queria estar pedindo obrigado por eles estar me acolhendo aqui, conversando comigo, as técnicas... pedir obrigado por estar tentando me ajudar a entender que o mundo não é como a gente quer, tudo tem seu tempo...

P: É isso, obrigado pela entrevista.

D. QUARTO ENCONTRO

P: Pessoal, queria saber de vocês, como está a medida socioeducativa, o dia-a-dia?

A: Com fé em Deus, nós quer ir embora, né?

B: Tá tenso.

C: Tá normal.

B: Vai se acostumando, devagarzinho.

A: Todo dia, né. Mesma batida. Escola, volta, tem gente que trabalha, faz curso, volta, chega domingo... e a hora já passa rápido, tem que estar esperto para voltar também.

C: Nós quer liberdade para nós ir embora.

P: Vocês estão aqui na semiliberdade por quê? Poderiam falar cada um, só para a gente se conhecer um pouco melhor?

D: O motivo? 57, lamentavelmente fomos pegos. Estamos aqui, cumprindo semiliberdade, esperando nossa audiência cantar para nós já sair fora. E é isso. Não é fácil, não. Porque quem fala que é fácil, é mentira. Porque estar aqui no dia-a-dia acordando cedo para estar aqui de noite, pagar revista para entrar, não é fácil, não.

E: Ainda tem que cumprir o bagulho inteiro, para depois não passar pelo mesmo veneno: UAI, UIP.

P: Como assim?

E: Tem que cumprir essa semi. Porque quebrar o bagulho, aí você vai ficar procurado, e vai passar pelo mesmo veneno. UAI, UIP. Você é louco?

A: Se marcar UI.

P: Você está aqui por quê?

E: 57.

F: 57.

D: 57, senhor.

P: Você?

C: Tráfico.

A: 57, também.

B: 57 e tentativa de homicídio.

P: Vocês já tiveram outras passagens? Como foi para vocês?

A: Eu, a primeira.

E: Eu, a segunda.

B: Meu, a primeira.

C: O meu, a quarta.

P: Quarta vez? O que aconteceu?

C: Três tráficos e um cento e oitenta.

F: Meu, a primeira também.

D: Cento e oitenta nem conta.

P: O que é cento e oitenta?

A: Receptação.

P: E aqui? Me falem um pouco do dia-a-dia de vocês?

F: Não é bom, não.

E: Bom é a liberdade.

A: Por que é o seguinte, às vezes a escola é perto de casa. Nós mesmo se prende no automático, que nós volta com as nossas próprias pernas, sendo que, queira ou não, nossa casa é aqui do lado. E você está aqui, deixando sua família lá, o pessoal lá, que cresceu com você. É da hora, mas...

D: Você saber que só tem o fim-de-semana para curtir, tipo ficar com sua família, sair para algum lugar. Só ter o final de semana e domingo ter que estar na hora certa para não dar quebra de medida, não é fácil não.

E: Ficar acordando cedo. Esses dias, acordei maior cedo, maior chuva, não tinha nem guarda-chuva, sai correndo, cheguei em casa todo molhado.

A: Também. Doente...

E: Pegando resfriado.

F: E a medida não dá nem assistência. Ou você vai embora ou você fica. E passar o dia, de manhã, você chapa.

E: De madrugada, saí, chovendo.

P: Vocês saem mais ou menos que horas?

F: Quatro e meia.

E: Eu saio quatro e meia.

A: Só nós três que sai seis horas.

P: E como é para vocês estar fazendo essa rotina de ir para escola, voltar... vocês acham que está ajudando?

B: Acho que a mente muda. Você começa a ir para a escola, sua mente passa a ficar mais distraída.

A: Dá uma tranquilidade, mas...

E: Fazendo um monte de coisa diferente.

C: Não é tranquilo. Da aula, você curtir com sua família, todo dia, conversando.

D: Mas é uma responsabilidade a mais. Sabendo que todo dia, nós está lá naquele ritmo, já acorda falando, "vou trabalhar depois para a escola, mais tarde venho para cá". Você pega o ritmo. Você mesmo, quando acorda, fala "meu dia vai ser assim, assim e assim e, de noite, tenho que voltar". De noite, você fala para sua mãe e diz, "mãe, amanhã, estou aqui de volta" E vai embora.

F: Todo dia a mesma coisa. Vou para a escola, trabalhar e depois voltar. Vou para a escola, trabalhar e depois voltar.

P: E antes de vocês irem para a semiliberdade, vocês estavam com esse ritmo? Ir para a escola... como era o ritmo de vocês?

D: Não acordava tão cedo assim.

C: Eu estudava, trabalhava.

F: Eu estudava também, certinho.

E: Eu estudava de manhã.

P: Mas vocês iam para a escola?

C: Eu ia para a escola.

E: Eu faltava de vez em quando.

B: Eu só ia para a escola, mas não estudava.

A: Sempre fui vida louca assim mesmo. Desde moleque.

D: Também fui mais radical. Eu nem ia muito para a escola.

A: Escola nem se fala.

E: Eu fazia os negócios errados, mas eu ia para a escola. De vez em nunca eu faltava.

A: Mas o bagulho deu uma fortalecida na mente.

E: Lógico que deu.

A: A semi, essa mesma batida. Sofrimento de estar lá preso. É Febem, os outros falam, Febem é maior mamão.

E: Mamão, é?

A: Você está preso também.

E: Mamão é para quem não está lá.

B: Às vezes, tem gente que... às vezes, se nós estivesse no mundão, nem ia estar indo para a escola, ia estar indo para um funk. Ajuda, né, mas também dá um atrasinho.

A: Assim, faz ou faz. Tá ligado?

P: A maioria de vocês já está para ser liberado. Vocês acham que quando vocês saírem vai ser fácil manter esse ritmo?

E: Escola, vou levar de boa. Mas trampo...

D: Acostumou, já. Pegou um ritmo. É só não parar, continuar no ritmo.

F: Escola, não vou parar não, mas trampo...

A: É...

P: No que vocês trabalham?

F: Eu trabalho de vendedor.

E: Eu trabalho em um estúdio de tatuagem.

B: Eu sou mecânico de moto.

C: Eu não trabalho não. Só vou para o curso e escola.

D: Eu trabalho em uma distribuidora.

P: Quando vocês estavam praticando roubos, vocês trabalhavam também?

A: Eu trabalhava e fazia minhas coisas aí por fora também.

F: Eu trabalhava.

C: Nunca trabalhei não.

B: Sempre trabalhava e fazia as coisas aí por fora.

F: Eu trabalhava para minha mãe não desconfiar de onde arranjava dinheiro.

A: É bem nessas.

P: E como vocês entraram nessa vida do crime?

C: As amizades, né.

A: Sei lá. Isso que os outros falam de amizade não tá com nada.

D: Eu acho que não. Acho que você vai por vontade própria.

E: Mas se você já conhece uns caras...

F: Mas eu acho assim...

D: Você quer sentir a adrenalina, a emoção de estar ali na hora.

A: Contar, você ver o dinheiro vindo, estar com o dinheiro toda hora.

F: Se a gente estivesse em casa, sempre ali com sua família, sua mãe estivesse sempre no seu pé para vocês não chegar até aquelas amizades... que nem, você chega no moleque e começa a trocar ideia, "tá então, roubei um carro ali, não sei o quê, ganhei maior moeda". Tá vendo? Já vai pela influência. "Você ganhou tanto dinheiro?, tô duro..."

E: Vai ficando com vontade de ...

F: "Então, vamos comigo, mano?".

A: Daí você cair na vontade de colar em um rolê da hora.

C: Da hora...

A: Colar em um rolê e não tem dinheiro.

P: Mas foram seus colegas que chamaram vocês?

E: Não, ninguém...

A: Eu também não. Fui por vontade própria.

C: Para mim, ninguém chamou não.

P: Mas vocês não foram sozinhos?

A: Sozinho não.

P: Vocês conheciam alguma pessoa que praticava roubos?

F: Eu fui uma vez deu certo , falei "agora não paro".

A: É verdade.

E: (risos) uma vez, gostei da adrenalina, deu certo...

A: É que nem aqui. Aquela coisa, você não tem que ir e voltar todo dia? Era igual roubar. Você ia e roubava. Ganhava dinheiro, acabava o dinheiro e ia tudo de novo.

E: Tudo de novo.

A: A mesma batida, igual aqui.

P: E era só pelo dinheiro? Vocês falaram da adrenalina também...

A: É legal assim, nós sabia as consequências, que nós podia ir preso ou pior, mas... até então, se está dando certo, está ali.

D: Nossa, a emoção de você pegar um carro, pegar um avenidão, "nossa, agora esse carro é meu". Você vai onde você quiser.

A: Saber que o carro é seu. Seu não, que você pegou...

F: Entre aspas...

A: Saber que o outro cara ali já vai comprar. Daqui tantos dias vocês vai estar com o dinheiro da hora.

E: Igual quando você pega uma moto da hora. Você pega, vem metendo marcha, "mano, vou fazer um dinheiro da hora", ainda mais se for zero. Chega lá na quebrada, todo mundo precisando de moto. O pessoal cresce os olhos, solta logo as notas.

P: Cresce os olhos?

F: Todo mundo gosta.

A: Você nunca tem nada, você nunca aparece com nada.

E: Você tem uma moto velha, nunca tá com nada, e aparece com a moto zero. É lógico. Maluco da moto velha quer trocar a moto dele. Aí você vai lá e fica com as notas.

F: Dinheiro.

P: E as pessoas da comunidade que vocês moram, quando te viam com motos, roupas diferentes, eles olhavam de que forma?

A: Assim, ninguém nunca me olhou com outros olhos onde moro porque... sempre atuando, sempre já vindo do gueto mesmo, vida louca mesmo, crescendo já com a mente. Outros caras que já estavam no problema, fazendo de um jeito...

F: Para mim já era diferente. Encostava nos bailes com dinheiro, as minas, tá ligado, bem trajado, com dinheiro, não sai de seu pé.

A: Poder levar a mina embora, né?

P: Quando vocês estão com uma roupa melhor, com moto, a mulheres chegam...

C: Chega rebolando.

D: Hoje em dia, é tudo na base do interesse.

A: Hoje em dia, bens materiais é que falam. Você vale o que você tem.

C: É o cara ter.

F: O dinheiro fala mais forte, né?

A: Se eu estou a pé, quem vai olhar? Ninguém vai olhar.

E: Igual final do ano. Você anda a pé o ano todo, no final do ano você lança logo uma. Nossa, os bicos crescem tudo os olhos. Não tem um que não fala.

A: Até quem não gosta de você, passa a gostar.

P: Os bicos?

D: Os bicos são as outras pessoas.

A: Até quem não gosta de você, passa a gostar.

E: Passa não.

A: Passa.

B: O bagulho é veneno.

D: Você tendo dinheiro...

P: Então, vocês roubam e depois tem vários ganhos...

F: É que nem você vai preso. Quando você sai, não tem nenhum real. Ninguém está do seu lado. Você começa a levantar de novo, está todo mundo do seu lado.

E: Você sai durão, depois...

D: Você olha para as pessoas e diz "nossa, agora é que você está do meu lado?"

A: E a verdade também é que a gente nunca gostou de polícia.

E: Você é louco, gostar de polícia.

A: É por eles que nós está aqui. Querendo ou não, nós sabia o que estava fazendo. Ninguém foi de embalo, apontaram a arma na minha cabeça.

E: Embalo nada, é vontade própria.

C: Não queria ficar dependendo do dinheiro do meu pai para o resto da vida.

A: É.

E: Tem que ganhar seu dinheiro.

A: Não quero pedir nada para minha mãe, não. Muito pelo contrário.

C: Desde os treze anos, catorze anos, é vida louca. Vou ficar pedindo para o meu pai toda hora um negócio para mim comer, para me vestir melhor, ou comprar um tênis? Vou para o meu corre.

A: Às vezes, a gente tem vontade de comer um bagulho da hora, né mano? E hoje em dia, você sabe, os bagulhos são tudo caro.

D: Ainda mais quando você vê sua mãe pagando as contas. Você vai pedir dinheiro para ela? Sabendo que ela tem um monte de conta? Vai nada.

E: Nem vira.

D: Mas se você chegar podendo ajudar ela, falando "tô, mãe, esse dinheiro, trabalhei, consegui".

E: Pelo menos para pagar a luz, a água.

P: Seus pais tem muita dificuldade para comprar as coisas que vocês querem?

D: Dificuldade não, mas assim... ela não pode de dar tudo. Às vezes, não é tudo que ele tem que eu vou ter. Mas na forma que eu estou, pude me trajar, ter minhas coisas melhores, e os outros crescem os olhos.

P: E a partir do trabalho, vocês acham que poderiam conseguir essas coisas?

F: É mais cansativo, né.

B Consegue, mas é bem suado.

D: Consegue, mas não é tudo.

B: Você trabalha, o patrão no seu pé, aquele corre-corre...

D: Você trabalha um mês e ganha oitocentos reais. Pensa, o que você faz com oitocentos reais hoje em dia?

A: Um tênis.

E: Um dia você consegue oitocentos reais. Trabalhando, você fica maior cota para ganhar oitocentos.

F: Quatrocentos reais. Você trabalhou o mês todo para ganhar quatrocentos reais, pegando ônibus lotado. Você vai ali, faz um corre, ganha mil reais e está bom.

E: Vai ali, pega uma moto, já vende...

C: Três mil...

E: Fica com as notas, fácil.

P: E se é tão fácil, isso é uma tentação para vocês, quando você voltarem para a rua?

D: Para mim era, agora não é mais não.

B: É. Vai ser uma tentação...

A: Estou tranqüilão também. Crime não está dando mais não.

D: Hoje em dia, você vê alguém roubar, o pessoal já mete bala.

F: Agora se você fizer um curso, ter um bom futuro e arrumar uma boa profissão.

P: O que fez vocês mudarem de opinião?

A: Essa rotina aqui.

B: Esse sofrimento todo que nós está passando, vendo nossa família toda sofrendo.

C: Dia de visita, nossa família para entrar, pagando canguru, é desagradável. Fica deselegante.

A: Nós teve que dar essa cabeçada também para ver como que é. Porque não ia adiantar se nós não estivesse aqui. Outra pessoa viesse falar para nós, "na UAI, o bagulho é louco, na semi o bagulho é louco."

F: Antigamente, eu desacreditava, "o bagulho que esse mano está falando é grossa".

C: Tá falando nada, tá metendo um louco.

P: E aqui na semiliberdade?

A: Nós se vê mais assim de domingo, porque...

E: Cada um tem sua rotina, seu horário de chegar.

A: Um mora de um lado, outro mora do outro.

P: E sobre o trabalho daqui, dos técnicos, dos funcionários?

F: O trabalho é certo.

E: É.

B: O trabalho deles, né?

A: Nós respeita também, só que... você não tem a liberdade da sua casa.

C: Aquele conforto.

F: Só de pensar que aquele cara que está ali, pode te atrasar a qualquer momento...

D: Sabendo que você pode sair do seu portão, sem ter que pagar revista é outra coisa.

A: É.

E: Igual a minha sogra, me chamou para ir para Aparecida no sábado para voltar no domingo. Não posso por causa da semi.

P: E tem muita gente que quebra a semi?

A: Tem bastante gente que quebra...

D: Dá vontade. Falar para você que dá vontade.

A: Domingo.

E: Dá mesmo.

D: Chega no domingo, ataca. É o dia que mais te prende para você ficar. Passa rápido, quando você vê, "nossa, já é seis horas", olha de novo, já é seis e quarenta.

A: Isso que deve ter moleque que sai quatro horas da tarde. Porque é trem, metrô, ônibus.

P: Vocês falam que é muito difícil fazer esse retorno para a semiliberdade. Falam que gostariam de ficar com as suas famílias. Como é esse contato com suas famílias?

A: Chega segunda, você já está com a cabeça na sexta.

E: Quando te chamam, já não vê a hora de chegar a sexta logo, e ficar lá na quebrada.

P: Mas qual a importância da família nesses meses que vocês estão aqui?

D: Família é tudo, né. É tudo.

A: Está com nós sempre.

D: Saber que não vai te abandonar na hora ruim, é tudo. Saber que vai estar lá e falar "vai sim, meu filho", "amanhã estou aqui", "se Deus quiser, meu filho". Melhor coisa que você escuta.

P: Vocês acham que tem alguma diferença a forma como sua mãe e seu pai lidam com essa situação?

A: Ajuda a voltar, dá uma confortada.

D: Querendo ou não, a família também sofre, indo praticamente para um lugar estranho.

F: Não estar dormindo em casa. Não sabe o que você está bebendo, se tá comendo, dormindo.

A: Se marcar a nossa mãe esquece e vai para o nosso quarto, olha e vê a cama vazia.

E: Vê as coisas todas arrumadas.

D: É a mesma coisa de não estar morando na sua casa, né?

A: É.

E: É.

F: Às vezes, tem menor que não vê nem a mãe, nem o pai no dia a dia. Chega em casa e vai embora.

E: E eu, que chego em casa a noite, pago uma ducha e nem trombo minha mãe em dia de semana.

A: E eu só vejo meu só na sexta. Maior neurose. Imagina.

F: Semana toda também sem ver o pai.

E: Eu também, acho que vou ver meu pai agora só sábado. Ele trabalha...

A: Vejo meu pai só na sexta. Maior veneno.

D: E o pior é você ter que fazer tudo certinho para...se pisar na bola ainda fica o final de semana aqui.

P: Seus pais chegaram a falar, orientar vocês para não traficar, não roubar?

D: Sempre, né?

C: Pai quer o bem do filho, não quer que rouba...

F: Meu pai não me deu conselho porque não sabia.

C: Eu falava "o que meu pai está falando é grossa, deixa eu fazer o meu corre, quero que se dane tudo". Depois que caí lá dentro, eu vi que o bagulho é louco.

P: E como foi a reação deles?

D: Um choque, né. Saber que seu filho está preso, nem sabia o que ele estava fazendo.

C: Na mão da justiça.

D: Nem sabia o que estava fazendo, falava "não, mãe, estava na casa de tal amigo...", chega lá...

A: Está na Delegacia, no corró...

D: Algemado.

A: Apanha, fora que os caras não nem aí para nós.

C: Sua mãe está lá, e nós preso, no maior ódio. Eles falam "esse cara é um lixo". Os caras passam por nossa cara e chamam nós de lixo.

F: O cara me chamou de lixo na frente do meu pai. "Você é um lixo", na frente do meu pai.

A: Maior decepçante.

C: Imagina a reação do pai, ouvir que seu filho é um lixo.

F: Só sentimento, né.

D: E o choque da família ver você algemado, na delegacia, sem poder te acolher, te segurar.

A: Te levar embora. É mesma coisa do aqui, senhor.

D: Mas está bom. Isso foi para nós aprender estar melhorando no dia a dia.

F: Ir embora logo...

A: Umas semanas para uns, uns meses para outros, embora.

P: Parece que a família é um dos motivos que fazem vocês desistirem do crime.

A: É.

E: Com certeza.

F: Com certeza. Se não fosse pela família, nem estava cumprindo essa medida.

C: Eu também. Já teria quebrado.

A: Se não tivesse família, a gente estaria no mundo aí. Ou até na UAI, na UIP.

C: Ou na UI.

A: Ou morto mesmo.

F: Na vida louca.

P: Às vezes, percebo que os adolescentes que não tem família, porque aconteceu alguma coisa, tem mais dificuldades para cumprir a medida socioeducativa...

F: É, não tem o apoios dos pais.

A: Não tem ninguém por eles.

F: É ele e Deus, mano.

A: Igual tem um moleque lá, cresceu comigo, imagina...

D: Se ele for preso vai ter um teto.

A: O pai dele morreu. Era ele e o pai dele. Ainda o pessoal de lá tomou a casa dele. O moleque mora em um barraco na quebrada. Maior vida louca. Na semana que ficou de maior, foi preso, está lá em Guarulhos. Não tem ninguém, vida louca mesmo. Aí que você vê, o cara cresceu comigo também...

D: Eu conheci um parceiro que está preso, que a mãe dele está presa por levar droga para o marido dela. Ele saiu, expulsou o moleque. O moleque foi morar na rua roubando. Foi preso na Febem, saiu, ficou de maior, fez um filho. Roubando de novo para sustentar todo mundo. Foi preso e está lá. O filho está crescendo...

F: No veneno...

A: Tá no mundo, né?

D: Aí a mãe dele saiu, ao invés de dar um ajuda, dá nada, não quer nem saber...

P: A família parece então fundamental neste momento...

D: Sempre ajuda, né senhor?

C: Sempre ajuda.

P: E o pessoal do bairro de vocês, eles também ajudam?

F: Para eles, mesma coisa de polícia, para eles nós é tudo lixo.

D: Eu prefiro nem contar para os vizinhos e nada. Ficar tudo na calada da noite.

E: Faço a minha...

A: Só quem é mesmo original, que nós pode trocar umas ideias. Um cara que está ali com vocês, acompanha, cresceu com você.

D: Quem sabe do meu caso, é só quem sabe que fui preso, mais ninguém.

P: O pessoal do bairro, em geral, não sabe...

A: Deve saber até, mas...

F: O Zé Povinho que sabe... chega em casa, pode ser até com o carro do seu pai, você pára na porta de casa falam que o carro é roubado. Aparece alguém na sua porta é ladrão. Tudo Zé Povinho.

D: Discriminação.

E: Igual quando você está em um rolê da hora. Você está numa moto, vai pegar um capacete em casa. Chega, pára a moto os caras "vixe, já é roubada essa moto."

P: Vocês falaram de discriminação, no dia a dia, nas ruas. Vocês sentem discriminação?

D: Acho que sim. Porque se você for procurar um emprego e falar que foi na Fundação, você não vai arrumar um emprego decente. Até sua ficha limpar, com dezoito anos. Isso que nem limpa.

A: Eu também não confio em justiça não. O certo é fé em Deus.

D: Esse mundo aqui é só injustiça.

P: Mas quando vocês estão na rua, vocês sentem que as pessoas te olham de maneira diferente?

C: Tem pessoa que chega de manhã, quando a gente vai para a escola, só de a pessoa olhar para você até vira a cara, "esse aí, deve ser um maconheiro, um nóia, um que não presta".

A: Só que nós não paga pau também não.

D: Se gostar bem, se não gostar também...

A: Esses bicos são os que não tem o que fazer. Não tem o que falar de nós. Nunca chegou, trocou uma ideia com nós para ver como é. Fica falando aí, delatando nós. Mas está tranquilo, isso aí é só uma fase.

D: Você toma enquadre hoje em dia, fala que tem passagem, os policias querem te levar.

A: Já querem te zoar.

D: Eu saí de semiliberdade, tomei enquadre ali na São Judas. Na São Judas não, na Santa Cruz. Polícia levou eu e o moleque, e deu um pau em nós. Logo a rota. Estava com a carteirinha da semiliberdade, ficou andando com nós uma hora e meia. Disse que

queria invadir todas as biqueiras, colocar nós para fora, o barato foi louco. Só atrás de arma. Aí eles perguntaram o artigo e eu falei 57. Puxou no Copom, bateu lá. Aí ele falou que queria uma arma, que ia invadir minha casa, onde eu morava e eu falei assim, "senhor, não leva a mal não, eu moro em tal lugar" e ele "é lá mesmo". Pegou, deu um peão comigo e com o moleque, deu um pau em nós.

E: Igual a Rocam. Tinha acabado de sair da escola. Quando virei a rua de casa, os rocam, logo pegaram minha carteirinha da semi, começou a falar uma pá "então você rouba", e não sei o quê, e eu "já parei com essa vida". "parou, é ? vou logo tirar uma foto sua", do celular dele mesmo, "depois te procuro".

A: Às vezes dá até um desacerto quando você toma um enquadre. A polícia pega e rasga sua carteirinha. E até você provar que nariz de porco não é tomada, já ficou o final de semana.

P: Vocês acham que a polícia poderia fazer isso...

A: A polícia faz.

D: Faz.

E: Polícia faz de um jeito ou de outro.

C: Polícia é injustiça.

D: Faz uma cotinha, tomei enquadre na porta de casa. Os polícias já me enquadraram, pegou minha carteirinha "é você mesmo", "cadê o carro, cadê o carro"?," falei "que carro, estou chegando do trabalho, com a camiseta toda suja, aqui senhor, estou chegando do trabalho", "cala a boca, marginal". Começou a dar umas cutucadas, quase na porta de casa. Minha mãe não estava, ela tinha ido para a Igreja. Mano, até provar que não era eu, fiquei uma cota. Teve que a vítima vir ainda e falar que não era eu. Na porta da minha casa, imagina.

A: Isso se não der uma zebra e a vítima falar "foi ele mesmo, já não vai com sua cara"

E: Só para atrasar mesmo.

P: E vocês, já tomaram muitas batidas policiais?

C: Vixe, várias.

E: Polícia já jogou a chave da minha casa dentro do esgoto.

F: Hoje em dia, nem tomo mais enquadre. Faz uma cota que não tomo mais enquadre.

A: Mas...

E: Se os caras quiser atrasar...

C: Às vezes, quando a gente menos espera.

F: Você toma um enquadre, tem que falar que você não tem passagem.

D: Eles é pior que ladrão.

P: Parece que você veem a polícia como alguém que está para atrapalhar a medida de vocês?

E: Sempre.

D: Não para atrapalhar, mas sempre rola aquele falar que você roubou. Sempre acha que você está roubando de novo. Você não pode mudar nunca.

B: Para eles, ladrão uma vez, sempre ladrão.

A: Aí dá uns desacertos. Tinha que estar aqui até tal hora. Tomar uma blitz, os caras embaçam, embaçam. Muitas vezes, como já vi, falam "é da escola para cá, você foi aonde? Tava na biqueira? Passou na sua casa? Não pode passar na sua casa".

E: E quando você acorda cedo, volta cansadão de noite e eles "e esse vermelho aí? maior desconfiança". Não sei para que isso.

A: Querendo ou não, nós não temos aquele crédito de catar e falar assim "vai lá moleque, que eu confio em você".

P: Vocês nunca conheceram policiais que...

A: Não os policiais, nós tá falando daqui mesmo.

F: Às vezes, não pode nem falar o horário que tem que chegar porque senão "é esse o horário de chegar, então vamos ficar com nós".

P: Vocês estão falando ...

A: Dos policiais, que chega até aqui o resumo de tudo.

C: Até você explicar...

D: Tinha um menino que estava aqui, o F., tomou um enquadre da Força Tática, com a carteirinha da semiliberdade. Tava atrasado, e os polícias segurou ele e depois trouxe ele até aqui na porta. Aí ele pediu para os polícias dizer que pegaram ele e, por isso, estava atrasado. Porque o pessoal não acredita quando você entra aqui dentro. Você não tem o direito de se atrasar.

A: Você não tem um crédito aqui. Ninguém te dá uma confiança.

D: Se você falar que o busão quebrou, é mentira.

E: Se você falar que perdeu o segundo busão, é mentira. Eles pensam que você está mentindo, que está enrolando na rua.

P: Falta confiança também aqui dentro...

A: O resumo é o quê?

D: Para eles, a gente está sempre atrasado porque a gente quer.

A: Eles são os certos e nós, os errados.

F: Se perde o ônibus, chega meia hora a mais...

D: Domingo, você não pode chegar oito e cinco que você vai ficar sexta-feira aqui. Aonde, cinco minutos?

C: Até um minuto, se chega oito e um, dois...

F: Até esse negócio de pagar revista.

D: Imagina quando vem um parente para sua casa. Almoço, uma hora. Ele não tem o direito de chegar uma e dez? Você vai mandar seu parente embora? Lógico que não. É bem recebido.

P: E como é para vocês as pessoas não terem confiança?

A: Nós vamos ficar com a mente... é só nós por nós, porque querendo ou não ninguém está aí por nós. Querendo ou não, nós estamos com um pé aqui e um no mundo, porque querendo ou não, aqui é tipo...

Adolescentes passam a comentar as regras disciplinares, que apesar de estarem na semiliberdade algumas exigências seriam excessivas, como o procedimento de canguru.

F: Uma Fundação.

A: Uma Fundação também. Só que você usa sua roupa, e você pode trocar umas ideias, mas querendo ou não, é tudo... tipo assim, terminando aqui, nós vamos subir, jantar, querendo ou não, nós queremos assistir uma tela. Ver se passa um programa da hora, "não, tem que dormir, vai, vai dormir". Às vezes, muitos de nós não estamos com sono. Aí, tem ficar sem nada para fazer.

F: Fica no quarto, olhando para a parede. E esse negócio aí de fazer revista, pagando canguru, isso é maior deselegante.

A: Achando que nós estamos escondendo droga. Isso já começa.

F: Não entra terço, nunca vi não entrar...

A: Camisa de time, pára.

B: Nem correntinha, pulseira...

F: Entra só relógio só.

A: Mas tá bom. Querendo ou não, nós respeitamos as regras.

F: O que que custa, tirar a camiseta, tirar a calça, mas agora ter que ficar pagando canguru? E ainda é três.

A: Tem um moleque que está na escola e fala que não tira nem a camisa. Faz assim com os bolsos, desamarra os tênis. E daí, você vai chegar no moleque e falar que tenho que pagar canguru, cinco meses pagando canguru?

E: Bagulho deselegante.

P: Vocês acham que as pessoas aqui da Fundação estão preocupadas com vocês, porque vocês estão falando de falta de confiança...

D: Acho que preocupado não está, porque na medida em que nós entramos aqui, nós viramos um caso para eles. Nós estamos aqui, da forma deles, e eles tem que cuidar de nós. Mas nem sempre a forma que eles cuidam de nós, não vou falar que é errado, mas também não é o certo. Tipo, chegar de noite, você está cansado, pensando, olha, eu acordei quatro e meia, chego umas onze e meia aqui, abrir a porta e ter que pagar, agachar três vezes no maior frio. Às vezes, tá chovendo..

F: Que nem o adolescente falou aqui, você está cansado, já usou entorpecente.

A: Eu mesmo, o resumo de tudo. Eu sou doente por causa desses baratos de ter que ficar descalço, e ficar tirando a roupa na maior friagem.

E: Esses dias, saí no maior sereno. Depois de uns dois dias voltei resfriado, maior dor no corpo.

A: Final de semana, eu nem saí.

D: Mas os serviços deles, eles fazem certo, Eles fazem a parte deles. Se está precisando de assistência na escola para ligar, eles ligam, explicam. A psicóloga, coordenador trocam umas ideias.

A: Por um lado, nós entendemos. Porque eles não tem culpa de nós estar aqui. É o trabalho deles, nós respeitamos. Só que o bagulho podia ser diferente, mas fazer o quê?

P: Os técnicos, educadores, vocês tem bom contato com eles?

D: Sempre quando precisa, eles chamam, conversam o que está errado, o que precisa...

E: É...

D: Para você estar melhorando, porque, que nem eles falam, eles não querem te atrasar, só querem o melhor.

C: Agora tem uns que, falar para você, fala com todos os funcionários, mas quando chega lá fora ou aqui dentro, não olha para tua cara, vira o rosto.

P: E o que poderia, então, ser melhorado dentro da semiliberdade?

D: Acho que a igualdade é para todos. Eu acho que, da mesma forma que eles tem que tratar bem, eu tenho que tratar bem o outro. Se eu encontrar você na rua e falar "oi, tudo bem, vi você na Fundação", você vai virar, passar direto e deixar falando? Não precisa você conversar, falar da sua vida particular...

F: Falar a verdade, não quero nem amizade desses funcionários aí. Quando eu sair embora daqui, não quero ver nenhum deles mais na vida.

D: Não sei não. Não posso cuspir em um prato que um dia posso precisar.

F: Que precisar o quê.

D: Da mesma forma que estou precisando agora, posso precisar depois.

F: Preciso só da minha família e já era.

P: E seus projetos? Vocês já estão saindo, o que pretendem fazer?

D: Primeiramente, depois que eu sair, vou abandonar o trabalho e procurar um curso de mecânica. Porque acordar quatro e meia é maior sentença...

B: Molhado.

D: Eu só tenho dezessete.

F: Eu também vou abandonar o trampo e entrar em um curso.

P: Do que você pretende fazer?

F: De instalação de som.

D: Meu patrão nem paga direito.

C: Sair daqui, vou arrumar um trampo da hora. Mas acordar seis e meia da manhã, eu ainda tenho dezessete anos...

A: Fundamental para mim agora é só poder estar em casa. E já era.

D: Terminar os estudos.

B: Eu faço curso. Sair daqui eu vou estar trabalhando de mecânico, tudo certinho.

E: Sair daqui, tenho uma vaga no mercado.

P: Então, todos quando saírem daqui, já tem...

Geral: já, já...

D: Porque parado você não pode ficar aqui dentro, sempre eles arrumam alguma coisa. Escola, curso...

P: E o que pode dificultar então?

D: Dificultar, então, você fala como?

P: Dificultar para vocês, quando vocês retornarem...

F: A gente ficar sem fazer nada. Se a gente ficar sem trampo, acho que a mente vai...

D: Que nem se fala, mente parada, oficina do diabo.

F: Verdade. Se a gente ficar sem trabalho acho que a gente volta...

D: É só continuar o ritmo. Sair, continuar o ritmo, sabendo que você vai dormir na sua casa.

A: O ritmo vai ser o mesmo. Só que você vai voltar para seu lugar.

D: Sabendo que você pode ficar até dez e meia vendo televisão.

P: E o pessoal que vai aparecer com motos, roupas, convidar vocês para fazerem uma fita...

A: Agora a gente vai fazer de outra forma.

D: É. A família já vai estar dando assistência. Se você pedir, vai estar mais em cima.

A: Fala aí. O moleque comprou o carro dele sem tirar nada de ninguém.

D: Já tinha uma moto, agora comprei um carro. Trabalhando.

F: Que nem falei para minha mãe. Que eu ia arrumar uma moto. Essa semana já ia ver já.

D: Mãe, você pede para comprar uma moto ela não compra. Minha mãe disse, "não meu filho, vou comprar para você, espera até o final do ano". Esperei e nada. Falei, quer saber, vou comprar eu. Fui lá, troquei ideia com meu patrão, "mano, preciso de tanto de dinheiro, daí ele tinha uma moto, e me vendeu". Comprei a moto dele, andei, andei, cansei da moto. Deixei guardada. Comprei um carrinho. Toda sexta-feira, pago seiscentos reais.

P: Você precisa estar com um trabalho firme, então...

A: Acordar quatro e meia da manhã.

P: Então, de uma forma geral, a semiliberdade está servindo para vocês. Me parece que deu uma mudada no ritmo de vida de vocês.

D: Falar que não mudei, é mentira.

P: É claro que quando vocês saírem não vai ser fácil, porque as coisas que estão lá fora continuam por lá...

A: Nunca foi fácil, então, nós vamos que vamos.

P: Vocês conquistaram muitas coisas. Estão estudando, já tem emprego. Vocês se dão até esse luxo de pensar será que continuam no emprego, possibilidades de fazerem cursos.

D: No meu, eu ganho bem. O ruim é que quando começa a atrasar...

A: E ficar na dependência.

D: É que eu ganho toda sexta-feira. ganho 50,00 por dia. ele pagava de quinze em quinze dias, depois de semana a semana. Teve uma hora que não sei o que deu, um pane lá, e não conseguiu me pagar, foi acumulando, acumulando. Daí, já começa a subir para a cabeça, não tenho dinheiro, não tenho dinheiro, sua mente já "vai fazer isso", "não, mano, vou conseguir...". Fui, liguei para ele, e expliquei a situação, "mano, estou precisando desse dinheiro o cara está me cobrando", "vou ver o que eu faço". Foi

em uma quarta que ele me disse isso, na quinta desligou o celular. “Amanhã é sexta, vou falar para o cara que não tem como, o cara me disse que eu tinha até sexta à meia noite para dar o dinheiro”. Conversei com minha mãe, ele a me emprestou duzentos e quando foi dez e meia, ele me disse, “mano, estou com metade do dinheiro”, falei “mano, onde você está?”. Daí consegui pagar certinho.

P: Ainda bem. Já pensou se você tivesse ido roubar?

D: Ser preso.

A: Quem sabe o cara podia cobrar até sua família.

P: Pessoal, é isso, daqui a pouco vocês estão em casa.

A: Fé em Deus.

Geral: É.

P: Acho que é de pouco a pouco. Às vezes, a gente tem essa pressa de ter o dinheiro na mão, mas se construírem direitinho, trabalhando, de pouco a pouco, fazendo cursos... é degrau por degrau. Quando vocês verem, já estão estabilizados. Vocês ainda não tem dezoito anos, e viram que, em alguns meses, conseguiram dar uma organizada. No próximo ano, vocês vão estar muito mais organizados.

F: Falam que depois dos dezoito, os anos voam.

P: Mas se vocês se organizarem, colocarem uma meta, não uma lá longe, mas uma perto, “agora, quero acabar esse curso”, de pouco a pouco.

D: Estou pensando em terminar um curso. Para no ano que vem conseguir um emprego melhor e me manter. Eu trabalhei no autódromo de Interlagos. Ganhei 100,00 só para ficar com a bandeirinha. Só que com a semiliberdade não dá para ir, porque os caras viajam para Ilha Solteira, monte de lugares.

P: Bom, estou torcendo por vocês, boa sorte.

ANEXOS

A. AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

B. APROVAÇÃO CEP